The background is a complex, layered abstract painting. It features various textures, colors, and forms. In the foreground, a woman's face is depicted with thick, expressive brushstrokes in shades of red, orange, and yellow. Her eyes are dark and looking slightly to the side. The rest of the image is a collage of colors and textures, including a dark red, almost black, shape that resembles a chair or a piece of furniture in the upper left. The overall composition is dense and textured, with a sense of depth and movement.

Celito Kesting

RESILIA SENTOCÉ

CELITO KESTERING

**RESILIA
SENTOCÉ**



Pedro & João
editores

Copyright © Celito Kesting

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kesting

Resilia Sentocé. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 330p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-1261-6 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Antropologia. 3. História. 4. Etnogênese. 5. Autor.
I. Título.

CDD – 930

Capa: Giuliano Gadelha Reis

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/ Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

De início, os portugueses não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nessa época, dormiam livremente com as raparigas, o que nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nós devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades, para morarem conosco. Parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários paí [padres].

Mandaram vir os padres. Estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde, afirmaram que nem eles nem os paí podiam viver sem escravos, para os servirem e por eles trabalharem. E, assim, se viram constrangidos os nossos a fornecer-lhes. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação. Com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região. (MOMBORÉ-UAÇU, 1614: 115 *in* ABBEVILLE 1975 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 27).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A OCUPAÇÃO PORTUGUESA	29
3	FAMÍLIAS DE SENTO SÉ	57
3.1	Origens	60
3.1.1	Varões de Raiz Indígena Visível	72
3.1.2	Mulheres de Raiz Indígena Visível	77
3.1.3	Varões de Raiz Indígena Invisível	80
3.1.4	Mulheres de Raiz Indígena Invisível	83
3.1.5	Varões de Origem Africana	89
3.1.6	Mulheres de Origem Africana	92
4	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS FAMÍLIAS	97
4.1	Povoação de Sento Sé	97
4.1.1	Fazenda das Pedras	116
4.1.1.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>122</i>
4.1.2	Sítio da Tapera	123
4.1.3	Sítio do Morro	124
4.1.4	Fazenda Jatobá	125
4.1.5	Sítio do Serrote	127
4.1.6	Saco de Arara	128
4.1.7	Povoado de Xique-Xique	128
4.1.8	Fazenda do Incaibro	130
4.1.8.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>131</i>
4.1.9	Fazenda do Urucé	133
4.1.9.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>135</i>
4.1.10	Sítio da Gameleira	135
4.1.10.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>136</i>
4.1.11	Brejo Grande	137
4.1.11.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>138</i>
4.1.12	Sítio de São Pedro	139
4.1.12.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>140</i>
4.1.13	Fazenda Almas	141
4.1.14	Fazenda da Lagoa	142
4.1.15	Sítio do Porto Alegre	144

4.1.16	Fazenda Mandacaru	145
4.1.17	Fazenda Estreito	146
4.1.18	Fazenda da Malhada	147
4.1.18.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	151
4.1.19	Fazenda do Bazuá	152
4.1.19.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	153
4.1.20	Sítio das Traíras	154
4.1.21	Fazenda do Tamarindo	155
4.1.21.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	155
4.1.22	Fazenda do Mari	157
4.1.23	Fazenda da Aldeia	163
4.1.24	Fazenda do Boqueirãozinho	164
4.1.25	Fazenda do Boqueirão Grande	166
4.1.25.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	167
4.1.26	Sítio do Alagadiço	168
4.1.27	Porto das Pedras	170
4.2	Morro do Pará	172
4.2.1	Fazenda da Varginha	176
4.2.2	Sítio de São Vicente	177
4.3	Xique-Xique	178
4.3.1	Sítio da Boa Vista	183
4.3.2	Fazenda da Pedra Branca	184
4.3.3	Fazenda do Gado Bravo	185
4.3.4	Fazenda das Carnaúbas	186
4.3.5	Fazenda da Utinga	188
4.3.6	Ipueira Funda	189
4.3.7	Fazenda do Saco	191
4.3.8	Sítio de Santo Antônio	194
4.3.9	Fazenda dos Angicos	195
4.3.10	Fazenda do Jenipapo	197
4.3.11	Fazenda do Juazeiro	200
4.3.12	Sítio do Angical	201
4.3.13	Fazenda do Umbuzeiro	205
4.3.14	Fazenda Picada de Cima	207
4.4	Serras do Assuruá	208
4.4.1	Fazenda do Curral das Éguas	218
4.4.2	Fazenda Boca do Coelho	220
4.4.3	Sítio do Brejo Novo	221
4.4.4	Brejo da Gameleira	222

4.4.5	Boqueirãozinho de Cima	224
4.4.6	Sítio do Riachão	224
4.4.7	Sítio dos Tucanos	225
4.4.8	Sítio do Cotovelo	226
4.4.9	Sítio do Bonsucesso	227
4.4.10	Sítio dos Caldeirões	228
4.4.11	Sítio de São José	229
4.4.12	Sítio da Canabrava	230
4.4.13	Sítio da Cachoeira	231
4.4.14	Sítio de São Bento	233
4.4.15	Sítio do Mato Grosso	235
4.4.16	Sítio da Lagoa	237
4.4.17	Fazenda da Conceição	239
4.4.18	Sítio dos Milagres	240
4.4.19	Sítio do Brumado	240
4.4.20	Sítio das Embaúbas	242
4.4.21	Sítio de São Gonçalo	243
4.4.22	Sítio de São Felipe	243
4.4.23	Sítio do Bebedouro	245
4.4.24	Sítio de Santana	246
4.4.25	Sítio Salinas	247
4.4.26	Sítio do Pau D'Óleo	248
4.5	Fazenda da Picada, Município de Jussara.	249
4.6	Fazenda Tatauí	251
4.6.1	Sítio do Saco do Meio	253
4.6.1.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>254</i>
4.7	Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro	261
4.7.1	Fazenda da Carnaúba Torta	263
4.7.2	Fazenda Campo dos Cavalos	264
4.7.2.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>264</i>
4.7.3	Sítio Tapera do Salitre	266
4.7.4	Fazenda Aldeia do Salitre	267
4.7.4.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	<i>268</i>
4.7.5	Sítio do Pateiro	269
4.8	Vila do Rio Grande do Sul	271
4.9	Santo Antônio de Pilão Arcado	273
4.9.1	Ilha do Tamanduá	276
4.9.2	Casa Nova	278
4.9.3	Fazenda de Curralinho	279

4.9.3.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	281
4.9.4	Fazenda de Pau a Pique	281
4.9.5	Sítio do Caroá	282
4.9.5.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	284
4.9.6	Fazenda da Praia	285
4.9.7	Sítio da Carnaúba Torta	285
4.9.7.1	<i>Artefatos Arqueológicos</i>	288
4.9.8	Ilha do Miradouro	289
4.10	Santo Antônio da Jacobina	292
4.10.1	Fazenda do Baeta	292
4.11	Cidade de Oeiras	296
5	VESTÍGIOS DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA	297
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	313
REFERÊNCIAS	317

1 INTRODUÇÃO

Para caracterizar o patrimônio arqueológico, pesquisadores do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) visitaram centenas de feições de relevo (grotas, morros residuais, boqueirões e lajedos) onde se preservam milhares de pinturas rupestres. Localizam-se elas nos atuais municípios de Juazeiro, Jussara, Sento Sé, Sobradinho e Umburanas, cujos territórios no Século XVIII vinculavam-se à Freguesia de São José da Barra de Sento Sé.

Com especial carinho, as comunidades locais recepcionaram a equipe de pesquisa. Acompanharam-na, guiaram-na e, com peculiar orgulho nativo, mostraram muitos sítios, com belos e profusos painéis de genuína arte parietal pré-histórica e histórica. Ao grupo pesquisador, elas demonstravam profundo respeito àquele magnífico patrimônio que, com visceral reverência, zelavam e continuam a cuidar. Diziam que os preservavam, por terem sido feitos por seus ancestrais, muitos dos quais se haviam encantado antes da ocupação colonizadora portuguesa e outros, durante e/ou depois que ela ocorrera. Em síntese, as comunidades que a acolhiam demonstravam ser o exato e extremo oposto do que, lamentavelmente, sobre si e a respeito de sua identidade, considera-se grande parcela da população brasileira.

O brasileiro pode não ter autoestima, mas o pouco que tem utiliza para dizer: “Posso ser a escória do mundo, mas índio não sou, tupis e tapuias são os outros”. Mesmo no Amazonas, quando se chama um ribeirinho de feições mongólicas de índio, ouve-se a resposta indignada: “Índio, não. Caboclo”.

Os brasileiros, no entanto, são mais índios do que gostam de admitir; e, mais surpreendente, os índios, os de 1500 e dos demais séculos, são muito mais brasileiros do que supõe o

mito do bom selvagem (também bom imbecil), em plena vigência no século XXI. (SCHOMMER, 2012, p. 5).

Até recentemente, prevalecia a concepção da historiografia oficial de que os indígenas da região semiárida do Nordeste do Brasil teriam sido dizimados, quando e/ou enquanto se implantavam as fazendas para a criação extensiva de animais domésticos. Novas abordagens da história sugerem, porém, que, no processo colonizador europeu, os povos autóctones tiveram participação ativa. Constata-se ter consistência a proposição de que eles garantiram sua sobrevivência física e cultural, pela estratégia da negociação em que, por questão de sobrevivência, relegaram sua identidade étnica a plano secundário. No presente trabalho, apresentam-se dados documentais a evidenciar que os grupos nativos do Médio e Submédio São Francisco se miscigenaram e fizeram-se vaqueiros, sem abandonarem as crenças, os rituais e as práticas milenares da caça, coleta, pesca e agricultura de subsistência. São fortes os indicativos de que sobreviveram, assim, muitas famílias cujos ancestrais participaram efetivamente na produção do abundante patrimônio cultural pré-colonial do Médio e Submédio São Francisco.

Não somente na área pesquisada, mas em toda região do Semiárido, do Nordeste do Brasil e da antiga Pindorama, existem muitas pessoas com feições e costumes indígenas. Quase todas dizem nada saber sobre o passado de seu grupo familiar. Há grandes porções delas que afirmam ou confirmam descender de índios, mas não reconhecem sua etnicidade ou identidade autóctone. Este não é um problema exclusivo do Brasil. Amplos setores da sociedade americana atual, embora tenham um pé, ou mesmo os dois, em alguma aldeia nativa, não reconhecem sua identidade indígena porque pensam não possuírem atributos que correspondam aos critérios e padrões de indianidade convencionalmente aceitos. Aprende-se, desde pequeno, que a realidade indígena pindorâmica é passada,

pré-histórica. Aos nativos nega-se, inclusive, a possibilidade de integrarem-se, como indígenas, no processo de evolução e construção da história brasileira.

Por amplamente divulgar-se ao longo de séculos e preservar-se na memória da população local, sabe-se hoje que, aos pés da Serra do Mulungu, junto à foz do Riacho homônimo, na margem direita do Rio São Francisco, implantou-se a histórica unidade administrativa da Igreja Católica Apostólica Romana setecentista. Para integrá-la, pragmática e operacionalmente, à sociedade colonialista dos curraleiros¹, os evangelizadores pioneiros, incumbidos de catequizarem os grupos nativos, implantaram-na no exato local onde se havia antes sediado uma aldeia autóctone. Era praxe assim proceder, no Sertão de Rodelas, cujo território estendia-se de Moxotó, próximo a Paulo Afonso, junto à fronteira do atual estado de Sergipe, até Carinhanha, limitrofe com Minas Gerais². Assim, sabe-se hoje que a aldeia de São José da Barra de Sento Sé era habitada por um grupo do povo Sentocé-Amoipirá, de raiz e tronco Tupinambá.³

¹ “Para administrar de perto suas propriedades, os membros da Casa da Torre fundaram a Vila Imperial na então Aldeia de Sento Sé. Na oportunidade, os índios da região estavam já em número reduzido e sem recursos, devido à incessante escravidão a que eram submetidos, desde 1543, quando a expedição de Duarte Coelho subira o Rio São Francisco. Devido ao grande número de fazendas existentes, o Rio São Francisco ficou então conhecido como Rio dos Currals.” (KESTERING, 2019a, p. 209).

² Frei Martinho de Nantes, um dos primeiros missionários a doutrinar os Cariris, nas margens médias do rio São Francisco, chamou aquela ribeira de **sertão de Rodelas**, território entre o rio Carinhanha e a foz do rio Moxotó, de onde derivou (sic) importantes vilas das capitânicas da Bahia (Urubu), de Pernambuco (Barra e Pilão Arcado) e do Piauí (Mocha, Parnaguá e Jerumenha). (NANTES, 1979, p. 68 *apud* ARRAES, 2017, p. 66).

³ “Os Tupinambá só sobreviveriam ao impacto da conquista através da migração, como haviam feito os grupos egressos de Pernambuco que teriam reconstituído a coesão tribal, em lugares distantes da presença europeia.

Amoipirá [era] um grupo tupi que habitava o Rio São Francisco na segunda metade do século XVI. Gabriel Soares descreveu esse grupo como possuidor dos “mesmos costumes e gentilidades” dos Tupinambá, bem como a mesma língua, embora guardando algumas diferenças “em alguns nomes próprios”. Descendente dos Tupinambá, esse grupo afastou-se para o interior, frente ao avanço de seus inimigos e adotou o nome por “seu principal se chamar Amoipirá”. (SOARES DE SOUSA, 1971 [1587], p. 334-335 *apud* MONTEIRO, 2001, p. 32).

Por causa de conflitos evidenciados em consequência da chegada dos europeus ao Submédio São Francisco, parte do povo Amoipirá migrou para o Sudeste do Piauí. Outras parcelas dessa gente nativa mudaram-se para novos territórios hoje pertencentes a estados como Maranhão, Goiás, Tocantins e/ou outras unidades administrativas.⁴ Da mesma forma que os Tupiná, Okrém, Tamoquim, Kaimbé, Guegué, Mocoá e Acoroá, vários núcleos familiares do grupo Amoipirá, porém, quais eram os Sentocé, Crinquirim, Timbó e Urucé, permaneceram na região onde protagonizaram o surgimento de muitos dos históricos povoados ribeirinhos⁵.

Nesse sentido, davam as costas para a história, para não serem vítimas dela.” (FLORESTAN FERNANDES, 1975 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 28).

⁴ Em 1658-1659, o domínio dos Amoipirá em Zauípe (aproximadamente 10° de latitude Sul, na margem esquerda do São Francisco) foi conquistado por Ávilas de Pernambuco. (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1919, IV-V, p. 69). Após a revolta dos índios Piauhy, em 1713, eles emigraram com outras tribos, rumo à região de fronteira dos estados do Piauí, Maranhão e Goiás. (ALENCASTRE, 1857, p. 23 *apud* KESTERING, 2021, p. 23).

⁵ “Diz-se, em história oral, que o primeiro contato pessoal entre portugueses e índios ocorreu por acaso. Garcia d’Ávila II teria encontrado enfermo o chefe indígena da Etnia Amoipirá. Cuidou dele e conseguiu curá-lo da enfermidade. Desse contato teria nascido uma amizade longa e proveitosa para ambos. Há versões que diferem desse relato nos detalhes, mas preservam a essência dos fragmentos que se alojam nas conexões neurais do povo Sento Sé.” (KESTERING, 2019a, p. 210).

Nas margens próximas do Rio São Francisco, em solos aluviais quaternários e adjacências, predominavam os sítios [arqueológicos] com vestígios relacionados à vida cotidiana. A muitos deles a população local referia-se como **antigas aldeias de índios** (grifo nosso). Neles predominavam restos de cerâmica, mas havia também fragmentos líticos, pilões em rocha, machados, batedores, moedores, pedras com sinais de uso, lascas, carvão, cachimbos, aribés e fragmentos ósseos. CALDERÓN *et al*, 1977, *apud* KESTERING, 2001, p. 30).

Para sobreviverem, em contexto social diverso, adverso e mais abrangente, pela aplicação da estratégia de mudanças culturais, religiosas e/ou políticas, sutis em alguns momentos da história, radicais em outros, renovaram o estoque dos atributos de sua identidade.⁶ Assim, muitos dos guerreiros autóctones fizeram-se escravos e esmeraram-se em lides agropastoris relacionadas com a vaqueirama sertaneja, fomentada pelos membros da família dos Ávila, da Casa da Torre.⁷

A população a que os mal-chegados imigrantes portugueses caracterizaram como indígenas não desapareceu e sequer perdeu atributos básicos de sua identidade. Pela mestiçagem física e/ou cultural, integrou-se à sociedade colonial com o fornecimento de bons vaqueiros. Há mais que suficientes relatos de sertanejos a argumentarem sua bisavó ter sido nativa e corroborarem a proposição de que, “na zona pastoril, existiam poucos negros e foram assimilados muitos índios”. É que os administradores procuraram dissimular a origem

⁶ “Pequenos bandos transformaram suas culturas, para se unir a outros grupos, abandonando suas línguas, suas práticas sociais e mesmo processos econômicos, para atender às demandas da nova ordem.” (ANDERSON, 1999, p. 4 *apud* MONTEIRO, 2007, p. 30).

⁷ “A exploração, comércio e colonização dos europeus na América desencadearam transformações profundas nas sociedades indígenas através de diversos mecanismos, alguns implementados conscientemente, outros introduzidos sem a mesma intencionalidade.” (MONTEIRO, 2007, p. 33-34).

étnica dos índios, designando-os por meio de categorias mestiças (caboclo, curiboca, cabra da terra, entre tantos outros). Ao nomear os índios coloniais com tais categorias de mestiçagem (o que produziu uma “**invisibilidade**” dessas populações), aproveitavam a brecha na legislação que não impedia o cativo de mestiços e, com esse expediente, legitimavam a escravidão. (ABREU, 1998, p. 200; RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 19 *apud* KESTERING, 2021a, p. 11).

É notório que, no processo de colonização europeia do Vale do Rio São Francisco, essencialmente patriarcal, as mulheres brancas, de tradição religiosa eminentemente tridentina, submetiam-se servilmente a seus maridos. “Se de um lado o corpo [delas] era objeto de desejo e prazer, de outro, ele era reprimido pelos valores morais dominantes e pelas funções sociais que ele devia exercer”. (ZIELINSKI; CATTANI, 1995, p. 29-30 *apud* KERN, 2014, p. 34). Assim, a vida e as funções sociais dessas infelizes mulheres dos colonizadores portugueses limitavam-se ao gerenciamento das atividades domésticas, à procriação e educação da prole.

É incontestável que, desde os primeiros anos de ocupação da América sertaneja, as escravas majoritariamente indígenas, eram exploradas pelas madames, nas atividades domésticas e na agricultura de subsistência e, concomitantemente vilipendiadas pelos colonizadores⁸, como amantes, concubinas, prostitutas⁹ e/ou meretrizes¹⁰. Por isso, rotulavam-se a elas,

⁸ “A escravidão foi um regime perverso que se sustentou no domínio de um ser sobre o outro, em condição de propriedade, onde o proprietário tinha plenos direitos sobre o corpo do 'bem'.” (FIABANI, 2017, p. 29)

⁹ “Nas cidades, a escravidão propiciava ainda duas espécies de renda muito especiais: as 'rendas' de mendicância e de **prostituição** (grifo do autor deste).” (GORENDER, 2010, p. 500 *apud* FIABANI, 2017, p. 33).

¹⁰ “Da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as ideias entre eles correntes só valia o parentesco pelo lado paterno”. (ABREU, 1989 *apud* KESTERING, 2021a, p. 154).

discriminada e pejorativamente, com o estigma de *negras*, escravas do pecado e servis nas fornicções. A elas, a escravidão colonialista estendia-se, do eito¹¹ ao leito. “A negra [da Terra e/ou da África] era para tudo: do eito ao leito”. (CANSTATT, 1995, p. 114 *apud* FIABANI, 2017, p. 32).

Apesar de estigmatizado como elemento transgressor da moralidade católica, os concubinatos com escravas foram frequentes. Passaram a ser combatidos com maior ênfase pela Igreja no Brasil após a publicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que fixaram sua proibição, mas **mesmo no século XVIII permaneceu como uma prática difundida na sociedade** (grifo nosso). As constituições foram uma tentativa de adequação da Igreja brasileira ao reformismo tridentino de forma tardia e com as muitas dificuldades existentes no ultramar. Assim como na Europa onde o concubinato também era frequente antes das resoluções do Concílio de Trento e resistiu até se estabelecer a uniformidade pretendida pela Igreja.” (TORRES-LONDOÑO, 1999, p. 159-169; STONE, 1986, p. 88 *apud* SANTOS, 2017, p. 67-68).

Na porção medial e submédia do Vale do São Francisco, raramente as mulheres indígenas eram substituídas por negras, escravas ou forras, de origem africana¹². Nesse trecho do

¹¹ Eito é uma palavra usada para designar o espaço ou a área onde cada escravo era obrigado a trabalhar na zona rural. Equivalia a uma tarefa específica a ser realizada em área e tempo pré-determinados. Assim, tarefa passou a ser conhecida como unidade de área. É um terreno com 25 varas de cada lado. Como uma vara corresponde a 2,2 metros, cada lado de uma tarefa tem 55 metros. Assim, uma tarefa corresponde a 55 m x 55 m, ou seja, 3.025 m² ou 0,3025 hectares.

¹² “Os indígenas se adaptavam facilmente à pecuária. Tudo indica que foi com base na mão-de-obra local que se fez a expansão da atividade criatória”. “Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão-de-obra indígena, (...) O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. (...) A documentação colonial destaca, por igual, as aptidões dos índios para ofícios artesanais,

Semiárido do Nordeste do Brasil, elas desfrutavam, assim, a fama de ordinárias e/ou devassas, por desempenharem eficientes préstimos na seara da sensualidade e/ou sexualidade, a saciar rotineiramente a libido dos senhores fazendeiros e iniciarem seus filhos, os varões adolescentes, na arte de portarem-se como malversados reprodutores¹³. (RUSSELL-WOOD, 1997, p. 1-34 *apud* SANTOS, 2017, p. 61).

Para além dos arranjos matrimoniais tradicionais, existiu também na América portuguesa uma gama de relações sexuais e afetivas que ocorriam ao largo da heterodoxia da Igreja Católica. (...) Esse conjunto de relacionamentos, que incluía desde a fornicação, adultério, concubinato até a coabitação, foi extremamente frequente, bastando analisar o alto índice de filhos ilegítimos [de pais incógnitos], batizados nas freguesias brasileiras.

A mais comum das formas dava-se nas relações entre os senhores brancos e suas escravas. As especificidades da sociedade colonial levavam **os proprietários de índias e negras a ampliar seu domínio à posse sexual, ampliando os horizontes da exploração social** (grifo nosso). Não se limitava somente aos grandes senhores. **Homens simples também**

como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros. (...) A função básica da indiada cativa foi, porém, a mão de obra na produção de subsistência. Para isso, eram caçados nos matos e engajados na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios". (FURTADO, 1964, p. 75-76; RIBEIRO, 1995, p. 99 *apud* KESTERING 2021a, p 32).

¹³ "Escrevendo a Tomé de Sousa, Nóbrega (1988, p.75) muito lamentou quanto ao comportamento dos portugueses, tendo afirmado que 'se contarem todas as casas desta terra, todas acharão cheias de pecados mortais, cheias de adultérios, fornicações, incestos e abominações, em tanto que me deito a cuidar se tem Cristão algum limpo nesta terra'. Inquieto diante desta situação, ele chegou a anotar: 'somente temo o mau exemplo que o nosso cristianismo lhe dá, porque há homens que há sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres"'. (CORRÊA, 2018, p. 260).

mantinham relações sexuais com suas cativas (grifo nosso). O Direito Canônico dificultava e impunha restrições aos casamentos inter-raciais, que foram extremamente raros, mesmo quando, eventualmente, os senhores fossem realmente desejosos de sacramentá-los, o que não era regra, pelo evidente preconceito racial existente. (VAINFAS, 1997, p. 84-87 *apud* SANTOS, 2017, p. 65).

Observe-se que, no Submédio São Francisco, 190 km à jusante da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, missionários, curraleiros e indígenas pautavam suas vidas por lógicas diametralmente antagônicas. No Século XVII, os nativos do povo Cariri, por exemplo, em processo de catequização na missão de Aracapé, eram naturalmente permissivos no exercício e/ou usufruto pleno da lascívia¹⁴.

Praticavam o adultério, a que não davam nenhuma importância. (...) Não são poucas as [índigenas] que se oferecem aos homens para o mal, se neles percebem qualquer fraqueza, ou se podem esperar algum proveito, pois que não têm nem vergonha natural, nem temor de Deus. (...) Como eram extremamente embrutecidos, e como a sua nudez lhes fizera perder o pudor natural, **não há tipo de**

¹⁴ "Aracapé. Ilha. No rio São Francisco, entre este Estado [Pernambuco] e o da Bahia, na altura do Município de Cabrobó, e próximo das cachoeiras de Emburema e Desacata Calção. Fica situada em frente ao riacho da Brígida. Primeiramente foi uma aldeia de índios Cariris, da qual se encontram notícias positivas de sua existência já em 1674, como se vê de uma patente passada pelo Visconde de Barbacena, Governador Geral do Brasil, em 29 de agosto daquele ano, conferindo ao índio Tomé de Urará o posto de capitão dos Cariris da ilha de Aracapé. Em 1724 era essa aldeia dirigida por um missionário capuchinho, como consta de uma carta do Vice-Rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, dirigida em 14 de novembro daquele ano ao Padre Frei Agostinho, capuchinho missionário da Aldeia de Aracapé, sobre negócios da mesma Aldeia, conforme se vê do competente registro. Em meados do século XVIII ainda existia a aldeia de Aracapé, de índios da nação Cariri, e pertencia ao termo do sertão de Cabrobó, em Pernambuco, como refere D. Domingos de Loreto Couto na sua obra Desagravo do Brasil e glórias de Pernambuco." (LIMA SOBRINHO, 1979, p. 112 *in* NANTES, 1706).

desregramento contra a pudicícia que não cometam, alguns em idades tão tenras que poderia parecer incrível: numa palavra, era uma desordem assustadora (grifo do autor deste). Não há necessidade de dizer mais, para não ferir almas castas que pudessem ler esta pequena Relação. (...) Ora, [os maridos] abandonavam facilmente a sua mulher para tomar outras; essa liberdade era recíproca. (NANTES, 1706, p. 4, 6 e 44).

Para conquistarem o paraíso *post mortem*, as famílias de origem portuguesa farisaica aparentavam pautar sua vida com base nos princípios religiosos repressivos, de fundamentação estoico-judaica da Cristandade tridentina¹⁵. Os nativos, por sua vez, com absoluta naturalidade e transparência, primavam pelo usufruto pleno da vida, pode-se até dizer, do jeito que Jesus de Nazaré propunha a seus seguidores, como no livro sagrado, em João 10,10, se constata: Eu vim para que todos tenham vida e tenham-na em abundância.¹⁶

¹⁵ Para o estoicismo, Deus é a razão (alma) do mundo, que penetra tudo e sua providência é a lei do mundo. Entretanto, por uma forma de espírito invejoso de Deus, o cosmos está desvirtuado e nos leva a nos separarmos de Deus. Consequentemente, a salvação não está em adaptar-se à realidade do cosmos ou à contemplação de sua beleza, mas na fuga do mundo sensível e do próprio corpo, através da gnose. Só pela gnose, uma espécie de ascese da mente se pode caminhar em direção ao ápice supremo da alma que é Deus. (BRIGHENTI, 2019 *apud* KESTERING, 2020a, p. 37).

¹⁶ Nas concepções da religião cristã, tanto o corpo como a mente têm interpretações distintas a atributos diferenciados, em termos qualitativos. “A mente é canonicamente superior à matéria” e deve, portanto, ser, juntamente com a consciência, “guardiães e governantes do corpo”. Esta ideia de subordinação do corpo à mente, “degrada o corpo; seus apetites e desejos são encarados como cegos, obstinados, anárquicos ou [na Cristandade] radicalmente pecaminoso; pode ser encarado como a prisão da alma”. Percebe-se como tais noções podem levar a um policiamento da nudez corporal. (...) O controle do corpo através do vestuário está associado à vida civilizada, tanto nos povoados como nas cidades. Entretanto, como sabemos que no espaço social o corpo existe em relação a outros corpos, podemos imaginar que a nudez, principalmente a das indígenas, não era

Na filosofia grega, [definia-se como ascese o] conjunto de práticas e disciplinas caracterizadas pela austeridade e autocontrole do corpo e do espírito, que acompanham e fortalecem a especulação teórica em busca da verdade; [na Cristandade] e em todas as grandes religiões, conjunto de práticas austeras, comportamentos disciplinados e evitações morais prescritos aos fiéis, tendo em vista a realização de desígnios divinos e leis sagradas”. (GOOGLE, 2019 *apud* KESTERING, 2020a, p. 25).

Naquele pedaço de chão semiárido, a pregação colonialista embasada na filosofia estoica e nas crenças judaicas, de linearidade vertical, não conseguiram reduzir os naturais impulsos hormonais, sintonizados com a original estrutura espiritual dos nativos sertanejos¹⁷. A intolerância religiosa, imposição cultural, repressão sexual e perseguição fundamentalista dos evangelizadores tridentinos não conseguiram erradicar a natural estrutura do comportamento nativo, para implantar as maléficas tradições repressivas do Velho Mundo¹⁸. Os autóctones viviam a pureza original do

apenas um problema moral, considerado grave pelos jesuítas. A exposição do corpo era, também, a fonte de constantes problemas de consciência para os próprios missionários.” (KERN, 2014, p. 33).

¹⁷ “Batizado, casado com Clara Camarão, prosélito do catolicismo, nem por isso Felipe [Camarão] abandonara todos seus hábitos e é provável que se desse o mesmo com seus descendentes. A prova está numa queixa enviada à Coroa pela Câmara de Salvador em 1638, quando o rei católico dos potiguaras estava ali acampado com suas tropas. Reclamavam os oficiais camarários das mordomias exigidas por Felipe e seu **harém de índias** (grifo nosso). A Igreja, nesses casos, mantinha os olhos semicerrados. A permanência do clero nas terras do Brasil dependia de chefes militares indígenas como Camarão. A suas exigências curvavam-se, como se curvavam as autoridades, pois a Coroa enviou resposta ao governo dos municípes soteropolitanos, mandando não criar caso com o ilustre defensor das conquistas ibéricas.” (SCHOMMER, 2012).

¹⁸ “Há estreita relação da felicidade com o usufruto regular do orgasmo compartilhado com quem se ama. Pelo ápice do prazer sexual liberam-se

paraíso terreal, sem a mínima noção de pecado e qualquer sombra da coibição sexual que dela decorresse¹⁹.

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, [como os outros], deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2003, p. 161 *apud* SOUZA; SAYÃO, 2011, p. 41).

Ao tempo em que as aldeias eram hostis à pregação dos jesuítas e aos indígenas não aliados, elas eram receptivas aos ensinamentos dos pregadores de Francisco de Assis que representavam um “mal menor” em relação aos jesuítas e outros neopovoadores. Nelas, a escravidão e a repressão moralista eram relativamente mais brandas que entre os

hormônios essenciais à felicidade e/ou alegria de viver e, pelo compartilhamento dele, fortalece-se a autoestima recíproca, no constatar e sentir eficaz desempenho pessoal em proporcioná-lo à pessoa amada. Nos meios da ciência médica psiquiátrica, reconhecem-se como quarteto da felicidade os hormônios: **endorfina, dopamina, serotonina e ocitocina**. A falta deles, em conjunto ou individualmente, gera insônia, estresse, palidez, fadiga e irritabilidade; tristeza no olhar; sonolência diurna; baixa energia; fraca autoestima; perda de equilíbrio; dificuldade para sorrir; secura nos olhos; câibras musculares; espasmos e/ou tremores; pensamentos suicidas e alucinações; falta de expressões emocionais; frieza em demonstrar sentimentos; medo e fobias; diminuição da libido, função cognitiva, memória e atenção; mau humor e depressão.” (BRÁULIO, 1976 *apud* KESTERING, 2023a, p. 196-197).

¹⁹ “Os primeiros relatos do Novo Mundo, diários e cartas de Caminha e Vespúcio, nos mostram um padrão estabelecido pelos colonizadores na descrição do nativo, ‘são seres belos, fortes, livres, sem fé, sem rei e sem lei’, os primeiros navegantes estavam convencidos de que haviam chegado ao paraíso.” (CHAUÍ, 2005 *apud* SANTOS, 2016, p. 17-18).

curraleiros e pregadores inacianos²⁰. Além disso, importa mencionar que, nas missões entre os Kariri, nos séculos XVII e XVIII, a prática pastoral de alguns jesuítas italianos se chocava visceralmente com a ortodoxia dos portugueses, “com práticas “transculturais”, isto é, adotando costumes nativos.” (POMPA, 2003; ALDEN, 1996, p. 267-272 *apud* Monteiro, 2007, p. 32).

Por serem mais tolerantes que os jesuítas, interessavam-se os capuchos [e italianos] mais por civilizar que converter ao catolicismo. Serviam-se de seus hábitos, sem a eles frontalmente se contraporem, para disseminar, com sutileza, as ideias religiosas de linearidade vertical. Pouco ou quase nada de rendimento obtinham com sua pregação. Não se inibiam com isso, porque seu objetivo maior era viver a pobreza recomendada por Francisco de Assis, nos moldes do que faziam os primeiros cristãos. (KESTERING, 2020a, p. 129).

Com os memoráveis e simpáticos *abará*, capuchos e itálos, os catequisados tinham acesso a determinados direitos, como a manutenção da utilização coletiva do território e o continuísmo de algumas de suas tradições nativas. Assim, as aldeias se constituíam importantes espaços de socialização de indivíduos e etnias. Pesava muito, em favor dos catequisados autóctones, a relativa liberdade que se lhes concedia, para ausentarem-se temporariamente das missões e visitarem, com regularidade, os sítios e roças onde moravam suas famílias.²¹

²⁰ “Não hesitavam [os jesuítas] em promover guerras entre os nativos se isso fizesse parte da estratégia. Criticavam os colonos, desenhando um quadro de bárbara opressão destes contra aqueles, para tomarem deles a direção e os benefícios do trabalho indígena. Aliás, não só do trabalho como das lealdades políticas. “Este país é nossa empresa”, dizia Nóbrega. Colonos e chefes locais só seriam poupados da pena ferina e mistificadora dos jesuítas, se prestassem vassalagem a esses, nunca enquanto independentes.” (SCHOMMER, 2012).

²¹ Os sítios e roças haviam se transformado em uma espécie de retiro espiritual, onde os índios realizavam suas festas e rituais, sem o incômodo da repressão colonial. Nesses encontros, executavam práticas mágico-

Desempenhando serviços diversos, os aldeados tinham a oportunidade de interagirem com um mundo que ia além dos limites das missões, favorecendo o contato com diferentes indivíduos, costumes e práticas no tempo em que estavam ausentes de suas povoações. (...) Se de fato os serviços prestados pelos índios, fora dos aldeamentos, propiciaram novas vivências e experiências aos mesmos, não deixa de ser verdade também que eles abriram brechas para deserções. Fora da vista dos padres, existia a possibilidade de se escapar do trabalho forçado ou de fugir para um local distante, em um momento de descuido na vigilância. As razões que levavam os índios a fugirem variavam, mas em muitos casos a insatisfação estava relacionada à própria obrigatoriedade de cumprir tarefas indesejadas. (...) **Fora das aldeias, não é difícil imaginar que os índios seguissem por caminhos bem diferentes do que os missionários projetavam em relação aos mesmos** (grifo nosso). (CORRÊA, 2018, p. 256 e 258).

Pela relativa permissividade concedida pelos evangelizadores capuchos e jesuítas italianos, considerava-se o sertão semiárido nordestino um lugar ermo, periférico do processo religioso civilizatório. Dele se dizia que os indígenas e seus parentes, incivilizados e caudatários da economia colonialista dos centros litorâneos, viviam sem lei e fora do alcance das autoridades curraleiras e dos religiosos repressores.²²

curativas movidas por danças, bebidas, pinturas e sons. Ao que tudo indica, mais que uma reunião familiar, esses momentos transformavam as roças e sítios em verdadeiros templos a céu aberto, que agregavam em sua volta um número significativo de crentes, curiosos e líderes espirituais, permitindo não somente a transmissão dos códigos, signos e linguagens de uma cosmologia identificada como indígena, mas também o restabelecimento de uma atmosfera simbólica que tornava possível a própria existência daqueles indivíduos, no violento e contraditório mundo colonial. (TRINDADE, 1803 *apud* CANCELA, 2012, p. 238).

²² “As serras sempre foram ótimos lugares para esconderijo dos escravizados procurando a almejada liberdade, seja pela dificuldade de acesso para os inexperientes dos caminhos locais, seja pela melhor equalização de defesas contra agressores.” (VIEIRA FILHO, 2006, p. 61).

Há indícios de que o trabalho missionário não foi tão eficiente como podia se esperar, pois no final do século XVII (1689), os missionários e as autoridades se queixam de que “muitos tapuias, ‘daqueles da Silva (...) continuavam (com) os antigos ritos sem se doutrinarem” como podemos verificar em Guajiru (Extremoz) ou entre os Panati, índios “pacificados e domesticados”. Ainda em 1725, os oficiais da Câmara de Natal escrevem uma carta ao Rei de Portugal, para dar conta da rebeldia dos índios aldeados que “ao mesmo tempo [que] vão às missas, continuam idolatrando e usando seus “gentílicos ritos”, voltando “para seus costumes antigos”, sem administração dos padres, como aconteceu na Missão de Guajiru, em 1756, quando o jesuíta Antônio Vaz voltou para Recife. (PORTALEGRE *et al.* 1994, p. 121, 160, 164 e 169 *apud* CAVIGNAC, 2003, p. 17-18).

No Sertão de Rodelas a que se vinculava a Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, queixavam-se alguns missionários franciscanos que, no Século XVII e XVIII, dedicavam-se à evangelização dos indígenas. Diziam que faltavam sacerdotes para atender os colonos ocupantes das terras vizinhas às aldeias porque o trabalho com os nativos demandava dedicação integral. Argumentavam que sua tamanha rudeza exigia não os perder de vista um só instante porque “são de tais gênios que, em se vendo sem os padres, já se soltam em desmanchos”. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 31, p. 22-26 *apud* SANTOS, 2014, p. 129).

Deste estado de coisas decorria o atraso na administração dos sacramentos e sua ausência na hora da morte, o desprezo pelos preceitos eclesiásticos, feitiçarias, curas, superstições, agouros e sortilégios, omissão dos pecados próprios e alheios, falta de punição e até de arrependimento, enfim, o “promiscuo trato, que tem os moradores com as Aldeias mansas”, do qual nasciam os mamelucos, filhos de cristãos, mas criados como gentios, educados pelas mães “na barbaridade de seus ritos”. **Em síntese, segundo o autor do documento, quase todos os moradores do sertão viviam e**

morriam à maneira de gentios (grifo nosso), motivo de espanto por serem habitantes de terras “que tem o nome de Colônias de Portugal”. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO *apud* SANTOS, 2014, p. 130).

Na primeira oportunidade que dispunham para distanciarem-se dos missionários, muitos nativos, abdicavam da catequese e dos preceitos estoicos ensinados nos centros missioneiros. Os catequizadores caracterizavam esse padrão de inconstância comportamental, como traço cultural nativo indelével. Longe dos religiosos, passava a compreensão de que se tratava de autêntica manifestação do atavismo a suas tradições culturais e religiosas, associado à consequente resistência à colonização e ao processo civilizatório²³.

Sobre a fuga de cinco casais de sua missão de São Gonçalo do Salitre para a Fazenda de Sargento, de propriedade da Casa da Torre, [Frei Ângelo de Santo Alberto, religioso do Carmo] diz ter conseguido apreender um dos fugitivos (...) Os casais, provavelmente, fugiram da missão por não concordar com os trabalhos exigidos deles na condição de aldeados e foram procurar melhores condições de vida em outras paragens, na companhia de pessoas de confiança e amigos com quem podiam contar, como na oportunidade do resgate, mas o religioso não concordava em ver seu rebanho minguar, por isso as reclamações. (VIEIRA FILHO, 2006, p. 75).

Apregoa-se, ainda hoje, pela tradição oral conservada entre os vaqueiros da Fazenda Tatauí, em Sobradinho – BA, que indígenas aldeados na Missão de São Gonzalo do Salitre e de Nossa Senhora das Grotas, na Passagem do Juazeiro, realizavam frequentes visitas a suas famílias. No seio delas, nos boqueirões, grotas e/ou morros residuais, adjunto aos brejos

²³ “Exigia-se do índio imediata renúncia a todos os seus hábitos, tendências e costumes nativos, e ainda respeito às leis e uma religião que ele desconhecia.” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 248 *apud* ARRAES, 2012, p. 93).

que no Século XVIII vinculavam-se à Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, caçavam, cultivavam pequenas caiçaras e realizavam rituais de sua tradição milenar. Por certo, não era diferente o proceder dos grupos familiares que ocupavam as outras feições de relevo da unidade administrativa daquela interiorana Igreja setecentista.

Ali, sem a presença física e simbólica de autoridades e instituições coloniais, realizavam um sem-número de práticas consideradas pelos luso-brasileiros como evidências de vadiagem, superstição e selvageria, pois em tudo se distanciavam das ideias de trabalho sistemático, produção mercantil, sociedade civil e civilidade cristã que a política indigenista vigente tentava impor aos grupos indígenas. No entanto, mais que um lugar anticolonial, como pareciam compreender a alguns colonos, esses sítios e roças eram lugares que, embora subvertessem temporariamente a ordem daquela sociedade, serviam também para o seu fortalecimento à medida que permitiam a construção de novos laços de sociabilidade entre vários sujeitos, a formação de uma cultura mestiça enraizada em vários códigos, signos e linguagens e a produção dos limites de tolerância do próprio sistema de dominação vigente. (CANCELA, 2012, p. 237).

Fato é que os indígenas de Sento Sé, diferentemente do que se dizia ocorrer no Sul e Sudeste do Brasil, sobreviveram à hecatombe do extermínio físico e cultural. Nos séculos XVII e XVIII, eles tiveram participação ativa na construção da história do Submédio São Francisco.

Apesar de fundamentada em algumas verdades, a crônica da destruição e do despovoamento já não é mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas nestas terras. O que se omite com tal abordagem são as múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades que se apresentaram como respostas criativas às pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação. O caminho ainda é longo e bastante incerto; mas vários

antropólogos e historiadores já vêm dando passos na direção certa. (FAUSTO; MONTEIRO, 2007, p. 61).

Objetiva-se, assim, com este trabalho de pesquisa, levantar informações históricas e dados arqueológicos, para resgatar atributos da identidade indígena de parcela significativa da população sertaneja que preserva genomas e traços culturais dos indígenas da região semiárida em que se insere o Médio e o Submédio São Francisco. Quer-se destruir imagens estereotipadas, para ajudar na construção de uma ponte entre a história etnocida e o passado desconhecido do indígena brasileiro.

Para concretizar o objetivo proposto, buscaram-se, nos livros eclesiásticos e cartoriais da região semiárida do Nordeste, informações que contribuíssem para o resgate de atributos da sua identidade indígena sertaneja. Para destruir imagens estereotipadas e visões distorcidas da historiografia oficial, mostram-se, por isso, fragmentos de documentos que comprovam como se deu a prática do etnocídio ideológico e, paradoxalmente, a resiliência com a consequente sobrevivência física e cultural do indígena Sentocé.

No primeiro livro eclesiástico da Freguesia de Sento Sé, Arcebispado da Bahia (1752-1783), há registros de que, na segunda metade do Século XVIII havia indígenas de nações conhecidas. Há referências da nação Caimbé cujas tribos ocupavam o Sítio do Brejo Novo, nas Serras do Assuruhá, território do atual Município de Gentio do Ouro – BA. Havia, também, indígenas da nação Guegué, Guegoá ou Guega. Estes viviam como escravos, na Fazenda das Carnaíbas, em Xique-Xique. A maioria deles, porém, não tinha mais nação definida. Constituía-se de caboclos genéricos. Há registros desses indígenas no Sítio São Pedro e na fazenda de Utinga.

2 A OCUPAÇÃO PORTUGUESA

No final do Século XVI, ocorriam frequentes incursões de aventureiros portugueses, interessados em implantar arraiais ou povoações no Sertão das Jacobinas, sobretudo no Vale do Rio Salitre onde se dizia existirem jazidas de ouro, diamante, prata e pedras raras e/ou semipreciosas como a ametista²⁴. As principais entradas quinhentistas, em busca dessas riquezas minerais, foram as de Romão Gramacho, Gabriel Soares de Souza e Belchior Dias Moreia, o Muribeca²⁵.

É provável que Belchior Moreia seja o primeiro bandeirante a penetrar nessa região. Organizou uma entrada que longamente percorreu o sertão durante oito anos, lá pelo final do século XVI. Sua demora foi tamanha, a ponto de supor sua família que ele houvesse perecido nos grotões do interior cobiçado.

Belchior Moreia revelou ter encontrado fabulosas minas de prata, entretanto, afirmou que só revelaria a sua localização caso tivesse a garantia das promessas de privilégios pelo Governo-geral. Como seus requerimentos não foram atendidos pelas autoridades, morreu sem revelar a sua devida posição. O que despertou nas sucessivas gerações o interesse pela célebre “lenda sobre as minas de prata”. (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

²⁴ “A colonização do sertão foi o ‘início de um intenso processo de expansão territorial, com bandeiras cortando o sertão em todas as direções, em busca de escravo e ouro.’” (PILETTI, 1996, p. 66 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 56).

²⁵ “Por volta de 1593, [Muribeca] iniciou sua jornada para as serras e caatingas, partindo das margens do rio Real, onde possuía fazendas de criação de gado. Seu roteiro focalizou as serras da Jacobina e Pedra Furada. Pelo rio São Francisco alcançou a vertente da chapada da Diamantina, ausentando-se por oito anos dos centros urbanos litorâneos. Somente em 1601, o Muribeca, julgado morto pelos seus familiares e conhecidos, retornou à Bahia com amostras minerais.” (BANDEIRA, 2000, p. 125 *apud* ARRAES, 2012, p. 46).

Frustradas as primeiras investidas em busca de pedras preciosas, mudou-se o foco dos interesses dos colonizadores. O sertão nordestino ficou isolado ou pouco comunicável por mais de cem anos. Isso ocorreu grandemente em função dos mitos criados pelos primeiros catequizadores sobre feras, indígenas bravios e grupos antropofágicos, bem como, por conta da falta de interesse da Coroa lusa em povoar o Semiárido. (ARRAES, 2012, p. 100).

Mesmo com a efetivação da política colonizadora, através da centralização do poder exercida pela figura do governador geral, esta região continuou sendo espaço de isolamento, desconhecimento e dúvidas. A miragem do ouro e da prata não firmou o povoamento do lugar, conseqüentemente, não fixou o homem ao chão. A mineração do sertão foi uma economia frustrada. (ARRAES, 2012, p. 50).

A interromper a monotonia do desinteresse pelo sertão nordestino, em 1646, Garcia d'Ávila II e seu tio, o Padre Antônio Pereira, requereram à Coroa Portuguesa, a doação oficial de “uma terra sita no Rio de São Francisco, na parte onde chamam as aldeias do Rodelas”. (FONSECA, 1996, p. 25). Com o consentimento de um destemido guerreiro nativo, por conta e risco deles próprios, desde 1641, os membros da Casa da Torre já estavam a ocupá-las, com a criação extensiva de gado *vacum*, equídeos, asininos e miunça animália unglada²⁶. Argumentavam, então, que já haviam despendido mais de dois mil cruzados na educação dos grupos indígenas e na implantação de fazendas, em terras que eles tacitamente

²⁶ “O gado adentrou facilmente através dos leitos e dos vales dos rios, resultando em lutas entre os indígenas e os adventícios na construção de um novo espaço para a colonização, as *ribeiras*, ricas em vegetações propícias à sua alimentação, principalmente espécies coriáceas presentes nos descampados. Igualmente, as áreas de salinas e barreiros de sal, os lambedouros, auxiliaram na escolha do modelo empreendido pelos portugueses.” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 203).

reconheciam e/ou admitiam não lhes pertencer de fato e por direito. Sabiam que, de fato elas pertenciam aos grupos indígenas²⁷ e, por direito, à Coroa Portuguesa.

Embora anote, aqui, o ano de 1646 referindo-se à conquista, o que se deu nesse ano não foi ainda isso, porém, conforme escreve documentalmente em História da Casa da Torre, o descobrimento das aldeias dos índios Rodela (“o rio São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas”, que são muitas”, diz a transcrição do papel, adiante). A conquista do chamado Sertão de Rodelas que, segundo outros autores alcançava o Piauí e, subindo o rio São Francisco chegava ao rio Carinhanha, viria depois, sendo seu promotor Francisco Dias d’Ávila, o segundo desse nome, e custaria muito sangue indígena. Aliás, não foi nesse ano de 1646 senão o requerimento da sesmaria, eis que estando as terras já então “povoadas de gados”, como aí se anotou, seu descobrimento se dera anteriormente. Recebendo em 1641, o título de capitão de ordenança, esse segundo Garcia, percorria, a partir de então, os caminhos sertanejos, a seu lado o tio Padre que, no ano seguinte, casá-lo-ia com sua irmã Leonor. Pouco antes, em 1639, um moço indígena que se fez célebre com o nome de Índio Rodelas, capitaneava duas centenas de seus irmãos, na luta contra o invasor holandês. Não se sabe se Garcia d’Ávila, que, segundo Pedro Calmon, também esteve nesse campo de luta, o conheceu pessoalmente. Não há registro de que seu período de campanha coincidissem com o do índio. Entre 1639 e 1641, só são dois anos, e não é impossível o encontro dos dois chefes guerreiros, cada qual no comando de um troço militar. Sabia,

²⁷ “Devido à necessidade de proteína animal, as tribos indígenas que habitavam a região restringiram-se, principalmente, ao vale do Rio São Francisco e às margens dos grandes confluente onde podiam pescar, pois desses povos nem todos os grupos eram horticultores. (...) Na Bahia, os maiores tributários do São Francisco, historicamente associados a tribos indígenas, são o Paramirim, o Rio Grande "do Sul", o Verde Pequeno, o Jacaré, o Salitre, o Riacho do Rio Comprido, e o Curuçá [ou Curaçá].” (HOENTHAL, 1960, p. 37).

sem dúvida, de seus feitos heroicos e teria informações sobre suas terras no Rio São Francisco. E ávido por terras como era, mais que os antepassados, disso tratariam, amigavelmente, quando do descobrimento das aldeias do Rodelas. Aliás, está escrito em Serafim Leite, que o índio Rodelas “matara 80 holandeses, favorecendo um português que se lhe acolheu para o sertão”. (FONSECA, 1996, p. 24 *apud* KESTERING, 2020 a, p. 155-156).

Nos primeiros tempos, isto é, na década de 1640, à sombra da liderança e fama que Francisco Pereira Rodelas conquistara na guerra contra os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, ocorreu, assim, a ocupação portuguesa do Vale do Rio São Francisco. Deu-se ela por força de entendimentos que se fizeram entre os representantes da Casa da Torre e os líderes indígenas locais. Nessas negociações, pelo artifício do bombardeio ideológico e proselitismo paternalista, aos nativos parecia terem participação ativa nas negociações que, sob seu ponto de vista, estava a trazer-lhes benefícios²⁸.

Dizem o Capitão Garcia d’Ávila e o Padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o Rio de São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam aldeias de Rodelas, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndio de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias, que são

²⁸ “Foi fraco, entretanto, perceber-se, no sertão, o curso do sangue negro. Porque do pastoreio cuidaram o índio domesticado, o mestiço filho do homem branco com a índia abroquelados no vazio dos sertões distantes e ermos, exilados do mundo agitado, distanciados da censura, pelos longos parênteses afogueados dos horizontes vazios e silenciosos.” (BOAVENTURA, 1989, p. 76 *apud* VIEIRA FILHO, 2006, p. 38).

muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras, lhas entregaram e, como tais, as povoaram de gado. (FONSECA, 1996, p. 25 *apud* KESTERING, 2020a, p. 156).

Somente no dia 22 de abril de 1651, cinco anos depois de requerem-se as terras e dez anos de sua efetiva ocupação, o Governador Geral João Rodrigues de Vasconcelos e Souza concedeu a sesmaria solicitada. Estendia-se ela, da Cachoeira de Paulo Afonso, a leste, ao Rio Salitre, a oeste; do Rio São Francisco, ao norte, ao Rio Real, ao sul²⁹. (Fig. 1).

(...) hei por bem, e lhes faço em seu Real nome dar de sesmaria a terra que contém a sobredita Carta, que dela lhes havia passado, que é toda terra que se achar desde a primeira cachoeira, que o Rio São Francisco faz, por ele acima até ultrapassar a última aldeia dos Cariri guaçus, com as ilhas, pontas, enseadas, pastos, matos e água, que a dita terra em si tiver, e da dita cachoeira para baixo até entestar com terras que estejam povoadas, e para a banda do sul, que é o limite da Capitania de Sergipe Del Rei toda a terra, que se achar até entestar com o termo desta da Bahia pelo termo que a divide no sertão, (...) dar em nome de Sua Majestade as terras nela contidas ao Capitão Garcia d'Ávila e ao Padre Antônio Pereira pelos respeitos acima declarados. Para Vossa Excelência ver.

²⁹ “Quanto aos índios Rodelas, é certo que estes acolheram bem os descobridores e isso está perfeitamente entendido no requerimento de sesmaria transcrito no capítulo III: ‘déspenderam mais de dois mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias’. (...) Quer dizer, com pequenas dádivas ‘compraram’ as terras e a boa vontade dos legítimos senhores e tudo a partir daí, correu tão bem, que os Rodelas estiveram presentes às guerras de matança da raça, ao lado do conquistador, mais de uma vez. Simples e ingênuos, deviam estar boquiabertos com a presença vistosa, encavalada e armada a fogo, da nova gente. A partir disso, pode-se dizer pacífica a convivência, ainda que na base do engodo. E também é justo dizer-se que a população indígena rodeleira conviveu desde os primeiros tempos com a população branco/mestiça em termos de explorado e explorador.” (FONSECA, 1996, p. 61).

(ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1651 *apud* FONSECA, 1996, p. 26-27).

Figura 1 – Sesmaria concedida a Garcia d’Ávila II e Pe. Antônio Pereira



Fonte: Google Earth (2020 *apud* Kesting, 2020a, p. 158),

Face à boa receptividade que, no Século XVI, tiveram os desbravadores em busca de minerais e, no Século XVII, os colonizadores da Casa da Torre, à ocupação de terras para criação de gado, mais do que em outras regiões do país, no Submédio São Francisco, gestou-se uma população essencialmente mestiça. Preservaram-se, destarte, muitos traços fisionômicos, bem como incontáveis e incontestáveis atributos culturais dos grupos autóctones que viviam nas ilhas e margens do caudal que se consagrou como Rio dos Currais.

Além de trabalhos que exigiam força física, os nativos serviram de guias para os caçadores de pedras e metais preciosos, supostamente localizados nos sertões. As veredas desenvolvidas pelos autóctones foram fundamentais para o conhecimento, povoamento e posse do território. Depois de

familiarizados com os catecúmenos, os portugueses viam, portanto, uma ótima oportunidade para usar seu poder como mecanismo de subjugação. (ARRAES, 2012, p. 52).

Para catequisar os indígenas e capacitá-los às atividades da mineração, do garimpo e da vaqueirama, junto à foz do Rio Salitre, 70 Km a nordeste da Aldeia Sentocé, em 1655, implantou-se a **Missão de São Gonçalo**. (OLIVEIRA, 2012).

As missões ‘foram criadas para facilitar o trabalho de conversão e, ao mesmo tempo, cooperar com o processo de colonização, através do fornecimento de mão de obra e pacificação dos nativos’. Nesse sentido, o critério para a escolha da aldeia, para sediar uma missão, era decidido pela que melhor correspondesse à expectativa de conversão. (CUNHA, 2013, p. 28; SILVA, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 55).

Somente em 1671, aproximadamente cem anos depois das primeiras entradas portuguesas ao Sertão das Jacobinas, Bento Surrel descobriu jazidas de salitre naquele vale de águas salobras. Junto ao Rio Pacuí, o principal de seus tributários, próximo à Serra dos Montes Altos, 70 km a sudeste da Aldeia Sentocé, a Coroa Portuguesa implantou, então, a Oficina Nossa Senhora da Encarnação³⁰. Nela, com mão de obra escrava, prioritariamente indígena, explorava-se e beneficiava-se aquele precioso e cobiçado minério³¹. (Fig. 2 e 3).

³⁰ “O projeto das oficinas contava com uma casa grande para tina e caldeiras onde se havia de separar o sal; um armazém para recolhê-lo depois de purificado, casas para o feitor ou almoxarife e alojamento para os índios e escravos, além de quartel para soldados em caso de sublevação indígena. As oficinas construídas no crepúsculo dos seiscentos tiveram pouco sucesso, frustrando o empreendimento extrativista, mas foram vantajosas em definir [os] sertões antes considerados incógnitos. (PUNTONI, 2002, p. 32 *apud* ARRAES, 2018, p. 4)

³¹ Conforme carta de Luiz César de Menezes, escrita e enviada aos missionários dos indígenas Payayá, catequisados na Missão do Sahy, em 12 de março de 1706. (FREITAS; SILVA, 1996, p. 42-43).

Figura 2 – A mão de obra era escrava, prioritariamente indígena



Fonte: Faustino (2024)

Escravizaram-se os índios para trabalharem em minas de extração de salitre, situadas na região de Pacuí e apossaram-se das riquezas naturais e das melhores terras dos índios. (...) A mão de obra utilizada para a extração e transporte do salitre era de indígenas como os grupos Paiajá, Sapoia, Secaquerinhem e Cacherinhem, aldeados por missionários em espaços reduzidos e definidos. Os pagamentos desse serviço nem sempre eram realizados e havia muitas denúncias de abusos, agravando as tensões entre os índios e os colonos. Vale ressaltar que os indígenas viviam misturados com outros grupos étnicos e expostos a doenças, conflitos e maus tratos. O salitre era transportado em lombo de burros para o porto da Bahia e de lá seguia para Portugal. Desse minério extraía-se a pólvora utilizada na indústria da guerra. (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

Figura 3 – Aldeia Sentocé, Pacuí e Missão de São Gonçalo



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelo autor

Sem o inicial consentimento e orientação, seguida pela escravização dos grupos indígenas locais, a exploração do salitre e a colonização pecuarista do Vale do Rio São Francisco teria sido muito difícil, inviável ou, até mesmo, impraticável, pois eles eram os práticos do sertão. (ARRAES, 2018, p. 4). Assim, infere-se que, ao alcançarem seus objetivos de efetiva conquista, na segunda metade de Século XVII, os portugueses já conheciam bem a Aldeia Sentocé, aos pés da Serra do Mulungu, na confluência do Riacho homônimo com o portentoso fluxo das cristalinas águas devotadas ao humilde Santo de Assis. (Fig. 4 e 5).

Figura 4 – Aldeia Sentocé, junto à Serra do Mulungu



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelo autor

Figura 5 – Aldeia Sentocé, junto à Serra do Mulungu



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2023)

Ainda no final daquela centúria, pela grande quantidade de animais que se criava, D. João de Lencastre promoveu a construção de uma estrada que unia Salvador da Bahia a São Luiz do Maranhão, com passagem por Juazeiro, a apenas 70 km de distância, à jusante da Aldeia Sentocé. Por esse passadouro, as boiadas das capitânias de São José do Piauí e do Maranhão transpunham o Rio São Francisco em direção à Feira do Capuame³², situada no litoral da Bahia, ao norte da cidade de Salvador³³. (Fig. 6).

O roteiro da estrada real do gado, realizado em mais de três meses de viagem, tinha início, como era de se esperar, na capital da colônia – a cidade de Salvador. Deste centro, os bois eram levados à feira de Capuame (hoje cidade de Camaçari - BA); partindo desta localidade, as reses eram tangidas sentido noroeste alcançando o povoado de Água Fria e, logo em seguida, o pouso de Jeremoabo. Após o descanso, o gado rumava para o rio São Francisco ou para a vila da Jacobina. Se optassem pelo “velho Chico” cruzava-o na passagem do

³² “Em Capuame, distante oito léguas de Salvador, o fazendeiro Francisco Dias d’Ávila, em 1618, organizou a primeira feira de gado no sistema da pecuária que ascendia naqueles tempos para o interior do Nordeste.” (MOREIRA, 1992, p. 186 *apud* ARRAES, 2012, p. 138).

³³ Para essa feira também se transportava o gado criado nas fazendas que havia no território atualmente faz parte de Sento Sé.

Juazeiro (área que envolve as atuais Juazeiro - BA e Petrolina – PE). Chegavam ao território do atual estado do Piauí, caminhando pelas margens do rio Canindé. Aportavam na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, atual Oeiras (PI), onde novamente eram comercializadas. Logo em seguida, cruzavam o rio Parnaíba, cujo pouso para alimentação era acometido na freguesia de São Bento dos Pastos Bons. A rota, de Pastos Bons, seguia às margens do rio Itapicuru, eixo fluvial navegável do Maranhão, de onde avistavam as Aldeias Altas (hoje Caxias - MA), alcançando através do rio Itapicuru, o porto de São Luís. (ARRAES, 2012, p. 103).

Figura 6 – Estrada Real do Gado, planejada no final do Século XVII



Fonte: Arraes (2012, p. 104), adaptado pelo autor

Em 1659, agregou-se nova sesmaria ao patrimônio da Família d'Ávila. A ela vinculava-se a Barra do Riacho Mulungu onde se sediava a Aldeia Sentocé. O Padre Antônio Pereira, tio de Garcia d'Ávila, recebeu aquele latifúndio que tinha o Rio Salitre como referência³⁴. Ele se estendia 20 léguas (120 km) rio acima, até a foz do Rio Bazuá, provavelmente, próximo à atual sede do município, relocada em 1977, quando se construiu a Barragem de Sobradinho. (Fig. 7). Como nas outras sesmarias do Semiárido, nela se criou muito gado que se vendia em Feira de Santana e no Mercado de Capuame³⁵.

Em 1659, o Padre Antônio Pereira obtém sua sesmaria de 20 léguas ao Sul do S. Francisco, a começar no Rio Salitre, que se constitui como o ponto de partida das 20 léguas, dez para um lado e dez para o outro. Carta de 2 de janeiro de 1659, 20 léguas pelo Rio de São Francisco acima no sertão, da parte do sul, toda a terra da barra do Rio Salitre no lugar onde se mete o Rio São Francisco, que se tomará como peão, descendo pelo Rio de São Francisco abaixo até encontrar com a dada que lhe deu o capitão-mor Baltazar de Queiroz, que o concessionário tem povoado, e da barra do Salitre 20 léguas de terra pelo mesmo Rio de São Francisco acima, rumo direito ressaltando pontas, enseadas e ilhas que houver para cima e para baixo, mas do Rio de São Francisco para o lado do sul, a largura que

³⁴ “As terras doadas ao Padre Antônio Pereira já estavam efetivamente ocupadas por um seu escravo, também chamado Antônio, e há muito tempo radicado no sertão, provavelmente na própria região, pois conhecia a localização e a língua dos grupos nativos, além de saber os caminhos por onde transitar e formas mais adequadas de sobrevivência nas matas sertanejas. (VIEIRA FILHO, 2006, p. 48).

³⁵ “(...) há fazendas, a quem pertencem tantos currais, que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil, e mais de vinte mil cabeças de gado; donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição, e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos, assim nos sítios como também nos caminhos.” (ANTONIL, 1837, p. 200 *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 208).

houver na jurisdição desta capitania, até entestar com a Bahia rumo de leste a oeste, que divide uma da outra da nascença do Rio Real, para o sertão com outro ponto de comprimento acima e abaixo quando tiver pelo Rio de São Francisco inclusive dentro desta dada, a nascença do Rio Itapicuru, e as serras de Egipte-Iba e Jacobina com as mesmas que ficaram dentro desta dada, com todos os seus logradouros. (FREIRE, 1906, p. 29-30 *apud* FONSECA, 1996, p. 134).

Figura 7 – Sesmaria concedida ao Padre Antônio Pereira, em 1659



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelo autor

Para administrar, de perto, suas propriedades, os membros da Casa da Torre fundaram a Vila Imperial na então Aldeia Sentocé. (Fig. 8). Na oportunidade, dizia-se que os índios da região estavam em número reduzido e quase sem recursos, devido à incessante escravidão a que eram submetidos, desde 1543, quando a expedição de Duarte Coelho subira o Rio São Francisco. Devido ao grande número de fazendas existentes, o Rio São Francisco ficou então conhecido como Rio dos Currais.

Diz-se, pela história oral, que o primeiro contato pessoal entre portugueses e os indígenas Amoipirá ocorreu por acaso. Garcia d'Ávila II teria encontrado enfermo seu chefe. Cuidou dele e conseguiu curá-lo da enfermidade. Desse contato teria nascido uma amizade longa e, sob seu ponto de vista, proveitosa para ambos. Há versões que diferem desse relato nos detalhes, mas

preservam a essência dos fragmentos que se alojam nas conexões neurais do povo Sentocé.

Figura 8 – Casa Imperial edificada pela Casa da Torre, em Centocé



Fonte: Coelho (2009 *apud* Kesting, 2014, p. 13)

(...) numa noite como aquela, naquele mesmo local, homens como os que ali se encontravam, mantiveram-se em vigília na casa-grande, esperando os índios que, já tendo vindo por duas vezes de sua aldeia, para atacar a sede da Feitoria de São José da Barra, voltariam naquela noite, como os boréis estavam anunciando no escampo das trevas. E como os boréis avisaram, a indiada veio. A luta foi cruenta, crua, com os guerreiros de ambos os lados combatendo como feras, mas os portugueses e mamelucos, que defendiam a Feitoria, tinham a sorte a seu lado, e a prova é que, no fragor do combate, o cacique atacante, ao tentar transpor uma paliçada, meteu o pé numa armadilha, caindo prisioneiro. Com o aprisionamento do chefe, os assaltantes debandaram-se, acoitados pelos reinóis e mamelucos até dentro de sua aldeia, que foi incendiada para, em seu lugar surgir, mais tarde, uma nova Feitoria.

A fazenda instalada sobre os restos fumegantes da aldeia destruída, embora registrada com outro nome, ficou sendo

conhecida simplesmente por Aldeia, denominação que conserva até hoje.

O cacique aprisionado, como era costume, foi feito escravo dos que o tinham preado, sendo posto a trabalhar na Feitoria. O seu nome era Centocé. Jovem ainda e muito hábil, não demorou a familiarizar-se com os reinóis e mamelucos, adaptando-se a seus hábitos, aprendendo suas técnicas, a ponto de se tornar um elemento útil e estimado. Além dos serviços que prestava no amanho da terra e na criação do gado. Ajudava a pacificar as aldeias circunvizinhas, não tardando a que, graças a seu gênio político e suas inatas qualidades de diplomata, toda a vasta faixa de terra que compreendia a Feitoria entrasse a viver em paz com os índios das redondezas.

Cessado o perigo do ataque da indiada, o velho sesmeiro achou que tinha chegado o momento de ir buscar sua família para o sertão. Lá, um dia ele viaja para o litoral e, depois de longos meses de espera, regressou ao vale, trazendo a mulher e os filhos. Entre eles, vinha uma bela moça branca, de longas tranças e vestidos longos, que desde o primeiro instante encheu-se de amor pelo jovem índio que, já então, ocupava um lugar de destaque na administração da feitoria.

Em princípio, a família se opôs ao romance, mas o par enamorado acabou vencendo a oposição dos parentes. E, cinco anos depois de haver caído escravo dos senhores da feitoria de São José da Barra, o cacique Centocé se casava com a filha mais velha de seu antigo amo. Havendo sua jovem esposa recebido como dote a sede da Feitoria e as terras circunjacentes, o caboclo reconquistou pelo casamento o que lhe tinha sido tomado pela força, voltando a reinar sobre a terra de seus maiores. Do casamento do sabido chefe índio com a filha do desbravador português nasceram os Nunes que, juntando aos velhos nomes portugueses o apelido de Amoipirá, do cacique, herdaram as terras e a fama do caboclo que se fez chefe branco.

Com o passar dos séculos, a fazenda de Centocé virou, sucessivamente, Arraial, Freguesia, Vila Imperial e Município. (LINS, 2014 *apud* BORGES, 2017).

Para integrar os nativos à sociedade curraleira, em 1672, alguns missionários capuchinhos franceses, entre os quais o Frei Francisco Domfront, construíram uma igreja na Ilha da Missão, então ocupada pelos nativos Araxá. Aqueles autóctones haviam sido “evangelizados por Frei Anastácio Audierne, primeiro sacerdote a pisar [naquelas] margens e ilhas do Rio São Francisco, em data anterior a 1670.”³⁶ (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2023).

Em 1670, certo fazendeiro português, Antônio de Oliveira, procurando pastagens para o seu gado, encontrou uma tribo de índios. Com intuito de não perder as suas manadas, nem a terra para a implantação dos currais, após ter oferecido mediocres presentes aos nativos, foi *incontinentemente a Pernambuco, à procura de algum missionário, que quisesse estabelecer-se entre esses índios, para melhor proteção do gado que lhe pertencia.* (NANTES, 1704 *apud* ARRAES, 2012, p. 52).

Na oportunidade, elegeu-se Nossa Senhora de Belém, como padroeira daquele templo que se edificou, a 300 km de distância, em linha reta, à jusante da Aldeia Centocé e 230 km, corredeiras abaixo, da Missão de São Gonçalo do Salitre³⁷. Por essa mesma época, na segunda metade do Século XVII, fundaram-se várias aldeias missioneiras no Submédio São

³⁶ Por trás do discurso doutrinário escondia-se um discurso guerreiro, isto é, o sistema ao qual as missões religiosas se inseriam era estruturalmente agressivo diante dos indígenas. O discurso evangelizador não conseguiu escapar à agressividade. A terminologia da evangelização passou a ser justificativa de opressão e escravização. (HONAERDT, 2008, p. 26 *apud* ARRAES, 2012, p. 52).

³⁷ “Em 1792, durante uma grande cheia, a igreja de Nossa Senhora de Belém foi destruída, restando apenas os seus alicerces como marco inicial da história do município [de Belém do São Francisco].” (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2023).

Francisco³⁸. Destacam-se: São Gonçalo do Salitre e Nossa Senhora das Grotas, em Juazeiro - BA³⁹; Nossa Senhora dos Remédios, na Ilha do Pontal, em Lagoa Grande – PE⁴⁰; Nossa Senhora do Pilar, na Ilha Coripó, Nossa Senhora da Piedade, na Ilha de Inhanhum, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Várzea, na Ilha de Pambu, em Santa Maria da Boa Vista - PE; Santo Antônio, na Ilha de Arapuá (Santa Maria)⁴¹,

³⁸ “Frei Martinho de Nantes, missionário capuchinho que, mais de uma vez, cumpriu a jornada entre 1672 e 1683 pelo Submédio São Francisco, indica três pontos por onde passava, para visitar os aldeamentos dessa região do São Francisco, sendo estes: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, em águas do Itapicuru, Jeremoabo, em águas do Vaza-barris, e uma passagem no rio São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Aracapé, (pela indicação faz referência ser a Ilha de Santa Maria por estar localizada abaixo da Ilha de Aracapé).” (COSTA, 1983, p. 40 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 62).

³⁹ Em 1694, 90 km à jusante da Aldeia de Sento Sé, o Arcebispo Dom João Franco de Oliveira implantou uma missão de franciscanos na Passagem de Juazeiro. Em 1706, aldearam-se nela indígenas do povo Tamoquim, também conhecido como Tamanquim ou Tamaquiú, e membros da nação Massacará. Em 1710, construiu-se nela a primeira capela cuja padroeira até os dias atuais é Nossa Senhora das Grotas. “Ainda em 1706, um índio vaqueiro encontrou nas grotas do Rio São Francisco a imagem de uma Santa, entregou-a aos franciscanos que disseram ser a imagem de Nossa Senhora e, pelo fato de ter sido encontrada em uma gruta, foi batizada com o título de Nossa Senhora das Grotas.” (FERREIRA, 2014).

⁴⁰ “Na ilha do Pontal, os capuchos edificaram, provavelmente no princípio dos Setecentos, uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, marco espacial arquitetônico daquele aldeamento. A planta encerra o programa mínimo de uma capela: nave central, capela mor, sacristia e coro. A sacristia, anexa ao altar mor, funde simplicidade e carência econômica do habitante indígena da ilha. A transição entre nave central e capela mor é feita por um arco cruzeiro. O retábulo é singelo, elaborado por mão-de-obra nativa. Sustentado sob vigas de madeira, o coro é acessível por uma escada de inclinação mui acentuada, locada no lado da epístola. Alvenaria mista de pedra e tijolo compuseram os materiais que estruturam o templo, coberto com telha canal, apoiada em tesoura tipo canga-de-porco.” (FUNDARPE, 1985. p. 215 – 216 *apud* ARRAES, 2012, p. 229).

⁴¹ “A vila da Ilha de Santa Maria ou antiga Arapuá foi criada pelo ouvidor da Comarca das Alagoas, Manoel de Gouveia Alves; as aldeias existentes

São Francisco, na Ilha de Aracapé e São Félix⁴², na ilha homônima ou do Cavallo, em Orocó - PE; Nossa Senhora de Belém, na Ilha de Araxá (das Missões), em Belém do São Francisco - PE; Nova de São Francisco do Brejo, na Ribeira do Pajeú e Nossa Senhora do Ó, na Ilha de Dzorobabé⁴³, em Itacuruba - PE.⁴⁴ (ANAIS DE PERNAMBUCO, 1983 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 58 e 61; Qd. 1; Fig. 9 a 17).

nessa vila ou agregadas eram: Coripó, Inhanhum, São Felix, Aracapé, Araripe e Pontal. Todas essas aldeias somavam aproximadamente 668 almas, isso em 1761.” (MEDEIROS, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 62).

⁴² “É provável que a igreja da missão da ilha de São Félix [que ainda se conserva] tenha sido construída após 1707 porque sua implantação cumpre os rigores estabelecidos pelas *Constituições Primeyras do Arcebispado da Bahia*, redigidas em 1707 e publicadas em 1719. Murillo Marx demonstrou que este código eclesiástico estava atento à *uniformidade e clareza dos ritos necessários à Contra-reforma definidos pelo Concilio de Trento (...)* e que – *unida a Igreja aos estados nacionais que se formavam na Europa, como no reino português – passavam a representar normas aceitas pelo poder temporal e também oficiais.*” (MARX, 1991, p. 20 *apud* ARRAES, 2012, p. 182).

⁴³ “Sorobeba, Zorobabé ou Sorobabel foi uma missão criada na ilha do mesmo nome, território da atual cidade de Itacuruba – PE. Em 1696, existia na ilha um aldeamento com capela edificada pelos missionários auxiliados por índios *encurralados*. O orago da redução foi Nossa Senhora do Ó, e os padres gestores foram João Guinzel e Antônio Ferreira. No mesmo ano, devido à peleja estimulada pela Casa da Torre, os jesuítas foram expulsos de suas missões no rio São Francisco. A autoridade de suas aldeias trasladou para os capuchos de Santo Antônio, os franciscanos. Dessa vez, os mentores da expulsão foram as *Senhoras da Torre*, Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho” (LEITE, 1940, p. 299 e 303; BARBOSA, 1991; BANDEIRA, 2000, p. 205 *apud* ARRAES, 2012, p. 201).

⁴⁴ “Frei Martinho de Nantes, missionário capuchinho que, mais de uma vez, cumpriu a jornada entre 1672 e 1683 pelo Submédio São Francisco, indica três pontos por onde passava, para visitar os aldeamentos dessa região do São Francisco, sendo estes: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, em águas do Itapicuru, Jeremoabo, em águas do Vaza-barris, e uma passagem no Rio São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Aracapé, (pela indicação faz

Quadro 1 - Missões implantadas na segunda Metade do Século XVII

Nº	Missão	Distância de Sento Sé ⁴⁵
1	São Gonçalo do Salitre	070 km
2	Nossa Senhora das Grotas	093 km
3	Nossa Senhora dos Remédios	140 km
4	Nossa Senhora do Pilar	185 km
5	Nossa Senhora da Piedade	202 km
6	Nossa Senhora da Conceição	202 km
7	Nossa Senhora da Várzea	202 km
8	Santo Antônio	215 km
9	São Francisco	220 km
10	São Félix	220 km
11	Nossa Senhora de Belém	274 km
12	Nova de São Francisco do Brejo	297 km
13	Nossa Senhora do Ó	297 km

Fonte: Oliveira (2016, p. 58), adaptada pelo autor.

Figura 9 – Missões implantadas na segunda Metade do Século XVII



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

referência ser a Ilha de Santa Maria, por estar localizada abaixo da Ilha de Aracapé.” (COSTA, 1983 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 62).

⁴⁵ Distância aproximada, em linha reta, da Aldeia Centocé, junto à foz do Riacho Mulungu.

Figura 10 – Nossa Senhora das Grotas



Fonte: TV Caatinga (2019)

Figura 11 – Imagem de Nossa Senhora das Grotas



Fonte: TV Caatinga (2019)

Figura 12 – Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Ilha do Pontal



Fonte: FUNDARPE *apud* ARRAES, 2012, p. 230)

Figura 13 – Planta Baixa da Igreja Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: FUNDARPE *apud* ARRAES, 2012, p. 230)

Figura 14 – Ruínas da Missão de Santo Antônio, na Ilha de Arapuá



Fonte: Oliveira (2016, p. 80), adaptada pelo autor

Figura 15 – Igreja de São Félix, na Ilha São Félix, em Orocó – PE



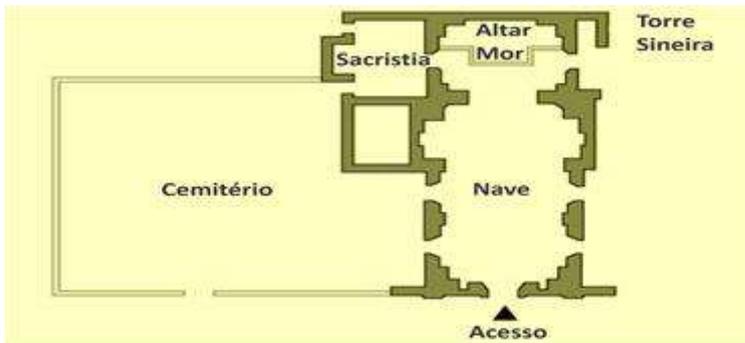
Fonte: FUNDARPE *apud* ARRAES, 2012, p. 183)

Figura 16 – Igreja de São Félix, na Ilha do Cavalo, em Orocó - PE



Fonte: Oliveira (2016, p. 71)

Figura 17 – Planta Baixa da Igreja de São Félix



Fonte: FUNDARPE *apud* Arraes (2012, p. 181), adaptada pelo autor

Por volta de 1672, já existiam currais, sedes de fazendas e capelas desde a foz do rio São Francisco até por volta de 120 léguas a dentro. Na primeira “Relação” do frade capuchinho Martinho de Nantes, embora os sertões tivessem adquirido uma imagem sublime de “solidões vastas e assustadoras”, foram situadas ermidas nas missões de Rodelas, Uracapá [ou Aracapá] e Aramurus, assim como a da povoação de Pambu, administrada por um capelão sustentado pelos moradores da região. Além disso, os portugueses e negros escravos se deslocavam para celebrarem os dias santos nos lugares pios das aldeias, “trazendo guitarras e violões para a solenidade e que cantam muitos motes, e dão tiros de fuzil para maior demonstração de alegria.” (NANTES, 1706, p. 16 e 35 *apud* ARRAES, 2018, p. 2).

Em 1719, construiu-se uma capela que, em 1752, elevou-se a Freguesia, com o nome de São José da Barra de Sento Sé⁴⁶. Subordinava-se ela ao Arcebispado da Bahia. Seu primeiro vigário foi o Padre Domingos Álvares de Sousa, coadjuvado pelos reverendos clérigos Manoel do Rosário, Antônio Luís da Conceição e Manoel Rodrigues de Almeida. Sucederam-no, no gerenciamento da paróquia, os padres Luís Alves de Miranda e (...) Santa Clara.

Logo abaixo das dioceses temos o patamar ocupado pelas freguesias, *território submetido à jurisdição espiritual de um padre que também exerce a administração civil*. Cabia ao

⁴⁶ “As primeiras freguesias do Nordeste, como é fácil de se supor, foram estabelecidas no litoral, como justificativa à política colonizadora: proteção dos domínios do Novo Mundo e facilidade de escoamento do açúcar ao continente europeu. Até 1640 nenhuma paróquia foi criada no *hinterland* nordestino. (...) Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, situada às margens do rio São Francisco, foi a primeira paróquia do interior da capitania de Pernambuco. Erigida por volta de 1675 (não encontramos nas fontes primárias e secundárias precisão da data), abrangeia um termo com mais de quatrocentas léguas de Norte, Oeste e Sul. Os párcos desobrigavam seus fregueses esporadicamente. A distribuição dos sacramentos e coleta dos dízimos eclesiásticos ocorriam a cada ano ou a cada dois anos.” (ARRAES, 2012, p. 236).

bispo, na maioria dos casos, elevar uma ermida em freguesia. Entretanto, outras foram criadas pelo poder régio, como aconteceu no sertão piauiense e cearense, durante o governo de Dom José I. Subordinadas à igreja matriz, ou paróquia, estavam as capelas colativas e as curadas.

Elevada uma ermida ao status de freguesia significava a ascensão de uma região isolada ao acesso garantido e necessário da assistência religiosa. Firmação de direitos do arraial diante da Igreja e do Estado. Não se tratava apenas do acesso ao batismo, matrimônio, comunhão, aos sacramentos de fato. Tornavam acessíveis os registros de batismo, matrimônio e óbito, documentos oficiais, com todas as implicações jurídicas e sociais da época. A recém inaugurada igreja matriz recebia seus limites, seu território de ações eclesiástica e temporal. Fronteiras frágeis, às vezes com pouca definição, em detrimento dos verdadeiros focos do governo colonial brasileiro. (...)

Freguesias interioranas [fundadas no Século XVII]: Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, em 1675 (?); Santo Antônio da Jacobina Velha, em 1682; Santo Antônio da Jacobina, em 1693; Nossa Senhora da Vitória [do Piauí], em 1697 e São Francisco da Barra do Rio Grande, em 1698. (FRIDMAN, 2008; MARX, 1991, p. 19; ENCICLOPÉDIA MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1947 *apud* ARRAES, 2012, p. 235 e 238).

Para amenizar os conflitos entre os recém-chegados colonizadores portugueses e os colonizados, majoritariamente nativos, os reverendos padres Domingos de Sousa, Luís Alves e Santa Clara administravam-na com a cruz de Cristo que, devotamente, eles próprios e seus coadjutores ostentavam no seio da igreja matriz e das capelas a ela subordinadas. Do adro daqueles modestos templos, ao transbordo das fronteiras da freguesia, eram as espadas e os mosquetes manuseados por obductas mãos de ferro de exímios capitães, capachos da coroa lusitana que, como mechas de algodão a evitar fraturas em delicados cristais, disciplinavam os fiéis nativos em processo civilizatório. Sob a provável tutela e segura

orientação da Junta das Missões, a normatizar as estratégias missionárias e/ou paroquiais, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, os padres e os comandantes eram, assim, os pilares a sustentar o sistema curraleiro e promover a harmonia na sociedade escravista da região média e submedial do Vale do Rio São Francisco⁴⁷. Em ação conjunta, a um só e mesmo tempo, padronizava-se o comportamento nativo nas missões implantadas na região e promovia-se a invisibilidade dos indígenas, no vasto torrão Sento Sé que a ela se vinculava⁴⁸. Na

⁴⁷ "O Rei Felipe IV de Castilha (estando então Portugal sob o domínio espanhol), em Carta Régia de 15 de maio de 1636, designou o chefe índio Potiguar, conhecido como Dom António Felipe Camarão, "Capitão-mor governador dos índios", em Pernambuco, cargo que este homem ocupou até sua morte em 1648. Felipe Camarão foi assim distinguido pelo rei em paga de valiosos serviços prestados na luta contra os invasores holandeses, quando levantou e comandou índios leais ao lado tios lusitanos. Seguiu-se uma série de Capitães-mores, todos eles índios (aparentemente da mesma linhagem), e cada qual comandante de um regimento de infantaria nativo, ou terço, até que o cargo foi abolido por Carta Régia de 12 de janeiro de 1733, sendo dada como razão o fato de que o último Capitão-mor "prejudicou os interesses do Rei" e foi preso. Daí por diante cada aldeia devia ser controlada por um cacique, ou capitão próprio, "como antes", e por um missionário ali colocado." (PEREIRA DA COSTA, 1951 *apud* HOHENTHAL JR, 1960, p. 40).

⁴⁸ "Depois que os invasores batavos foram expulsos de Pernambuco, os portugueses resolveram reorganizar a administração das tribos locais, até então mal cuidadas. Isto se tornara necessário não só para obter maior eficiência, mas também porque muitos índios pernambucanos, que lutaram ao lado do invasor flamengo, haviam abraçado a religião protestante. Além do mais, todas as missões existentes sofreram grandemente com a invasão holandesa, sendo muitas delas abandonadas pelos índios, alguns dos quais gostavam tanto dos holandeses que foram levados para serem educados na Holanda. (...) O resultado foi a Junta das Missões, estabelecida por Carta Régia em 7 de março de 1681. (...) A função da Junta das Missões era orientar a eficiente administração de todas as aldeias indígenas sob jurisdição governamental, e a sua divisão entre as várias ordens religiosas encarregadas de catequizá-las. (...) É difícil dizer quando a Junta das Missões foi abolida, e se na verdade o foi. De qualquer maneira, ficou claro que esta instituição foi eventualmente substituída pela Diretoria Geral dos índios (em Pernambuco

Freguesia de São José, com sede na Barra do Riacho Mulungu, bem como nas freguesias mais próximas do entorno, pela eficiência no exercício de seus préstimos cívico-religiosos, destacaram-se os capitães: Manoel Pereira da Silva⁴⁹, Caetano Moreira Freire⁵⁰, Caetano Rodrigues da Rocha⁵¹; José da Rocha Medrado⁵²; Antônio Antunes Freiria⁵³; Veríssimo Caetano Felisbel⁵⁴; Alexandre Pereira de Melo⁵⁵, Manoel Nunes Alves⁵⁶; João Álvares Bessa⁵⁷; Salvador Correia⁵⁸; Manoel Pereira Machado⁵⁹; Inácio Gomes Lima⁶⁰; Diogo da Guerra; (...) Antônio Campos⁶¹ e José Guedes⁶².

Em 1755, as atenções portuguesas voltaram-se, novamente ao Vale do Rio Salitre, em busca de minérios. Wenceslau Pereira da Silva enviou, então, Manoel Dias Mascarenhas para identificar, explorar jazidas e implantar oficinas de beneficiamento na Passagem do Sargento e em Abreus. Elas sediaram-se junto à Serra dos Montes Altos, do Negro ou do Mulato, a 74 e 75 km de distância da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, respectivamente. (Fig. 18).

pelo menos), a qual foi criada pelo Decreto Imperial nº 426, de 24 de julho de 1846.” (PEREIRA DA COSTA, 1951 *apud* HOHENTHAL JR, 1960, p. 39-40).

⁴⁹ BATSSÉ, 1752, p. 1, nº 2.

⁵⁰ BATSSÉ, 1738, p. 13, nº 71.

⁵¹ BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 80.

⁵² BATSSÉ, 1757, p. 48, nº 300.

⁵³ BATSSÉ, 1757, p. 48, nº 300; 1769, p. 154, nº 715; 1774, p. 215, nº 1073.

⁵⁴ BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 309.

⁵⁵ BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 572.

⁵⁶ BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 604.

⁵⁷ BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 725; 1770, p. 157, nº 726; 1773, p. 209, nº 1038.

⁵⁸ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.

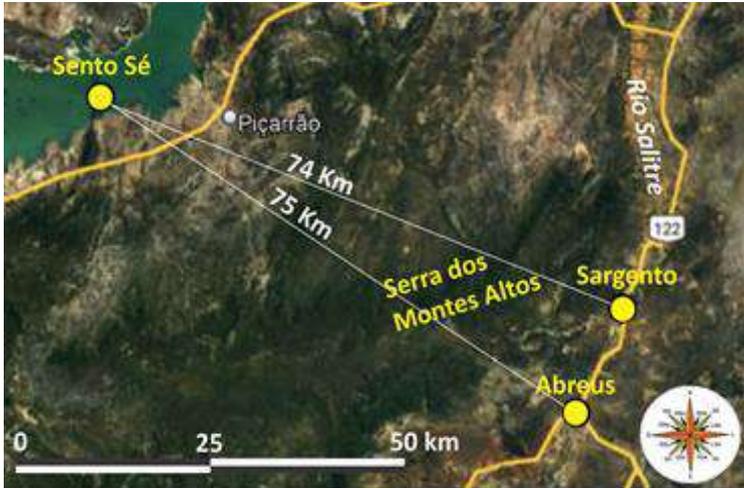
⁵⁹ BATSSÉ, 1764, p. 90, nº 448; 1769, p. 154, nº 713; 1770, p. 152, nº 707; 1773, p. 208, nº 1032; 1773, p. 208, nº 33; 1773, p. 209, nº 1038.

⁶⁰ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1851.

⁶¹ BATSSÉ, 1782, p. 347, nº 1732

⁶² BATSSÉ, 1777, p. 246, nº 1213.

Figura 18 – Sento Sé, Sargento e Abreus



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelo autor

Uma rica documentação manuscrita e cartográfica descreve os processos de obtenção do sal e o reconhecimento das possíveis áreas de extração. No mapa intitulado Serra dos Montes Altos, desenhado pelo provedor do regimento, além de localizar cerca de 10 minas, foram traçados caminhos, conectando o litoral baiano [Porto de São Félix] aos sertões do Rio São Francisco e uma rede de fazendas que articulavam os moradores com a vizinhança ou às terras mais distantes. Mascarenhas redigiu um relato primoroso, relacionando a paisagem e o território a objetivos utilitaristas. Além disso, ele discriminou as oficinas de extração do salitre situando-as precisamente sobre a ribeira do Salitre, auxiliando-nos a pensar sobre as maneiras de ocupação e formação da paisagem daquela parte da Bahia. Com efeito, a primeira oficina chamava-se Sargento, erguida nas terras do sargento-mor João dos Reis Santos; a segunda, era a dos Abreus (...) (ANTT, mç. 599, nº. 47 *apud* ARRAES, 2018, p. 4).

3 FAMÍLIAS DE SENTO SÉ

A história dos indígenas do território Sento Sé, produzida e escrita pela historiografia oficial dos colonizadores, relegou-os ao degredo compulsório, à invisibilidade e ao silêncio. Em fragmentos da tradição oral e nas entrelinhas de documentos primários, quais são as certidões de batismo, encontram-se, porém, o sentido e o espírito de um enredo que, pela Arqueologia e Antropologia, resgatam-se, restauram-se e/ou recuperam-se, para evidenciar a identidade do **Povo Sentocé**.

Por muito tempo os povos indígenas não tinham visibilidade nos trabalhos vinculados à História do Brasil, a não ser, como parte da ordem colonial. Ou melhor, não se dava destaque enquanto sujeitos atuantes e decisivos diante das imposições dos projetos coloniais dos colonizadores. Portanto, para a historiografia tradicional, os indígenas “na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de ser índios e desapareciam de nossa história” (ALMEIDA, 2010, *apud* APOLIÁRIO, 2011).

Comparada com outras áreas das capitanias hereditárias do Brasil, a criação da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé foi extremamente tardia. O Conselho Ultramarino justificava o retardamento desse ato administrativo, pela grande dispersão da população local e por sua incapacidade de assumir cargos oficiais, civis e/ou religiosos. Assim, durante o Século XVII, no Médio/Submédio do São Francisco e nascente do Itapicuru, instituíram-se apenas as extensas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó (em data incógnita), Santo Antônio das Jacobinas (1682)⁶³ e São Francisco das Chagas do Rio

⁶³ “Até 1682, o Sertão de Jacobina se tornou muito povoado para os parâmetros da época, diante disso as autoridades religiosas perceberam que a região se consistia em uma área estratégica para desdobrar-se em Freguesias. Então, em 1682, o povoado que surgiu no mesmo espaço em que

Grande do Sul (1697)⁶⁴. No amanhecer do Século XVIII, fundaram-se as paróquias de Nossa Senhora do Ó, Santo Antônio do Pambu e Santo Antônio do Urubu.

Não se sabe ao certo a data de criação da paróquia de Cabrobó, todavia sua precisa localização e a dimensão de seu território – “400 léguas cortado de vários rios” – são pistas fundamentais para se compreender a urbanização encerrada nos sertões das capitanias da Bahia, Pernambuco e Piauí. Em 1697, Cabrobó fora fracionada em duas novas paróquias, uma delas fundada no conjunto de freguesias sanfranciscanas – São Francisco [das Chagas] da Barra do Rio Grande do Sul. Tal povoação exercerá importante papel nas futuras conexões comerciais com as Minas Gerais, haja vista a sua proximidade com a capitania mineira. Atuaria como “sentinela” dos caminhos que margeavam o São Francisco, já que por ali comumente era contrabandeado o ouro em pó das lavras. (...) O Arcebispado da Bahia e o Bispado de Pernambuco, sob a batuta real, fundaram quatro novas freguesias em seu vale: Nossa Senhora do Ó, do Porto da Folha (1714); Santo Antônio do Pambu (1714); Santo Antônio do Urubu de Cima (1718) e

foi fundada a missão de São Francisco Xavier, que se situava nos arredores de onde é hoje a cidade de Campo Formoso, foi elevada à categoria de freguesia, pelo decreto do 1º arcebispo da Bahia, D. Gaspar Barata de Mendonça, recebendo então o nome de Freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina.” (BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO, 2013).

⁶⁴ “No fim do século XVII, o governador Dom João de Lencastro ordenou que se criasse um arraial de índios mansos na parte superior do Rio São Francisco, que seria uma barreira contra as constantes depredações dos Acoroá e Mocoá. Dessa missão, entregue aos padres franciscanos, originou-se a cidade de Barra, na confluência do Rio Grande e do Rio São Francisco. Em 1741, recebeu a denominação de Nossa Senhora da Conceição e mais tarde passou a ser conhecida como Aricobé, por causa do nome dos índios mansos que a habitavam e que falavam a língua geral. Em 1853, esses índios ainda habitavam a missão de Aricobé.” (COSTA, 1951, p. 80; INFORMAÇÃO GERAL DE PERNAMBUCO, 1908, p. 419-422, *apud* KESTERING, 2012, p. 8).

Santo Antônio do Urubu de Baixo (1718). (ENNES, 1938, p. 353; REIS FILHO, 2000, p. 71 *apud* ARRAES, 2013, p. 61-62).

Somente em 1719, mais de 200 anos depois da ocupação portuguesa do litoral pindorâmico, construiu-se uma capela devotada a São José, junto à foz do Riacho Mulungu, na margem direita do Rio São Francisco. Em 1752, reconheceu-se a ela, como sede da unidade administrativa interiorana da base católica apostólica romana, vinculada à grande Arquidiocese de São Salvador da Bahia⁶⁵. (Fig. 19 e 20).

Figura 19 – Igreja matriz de São José da Barra de Sento Sé



Fonte: Borges (2017)

⁶⁵ “Pela Bula *“Super specula militantis ecclesiae”*, do Papa Júlio III, no dia 25 de fevereiro de 1551, criou-se a Diocese de São Salvador da Bahia. Seu primeiro bispo foi Pero Fernandes Sardinha (1552-1556). Pela Bula *“Inter Pastoralis Officii Curas”*, do Papa Inocêncio XI, em 22 de novembro de 1676, elevou-se a Arquidiocese. Seu primeiro arcebispo foi Dom Gaspar Barata de Mendonça (1677-1682).” (CÂMARA, 2010).

Figura 20 – A velha cidade de Sento Sé



Fonte: Amaral; Santos (2021)

Entre 1750 e 1777, recorte temporal que coincide com o reinado de D. José I e o apoio direto do conde de Oeiras (futuro marquês de Pombal), verificamos um salto numérico de novas freguesias formalizadas ao longo do rio São Francisco. Até onde sabemos, foram oito, no total, implantadas nas bandas baiana e pernambucana: São José da Barra do Sento Sé (1752); Santo Antônio do Pilão Arcado (1755); Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu (1761); Nossa Senhora da Assunção (1761); Santa Maria (1761); São João Batista, do Sertão do Rodelas (1761); Nossa Senhora da Conceição, do Porto Real (1763) e Nossa Senhora das Grotas, do Juazeiro (1766). (ARRAES, 2013, p. 62-63).

3.1 Origens

No primeiro livro de registro de batismos da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé (BATSSÉ, 1752-1783), identifica-se a origem familiar das pessoas (inocentes e adultas) a quem se

ministrava o sacramento de ingresso na Igreja Católica Apostólica Romana⁶⁶. Pelo assentamento do nome completo (prenome e sobrenome), com clarividente discernimento, nele prestigiavam-se os pais e padrinhos de ancestralidade portuguesa. Por oportuno, lembra-se que, no Século XVIII, Sento Sé estava ainda a receber imigrantes lusitanos. Entre os recém-chegados identificaram-se registros de: Manoel Machado⁶⁷, Antônio Dias⁶⁸, Manoel Ferreira Landim⁶⁹, João da Costa⁷⁰, Capitão Caetano Moreira Freire⁷¹, Capitão Antônio Pereira Lima⁷², Antônio Porto⁷³, José Pinto⁷⁴, Antônio José de Sousa⁷⁵, Luís Antunes da (...)⁷⁶, José da Cunha Valverde⁷⁷, Gonçalo Pires⁷⁸, Antônio Ferreira⁷⁹, João Batista Velasco⁸⁰, João Carvalho da Cunha⁸¹, João da Silva de Almeida⁸², Júlio da

⁶⁶ De 1752 batismos, 1594 (90,98%), celebraram-se na matriz ou em capelas da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé; 61 (3,48%), na matriz ou em capelas da Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado; 64 (3,65%), na matriz ou em capelas da Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande do Sul; 32 (1,83%), na matriz ou em capelas da Freguesia de Santo Antônio da Jacobina e 1 (0,06%), na matriz ou em capela da Freguesia de São José dos Currais Novos, na Paraíba.

⁶⁷ BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 10.

⁶⁸ BATSSÉ, 1752, p. 4, nº 19.

⁶⁹ BATSSÉ, 1753, p. 8, nº 47.

⁷⁰ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 51.

⁷¹ BATSSÉ, 1738, p. 13, nº 71.

⁷² BATSSÉ, 1742, p. 14, nº 73.

⁷³ BATSSÉ, 1754, p. 16, nº 83.

⁷⁴ BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 94.

⁷⁵ BATSSÉ, 1754, p. 21, nº 110.

⁷⁶ BATSSÉ, 1761, p. 49, nº 303.

⁷⁷ BATSSÉ, 1761, p. 56, nº 332.

⁷⁸ BATSSÉ, 1761, p. 47, nº 295; 1761, p. 57, nº 336.

⁷⁹ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.

⁸⁰ BATSSÉ, 1749, p. 77, nº 397.

⁸¹ BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 402.

⁸² BATSSÉ, 1763, p. 84, nº 424; 1767, p. 104, nº 508; 1771, p. 180-181, nº 874.

Silva⁸³, Manoel (...) ⁸⁴, Luís Caetano de Santiago⁸⁵, João da Silva⁸⁶, João da Rocha⁸⁷, José Ferreira Campos⁸⁸, Francisco Gonçalves Machado⁸⁹, Antônio Martins dos Santos⁹⁰, Capitão Alexandre Pereira de Melo⁹¹, João Ferreira⁹², Francisco da Silva⁹³, Domingos Alves Pereira⁹⁴, Diogo da Guerra⁹⁵, Manoel Afonso⁹⁶ e Félix Pedro Homem⁹⁷.

Pelas buscas que se fizeram no bendito livro de registros, chegou-se à informação de terem antepassados lusitanos muitos pais incógnitos⁹⁸, bem como, os varões e as mulheres que se assinalavam como membros das parentelas: Abrantes, Albino, Álvares, Alves, Amaral ou de Amaral, Amaro, Antunes, Apolinário, Azevedo, Barbosa, Barreto, Barros ou de Barros, Bastos ou de Bastos, Batista, Bento, Bessa, Bezerra,

⁸³ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435.

⁸⁴ BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 452.

⁸⁵ BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 465.

⁸⁶ BATSSÉ, 1765, p. 97, nº 479.

⁸⁷ BATSSÉ, 1766, p. 97, nº 482.

⁸⁸ BATSSÉ, 1767, p. 106 nº 515.

⁸⁹ BATSSÉ, 1767, p. 108, nº 522.

⁹⁰ BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 533.

⁹¹ BATSSÉ, 1768, p. 119, nº 560.

⁹² BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 596; 1771, p. 171, nº 828.

⁹³ BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 624.

⁹⁴ BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 693; 1770, p. 150, nº 697.

⁹⁵ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 977.

⁹⁶ BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.

⁹⁷ BATSSÉ, 1779, p. 297, nº 1459; 1779, p. 298, nº 1463.

⁹⁸ “As relações entre os colonizadores e os nativos ocorriam de três formas distintas. Na primeira, os lusos se envolviam com as mulheres da terra, motivados por aventuras corriqueiras e passageiras, sem estabelecer qualquer tipo de compromisso. Em segundo lugar, construíam uniões estáveis (vivendo a semelhança do matrimônio cristão, porém sem a benção da Igreja). E por último, o mais grave aos olhos da Companhia [de Jesus], seriam os amancebamentos, frutos de ataques portugueses às tribos gentílicas. Em tais ataques os portugueses raptavam as mulheres e as escravizavam.” (LIMA, 2011, p. 2224).

Bittencourt, Borges ou de Borges, Botelho, Braga, Brás, Broco, Cabral, Caetano, Campos, Cardoso, Carmo ou do Carmo, Carneiro, Carvalho ou de Carvalho, Castro ou de Castro, Cavalcante, Coelho, Colares, Conceição ou da Conceição, Correia, Costa ou da Costa, Coutinho, Couto, Covas, Custódia, da Cruz, da Cunha, da Encarnação, da Fonseca, da Gama, da Guerra, da Graça, da Luz, da Mota, da Paixão, da Piedade, da Purificação, da Rocha, da Rosa, Silva ou da Silva, da Vila, das Brotas, das Chagas, das Dores, das Virgens, de Abreu, de Aguiar, de Almeida, de Amorim, de Andrade, de Aragão, de Araújo, de Assunção, de Borja, de Brito, de Caldas, de Fraga, de Freitas, de Jesus, Delgado, de Magalhães, de Mattos, de Medeiros, de Medrado, de Melo, de Moraes, de Novais, de Oliveira, de Prado, de Sá, de Santiago, de Sena, de Sepúlveda, de Sousa, de Torres, Dias, do Espírito Santo, do Nascimento, do Rosário, do Sacramento, do Vale, dos Humildes, dos Santos, Espíndola, Farias ou de Farias, Faustina, Felisbel, Félix, Fernandes, Ferreira, Florência, Franca, França, Freire, Freitas, Furtado, Gabino, Garcia, Gaspar, Gomes, Gonçalves, Guedes, Jerônimo, Leal, Leite, Lemos, Lima ou de Lima, Lobo, Lopes, Machado, Maia, Marques, Martins, Médici, Medrado, Mega, Meira, Meireles, Mendes, Menezes, Mergulhão, Mesquita, Miranda ou de Miranda, Moreira, Moura ou de Moura, Neves ou das Neves, Nogueira, Nunes, Pacheco, Paiva, Pedrosa, Peixoto, Peregrino, Pereira, Peres, Pestana, Pimenta, Pinto, Pires, Poderoso, Porto, Prata, Queiroz, Rabelo, Ramos, Rego, Reis ou dos Reis, Ribeiro, Rios, Rodrigues, Rolim, Romana, Romão, Roriz, Rosa, Salina, Santos, Sardinha, Sarmento, Sarrão, Sepúlveda, Serafim, Serne, Serqueira, Serra, Setúbal, Simão, Simões, Soares, Sobral, Souto Maior, Tavares, Teixeira, Torrão, Torres, Urbana, Vargas, Vasconcelos, Ventura, Vernes, Viana, Vicente, Vidal, Vieira, Vogado e Xavier.

Inferia-se ter ancestralidade nativa quem assumia vincular-se aos povos autóctones ou, na condição de escravizado,

registrava-se somente com o prenome⁹⁹. Apesar de o Decreto pombalino de 1757 ter-se estendido a todo solo brasileiro em 1758, é certo que, na Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, até o final do Século XVIII, continuou-se a registrar a maioria dos pais e padrinhos indígenas, com o prenome apenas. Além do mais, os pais e as mães, padrinhos e madrinhas autóctones, cujos filhos e/ou afilhados se batizaram no período em questão, haviam nascido em data anterior àquele ato administrativo pombalino. Fato é que se omitia, sem pejo, acintosa e grotescamente, o registro de seu vínculo familiar, étnico ou de parentela¹⁰⁰. Havia casos, porém, em que se registravam com sobrenomes, normalmente vinculados aos de seus patrões. Quando isso acontecia, enfatizava-se sua condição de **escravo** ou **forro**.

O Diretório tinha como objetivo principal a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural [**tornar invisíveis**]. Como um dos elementos viabilizadores deste futuro, em que não seria possível distinguir brancos de índios, o Diretório enfatizava a necessidade da realização de casamentos mistos, assim como ordenava que os filhos

⁹⁹ “A escravização de índios estava proibida desde 1570, por Ordem Régia de D. Sebastião. Apesar de sucessivas reedições, os indígenas continuaram a ser escravizados, na região de Jacobina, [vizinha à Freguesia de São José da Barra de Sento Sé] até o Século XIX, quando encontrei cartas de liberdade de escravizados ‘tapuias’.” (VIEIRA FILHO, 2006, p. 51).

¹⁰⁰ “Estas medidas foram sistematizadas no Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário, publicado em 3 de maio de 1757 e transformado em lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758.” (GARCIA, 2007, p. 24).

gerados nestas uniões fossem considerados mais capacitados que os colonos brancos, para ocupar cargos administrativos nas antigas aldeias indígenas, transformadas em vilas e lugares portugueses. Proibia, por outro lado, o hábito bastante disseminado de se chamarem os índios de “negros da terra” ou simplesmente “negros”. Este hábito, por sua vez, exemplifica o lugar social ao qual eram remetidos os índios, ao associá-los com a cor dos escravos africanos e seus descendentes. Os instrumentos para a extinção destas diferenças são mais claros em alguns parágrafos do Diretório, embora perpassem todo o documento. Neste artigo, destaco a imposição do uso obrigatório do idioma português, que deveria ser viabilizado por intermédio das escolas fundadas para educar os índios. No Diretório há um parágrafo dedicado especificamente ao tema, no qual a imposição da autoridade do colonizador aparece como derivada da implantação do seu idioma às populações “conquistadas”. Neste parágrafo, foram desenvolvidas e articuladas três principais ideias sobre o tema. Primeiramente, a percepção de acordo com a qual o uso do idioma nativo estava relacionado aos costumes tribais, em que um reforçava o outro. Em segundo, que a adoção do idioma civilizado redundaria na civilização dos costumes. Em terceiro, que a imposição da “língua do príncipe” acarretaria a sujeição dos povos conquistados. (GARCIA, 2007, p. 24-25).

Por serem absolutamente minoritários nas freguesias do Semiárido, os pais e padrinhos de procedência africana registravam-se, com evidente destaque ao atributo identitário de **crioulo ou mulato**. Para comprovar a condição de escravidão, prestígio ou desprestígio social, acrescentavam-se os termos qualificativos **forro** ou **de Angola**.

Os primeiros povoadores do vale do São Francisco, cruzando com as nativas, numa época em que o elemento negro ainda não estava nas cogitações dos colonizadores lusos, criaram às margens do grande rio uma raça de mestiços fortes. Mesmo depois de iniciado o tráfico de negros para o Brasil, continuou sendo raro, no São Francisco, o elemento africano, mais utilizado nos engenhos do litoral e nas fazendas do Sul. A

utilização generalizada do escravo negro encontraria as primeiras feitorias do São Francisco entregues a portugueses e mamelucos sem recursos para comprar os cativos de procedência africana - daí o braço negro ter chegado lá com muito atraso e em proporções irrelevantes. Servindo de caminho para os homens de Garcia d' Ávila, Francisco Caldas e Antônio Guedes de Brito, o São Francisco, durante os primeiros séculos da devastação, foi o cadinho em que se fez a experiência racial que enriqueceu a nossa paisagem humana com o cabra-vaqueiro, exemplar magnífico de uma "raça de curibocas puros, quase sem mescla de sangue africano, sem dúvida o tipo mais rico em características pessoais entre os vários grupos raciais que vieram a surgir no Brasil. O sertanejo sanfranciscano, com sua pele brônzea, seus olhos oblíquos, é o mais autêntico representante dos primeiros cruzamentos na terra recém-descoberta. É ele o mais velho exemplar humano no concerto das raças e sub-raças que povoam o país. (LINS, 1959, p. 23).

Por oportuno, lembra-se que os filhos de pais lusitanos (reconhecidos e/ou incógnitos), com indígenas (de etnia declarada ou não), nasciam mestiços, isto é, sem direito a herança qualquer, que fosse pela evidência ou explicitação do vínculo com a ancestralidade indígena ou linhagem portuguesa¹⁰¹. Assim, na invisibilidade imposta pelo sistema colonialista, os indígenas dos povos Acoroá, Amoipirá, Bazuá, Caimbé, Crinquirim, Guegué, Massacará, Mocoá, Okrém, Tamoquim, Tupiná, Tupinambá (gentio da Costa), Urucé e

¹⁰¹ "As relações estabelecidas entre os colonizadores e as mulheres da terra, de acordo com Monteiro (1994), não teriam sido motivadas pelos anseios sexuais que a nudez gentílica despertava, mas sim por uma estratégia desenvolvida pelos colonos. Tudo indica, segundo o autor, que esta seria uma maneira de os portugueses, através dos relacionamentos com as índias, se infiltrarem no interior das aldeias e desse modo agir para persuadir os membros da tribo, em favor de seus interesses econômicos. Isto significava que se aproximavam das nativas para conseguirem explorar a mão-de-obra dos membros da aldeia, os quais escravizavam." (LIMA, 2011, p. 2225).

outros, como marcador de memória, ainda hoje repetem o emblemático discurso: não me reconhecem como nativo, é verdade. Ênfase, contudo, que **“minha bisavó era índia. Foi pega no mato, a dente de cachorro”**. Perpetua-se, assim, em perene memória, a visceral brutalidade dos colonizadores quando, encastelados nas estruturas missionárias e curraleiras, impuseram **aos indígenas Sentocé** a escravidão e a consequente **invisibilidade compulsória**.

As terras do sertão da Bahia e do rio São Francisco, por serem mais próximas, já tinham sido dadas em sesmarias ou se tratava disso, por cobiçarem-nas muitos, e os senhores delas dissimulavam o equívoco de suporem que, com elas **se tornavam também senhores da liberdade dos homens [e das mulheres] que as habitavam** (grifo nosso). (SERAFIM LEITE, 1945, p. 278 *apud* ARRAES, 2012, p. 194).

Assim, foi-se em busca de evidências que comprovassem a sobrevivência física e cultural do indígena Sentocé e, concomitantemente, mostrassem ao mundo que o propalado discurso do genocídio dos grupos originários do território Sento Sé, orquestrado pela Igreja e pela Coroa portuguesa foi puramente ideológico. No universo de 1752 registros de batismo, viu-se que 1623 (92,64%) nomes de pais estavam legíveis e 129 (7,36%), ilegíveis¹⁰². Nos que estavam decifráveis, identificaram-se 1559 (96,06%) sobrenomes de linhagem portuguesa; 59 (3,64%), indígenas e apenas cinco (0,3%), de origem africana. (Qd. 2; Fig. 21).

Quadro 2 – Origem dos pais dos batizados

Ano	Ilegível	Português	Ígnoto	Índio	Sem sobrenome	Africano	Total
1723	--	01	--	--	--	--	01

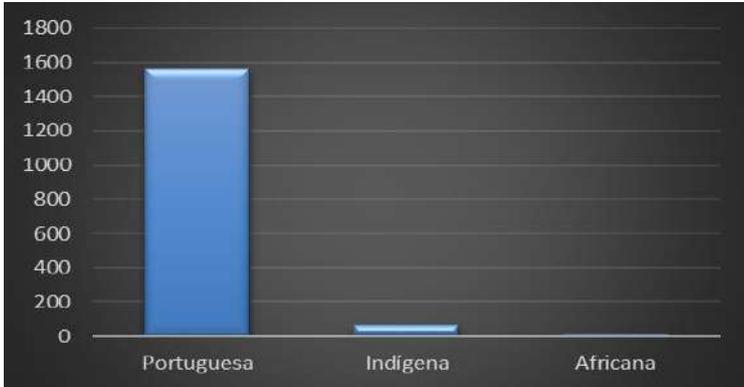
¹⁰² Infinita gratidão ao memorável D. José Rodrigues de Souza, bispo da Diocese de Juazeiro, que, junto à Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, promoveu a restauração do primeiro Livro de Registro de Batismos da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé. Dele se extraiu a maior parte das informações desta publicação.

Resilia Sentocé

1734	--	02	--	--	--	--	02
1736	--	01	--	--	--	--	01
1738	--	01	--	--	--	--	01
1740	--	01	--	--	--	--	01
1742	--	01	--	--	--	--	01
1745	--	01	--	--	--	--	01
1746	--	01	--	--	--	--	01
1749	--	01	--	--	--	--	01
1750	--	--	01	--	--	--	01
1751	--	--	01	--	--	--	01
1752	11	13	11	--	01	--	36
1753	06	15	12	01	02	--	36
1754	07	14	14	01	03	--	39
1755	01	01	01	--	01	--	04
1756	03	06	01	--	--	--	10
1757	09	14	14	--	01	--	38
1758	04	03	02	--	--	--	09
1759	--	05	02	--	--	--	07
1760	--	11	07	--	1	--	19
1761	03	34	18	--	04	--	59
1762	01	23	15	--	02	--	41
1763	02	13	17	01	--	--	33
1764	--	29	19	--	02	--	50
1765	--	07	02	--	--	--	09
1766	01	17	04	--	01	--	23
1767	02	22	21	--	--	01	46
1768	01	31	14	--	01	--	47
1769	08	41	26	--	03	01	79
1770	16	32	33	01	--	--	82
1771	04	42	31	02	--	--	79
1772	08	60	34	--	01	--	103
1773	01	35	23	--	--	--	59
1774	02	15	12	01	--	--	30
1775	01	32	14	01	07	01	56
1776	03	48	30	--	01	01	83
1777	05	45	39	--	03	--	92
1778	05	72	47	01	02	--	127
1779	04	47	44	--	02	--	97
1780	03	59	47	01	02	--	112
1781	02	24	19	01	01	-	47
1782	12	40	34	02	03	01	92
1783	04	47	43	--	02	--	96
Total	129	907	652	13	46	05	1752

Fonte: Registos de Batismo da Freguesia de Santo Sé (1723-1783)

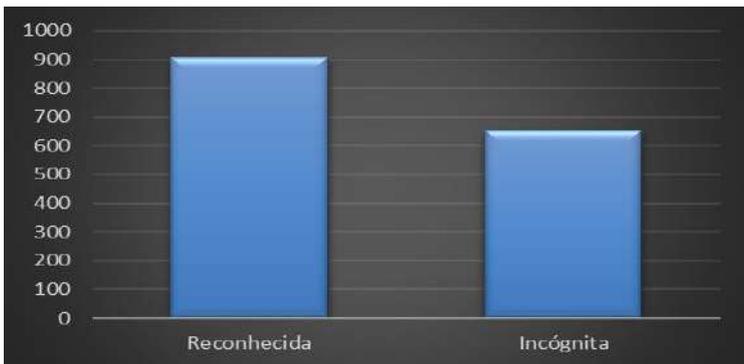
Figura 21 – Origem dos pais dos batizados



Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

Dos 1559 genitores de origem portuguesa, apenas 907 (58,18%) assumiram a paternidade. 652 (41,82%) não se responsabilizaram por ela. Quem não reconhecia seus rebentos, registrava-os, peremptoriamente, como **filhos de pais incógnitos** (desconhecidos ou **invisíveis**). (Fig. 22).

Figura 22 – Paternidade dos batizados



Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

Aos quinze de setembro do ano supra, na Capella de Santa Anna, na Ilha do Miradouro, de licença minha, batizou o Padre Ignácio Moura

(...) à inocente Teresa, filha de José de Barros e de sua mulher Dona Maria de Sousa Barros, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Florêncio de Sousa e sua (...) Anna Soares da Motta, de que fiz este assento que, por verdade, assinei Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 53).

Aos vinte de sete dias do mês de abril do ano supra, nesta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, batizei e pus os santos óleos ao inocente Vicente, filho de Pai incógnito e de Ambrósia, escrava de Francisco de Barros (grifo nosso). Foram padrinhos: José Bernardo de Britto, solteiro, e Anna Maria Soares, (...) de Josefa da Rocha, todos desta freguesia de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BFSS, 1754, p. 11, nº 63).

No mesmo universo, 1589 (90,7%) nomes das mães estavam legíveis e 163 (9,3%), irreconhecíveis. Dos 1589 decifráveis, 915 (57,58%) eram de origem portuguesa; 647 (40,72%), de raiz indígena, e 27 (1,70%), de berço africano. (Qd. 3; Fig. 23).

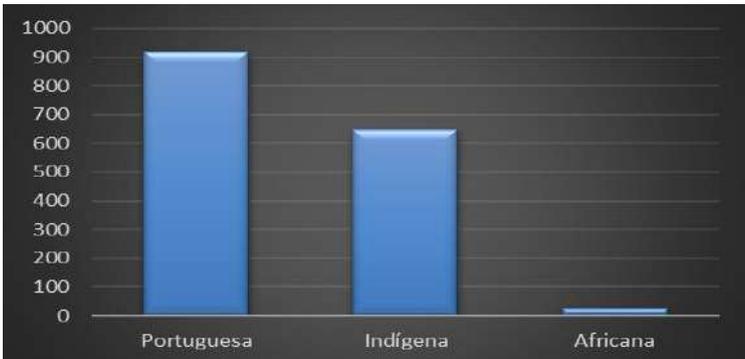
Quadro 3 – Origem das mães dos batizados

Ano	Illegível	Portuguesa	Ignota	Índia	Sem sobrenome	Africana	Total
1723	--	01	--	--	--	--	01
1734	--	02	--	--	--	--	02
1736	--	01	--	--	--	--	01
1738	--	01	--	--	--	--	01
1740	--	01	--	--	--	--	01
1742	--	01	--	--	--	--	01
1745	--	01	--	--	--	--	01
1746	--	01	--	--	--	--	01
1749	-	01	-	-	-	-	01
1750	--	--	--	--	01	--	01
1751	--	--	--	--	01	--	01
1752	12	15	--	--	09	--	36
1753	09	14	--	01	12	--	36
1754	06	16	--	02	15	--	39
1755	--	02	--	--	02	--	04
1756	01	05	--	--	03	01	10
1757	11	12	02	--	12	01	38

1758	05	03	--	--	01	--	09
1759	--	06	--	--	01	--	07
1760	--	12	--	--	07	--	19
1761	04	39	--	--	13	03	59
1762	02	23	01	--	15	--	41
1763	--	16	--	03	13	01	33
1764	--	24	02	02	20	02	50
1765	01	07	--	--	01	--	09
1766	02	15	--	01	05	--	23
1767	04	22	--	--	19	01	46
1768	01	27	01	--	16	02	47
1769	13	39	01	03	19	04	79
1770	19	34	--	04	19	06	82
1771	05	49	02	03	17	03	79
1772	09	57	01	--	34	02	103
1773	03	27	02	--	27	--	59
1774	--	13	02	01	13	01	30
1775	01	30	02	01	22	--	56
1776	08	48	--	01	26	--	83
1777	07	41	02	01	41	--	92
1778	06	74	01	03	43	--	127
1779	03	54	--	01	39	--	97
1780	05	65	03	03	36	--	112
1781	03	24	--	02	18	--	47
1782	15	42	02	01	32	--	92
1783	08	50	03	--	35	--	96
Total	163	915	27	33	587	27	1752

Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Sento Sé (1723-1783)

Figura 23– Origem das mães dos batizados

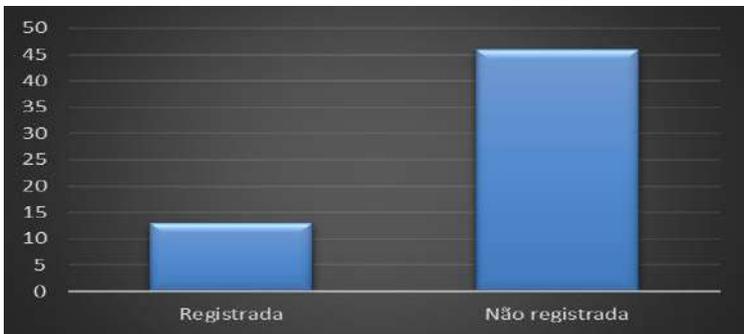


Fonte: Acervo do autor (2023)

3.1.1 Varões de Raiz Indígena Visível

Dos 59 pais de ancestralidade indígena, 13 (22,03%) assumiram sua origem nativa e 46 (77,97%) não a revelaram. A maioria registrou-se sem vínculo indígena manifesto. (Fig. 24). Dos que se registraram como nativos, identificaram-se: gentios da costa (do tronco Tupinambá), Caimbé, Guegué, índios dispersos ou, simplesmente tapuias, sem referência ao grupo a que, genética e/ou culturalmente, se vinculavam.

Figura 24 – Identidade indígena



Fonte: Registros de Batismo da Freguesia de Santo Sé (1723-1783)

*Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil setecentos e cinquenta e três, batizei e pus os santos óleos ao inocente **Francisco, filho de Pedro (...)** e de sua mulher (...), **índios dispersos** (grifo nosso). Foram padrinhos: José (...), casado, e (...) casada com Bonifácio (...), todos desta freguesia de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1753, p. 7, nº 43).*

*Também no mesmo dia [oito de setembro de mil setecentos e cinquenta e quatro], batizei solenemente e pus os santos óleos à **Thereza, adulta do gentio da Costa, escrava de Salvador Pereira de Barros** (grifo nosso). Foram padrinhos:*

Luis Pereira, viúvo, natural da Vila de (...), e Bernardina de Sena, filha de (...), todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1754, p. 21, nº 112).

*Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de [mil setecentos e] sessenta e três, batizei solenemente e pus os santos óleos ao **adulto Manoel do gentio da Costa, escravo de José Urbano da Silva.** (grifo nosso). Foram padrinhos: Luis, escravo de Francisco de Barros Rego, e Teresa, escrava de Domingos Manoel Viana, todos desta freguesia de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 415).*

*Aos (...), nesta Freguesia de São José do Sento Sé, de licença minha, o Reverendo vigário, Padre Domingos Alves, batizou solenemente **Joana, filha legítima de Ambrósio e de sua mulher Maria, índios,** e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Domingos Barbosa da Silva e sua mulher Joanna Nunes, todos desta freguesia de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 749).*

*Aos vinte e dois dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e um, na Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, desta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei Primaz de São José, religioso de Nossa Senhora do Carmo, à inocente (...), **filha legítima de Antônio Rodrigues e de sua mulher Grácia Pereira, índios,** e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Luis Pereira Bastos, solteiro, e Josefa Ferreira, viúva, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1771, p. 185, nº 892).*

Aos vinte e sete dias do mês de (...) de mil setecentos e setenta e um, na Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, termo desta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei Tomás de São José, religioso de Nossa Senhora dos Monges do Carmo, à inocente **Antônia, filha natural de Arcângela (...), índia (...)**, e lhe pôs os santos óleos. (grifo nosso). Foi padrinho: Manoel, escravo de João (...) Santiago, todos moradores na Fazenda da (...), termo desta Freguesia, de que mandei fazer este termo que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1771, p. 186, nº 896).

Ao primeiro dia do mês de novembro de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, à inocente **Anna, filha legítima de Raimundo, índio, e de Simoa, índia**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: José da Rocha, solteiro, filho legítimo de José Gaspar, e Maria Madalena, solteira, filha legítima de Antônio da Silva, todos fregueses desta freguesia de que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1083).

Aos dez dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, à inocente **Teresa, filha legítima de Antônio, índio, e de Maria, índia**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: (...), escravo de José Pacheco, e sua mulher (...), todos fregueses desta freguesia, de que, para constar,

mandei fazer este assento que, por verdade, assineí. Vigário-Sousa. (BATSSÉ, 1775, p. 272-273, nº 1352). Aos vinte dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Tomás de São José, à inocente **María, filha legítima de Arcângelo, índio, e de sua mulher (...), índia,** e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foi padrinho: Vitorino (...), todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assineí. (BATSSÉ, 1778, p. 276, nº 1369).

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de oitenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os santos óleos à inocente **María, filha legítima de Tomé e sua mulher Gertrudes, índios,** de que foram padrinhos Dona Marica das Neves Soares e seu filho Francisco José de Borges, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assineí. (grifo nosso). (BATSSÉ, 1781, p. 327, nº 1636).

Aos (...) de oitenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os santos óleos à inocente **Antônia, filha legítima do índio Leandro Gomes e sua mulher (...) da Rocha** (grifo nosso). Foram padrinhos: José Pereira, da mesma nação (...), desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assineí. Santa Clara. (BATSSÉ, 1782, p. 348, nº 1735).

Aos quatro de abril do ano de oitenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei e pus os santos óleos ao inocente **Francisco, filho natural do índio Marcelino Pereira e Ponciana Ferreira** (grifo nosso). Foram padrinhos: José da Rocha Veloso e sua mulher Ana da Silva, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assineí. Santa Clara. (BATSSÉ, 1782, p. 352, nº 1762).

Por constatar ser profícuo o levantamento de dados referentes aos pais dos neófitos, ampliou-se a pesquisa, incluindo nela seus padrinhos e outros familiares. Assim identificaram-se cinco assentos com menção ao lugar onde moravam os respectivos neófitos cristianizados, pais e/ou parentes indígenas. Um deles, **Antônio**, gentio da costa, de tronco Tupinambá, Amoipirá talvez, residia na própria povoação de Sento Sé. Outro **Antônio**, filho de Felipe de Sousa, provável membro do povo Acoroá, habitava a comunidade de Carnaíba ou Carnaúba Torta, então pertencente à Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado, da Diocese de Pernambuco.

O terceiro assento referia-se a **Jerônimo, pardo forro**, provável componente do grupo Amoipirá. Em 1769, ele morava e era assistente na Fazenda do Curralinho, atualmente vinculada ao município de Casa Nova e submersa no Lago de Sobradinho. No quarto registro identificou-se o nome de **Salvador, pardo**, então morador na Ipueira Funda, hoje pertencente a Xique-Xique. No quinto assento, reconheceu-se o nome de **Antônio**, provável membro do povo Caimbé que habitava as Serras do Assuruá e cuja aldeia mor se localizava no Sítio do Brejo Novo. (Fig. 25).

Figura 25 – Localização dos varões de raiz indígena visível



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.2 Mulheres de Raiz Indígena Visível

Do universo de 647 mães indígenas, 33 (5,10%) assumiram sua origem nativa. Por não terem sobrenome, 587 (90,73%) fizeram-se etnicamente invisíveis. Por não assumirem a maternidade e exporem seus filhos à adoção, 27 (4,17%) mantiveram-se fisicamente incógnitas. (Fig. 26). Muitas das mães, madrinhas e/ou familiares, manifestamente indígenas, não tiveram registrados os lugares onde moravam. Outras, porém, dispuseram-nos.

Figura 26 – Identidade das mulheres indígenas



Fonte: Acervo do autor (2023)

*Aos oito dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os santos óleos o Reverendo Coadjutor, Padre (...), à inocente **Maria, filha natural de Anna, mestiça, escrava de Teodoro da Rocha, (...),** e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: (...) Bernardo, solteiro, filho legítimo de (...), e (...)*

solteira, filha legítima de Francisco Dias, todos moradores no Sítio das Pedras, fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141).

*Aos quatro dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e sete, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo vigário colado desta Freguesia, (...) Domingos Alves de Sousa, e pôs os santos óleos ao inocente **José, filho natural de Edina, índia**. (grifo nosso). Foram padrinhos: Antônio Ferreira, casado, e Catarina de Sousa, casada, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1777, p. 245, nº 1210).*

*Aos dois dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo Frei Lourenço de Santa Ana, religioso, à inocente **Antônia, filha de Josefa, parda**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Alexandre Soares e sua mulher Martinha (...), todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. (BATSSÉ, 1778, p. 289, nº 1427).*

*Aos vinte e seis dias do mês de junho de mil setecentos e setenta e oito, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente o Reverendo Frei Lourenço de Santa Ana, religioso, ao inocente **Antônio, filho natural de Maria, índia**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Manoel Sarrão e sua mulher Rita Prudência, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. (BATSSÉ, 1778, p. 289, nº 1429).*

*Aos nove dias do mês de maio de mil setecentos e setenta e nove, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizei solenemente ao inocente **José, filho natural de Teresa, índia**, e lhe pus os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Francisco Rocha e Leandra Pires, ambos casados, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. (BATSSÉ, 1779, p. 298, nº 1465).*

*Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de oitenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou, com os santos óleos, o Reverendo Padre Manoel Dias, coadjutor desta Freguesia, à inocente **Maria, filha natural de Teresa, índia**, de que foi padrinho Miguel (...), todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). (BATSSÉ, 1780, p. 317, nº 1569).*

*Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de oitenta e um, na Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado, Bispado de Pernambuco, de licença minha, batizou e pôs os santos óleos o Reverendo Secretário da visita, o Padre Teles Xavier de Lima e Mello, ao inocente **Tomás, filho natural de Sebastiana, índia**, de quem foram padrinhos: Antônio Cardoso e sua mulher Cecília da Rocha, todos desta mesma freguesia de São José do Sento Sé, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). (BATSSÉ, 1781, p. 328, nº 1638).*

Identificaram-se: **Índia Brásida**, na Povoação de Sento Sé; **Albina Mestiça**, na Fazenda das Pedras; **Andreia Parda**, no Sítio do Morro; **Índia Maria**, no Sítio de São Pedro; **Ana Mestiça**, no Sítio do Porto Alegre; **Mestiça Forra Maria da Silva**, no Porto das Pedras; **Índia Bibiana de Sousa**, no Sítio da Carnaúba Torta, em Pilão Arcado; **Geralda Mestiça**, na

Fazenda do Juazeiro; **Ana Mestiça**, na Fazenda do Jenipapo; **Maria Mestiça**, na Fazenda dos Angicos; **Fabiana Mestiça e Josefa Mestiça**, na Fazenda do Saco; **Maria Francisca, Índia Dispersa**, na Fazenda da Utinga; **Antônia da Nação Guega**, na Fazenda das Carnaúbas; **Verônica e Tomásia** (índias Caimbé) e **Arcângela** (índia forra), nas Serras do Assuruá; **Felipa, da Nação Caimbé**, no Sítio do Brejo Novo. (Fig. 27).

Figura 27 – Localização das mulheres de raiz indígena visível



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.3 Varões de Raiz Indígena Invisível

Pela ausência de sobrenome e de atributos identitários manifestos a escravos de origem africana, identificaram-se os

varões de origem indígena, absolutamente minoritários em relação às mulheres da mesma raiz. Na maior parte deles, não se registrou o lugar onde morava. Em outros, eles estavam ilegíveis.

Vinculados ao atual território de Juazeiro reconheceram-se: **Manoel e Manoel Francisco**, na Fazenda da Carnaúba Torta.

Integrados ao atual território de Sento Sé identificaram-se: **João Soares da Silva, Manoel, Antônio, José de Oliveira, Francisco, Manoel Vidal, Caetano, Domingos, João Caetano, João e José**, na Povoação de Sento Sé; **Gonçalo Gomes, Antônio e Pedro**, na Fazenda das Pedras; **Manoel Henrique**, no Sítio do Morro; **Antônio**, no povoado de Xique-Xique; **Manoel da Silva**, na Fazenda do Urucé; **Francisco**, no Brejo Grande; **Antônio, Antônio, Gonçalo e Francisco**, na Fazenda da Lagoa; **Antônio, Simplício e João Forro**, na Fazenda da Malhada, e **Antônio José**, no Sítio do Alagadiço.

Ligados ao atual território de Morpará constataram-se: **João Francisco, Bartolomeu Francisco e Francisco José**, na Fazenda Morro do Pará.

Associados ao atual território de Xique-xique verificaram-se: **Gonçalo Antônio e Lucas**, na Povoação de Xique-Xique; **Francisco, Bernardo, Gonçalo e Pedro**, na Fazenda do Umbuzeiro; **Manoel Barbosa e Cláudio Antônio**, no Sítio do Angical; **Antônio Álvares**, na Fazenda do Juazeiro; **Joaquim**, na Fazenda dos Angicos; **Antônio e Manoel Pereira**, na Fazenda do Saco, e **João**, na Fazenda das Carnaúbas.

Agregados ao atual território de Gentio do Ouro descobriram-se: **Antônio, Patrício José, Vitorino, Vicente, Antônio Matias, João Neto e João**, nas Serras do Assuruá; **Valentim**, no Sítio do Bebedouro; **Marcos**, no Sítio de São Bento; **Antônio e José Matias**, no Sítio do Mato Grosso; **Manoel Gonçalo**, no Sítio da Canabrava; **Antônio**, na Fazenda Boca do Coelho; **Antônio Pereira**, na Fazenda Curral das Éguas; **Francisco Xavier**, no Sítio

da Lagoa, e **José Antônio**, no Sítio do Pau D’Óleo, cuja localização exata, com as coordenadas, não se identificou.

Do território da Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado observaram-se: **José**, na Ilha do Miradouro; **Francisco**, na Fazenda de Pau a Pique; **José**, na Fazenda do Curralinho; **Marcelo, Antônio e Manoel Pacheco**, na Ilha do Tamanduá. (Fig. 28).

Figura 28 – Localização dos varões de raiz indígena invisível



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.4 Mulheres de Raiz Indígena Invisível

Pela ausência de sobrenome e de atributos identitários conferidos a escravas de origem africana, identificaram-se as mulheres de origem indígena, absolutamente majoritárias em relação aos homens de raiz autóctone. Da mesma forma que ocorrera com os varões, na maior parte delas não se registrou o lugar onde morava. Em outras, eles estavam ilegíveis. Identificaram-se, mesmo assim, 68 localidades em que elas estavam presentes. Esse resultado imprimiu consistência à proposição de que a maioria absoluta da população de Sento Sé tem ancestrais indígenas. Segura e comprovadamente, se pode afirmar que seus membros herdaram atributos físicos (genéticos) e culturais (espirituais) de seus ancestrais nativos. Em outras palavras, está na hora de a sociedade reconhecer que **está vivo o povo Sentocé**. Com ele sobrevive o direito ao usufruto pleno do patrimônio material e imaterial que, há milênios, lhe pertence.

Vinculadas ao atual território do município de Sento Sé, identificaram-se: **Simoa, Teresa, Ana Rosa, Vicência, Maria, Elena, Benta Maria, Inês, Sebastiana, Josefa, Maria Francisca, Ana Maria, Maria, Ana Maria, Elena, Maria Madalena, Felícia, Ana, Ana, Paula, Leonor de Oliveira, Aniceta, Inês, Teresa, Engrácia, Catarina, Ana Antônia, Ana Maria, Isabel, Rita, Joana, Maria, Ana Maria, Luzia, Suzana, Domingas, Maria, Rita, Juliana, Teresa, Josefa, Madalena, Benta, Leonarda Maria, Vitorina, Ana, Inácia, Antônia, Maria de Andrade, Ana, Inês, Luzia e Maria**, na Povoação de Sento Sé; **Luzia, Francisca, Francisca Manoela, Teodora Maria, Maurícia, Ana, Maria, Paula Maria, Eugênia Theobalda, Teodora, Domingas, Inácia, Francisca, Manoela, Teodora e Francisca**, na Fazenda das Pedras; **Feliciana**, no Sítio da Tapera; **Ana**, no Sítio do Morro; **Isabel, Ana Maria, Isabel Maria, Ana Maria, Maria e Isabel**, na Fazenda Jatobá; **Maria, Maria, Rita, Josefa Maria e Lourença**

Maria, no Xique-Xique; **Maria**, na Fazenda Incaibro; **Maria**, **Mariana**, **Leonor Maria** e **Dionísia Maria**, na Fazenda do Urucé; **Antônia Maria**, **Ana Marcelina** e **Rosa**, no Brejo Grande; **Maria**, **Mariana**, **Ambrósia**, **Rita**, **Maria**, **Rosa**, **Francisca** e **Ângela Prado**, na Fazenda da Lagoa; **Ana**, na Fazenda Mandacaru; **Domingas Georgina** e **Ana**, na Fazenda Estreito; **Domingas**, **Rosa Maria**, **Clemência**, **Inácia**, **Tomásia**, **Maria Florência**, **Teresa**, **Ambrósia**, **Ana**, **Teresa Angélica**, **Úrsula**, **Josefa** e **Francisca**, na Fazenda Malhada; **Maria Madalena**, na Fazenda do Bazuá; **Inácia**, no Sítio das Traíras; **Josefa**, **Inácia** e **Antônia Maria**, na Fazenda do Mari; **Luciana Pestana** e **Ana Maria**, na Fazenda da Aldeia; **Maria Madalena**, na Fazenda do Boqueirãozinho; **Josefa**, **Páscoa Maria**, **Quitéria**, **Maria Euzébia**, **Quitéria** e **Josefa**, na Fazenda do Boqueirão Grande; **Maria Leonor**, **Eugênia Maria** e **Maria**, no Sítio do Alagadiço; **Custódia**, **Ágata** e **Teresa Cristina**, no Porto das Pedras.

Integradas ao atual território do município de Juazeiro perceberam-se: **Natália**, da Passagem de Juazeiro; **Maria e Maria da Conceição**, da Fazenda Aldeia do Salitre, e **Joana**, da Fazenda da Carnaíba Torta.

Ligadas ao atual território de Sobradinho – BA constataram-se: **Maria**, **Germana** e **Clemência**, na Fazenda Tatauí.

Associadas ao atual território do município de Jussara descobriram-se: **Timótea**, **Clemência**, **Maura Maria**, **Joana**, **Isabel** e **Maria**, na Fazenda da Picada.

Agregadas ao atual território do município de Xique-Xique, identificaram-se: **Rosário**, **Elena Maria**, **Ana Francisca**, **Hilária Maria** e **Ana Maria**, no Sítio da Boa Vista; **Joana**, na Fazenda da Pedra Branca; **Maria Angélica**, **Antônia**, **Inácia Francisca**, **Teresa**, **Páscoa**, **Ana Maria**, **Poliana**, **Engrácia** e **Graça Maria**, na Povoação de Xique-Xique; **Maria**, **Joana Rodrigues** (forra), **Clemência** e **Doroteia Maria**, na Fazenda Picada de Cima; **Ana**,

Francisca, Teresa, Ponciana e Graça, na Fazenda do Umbuzeiro; **Florência, Marta, Maria, Ana Maria, Rosa, Maria, Eugênia da Mota Soares, Brígida Maria, Antônia Francisca, Ana Maria, Antônia Maria, Francisca Maria e Maria Vitorina**, no Sítio do Angical; **Bibiana, Venância e Rosa Maria**, na Fazenda do Juazeiro; **Micaela, Leonor, Ana Luísa, Valéria, Maria, Eva, Arcângela e Bonifácia**, na Fazenda do Jenipapo; **Ana, Joana, Isabel Joaquina, e Maria Pereira**, na Fazenda dos Angicos; **Luísa e Jerônima**, na Ipueira Funda; **Marcela Maria, Rosa Maria, Firmina, Luísa Francisca, Maximiana, Josefa, Isabel Joaquina e Luísa Pereira**, na Fazenda do Saco; **Martinha, Ana e Luciana**, na Fazenda do Gado Bravo; **Maria Francisca e Suzana**, na Fazenda da Utinga; **Suzana, Rosa Maria, Antônia, Maria, Quitéria das Dores, Feliciano, Josefa e Bibiana**, na Fazenda das Carnaúbas; **Josefa Maria e Paula Maria**, na Fazenda de Santo Antônio.

Vinculadas ao atual território do município de Morro do Pará identificaram-se: **Aniceta Francisca, Damiana, Inácia, Silvina, Mariana Luísa, Teresa, Isabel Maria, Josefa Maria, Joana, Custódia e Ana Maria**, na Povoação de Morro do Pará; **Rosa e Maria Perpétua**, na Fazenda da Varginha.

Integradas ao atual território do município de Gentio do Ouro identificaram-se: **Senhorinha, Augustinha, Felipa Pereira, Brites Maria e Maria**, na Fazenda do Curreal das Éguas; **Josefa Marquesa e Luciana**, na Fazenda Boca do Coelho; **Florência e Luzia**, no Sítio do Riachão; **Inácia Maria**, no Sítio do Cotovelo; **Luísa**, no Sítio dos Caldeirões; **Quitéria, Eugênia e Vitória**, no Sítio da Canabrava; **Ana Maria**, no Sítio da Cachoeira; **Florência, Maria, Rita e Maria**, no Sítio de São Bento; **Ana Maria, Ana Neta, Antônia, Margarida, Maria, Joana, Francisca, Augustinha e Maria**, no Sítio do Mato Grosso; **Maria, Maria, Engrácia, Quitéria, Rosa Maria, Maximiana, Bernarda, Cipriana Maria, Ana Neta, Rita, Ana Maria, Isabel, Maria, Ana Maria, Rosa, Joaquina, Teresa Cristina, Ana, Isabel**

Maria, Maria, Apolinária, Elena, Simiana, Inácia Maria, Joana Maria, Maria Madalena, Maria Luísa, Felisberta Neta, Francisca, Teodora Maria, Maria Francisca, Ágata, Josefa Maria, Justa, Luísa, Rita Forra e Antônia Maria, nas Serras do Assuruá; **Maria da Conceição, Antônia Maria, Sula, Francisca Maria, Joana, Teresa e Rosa**, no Sítio da Lagoa; **Romana**, na Fazenda da Conceição; **Ana Maria**, no Sítio do Brumado; **Rosa Maria**, no Sítio de São Gonçalo; **Ana Maria**, no Sítio de São Felipe; **Juliana**, no Sítio do Bebedouro; **Ana Maria**, no Sítio de Santana; **Vitorina Maria, Luísa e Francisca**, no Sítio das Salinas.

Da sede da Freguesia de São Francisco Xavier do Rio Grande do Sul, identificaram-se: **Arcângela Maria e Rita Maria**.

Agregadas à Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado observaram-se: **Luísa, Felícia, Maximiana, Ana Maria e Isidora**, na Ilha do Miradouro; **Isabel**, no Sítio do Caroá; **Maria, Inês, Ângela, Ana Maria e Ana Maria**, na Fazenda de Pau a Pique; **Isabel**, na Fazenda do Curralinho; **Micaela, Margarida, Bibiana, Josefa da Rocha** (forra) e **Rosa Maria**, na Ilha do Tamanduá. (Fig. 29 a 32).

Figura 29 – Mulher de raiz indígena



Fonte: Nosso Nordeste (2020), adaptada pelo autor

Figura 30 – Memorável Valdenice dos Santos, de origem indígena



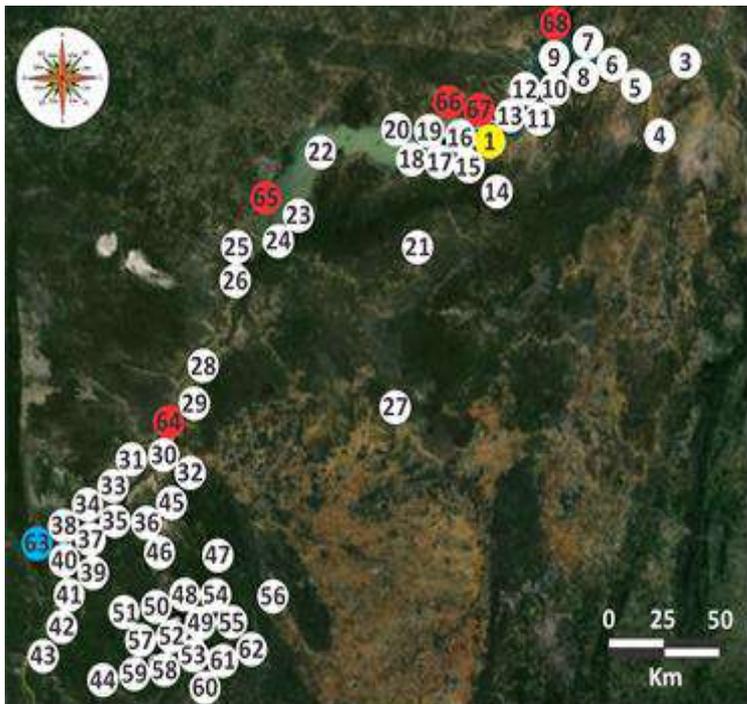
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2024), com infinitas saudades

Figura 31 – Mulher de raiz indígena e africana



Fonte: *freepik* (2023 *apud* Guedes 2023), adaptada pelo autor

Figura 32 – Localização das mulheres de raiz indígena invisível



LEGENDA	
1	Povoação de Sento Sé
2	Oeiras
3	Passagem do Juazeiro
4	Fazenda Aldeia do Salitre
5	Fazenda da Carnaúba Torta
6	Fazenda Tatauí
7	Fazenda das Pedras
8	Sítio da Taperá
9	Sítio do Morro
10	Fazenda do Jatobá
11	Xique-Xique
12	Fazenda do Incalbro
13	Fazenda do Urucé
14	Brejo Grande
15	Fazenda da Lagoa
16	Fazenda Mandacaru
17	Fazenda Estreito
18	Fazenda da Malhada
19	Fazenda do Bazuá
20	Sítio das Trairas
21	Fazenda do Mari
22	Fazenda da Aldeia
23	Fazenda do Boqueirãozinho
24	Fazenda do Boqueirão Grande
25	Sítio do Alagadiço
26	Porto das Pedras
27	Fazenda da Picada
28	Sítio da Boa Vista
29	Fazenda da Pedra Branca
30	Povoação de Xique-Xique
31	Fazenda do Gado Bravo
32	Fazenda das Carnaúbas
33	Fazenda da Utinga
34	Ipeira Funda
35	Fazenda do Saco
36	Sítio de Santo Antônio
37	Fazenda dos Angicos
38	Fazenda do Jenipapo
39	Fazenda do Juazeiro
40	Sítio do Angical
41	Fazenda do Umbuzeiro
42	Fazenda Picada de Cima
43	Fazenda Morro do Pará
44	Fazenda da Varginha
45	Fazenda do Curral das Éguas
46	Fazenda Boca do Coelho
47	Sítio do Riachão
48	Sítio dos Caldeirões
49	Fazenda Morro do Pará
50	Sítio da Canabrava
51	Sítio da Cachoeira
52	Sítio de São Bento
53	Sítio do Mato Grosso
54	Serras do Assuruá
55	Sítio da Lagoa
56	Fazenda da Conceição
57	Sítio do Brumado
58	Sítio de São Gonçalo
59	Sítio de São Felipe
60	Sítio do Bebedouro
61	Sítio de Santana
62	Sítio Salinas
63	Povoação do Rio Grande do Sul
64	Ilha do Miradouro
65	Sítio do Caróá
66	Fazenda de Pau a Pique
67	Fazenda do Currallinho
68	Ilha do Tamanduá

Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

3.1.5 Varões de Origem Africana

Os varões de origem africana registravam-se como **crioulos**, **mulatos** ou **de nação Angola**. O primeiro batismo de um

neófito mulato, na Freguesia de Sento Sé, ocorreu em 1767. Tratava-se de Tomás, filho de **Francisco Crioulo** e Maria Madalena, indígena sem visibilidade, moradores na Fazenda Bazuá.

Pelos atributos identitários identificaram-se alguns escravos de origem africana em registros em que não constava o lugar onde moravam. Em outras, eles estavam ilegíveis. Identificaram-se, contudo, sete localidades:

Do território de Sento Sé reconheceram-se: **Mulato Roberto**, na Povoação; **Gonçalo Ferreira, Crioulo Forro**, e **Bonifácio Crioulo**, na Fazenda Malhada; **Francisco Crioulo**, na Fazenda do Bazuá.

Do atual território de Xique-Xique identificaram-se: **Antônio Rodrigues, forro de nação Angola**, no Sítio do Angical; **Maximiano Crioulo**, na Fazenda do Jenipapo; **Simão Crioulo**, na Fazenda dos Angicos.

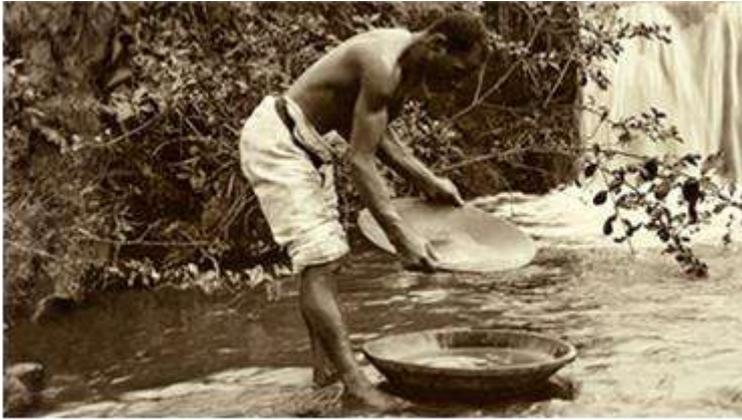
Do município de Gentio do Ouro, reconheceu-se o registro de **Geraldo Crioulo**, morador no Sítio do Bebedouro. (Fig. 33 e 34).

Figura 33 – Localização dos varões de origem africana



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

Figura 34 – Negro de nação Angola



Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2024), adaptado pelo autor

Aos vinte dias de maio de mil setecentos e oitenta e dois, na Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande, de licença minha, batizou o Reverendo coadjutor e pôs os santos óleos ao inocente Domingos, filho natural de Antônio, nação Angola, escravo de Manoel de Sousa e Paula da Fonseca, mestiça. (grifo nosso). Foram padrinhos: Antônio da Costa de Brito e sua mulher Maria Francisca da Conceição, todos da Freguesia do Rio Grande, de que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade, assiniei. Santa Clara. (BATSSÉ, 1782, p. 344-345, nº 1717).

Aos quatro dias de março de mil setecentos e oitenta e um, na Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande do sul, de licença minha, batizou o Reverendo cura daquela freguesia, o Padre José Rodrigues, e pôs os santos óleos à inocente Anna, que nasceu aos dezessete (...), filha legítima de Antônio Pereira (...) e de sua mulher Perpétua Coelho Monteiro, crioulos

forros, moradores nesta freguesia (grifo nosso). Foi padrinho o Alferes Manoel Pimentel, solteiro, morador na dita Freguesia do Rio Grande, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Luis Alves de Miranda. (BATSSÉ, 1781, p. 359, nº 180).

Aos onze dias de março do ano de oitenta e um, na Freguesia de São Francisco das Chagas, do Rio Grande do sul, Bispado de Pernambuco, de licença minha, batizou o Reverendo coadjutor, o Padre religioso de São Tiago Pereira Bastos, e pôs os santos óleos à inocente Cecília, que nasceu aos 15 de abril do dado ano, filha legítima de Miguel Correia Pestana e de sua mulher Felipa de Sousa Coelho, crioulos forros desta freguesia. (grifo nosso). Foram padrinhos: o padre coadjutor e Isabel Maria da Silva, viúva, da Freguesia do Rio Grande, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Luis Alves de Miranda. (BATSSÉ, 1781, p. 360, nº 1806).

3.1.6 Mulheres de Origem Africana

As mulheres de origem africana registraram-se como **crioulas**, **crioulas forras** ou de **Angola**. Algumas não tiveram registrados os lugares onde moravam.

Aos nove dias do mês de dezembro de mil setecentos e cinquenta e sete, nesta matriz, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Timóteo, filho de pai incógnito e de Joana Crioula, escrava de Bartolomeu Martins Ferreira. (grifo nosso). Foram padrinhos: Manoel, escravo de (...) de Sousa e Joana (...), todos moradores desta freguesia, de que fiz este assento

que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1757, p. 37, nº 261).

Aos onze dias do mês de julho de [mil] setecentos e sessenta e um, nesta matriz, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Manoel, filho de pai incógnito e de **Tereza de Sousa, crioula forra**. (grifo nosso). Foram padrinhos: Leonardo do Urucé, casado, e Anna dos Santos, solteira, filha de Paulo dos Santos, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 310).

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de [mil] setecentos e sessenta e um, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Germano, filho de pai incógnito e de **Úrsula da Conceição, crioula forra**, moradora no Sítio (...) (grifo nosso). Foi padrinho Maximino Pereyra, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1761, p. 52, nº 317).

Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e sete, batizou solenemente, de minha licença, o Reverendo Cura da Freguesia é de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, à inocente Eugênia, filha natural de **Joana, crioula forra**, freguesa desta freguesia de São José do Sento Sé e moradora na Fazenda do (...) (grifo nosso). Foram padrinhos: Antônio José Pereyra e sua mulher Josefa Maria do Sacramento, moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas do Rio Grande, do que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Declaro que o Cura que batizou foi o Pe. Manoel Rodrigues de Almeida, do que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1767, p. 118, nº 556).

*Aos trinta dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e oito, na Freguesia de São Francisco das Chagas da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Cura da mesma Freguesia, o Padre Manoel Rodrigues de Almeida, ao inocente Euzébio, filho natural de **Joana de Magalhães, crioula forra**, e pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Luiz Bernardes e sua mulher Doroteia da Rocha Guedes, todos moradores e fregueses dessa freguesia, de que para constar, mandei fazer este assento que, por ser verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 576).*

*Aos quinze dias do mês de março de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Antônio José Barbosa, à inocente Antônia e lhe pôs os santos óleos. Foram padrinhos: José Mendes de Sousa, solteiro, e Anna Gonçalves de (...), solteira, filha legítima de Bonifácio Gonçalves, fregueses desta freguesia. A inocente Antônia era filha natural de **Joanna, crioula forra**, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 153, nº 711).*

*Aos vinte cinco dias do mês de dezembro de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, ao inocente Jorge, filho natural de **Ponciana, crioula forra**, moradora na Freguesia de São José de Sento Sé, Arcebispado da Bahia, e lhe pôs*

os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Domingos Pereira, casado, morador na Freguesia de São Francisco das Chagas, e Maria Pereira do Nascimento, solteira, moradora na Freguesia de São José de Sento Sé, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 719).

Aos vinte cinco dias do mês de dezembro de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, à inocente **Damásia, filha natural de Maria Angola**, escrava de Francisco de Moura, morador no lugar (...), da Freguesia de São José de Sento Sé, Arcebispado da Bahia, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Simão, crioulo, solteiro, morador na Fazenda dos Angicos, e Fabianna, mestiça, solteira, moradora na Fazenda do Saco, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 173, nº 838).

Aos quinze dias do mês de maio de mil setecentos e setenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou, solenemente, o coadjutor atual desta freguesia, Padre Manoel do Rosário, à inocente Marcelina, filha natural de **Maria Crioula, escrava da viúva** (...), e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Manoel (...), solteiro, e Maria Marcelina Rodrigues, casada, todos moradores nesta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1772, p. 195-196, nº 953).

Outras, porém, tiveram-nos. Assim, no atual município de Sento Sé distribuía-se: **Joana Crioula** e **Francisca Crioula**, na Povoação; **Francisca Mulata**, **Mônica Crioula**, **Juliana Crioula**, **Domingas Crioula**, **Inácia Crioula**, **Sula Crioula** e **Martinha Crioula**, na Fazenda das Pedras; **Inácia Pereira de Matos**, **crioula forra**, na Fazenda Urucé; **María Crioula**, na Fazenda da Malhada.

No atual município de Xique-Xique identificaram-se: **Francisca Crioula**, na Fazenda do Umbuzeiro; **María Crioula**, **Joana Crioula** e **Luciana Crioula**, na Fazenda do Jenipapo; **Lourença Crioula**, na Fazenda dos Angicos; (...) **Crioula** e **Nicácia Teixeira**, **crioula forra**, na Ipueira Funda; **María Crioula**, na Fazenda do Saco.

No atual município de Gentio do Ouro, reconheceram-se: **Antônia Crioula**, na Fazenda do Curral das Éguas; **Vicência Maria**, **crioula forra**, no Brejo da Gameleira; **Francisca Mulata**, no Sítio do Mato Grosso; **María Crioula**, no Sítio de São Felipe; **Justa Crioula**, no Sítio de Santana; **María Crioula**, **Joana Mulata** e **Francisca Mulata**, nas Serras do Assuruá. (Fig. 35).

Figura 35 – Localização das mulheres de origem africana



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS FAMÍLIAS

Fez-se acurada pesquisa bibliográfica, em documentos primários e secundários, inúmeras entrevistas com pessoas idosas que conheceram as antigas aldeias e as cidades, os povoados e os sítios, muitos dos quais hoje submersos nas águas do Lago de Sobradinho¹⁰³. Levantaram-se informações sobre os lugares de maior relevância histórica, antropológica e arqueológica. Priorizaram-se as referências concernentes à invisibilidade compulsória dos indígenas da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, coincidente com a área conquistada por Francisco Dias d'Ávila.

Francisco Dias d'Ávila realizava incursões ao longo do São Francisco, tendo deixado, com a sua morte, grandes extensões de terra - que iam da barra do Salitre até as vizinhanças do gentio Morpará. (LINS, 1959, p. 28).

Para contextualizar os dados, contemplaram-se também as freguesias do entorno, quais eram, as de Santo Antônio do Pilão Arcado e São Francisco das Chagas, no lado esquerdo do Rio São Francisco, e de Santo Antônio da Jacobina, à direita.

4.1 Sento Sé

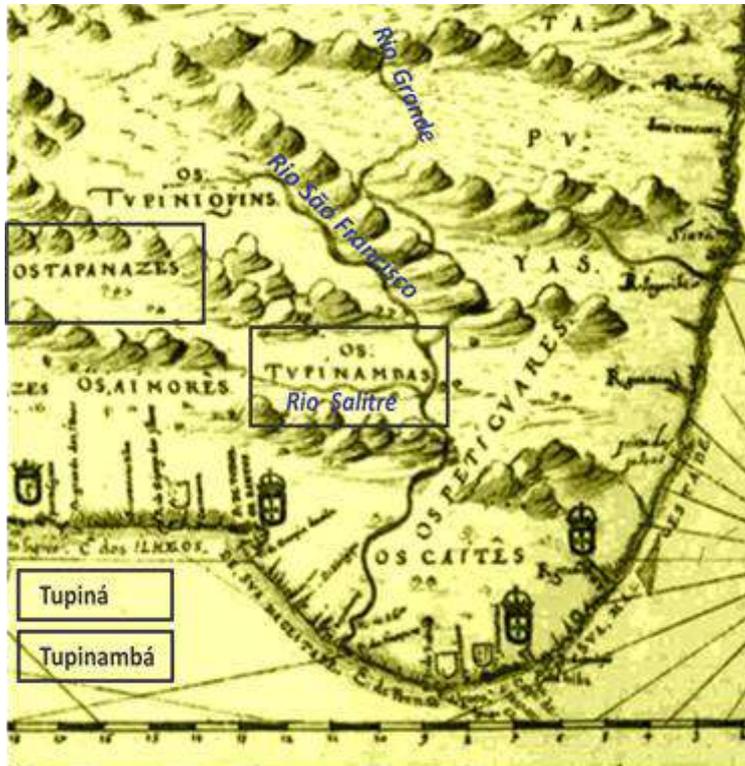
Encontraram-se relatos históricos a informar que a foz do Riacho Mulungu, onde se implantou a sede da Freguesia de São José de Sento Sé, vinculava-se ao território que, na pré-história, ocupavam indígenas dos troncos Tupiná e Tupinambá. Diz-se que, em regime de mobilidade sazonal e sistema de

¹⁰³ Agradecimentos especiais a Mariluze Amaral, Ruidivaldo Pacheco e José Gomes, pelas informações referentes aos sítios, fazendas, povoados e distritos da antiga Freguesia de São José da Barra de Sento Sé.

alternância, diversos grupos que a eles se filiavam habitavam o litoral de Pernambuco, Sergipe e Bahia e áreas interioranas do Submédio São Francisco. (Fig. 36).

Esses nativos habitavam desde o litoral até o “sertão” e se locomoviam por trilhas e caminhos (peabiru: em língua tupi, “pe” = caminho, “abiru” = gramado amassado) que cruzavam todo o território. Sabe-se que esses caminhos ligavam extensas áreas americanas, muito antes dos europeus conquistarem o continente, e que boa parte das estradas atuais, assim como ruas e avenidas, foram abertas sobre essas rotas antigas. (PAIVA, 2010, p. 4).

Figura 36 – Território ocupado por grupos Tupiná e Tupinambá



Fonte: Albernas (1631 *apud* Oliveira, 2010), adaptado pelo autor

Quando se acirraram os famigerados conflitos com os colonizadores portugueses que estavam a implantar a monocultura da cana de açúcar no litoral do Nordeste, muitos indígenas, conhecidos como **gentios da costa** optaram por migrar, em busca do território que, no Século XVIII, integrou-se à Freguesia de Santo Sé. A bem da verdade, importa que se registre, sempre houve conflitos entre colonizadores, colonizados e grupos nativos rivais da costa brasileira. Eles se evidenciaram acintosamente, porém, em 1549, quando Tomé de Souza decidiu implantar o projeto de dominação portuguesa, nas terras do litoral nordestino, e ganhar uma guerra que estava praticamente perdida, contra os indígenas e seus aliados franceses. (OLIVEIRA, 2010, p. 18).

Depois de cada refrega contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para os cerimoniais de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar forças para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agredir ou de defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização. (RIBEIRO, 1995, p. 34).

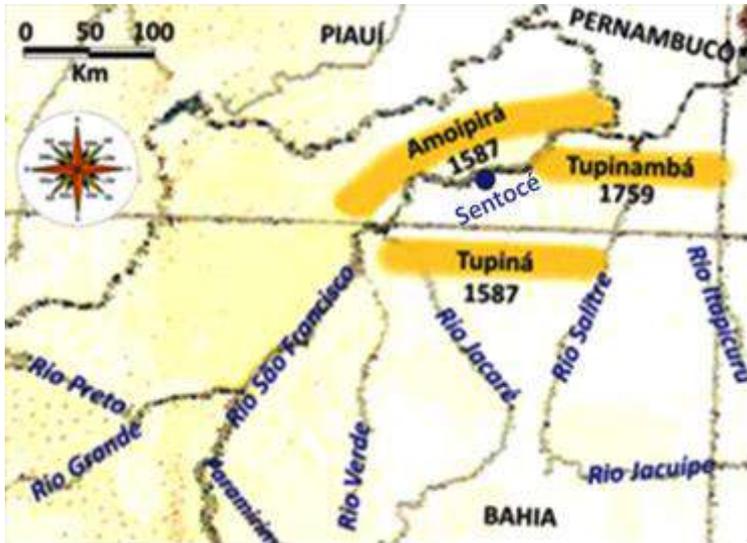
As desavenças tomaram dimensões catastróficas na Guerra do Recôncavo que se instaurou em 1555, quando se iniciou a implantação efetiva da cidade de Salvador. Foi Dom Álvaro da Costa, filho do Governador Geral Duarte da Costa quem, em 1556, promoveu guerra contra grupos Tupinambá que há muito ocupavam terras concedidas a Garcia d'Ávila, ao norte da cidade de Salvador. Relata-se que ele "incendiou tabas e pôs em fuga" os grupos nativos, por haverem aprisionado cristãos, destruído fazendas e matado gado. (PEIXOTO, 1944, p. 112). Não se descarta a probabilidade de que, entre eles estivessem os Amoipirá. Sem espaço para sustentar-se no litoral, eles teriam migrado em busca de território pindorâmico, no sertão sanfranciscano, por antigos caminhos que muito bem conheciam. (Fig. 37 e 38).

Figura 37 – Povo Amoipirá, no Submédio São Francisco



Fonte: Martius (1867 *apud* Santos, 2013), adaptado pelo autor

Figura 38 – Tupiná, Amoipirá, Tupinambá, no Submédio São Francisco



Fonte: Nimuendaju 1944 *apud* IBGE, 1944), adaptado pelo autor

Um bom exemplo desta discrepância é o caso Amoipirá, um grupo tupi que habitava o rio São Francisco na segunda metade do século XVI. Gabriel Soares descreveu esse grupo como possuidor dos “mesmos costumes e gentilidades” dos Tupinambá, bem como a mesma língua, embora guardando umas diferenças “em alguns nomes próprios”. Descendente

dos Tupinambá, esse grupo afastou-se para o interior frente ao avanço de seus inimigos e adotou o nome por “seu principal se chamar Amoipirá”. (SOARES DE SOUSA, 1971 [1587], p. 334-335 *apud*, MONTEIRO, 2001, p. 32).

Assim, no Século XVIII, havia ainda indígenas a migrar para a povoação de Sento Sé. É muito provável que os gentios da costa, adultos a se batizarem na Igreja de São José, tivessem vínculo de parentela com o povo **Amoipirá**¹⁰⁴. Eram, portanto, afeiçoados à prática da agricultura de subsistência, com a qual mantinham suas famílias e as de seus amos colonizadores.

Havia entre eles, principalmente nos grupos ligados ao tronco Tupinambá, o milenar costume de cultivarem pequenas caixas onde empregavam rudimentares práticas agrícolas tradicionais. Cultivavam mandioca, milho, batata-doce, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucum, algodão, cuia, cabaça, pimenta, abacaxi, mamão, erva-mate, guaraná, caju e pequi. (RIBEIRO, 1995, p. 32 *apud* KESTERING, 2021a, p. 137-138).

Aquela povoação sertaneja se situava às coordenadas UTM24L 247100, UTMN 8931200, a 383 m de altitude. (Fig. 39). Na segunda metade do Século XVIII, habitavam-na diversos varões de linhagem portuguesa, cujas esposas eram de origem lusitana ou de raiz indígena, às custas de poucos escravos homens e muitas escravas de origem nativa visível ou invisível, e/ou africana.

Integravam o corpo social de origem portuguesa: José Pereira da Silva e Joana Soares¹⁰⁵; Domingos Manoel Viana¹⁰⁶, Teodora

¹⁰⁴ As comunidades Tupinambá ocupavam, com diversos nomes, a faixa litorânea do Rio Amazonas à ilha de Cananeia, no litoral paulista. Praticavam horticultura, caça, pesca e coleta. Produziam tubérculos (mandioca e batata-doce), leguminosas (feijão e vagens) e cereais (milho). (MAESTRI, 1995, p. 43-44 *apud* ORTIZ, 2009, p. 115-116).

¹⁰⁵ BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.

¹⁰⁶ BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 414.

Ferreira da Silva¹⁰⁷ e Ana Rodrigues¹⁰⁸; Luís Freire de Andrade¹⁰⁹; Antônio Pereira da Silva¹¹⁰; José Espíndola da Cunha e Maria Teresa de Jesus¹¹¹; Francisco Gonçalves¹¹²; Luís Caetano de Santiago¹¹³ e Maria Francisca do Sacramento¹¹⁴; José de Sousa Pinto¹¹⁵; Pedro Ferreira¹¹⁶; Manoel do Nascimento e Ana Meneses¹¹⁷; Leonarda Oliveira¹¹⁸; Bartolomeu Martins Ferreira¹¹⁹; Maurício Ferreira¹²⁰; Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho¹²¹; Martinha Soares¹²²; Francisco Carvalho da Cunha¹²³ e Maria Perpétua da Rocha Brito¹²⁴; Manoel da Cunha Lemos e Bernardina de Sena do Espírito Santo¹²⁵; Sargento Mor Gonçalo Barreto Lima¹²⁶ e Maria Teresa de Jesus¹²⁷; Antônia Ferreira¹²⁸; Antônio Alvares

¹⁰⁷ BATSSÉ, 1771, p. 167, nº 813.

¹⁰⁸ BATSSÉ, 1761, p. 50, nº 305.

¹⁰⁹ BATSSÉ, 1762, p. 69, nº 374; 1765, p. 96, nº 476; 1772, p. 201, nº 989.

¹¹⁰ BATSSÉ, 1762, p. 71-72, nº 381.

¹¹¹ BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 389.

¹¹² BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 664.

¹¹³ BATSSÉ, 1766, p. 88, nº 484; 1767, p. 104, nº 506; 1771, p. 169, nº 821; 1773, p. 201, nº 994.

¹¹⁴ BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 506; 1771, p. 169, nº 821; 1772, p. 193, nº 936; 1773, p. 201, nº 994.

¹¹⁵ BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 871.

¹¹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 182, nº 881.

¹¹⁷ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1068.

¹¹⁸ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.

¹¹⁹ BATSSÉ, 1763, p. 76, nº 394; 1774, p. 216, nº 1080.

¹²⁰ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.

¹²¹ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 391; 1763, p. 76, nº 395; 1770, p. 156, nº 723; 1771, p. 169, nº 823; 1772, p. 192, nº 933.

¹²² BATSSÉ, 1771, p. 169, nº 823.

¹²³ BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 657; 1769, p. 142, nº 666; 1771, p. 182, nº 880.

¹²⁴ BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 420; 1766, p. 88, nº 483; 1769, p. 142, nº 666; 1771, p. 182, nº 880.

¹²⁵ BATSSÉ, 1764, p. 86, nº 432.

¹²⁶ BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 658; 1776, p. 240, nº 1188.

¹²⁷ BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 458; 1769, p. 141, nº 660; 1776, p. 240, nº 1188.

¹²⁸ BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 469; 1771, p. 184, nº 889.

da Silva e Vitorina de Brito¹²⁹; Marcos Rodrigues Vicente e Antônia da Costa Neves¹³⁰; Padre Domingos Álvares de Sousa¹³¹; Padre Manoel do Rosário¹³²; Anacleto de Oliveira Leite¹³³ e Marcelina Soares¹³⁴; Francisco Álvares e Florência Ferreira¹³⁵; Francisco Ribeiro dos Santos e Felipa de Sousa Pinto¹³⁶; Antônio Vieira de Vasconcelos¹³⁷; Rosa Clara do Nascimento¹³⁸; Domingos Alves Pereira¹³⁹, Tomás Ribeiro¹⁴⁰ e Ana de Sousa¹⁴¹; Veríssimo Antônio Rosa, Joana Maria da Silva, Florentino Cavalcante e Teresa Tavares¹⁴²; Luciana da Rocha¹⁴³; Luís Alexandre Gomes e Leonarda Ribeiro¹⁴⁴; Antônio Martins dos Santos e Ana Ribeiro Felisbel¹⁴⁵; João da Silva Almeida¹⁴⁶; Margarida de Jesus¹⁴⁷; Antônia Maria da Conceição¹⁴⁸; Manoel de Vargas Serne¹⁴⁹; Francisco de Vargas¹⁵⁰; Maria Madalena

¹²⁹ BATSSÉ, 1765, p. 95, nº 474.

¹³⁰ BATSSÉ, 1766, p. 98, nº 484; 1772, p. 193, nº 936. Marcos e Antônia tinham posses na Fazenda Jatobá, conf. BATSSÉ, 1768, p. 126, nº 591. Delas zelava Maria, escrava indígena de etnia incógnita.

¹³¹ BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 506; 1774, p. 217, nº 1082.

¹³² BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987; 1773, p. 203, nº 1003.

¹³³ BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 535.

¹³⁴ BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 535; 1776, p. 239-240, nº 1187.

¹³⁵ BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 667; 1772, p. 201, nº 992.

¹³⁶ BATSSÉ, 1770, p. 156, nº 723; 1772, p. 192, nº 933.

¹³⁷ BATSSÉ, 1770, p. 156, nº 723; 1772, p. 193, nº 933.

¹³⁸ BATSSÉ, 1763, p. 76, nº 394; 1767, p. 104, nº 506; 1770, p. 149, nº 693; 1770, p. 150, nº 697; 1770, p. 156, nº 723; 1773, p. 201, nº 994.

¹³⁹ BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 697.

¹⁴⁰ BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 697; 1772, p. 195, nº 950.

¹⁴¹ BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 697.

¹⁴² BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 833.

¹⁴³ BATSSÉ, 1771, p. 180-181, nº 874.

¹⁴⁴ BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 875; 1774, p. 214, nº 1068.

¹⁴⁵ BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 658; 1771, p. 181, nº 879; 1776, p. 219, nº 1092; 1776, p. 240, nº 1188.

¹⁴⁶ BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 879.

¹⁴⁷ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 933.

¹⁴⁸ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 950.

¹⁴⁹ BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889; 1772, p. 201, nº 989.

¹⁵⁰ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 989.

Cavalcante e José Cavalcante¹⁵¹; Marcelino da Silva¹⁵²; Antônio Lobo (...) e Antônia Ribeiro Felisbel¹⁵³; **Alferes Joaquim José Ribeiro Felisbel**¹⁵⁴, Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel¹⁵⁵; Ludovina Maria das Neves¹⁵⁶; Antônia da Cunha Melo¹⁵⁷; Maria das Neves¹⁵⁸; Maria Ribeiro Felisbel¹⁵⁹; Rita Soares¹⁶⁰; Maurício Ferreira de Campos¹⁶¹; João Nunes de Azevedo¹⁶²; Pedro Castro de Andrade¹⁶³; Luísa Pinto¹⁶⁴; Cosme Cabral¹⁶⁵, Josefa Álvares de Sousa¹⁶⁶ e Ludovina Maria Silveira¹⁶⁷; Teodoro Nunes e Maurícia Teixeira¹⁶⁸; Pedro Coelho de Sá¹⁶⁹; Júlia Coelho¹⁷⁰; José Lopes¹⁷¹; José Paulo Serne¹⁷²; Bento Soares de Meneses¹⁷³; Antônio de Barros e Joana Freire¹⁷⁴; Francisco Vieira Sobral¹⁷⁵; José de Sousa Coelho e Maria Ferreira¹⁷⁶; Ana

¹⁵¹ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 989.

¹⁵² BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 992.

¹⁵³ BATSSÉ, 1770, p. 146, nº 682; 1771, p. 170, p. 826; 1774, p. 216, nº 1079.

¹⁵⁴ BATSSÉ, 1770, p. 146, nº 682; 1771, p. 170, p. 826; 1774, p. 216, nº 1079.

¹⁵⁵ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1079; 1777, p. 243, nº 1203.

¹⁵⁶ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1079; 1776, p. 230, nº 1144.

¹⁵⁷ BATSSÉ, 1769, p. 141, nº 660; 1771, p. 181, nº 879; 1777, p. 243, nº 1203.

¹⁵⁸ BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889; 1774, p. 216, nº 1079.

¹⁵⁹ BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 538; 1770, p. 146, nº 682.

¹⁶⁰ BATSSÉ, 1771, p. 171, nº 829.

¹⁶¹ BATSSÉ, 1773, p. 201, nº 994; 1774, p. 216, nº 1080; 1776, p. 230, nº 1144.

¹⁶² BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.

¹⁶³ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.

¹⁶⁴ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.

¹⁶⁵ BATSSÉ, 1776, p. 230, nº 1144.

¹⁶⁶ BATSSÉ, 1772, p. 182, nº 881; 1772, p. 201, nº 992; 1774, p. 217, nº 1082; 1775, p. 229, nº 1144; 1776, p. 230, nº 1144.

¹⁶⁷ BATSSÉ, 1775, p. 229, nº 1144.

¹⁶⁸ BATSSÉ, 1762, p. 72-73, nº 384.

¹⁶⁹ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393; 1772, p. 193, nº 937.

¹⁷⁰ BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 877.

¹⁷¹ BATSSÉ, 1776, p. 240, nº 1190.

¹⁷² BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889.

¹⁷³ BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889.

¹⁷⁴ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 948.

¹⁷⁵ BATSSÉ, 1776, p. 218, nº 1087.

¹⁷⁶ BATSSÉ, 1776, p. 239-240, nº 1187.

Maria Coelho¹⁷⁷; Caetano de Sousa Ramos¹⁷⁸; José Álvares Mergulhão¹⁷⁹; Bernardina Álvares¹⁸⁰.

Ao grupo indígena vinculavam-se¹⁸¹: **João Sores da Silva**, escravo de Manoel de Vargas Serne¹⁸²; **Manoel, Simoa**¹⁸³ e **Teresa**¹⁸⁴, escravos de Domingos Manoel Viana; **Antônio**, escravo de José de Sousa Pinto¹⁸⁵; **Ana Rosa**¹⁸⁶, mulher de Luís Freire de Andrade¹⁸⁷; **Vicência Maria**¹⁸⁸, mulher de José Espíndola da Cunha; **Elena**¹⁸⁹, escrava de Antônio Pereira da Silva; **Benta Maria**¹⁹⁰, mulher de Francisco Gonçalves; **Inês**, escrava de Rosa Clara do Nascimento¹⁹¹; **Sebastiana**¹⁹² e **Josefa**¹⁹³, escravas, e **Maria Francisca**¹⁹⁴, mulher de Luís Caetano de Santiago; **Ana Maria**, mulher de Pedro Ferreira¹⁹⁵;

¹⁷⁷ BATSSÉ, 1776, p. 240, nº 1190.

¹⁷⁸ BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.

¹⁷⁹ BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.

¹⁸⁰ BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.

¹⁸¹ Havia muitos lusos, casados ou de estado civil ignorado, que exploravam escravas de raiz indígena, no trabalho e em prováveis benesses na esfera da lascívia. Eles não reconheciam como seus os frutos de suas relações de concupiscência e/ou adultério. Registravam-nos, peremptoriamente, como filhos de pais incógnitos.

¹⁸² BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.

¹⁸³ BATSSÉ, 1761, p. 53, nº 320; 1762, p. 71, nº 378.

¹⁸⁴ BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 116; 1760, p. 42, nº 277; 1763, p. 82, nº 414.

¹⁸⁵ BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 871. Antônio, nativo do **Tronco Tupinambá**, estava a mudar-se do litoral para o Sertão de Cima onde se batizou.

¹⁸⁶ BATSSÉ, 1762, p. 69, nº 374.

¹⁸⁷ BATSSÉ, 1760, p. 42, nº 279; 1765, p. 96, nº 476.

¹⁸⁸ BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 389.

¹⁸⁹ BATSSÉ, 1762, p. 71-72, nº 381.

¹⁹⁰ BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 664.

¹⁹¹ BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 693; 1770, p. 150, nº 697.

¹⁹² BATSSÉ, 1777, p. 259, nº 1283; 1779, p. 298, nº 1466.

¹⁹³ BATSSÉ, 1779, p. 295, nº 1453; 1781, p. 344, nº 1713.

¹⁹⁴ BATSSÉ, 1771, p. 169, nº 821.

¹⁹⁵ BATSSÉ, 1772, p. 182, nº 881.

Maria¹⁹⁶; **Ana Maria**¹⁹⁷, mulher de Manoel do Nascimento; **Elena**, escrava¹⁹⁸ e **Maria Madalena**, mulher¹⁹⁹ de Antônio Pereira da Silva; **Felícia**, escrava do Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho²⁰⁰; **Ana**²⁰¹; **Ana**²⁰² e **Paula**²⁰³, escravas de João Nunes de Azevedo; **José de Oliveira**²⁰⁴, **Francisco**²⁰⁵, **Manoel Vidal**²⁰⁶ e **Leonor de Oliveira**²⁰⁷ escravos do Padre Domingos Álvares de Sousa; **Aniceta**²⁰⁸ e **Inês**²⁰⁹, escravas de Bartolomeu Martins Ferreira; **Teresa**²¹⁰, **Engrácia**²¹¹ e **Catarina**²¹², escravas do Sargento Mor Gonçalo Barreto Lima; **Caetano**²¹³, **Ana Antônia**²¹⁴ e **Ana Maria**²¹⁵, escravos do Padre Manoel do Rosário; **Isabel**, escrava de Luís Freire de Andrade²¹⁶; **Domingos e Rita**²¹⁷, **João**²¹⁸, **Joana**²¹⁹ e **Maria**²²⁰,

¹⁹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 948.

¹⁹⁷ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1068.

¹⁹⁸ BATSSÉ, 1762, p. 72, nº 381.

¹⁹⁹ BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1082.

²⁰⁰ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 391.

²⁰¹ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 392.

²⁰² BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1080.

²⁰³ BATSSÉ, 1775, p. 273, nº 1354.

²⁰⁴ BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1082.

²⁰⁵ BATSSÉ, 1777, p. 256, nº 1268; 1780, p. 316, nº 1564.

²⁰⁶ BATSSÉ, 1779, p. 303, nº 1486; 1779, p. 315, nº 1559; 1781, p. 327, nº 1635.

²⁰⁷ BATSSÉ, 1779, 779, p. 315, nº 1559.

²⁰⁸ BATSSÉ, 1758, p. 31, nº 244.

²⁰⁹ BATSSÉ, 1762, p. 67, nº 367; 1764, p. 92, nº 459.

²¹⁰ BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 460.

²¹¹ BATSSÉ, 1775, p. 274, nº 1359.

²¹² BATSSÉ, 1780, p. 317, nº 1571.

²¹³ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987.

²¹⁴ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987.

²¹⁵ BATSSÉ, 1777, p. 242, nº 1197.

²¹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 989.

²¹⁷ BATSSÉ, 1760, p. 41-42, nº 276.

²¹⁸ BATSSÉ, 1769, p. 126, nº 594.

²¹⁹ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937; 1774, p. 213, nº 1065; 1780, p. 316, nº 1562; 1781, p. 344, nº 1714.

²²⁰ BATSSÉ, 1776, p. 240, nº 1190; 1779, p. 298, nº 1464; 1780, p. 327, nº 1632.

escravos, e **Ana Maria**²²¹, mulher de Pedro Coelho de Sá; **Luzia**, escrava de Júlia Coelho²²²; **Suzana**²²³ e **Domingas**²²⁴, escravas de Caetano de Sousa Ramos; **Maria**²²⁵, escrava de Luís Alexandre Gomes da Silva; **Rita**²²⁶, **Juliana**, **Caetano** e **Teresa**²²⁷, **Josefa**²²⁸, **Madalena**²²⁹, **João**²³⁰, e **Brásida Índia**²³¹, escravos do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel; **Benta**²³² e **José**²³³, escravos de Francisco Carvalho da Cunha; **Leonarda Maria**, mulher de Bento Soares de Meneses²³⁴; **Vitorina** escrava de Rosa Clara do Nascimento²³⁵; **Ana**, escrava de Maria das Neves²³⁶; **Inácia**, escrava de Gonçalo Barreto Lima²³⁷; **Antônia**, escrava de Cosme Cabral²³⁸; **Maria de Andrade**, forra²³⁹; **Antônia Ferreira**, mestiça forra²⁴⁰; **Ana**²⁴¹, **Inês**²⁴², **Luzia**²⁴³ e **Maria**²⁴⁴.

²²¹ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.

²²² BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 877; 1772, p. 193, nº 937.

²²³ BATSSÉ, 1776, p. 248, nº 1222.

²²⁴ BATSSÉ, 1779, p. 316, nº 1560.

²²⁵ BATSSÉ, 1776, p. 275, nº 1363; 1778, p. 264, nº 1315; 1782, p. 340, nº 1695.

²²⁶ BATSSÉ. 1756, p. 24, nº 204; 1761, p. 53, nº 321; 1756, p. 24, nº 204; 1763, p. 84, nº 423; 1764, p. 94, nº 468.

²²⁷ BATSSÉ, 1768, p. 118, nº 557.

²²⁸ BATSSÉ, 1760, p. 43, nº 281; 1769, p. 126, nº 594.

²²⁹ BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 309; 1769, p. 129, nº 608; 1771, p. 170, nº 826.

²³⁰ BATSSÉ, 1769, p. 126, nº 594.

²³¹ BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 309; 1769, p. 126, nº 594; 1776, p. 274-275, nº 1361; 1779, p. 299, nº 1467.

²³² BATSSÉ, 1779, p. 287, nº 1418; 1781, p. 328, nº 1639; 1782, p. 340, nº 1695.

²³³ BATSSÉ, 1780, p. 326, nº 1629; 1782, p. 340, nº 1695.

²³⁴ BATSSÉ, 1772, p. 184, nº 889.

²³⁵ BATSSÉ, 1780, p. 316, nº 1563.

²³⁶ BATSSÉ, 1774, p. 205, nº 1016; 1779, p. 299, nº 1468.

²³⁷ BATSSÉ, 1777, p. 26005, nº 1291.

²³⁸ BATSSÉ, 1780, p. 326, nº 1629.

²³⁹ BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.

²⁴⁰ BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 469.

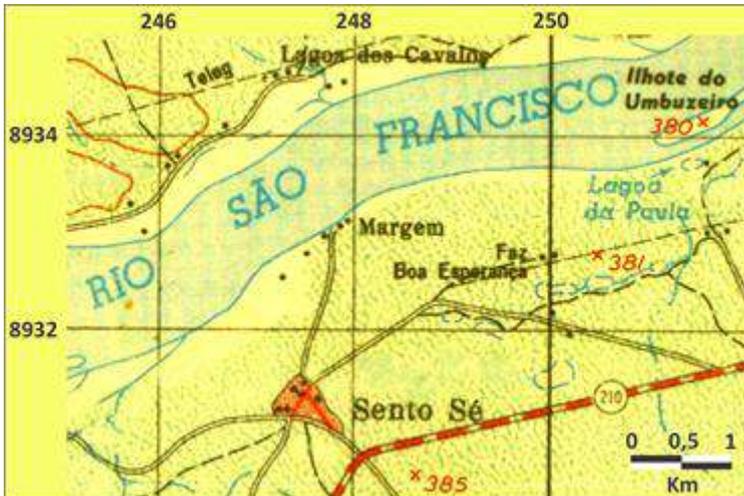
²⁴¹ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 392.

²⁴² BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 693.

²⁴³ BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 877.

²⁴⁴ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 948.

Figura 39 – Velha cidade, edificada onde se situava a Aldeia Sentocé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de setecentos e sessenta e um anos, batizei, solenemente, e pus os santos óleos à inocente Tímbica, filha de Manoel e de sua mulher Símoa, ambos escravos de Domingos Manoel Viana (grifo nosso). Foram padrinhos: Maria Barbosa, casada com José Pacheco Ferreira, e seu Filho Bernardo Pacheco, solteiro, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1761, p. 53, nº 320).

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e um, na Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo vigário desta mesma freguesia, o Padre Domingos Alves de Sousa, a Antônio, adulto, gentio da costa, escravo de José de Sousa Pinto, morador nesta mesma povoação, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Alexandre Gomes, casado, e Maria da

Conceição, solteira, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 871).

*Ao primeiro dia do mês de janeiro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta freguesia, ao inocente **Manoel, filho de pai incógnito e de Josefa, escrava do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felísel**, e lhe pôs os santos óleos. Foram padrinhos: **João, escravo do dito, e Brásida, índia**, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa (grifo nosso). (BATSSÉ, 1769, p. 126, nº 594).*

*Aos cinco dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e quatro, nesta matriz, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente **Manoel, filho de pai incógnito e de Antônia Ferreira, mestiça forra, moradora nesta Povoação** (grifo nosso). Foi padrinho: Antônio Vieira de Vasconcelos, solteiro, filho do Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 469).*

Embora em menor número, é bem verdade, em trabalhos servis exploravam-se também homens e mulheres de origem africana. Citam-se: **Mulato Roberto**²⁴⁵, escravo do Padre Manoel do Rosário; **Joana Crioula**, escrava de Bartolomeu Martins Ferreira²⁴⁶ e **Francisca Crioula**.

²⁴⁵ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 987.

²⁴⁶ BATSSÉ, 1771, p. 37, nº 261.

*Aos trinta dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou, solenemente, o Reverendo Vigário convidado desta mesma freguesia, Padre Domingos Alves de Sousa, à inocente Ângela, filha natural de **Francisca Crioula, moradora nesta povoação**, e lhe pôs os santos óleos. (grifo nosso). Foram padrinhos: o Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho, viúvo, e Luísa Maria, solteira, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 870).*

As práticas agrícolas de subsistência, vinculadas à tradição tupinambá, subsistiram, durante séculos, nos lameiros das ilhas e margens do Rio São Francisco, bem como nos terraços de sequeiro. Neles, a população mais pobre da vila, que morava às ruas de Baixo e do Cordão, plantava culturas temporárias e permanentes. As principais lavouras de ciclo curto eram: feijão, milho, arroz, mandioca, batata doce, melancia, mamona, melão e abóbora. As perduráveis eram: limão, banana, manga, cana-de-açúcar, coco, laranja e goiaba.

A população mais pobre [de raiz indígena] e negra praticava a agricultura nas vazantes do rio, em terras cedidas, arrendadas ou de meação; e a pesca na barrinha e na lagoa. Mesmo não sendo proprietários das terras, os agricultores se sentiam como tais, pois os verdadeiros proprietários, donos de quase todas as terras do município, nem se davam conta de pequenas faixas de lameiros e das terras no “alto” para o plantio da mandioca, porque não precisavam delas e sim das terras de pastagens para o gado. Quem “tomava conta” – administrava estas propriedades - eram pessoas que gozavam da simpatia e confiança dos proprietários; sendo aqueles também agricultores, estabeleciam uma relação de parceiros com os arrendatários, foreiros ou meeiros. (BARROS, 2007, p. 8).

As famílias pioneiras da povoação colonizadora, reproduziram-se, miscigenaram-se e prosperaram naquela paisagem sertaneja, ribeirinha e semiárida, onde os Amoipirá haviam implantado a Aldeia Sentocé. No entardecer do Século XIX descreveu-se a ela com milimétrica precisão e fartos detalhes. (Fig. 40).

Figura 40 – Velha cidade de Sento Sé



Fonte: Sousa (2017)

A margem direita, populosa, cheia de fazendas e aldeias, era uma terra muito rica. Havia canoas amarradas na praia e pilhas de madeira, cortada e amontoada, prontas para a venda. O rio era margeado de arbustos, cujas belas formas já havíamos há pouco notado. (...) O porto consiste em cabanas de pescadores em fila, separadas por um alto cruzeiro de madeira. Poucas dessas construções são cobertas de telhas e as paredes revelam a marca da água até três pés de altura. Todas têm um pequeno quintal plantado de arbustos, especialmente a mamona. O solo é branco e areento e as enchentes penetram fundo, terra adentro. É difícil compreender porque os primeiros povoadores não

preferiram a margem oposta, onde poucas jardas acima, o canal é claro e há duas ondulações que as águas não alcançam nunca. (...) A planície seca e pobre, então uma grossa areia amarela torna-se o leito do rio durante as enchentes. Vimos ervas arrastadas pelas últimas enchentes ainda presas aos troncos dos arbustos. Estava repleta de palmeiras de carnaúba que parecem deleitar-se com a situação de extrema secura com excessiva umidade. A esquerda do caminho havia um pouco de água que, com sua fila de palmeirais em torno e uma ilhota central, parecia artificial. O silencioso colhereiro passeava por ali sua delicada plumagem cor-de-rosa, mas o mergulhão fugiu, gritando quando nos aproximamos.

A vila fica ao pé desse "brejo seco". Para o sul e para oeste o horizonte é limitado pelas carnaubeiras que assinalam o curso do rio. Cerca de meia légua para trás, havia dois morros maciços, exibindo pedreiras vermelhas e cinzentas, cortadas por linhas e manchas de arenito e quartzo branco. Aqui formam penedos e paredes, ali contrafortes isolados; a cor geral é a do solo, queimado pelo sol e parecem fumegar com o calor. Essa serra do Mulungu é, ao que parece, um ramo da serra do Brejo [dos Brejinhos] que, rio acima, mostrava os paredões de seus rochedos e que agora se curvava de sudoeste para noroeste. (...) À entrada da vila passa-se pela cadeia, casa de pau-a-pique, coberta de telha e com grades de ferro pregadas em armações de madeira. Em frente a ela fica a igreja de São José que só tem de notável os excelentes tijolos e a cantaria de granito quartzoso, com manchas de mica negra sobre o fundo azul-acinzentado da matriz. (...)

Ao lado da igreja, de frente para o noroeste e acima do alcance das enchentes, havia meia dúzia de casas caiadas de branco e cobertas de telha. Atrás ficavam ranchos cobertos de palha. A única casa decente é a do vigário. (BURTON, 1867, p. 168, 171-172).

A miscigenação física e cultural que nela ocorreu ao longo dos anos, contribuiu a que se preservassem milenares costumes íncolas, depreciativamente relatados, cem anos depois da implantação da freguesia. Não deixaram que se apagassem os

traços culturais e, nem tampouco, as fisionomias de seus originais habitantes indígenas. (Fig. 41).

Figura 41 – Incontestáveis traços fisionômicos dos indígenas Sentocé



Fonte: Amaral (2019)

Os habitantes dizem que a terra é "muito atrasada", mas revelam em suas pessoas as razões do atraso. É objetivo de cada homem fazer o menos que possa, e limitar suas atividades aos trabalhos da menor Fazenda. Esses vadios acordam tarde, comem cedo, talvez uma batata-doce e a inevitável xícara de café. Às vezes há uma mesa, mas outras um simples tapete estendido no chão, mas não falta uma toalha. É então a hora (...) de dar um pulo nos vizinhos e de perder tempo com a mais mesquinha das conversinhas. As horas quentes passam-se na rede, balançando-se, cochilando, fumando e comendo melões. O jantar é às duas horas da tarde; um prato de mais resistência, de peixe, carne e mandioca com legumes às vezes e, por toda parte, salvo em Sento Sé com molho de pimenta. O café e o tabaco servem para encurtar as longas horas de tédio, e a tardinha é dedicada a uma pequena caminhada, ou a "tomar uma fresca" que consiste em sentar-se a uma sombra, protegido do vento, ou receber visitas. A ceia ocorre ao cair da noite e, em qualquer oportunidade, o canto, o tambor, a dança e a bebida

prolongam-se até o amanhecer. Assim é que desperdiçam energia, perdem a memória e não se convencem a empreender o que quer que seja. Todo esforço lhes é absolutamente impossível. Em Sento Sé, os habitantes conversam languidamente acerca do canal que deve ser aberto a partir do São Francisco (...). Mas ninguém sonha em fazer qualquer coisa a não ser conversar. "O Governo" deve fazer tudo para eles; nada farão por si. Depois de um dia ou dois de estada nesses leitos aquecidos pela indolência, comecei a sentir-me como um dos que eram ali criados. (...)

A coisa mais próxima à humanidade existente no lugar era um rapaz trajado com um terno de algodão marrom e um chapéu de pelo de gato-do-mato. Conseguimos, porém, descobrir uma velha moradora inteligente, que fez o possível para esclarecer-nos. As lavadeiras, consideradas oficialmente brancas, trabalhavam com o peito nu; o resto da indumentária consistia numa camisa que expunha pelo menos um ombro, revelando os contornos mais que o necessário, uma saia e um xale de algodão de cores vivas, geralmente colocado sobre a cabeça. Pés descalços, mas cabelos admiravelmente espessos e lustrosos, partidos ao meio e penteados até abaixo das orelhas, onde caíam numa densa massa de cachos rígidos, lembrando os da Núbia. Algumas mulheres e muitas crianças tinham o cabelo erguido, às vezes à moda de tiara do Papa, com um topete erguido até oito polegadas como o "*mop*" do Somali ou de um negro papua. Uma rapariga tinha como animal de estimação um cão de cor de chumbo, sem pelo, cuja pele nua apresentava um contraste curioso com a cabeça da dona. O único sinal de atividade era o som de um "*jango*", ou arco de música africana que, nas mãos de um rapazinho, produzia um som não desagradável.

Antes da noite, uma pequena frota de barcas, retida pelo mau tempo, e que o ajoujo havia ultrapassado, chegou como numa regata, acompanhada com buzinas e cantos, o ritmo das remadas. Nas cheias essas barcas podem ir em 24 horas de Remanso a Juazeiro. Gastam agora nove dias. Era aquela a última viagem do ano e estavam todos ansiosos por terminá-la. Em quase todas as barcas, mulheres a bordo, com

vestuários tão sumários como as da praia. O patrão, por seu lado, envergava, muitas vezes, roupas de procedência francesa, sinal de que estávamos nos aproximando da civilização. (BURTON, 1867, p. 172-174).

Ao atual território do município de Sento Sé vinculavam-se 27 comunidades que, no Século XVIII, reconheciam-se como sítios, fazendas ou povoados. (Qd. 4; Fig. 42).

Quadro 4 – Antigas comunidades de Sento Sé

Nº	Localização dos Sítios	UTM	UTMN	Altitude
1	Fazenda das Pedras	24L279700	8961000	376 m
2	Fazenda Tapera	24L278000	8961000	373 m
3	Sítio do Morro	24L276000	8959500	374 m
4	Fazenda Jatobá	24L274000	8958500	379 m
5	Sítio do Serrote	24L267000	8957500	374 m
6	Saco de Arara	24L266100	8948600	382 m
7	Povoado de Xique-Xique	24L264800	8946800	388 m
8	Fazenda do Incaibro	24L263600	8945800	386 m
9	Fazenda do Urucé	24L256400	8938600	378 m
10	Sítio da Gameleira	24L251496	8914238	442 m
11	Brejo Grande	24L248042	8906421	488 m
12	Sítio de São Pedro	24L272404	8907314	645 m
13	Fazenda das Almas	24L240020	8862290	788 m
14	Fazenda da Lagoa	24L243000	8928000	380 m
15	Sítio do Porto Alegre	24L242000	8930600	384 m
16	Fazenda Mandacaru	24L239900	8930800	384 m
17	Fazenda Estreito	24L238900	8923900	386 m
18	Fazenda da Malhada	24L233800	8930800	379 m
19	Fazenda do Bazuá	24L223505	8927631	376 m
20	Sítio das Traíras	24L219483	8927222	---
21	Fazenda do Tamarindo	24L224281	8904640	429 m
22	Fazenda do Mari	24L210100	8882887	435 m
23	Fazenda da Aldeia	23L825628	8925776	---
24	Fazenda do Boqueirãozinho	23L810513	8896825	390 m
25	Fazenda do Boqueirão Grande	23L802835	8887440	391 m
26	Sítio do Alagadiço	23L782700	8882184	390 m
27	Porto das Pedras	23L783149	8877369	390 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 42 – Distribuição espacial das antigas comunidades de Sento Sé



Fonte: Google Earth (2024), adaptado pelo autor

4.1.1 Fazenda das Pedras

Da Igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 45 km de distância, junto à confluência do

Riacho dos Macacos com o Rio São Francisco, encontrava-se a sede da Fazenda das Pedras, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 43).

Figura 43 – Povoado da Fazenda das Pedras na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

De 1753 a 1783, nela e em seu entorno moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel da Rocha Braga²⁴⁷; Maria Pinto das Neves²⁴⁸; Geraldo Gomes e Rosa Carneiro, Capitão Mor José da Rocha Medrado²⁴⁹ e Teresa da Graça²⁵⁰; Manoel Ribeiro Marques e Ana Maria de Sousa²⁵¹; Abel Serra da Fonseca²⁵², André Gomes Santos e Francisca de Sousa²⁵³; Joaquim dos Santos e Lourença da Silva²⁵⁴; Luís Fernandes de Sousa²⁵⁵; Gonçalo da Rocha e Potenciana Pimenta²⁵⁶; Eugênia

²⁴⁷ BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 86

²⁴⁸ BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 86; 1753, p. 148, nº 689; 1755, p. 148, nº 690; 1779, p. 302, nº 1481.

²⁴⁹ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 104; 1756, p. 97, nº 481; 1770, p. 175, nº 846; 1770, p. 175, nº 847.

²⁵⁰ BATSSÉ, 1762, p. 66, nº 365.

²⁵¹ BATSSÉ, 1754, p. 21, nº 107.

²⁵² BATSSÉ, 1762, p. 72-73, nº 384.

²⁵³ BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 422; 1767, p. 104, nº 508; 1769, p. 129, nº 609.

²⁵⁴ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 437.

²⁵⁵ BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 441.

²⁵⁶ BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 442.

Pereira de Brito²⁵⁷; João Pires e Desideria da Cruz²⁵⁸; João dos (...) ²⁵⁹; João Damaceno Linhares e Ana Maria da Silva²⁶⁰; José Amaro e Feliciano de Sousa²⁶¹; José Bernardes e (...) da Silva²⁶²; José Batista e Paula Ferreira²⁶³; Francisca Tavares²⁶⁴; Jerônimo Magalhães de Sousa, Segismunda Romana da Rocha ²⁶⁵; Bernardo de Matos Albuquerque e Lisarda Liberata da Vitória²⁶⁶; Silvestre José da Rocha²⁶⁷; José Vitorino Pimenta²⁶⁸; Tomás Antônio de Campos²⁶⁹; Maria de Azevedo²⁷⁰; André Serra²⁷¹; Antônia Barbosa²⁷²; Teodora da Rocha²⁷³; Francisco Dias ²⁷⁴; Bernardo Pacheco ²⁷⁵; Maria Barbosa ²⁷⁶; Melânia Rodrigues ²⁷⁷; José Pacheco Ferreira ²⁷⁸; Manoel Rodrigues Colar²⁷⁹ e Lisarda Maria Rodrigues²⁸⁰.

²⁵⁷ BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 456; 1769, p. 174, nº 842; 1770, p. 151, nº 701; 1771, p. 176, nº 848; 1772, p. 196, nº 956.

²⁵⁸ BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 466.

²⁵⁹ BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 547.

²⁶⁰ BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 548.

²⁶¹ BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 599; 1776, p. 241-242, nº 1194 e 1195.

²⁶² BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 634.

²⁶³ BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1100.

²⁶⁴ BATSSÉ, 1771, p. 166, nº 810.

²⁶⁵ BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 841; 1774, p. 215, nº 1072.

²⁶⁶ BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 841.

²⁶⁷ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 956.

²⁶⁸ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 983.

²⁶⁹ BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1074.

²⁷⁰ BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1136.

²⁷¹ BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1136.

²⁷² BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1136.

²⁷³ BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141.

²⁷⁴ BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141.

²⁷⁵ BATSSÉ, 1776, p. 241-242, nº 1195.

²⁷⁶ BATSSÉ, 1776, p. 241-242, nº 1195.

²⁷⁷ BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.

²⁷⁸ BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.

²⁷⁹ BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.

²⁸⁰ BATSSÉ, 1776, p. 242, nº 1196.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Luzia**, escrava e amante de Luís Fernandes de Sousa; **Francisca**²⁸¹, **Francisca Manoela**²⁸², **Gonçalo Gomes**, **Teodora Maria** e **Albina Mestiça**, escravas do Capitão José da Rocha Medrado; **Antônio** e **Maurícia**, escravos de João dos (...) ²⁸³; **Ana** ²⁸⁴ e **Maria** ²⁸⁵, escravas de José Pacheco Ferreira; **Paula Maria**, mulher de José Batista ²⁸⁶; **Eugênia**²⁸⁷, **Theobalda**²⁸⁸, **Teodora**²⁸⁹, **Domingas**²⁹⁰ e **Inácia**²⁹¹, escravas de Eugênia Pereira de Brito; **Gonçalo Gomes, forro**²⁹²; **Francisca Manuela**²⁹³; **Teodora**, **Pedro** e **Francisca**, escravos de Tomás Antônio de Campos²⁹⁴, e **Ana Mestiça**, escrava de Teodora da Rocha²⁹⁵.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de sessenta e quatro, de licença minha, batizou o Reverendo Padre Manoel Rodrigues de Almeida, solenemente, e pôs os santos óleos ao inocente Manoel, filho natural de Luís Fernandes de Sousa, morador na Fazenda das Pedras, e de Luzia, escrava do dito Luís Fernandes. Foram padrinhos: Serafim de Carvalho, solteiro, filho de Antônio Carvalho, morador nas Salinas de Cima, da Freguesia do Pilão-Arcado, e Francisca Mulata, escrava do Capitão Mor José da Rocha

²⁸¹ BATSSÉ, 1765, p. 97, nº 481; 1772, p. 200, nº 983.

²⁸² BATSSÉ, 1768, p. 115, nº 545; 1772, p. 200, nº 983.

²⁸³ BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 547.

²⁸⁴ BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 634; 1775, p. 274, nº 1358.

²⁸⁵ BATSSÉ, 1779, p. 298, nº 1463.

²⁸⁶ BATSSÉ, 1769, p. 140-141, nº 659.

²⁸⁷ BATSSÉ, 1769, p. 174, nº 842; 1783, p. 371, nº 1886.

²⁸⁸ BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 847.

²⁸⁹ BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 847.

²⁹⁰ BATSSÉ, 1772, p. 188, nº 910.

²⁹¹ BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1884.

²⁹² BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 847.

²⁹³ BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 853.

²⁹⁴ BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1074.

²⁹⁵ BATSSÉ, 1776, p. 229-230, nº 1141.

Medrado, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 441).

*Aos sete dias do mês de janeiro de mil setecentos e setenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Frei João de Santa (...), religioso de São Francisco, ao inocente Siriaco, filho natural de Sula Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito, moradora na Fazenda das Pedras e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: **Gonçalo Gomes, solteiro, e Teodora Maria, escravos do Capitão José da Rocha Medrado**, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 175, nº 845).*

*Aos doze dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei (...) de Santa Clara, religioso do (...) São Francisco, à inocente Laura, filha natural de **Albina Mestiça, escrava do Capitão Mor José da Rocha Medrado**, morador na Fazenda das Pedras, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: **Silvestre José, solteiro, e (...)**, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 175, nº 846).*

Eram de origem africana: **Francisca Mulata**²⁹⁶ e **Mônica Crioula**, escravas do Capitão Mor José da Rocha Medrado; **Juliana Crioula**, **Domingas Crioula**, **Inácia Crioula**, **Sula Crioula**²⁹⁷ e **Martinha Crioula**²⁹⁸, escravas de Eugênia Pereira de Brito.

²⁹⁶ BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 441.

²⁹⁷ BATSSÉ, 1771, p. 175, nº 845.

²⁹⁸ BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1072.

*Aos treze dias do mês de junho de mil setecentos e setenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Frei Lourenço de (...), à inocente Bibiana, filha natural de **Mônica Crioula, escrava do Capitão José da Rocha Medrado, morador na Fazenda das Pedras**, e lhe pôs os santos óleos. (grifo nosso). Foram padrinhos: Francisco da Rocha, solteiro, e Anna da Rocha, solteira, filhos do Capitão José da Rocha, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 175, nº 847).*

*Aos doze dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Vigário Francisco Machado de Oliveira, ao inocente Estevão, filho natural de **Juliana Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito, moradora na Fazenda das Pedras**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Jerônimo de Magalhães, solteiro, e Maria do Nascimento, casada, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 174, nº 842).*

*Aos dez dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre (...), à inocente Corina, filha natural de **Domíngas Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito, moradora na Fazenda das Pedras**, e lhe pôs os santos óleos. (grifo nosso). Foram padrinhos: Francisco (...), solteiro, e (...), solteira, todos desta Freguesia, de que mandei*

fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1771, p. 175, nº 844).

*Aos vinte e nove dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou, solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Frei Antônio de São José do Amor Divino, à inocente Martinha, filha natural de **Ignácia Crioula, escrava de Dona Eugênia Pereira de Brito**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nossos. Foram padrinhos: Gerônimo de Magalhães e sua mulher (...) Romana da Rocha, todos fregueses desta freguesia e moradores no Sítio das Pedras, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1072).*

4.1.1.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda das Pedras havia dois sítios arqueológicos a céu aberto que se resgataram em 1977²⁹⁹. Em um deles, Sítio das Pedras, com aproximadamente 1000 m², havia 128 fragmentos de cerâmica na superfície do terreno. Elas tinham características históricas, embora alguns apresentassem sinais de técnica pré-colonial. Nele se fizeram dois cortes, ambos estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 21).

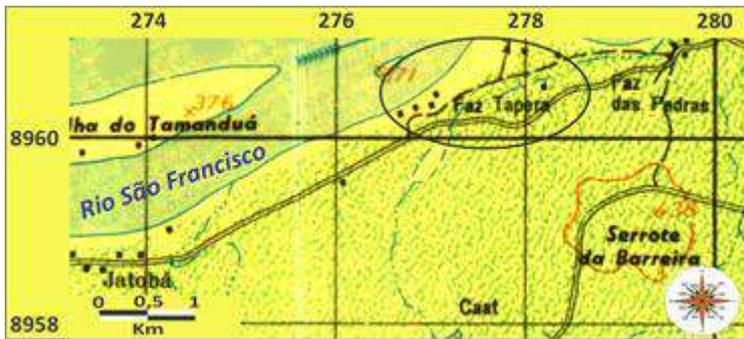
²⁹⁹ Os artefatos desses e de outros sítios arqueológicos da área de abrangência do Lago de Sobradinho foram parcial e superficialmente resgatados pela equipe de Calderón, em 1977. Estão no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Sobre eles não se processou pesquisa arqueológica alguma e nem se produziu, tampouco, qualquer conhecimento a respeito da população ribeirinha histórica e pré-histórica do Submédio São Francisco.

No outro, Sítio do Boqueirão, em área de 50 m X 20 m, havia 123 fragmentos de cerâmica e três artefatos líticos na superfície do terreno. Nele também se fizeram dois cortes. Em um deles, nos níveis 2 e três, encontraram-se lentes de carvão. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 21).

4.1.2 Sítio da Tapera

Da matriz da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 43 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se o Sítio da Tapera do qual se originou a sede da fazenda homônima, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 44).

Figura 44 – Sede da Fazenda Tapera, representada na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

De 1769 a 1779, nela moravam: Bartolomeu da Rocha³⁰⁰; Lauriana da Silva do Sacramento³⁰¹ e Capitão Manoel Nunes Alves, de origem lusitana, e **Feliciana**³⁰², escrava indígena de etnia incógnita.

³⁰⁰ BATSSÉ, 1779, p. 302, nº 1481.

³⁰¹ BATSSÉ, 1779, p. 302, nº 1481.

³⁰² BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 604.

4.1.3 Sítio do Morro

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e sentido nordeste, a 40 km de distância, junto ao Rio São Francisco, a meio caminho entre o povoado de Jatobá e a sede da Fazenda Tapera, localizava-se o Sítio do Morro, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 45).

Figura 45 – O Morro representado na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

De 1765 a 1780, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Custódia de Farias Bezerra, Zacarias Ribeiro de Oliveira e Luís da Silva Guimarães³⁰³; Antônia Rodrigues³⁰⁴; José da Silva³⁰⁵; Teotônio de Moura³⁰⁶ e Josefa Gonçalves³⁰⁷.

³⁰³ BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 478.

³⁰⁴ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1616.

³⁰⁵ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1616.

³⁰⁶ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.

³⁰⁷ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Andreia Parda**, escrava de Luís da Silva Guimarães; **Ana**, escrava de Teotônio de Moura³⁰⁸, e **Manoel Henrique**³⁰⁹.

Aos treze dias do mês de maio de [mil setecentos e] sessenta e cinco, batizou o Reverendo Padre Manoel Rodrigues de Almeida, de licença minha, solenemente, a Maria, filha de pai incógnito e de Custódia de Farias Bezerra, moradora no lugar do Morro, desta freguesia. Foram padrinhos: Zacarias Ribeiro de Oliveira, solteiro, e Andreia Parda, escrava de Luís da Silva Guimarães, moradores no mesmo lugar do Morro, do que fiz este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 478).

4.1.4 Fazenda Jatobá

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e sentido nordeste, a 39 km de distância, localizava-se a sede da Fazenda Jatobá da qual se originou o povoado homônimo, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 46).

De 1763 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Afonso Peixoto da Costa e Ana Rodrigues de Almeida³¹⁰; Alferes José Ribeiro de Oliveira³¹¹ e Sebastiana Torres³¹²; Félix Rodrigues de Miranda³¹³ e Maria das Neves³¹⁴;

³⁰⁸ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.

³⁰⁹ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1617.

³¹⁰ BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 399.

³¹¹ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 436; 1766, p. 103, nº 503.

³¹² BATSSÉ, 1766, p. 103, nº 503.

³¹³ BATSSÉ, 1766, p. 97, nº 482; 1773, p. 211, nº 1053.

³¹⁴ BATSSÉ, 1766, p. 97, nº 482.

Manoel Ferreira Nogueira e Antônia Moreira da Conceição³¹⁵; Francisco Rodrigues e Ana Maria de Resende³¹⁶; Bernardo Barbosa³¹⁷; Gaspar dos Reis e Mariana Pinto³¹⁸; João da Rocha e Antônia Ferreira³¹⁹; Inácio da Cunha de Miranda³²⁰; Manoel Ferreira e Maria Nunes³²¹; Eusébio (...) ³²²; Antônio Correia e Joana Batista³²³; Manoel Albino Leite e Lourença Pereira³²⁴; José Álvares³²⁵; Severino de Sousa Porto e Maria José de Carvalho³²⁶; Silvestre José da Rocha³²⁷ e Segismunda Romana da Rocha³²⁸.

Figura 46 – Povoado de Jatobá na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

³¹⁵ BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 573; 1771, p. 164-165, nº 805.

³¹⁶ BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 574; 1773, p. 211, nº 1053.

³¹⁷ BATSSÉ, 1768, p. 126, nº 592.

³¹⁸ BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 596.

³¹⁹ BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 606.

³²⁰ BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 632.

³²¹ BATSSÉ, 1770, p. 144, nº 673.

³²² BATSSÉ, 1772, p. 188, nº 912.

³²³ BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 921.

³²⁴ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1778.

³²⁵ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1778.

³²⁶ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1780.

³²⁷ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1780.

³²⁸ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1780.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Isabel**, escrava do Alferes José Ribeiro de Oliveira³²⁹; **Ana Maria**, mulher de Bernardo Barbosa³³⁰; **Isabel Maria**, mulher de Eusébio (...) ³³¹; **Ana Maria**, mulher de José Álvares³³²; **Maria**³³³ e **Isabel**³³⁴, escravas de Marcos Rodrigues Vicente e Antônia da Costa Neves.

4.1.5 Sítio do Serrote

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudeste, a 34 km de distância, localizava-se o Sítio do Serrote do qual se originou a sede da fazenda homônima, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 47). Em 1776, nele morava a família de José de Souza³³⁵ e Marcelina Soares³³⁶, de origem portuguesa.

Figura 47 – Fazenda Serrote na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

³²⁹ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 436.

³³⁰ BATSSÉ, 1768, p. 126, nº 592.

³³¹ BATSSÉ, 1772, p. 188, nº 912.

³³² BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1778.

³³³ BATSSÉ, 1779, p. 303, nº 1487; 1783, p. 364, nº 1833.

³³⁴ BATSSÉ, 1783, p. 371, nº 1896.

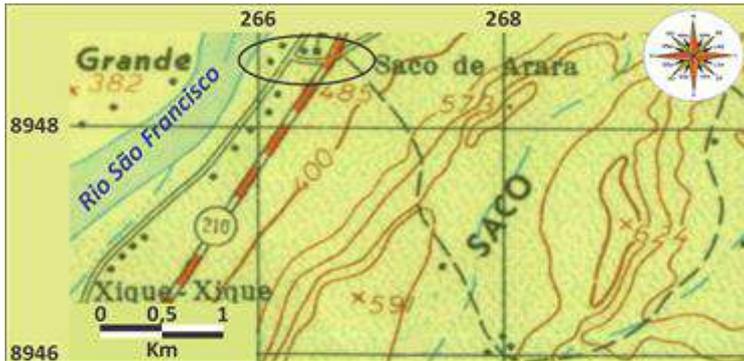
³³⁵ BATSSÉ, 1776, p. 239-240, nº 1187.

³³⁶ BATSSÉ, 1776, p. 239-240, nº 1187.

4.1.6 Saco de Arara

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 26 km de distância, localizava-se o povoado de Saco de Arara, hoje submerso no lago de Sobradinho. (Fig. 48).

Figura 48 – Povoado de Saco da Arara na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército - Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1754 a 1757, nele morava a família de Francisco Gabino e Ângela da Costa³³⁷, de origem portuguesa.

4.1.7 Povoado de Xique-Xique

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 24 km de distância, na margem direita do Riacho da Cancela, junto ao Rio São Francisco, localizava-se o povoado de Xique-Xique, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 49).

³³⁷ BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 114.

Figura 49 – Povoado de Xique-xique na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército - Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1753 a 1777, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João Ferreira Souto³³⁸, Félix Ferreira³³⁹; Antônio Pereira Bastos³⁴⁰; Josefa Maria de Matos³⁴¹; Manoel Pereira e Maria Ferreira³⁴²; Clemente da Silva³⁴³; José Martins de Santiago e Antônia Pereira³⁴⁴; Brás Ferreira³⁴⁵; João Coelho dos Santos e Antônia Pereira da Silva³⁴⁶; Leandro Pereira Bastos³⁴⁷ e Ana de Sousa³⁴⁸.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria**, escrava de João Ferreira Souto³⁴⁹; **Antônio** e **Maria**³⁵⁰, **Rita**³⁵¹, escravos, e

³³⁸ BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.

³³⁹ BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.

³⁴⁰ BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92; 1762, p. 63, nº 357; 1767, p. 110, nº 531.

³⁴¹ BATSSÉ, 1762, p. 63, nº 357; 1773, p. 206, nº 1020 e 1021.

³⁴² BATSSÉ, 1767, p. 110, nº 531; 1773, p. 206, nº 1021.

³⁴³ BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 702.

³⁴⁴ BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 702; 1773, p. 206, nº 1020.

³⁴⁵ BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1021.

³⁴⁶ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1232.

³⁴⁷ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1232.

³⁴⁸ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1232.

³⁴⁹ BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.

³⁵⁰ BATSSÉ, 1767, p. 110, nº 530.

³⁵¹ BATSSÉ, 1767, p. 110, nº 531.

Josefa Maria³⁵², mulher de Antônio Pereira Bastos, e **Lourença Maria**, mulher de Clemente da Silva³⁵³.

4.1.8 Fazenda do Incaibro

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 23 km de distância, localizava-se a sede da Fazenda do Incaibro, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 50).

Figura 50 – Sede da Fazenda do Incaibro na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1757 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Pereira, Stela dos Santos, Mariano de Melo e Elena Gomes³⁵⁴; Antônio Gildo Brito e Joana de Matos³⁵⁵; Gonçalo de Oliveira e Anastácia Gomes³⁵⁶.

³⁵² BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 92.

³⁵³ BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 702.

³⁵⁴ BATSSÉ, 1757, p. 28, nº 218.

³⁵⁵ BATSSÉ, 1768, p. 124, nº 582; 1772, p. 200-201, nº 988.

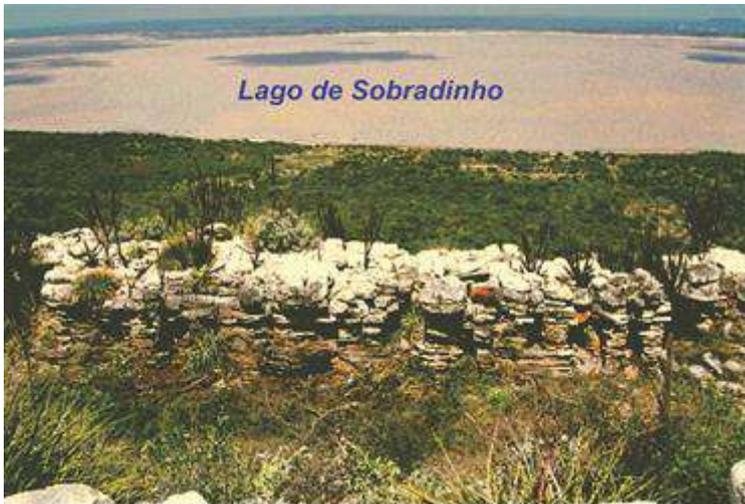
³⁵⁶ BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 586.

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria**, escrava de Antônio Gildo Brito³⁵⁷.

4.1.8.1 Artefatos Arqueológicos

Calderón *et al.* (1977) referiram-se a painéis de pintura rupestre que disseram haver no alto da Serra da Fazenda do Incaibro. Kesting (2007) constatou que, de fato existem os referidos painéis, distribuídos em distintos sítios, quais são: Roça do Álvaro, Roça do Corte, Porta do Lago, Fronteira Norte e Ladeira da Arara. Em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador, se preservam neles 39 painéis rupestres pré-históricos da Tradição São Francisco. (Fig. 51 a 53).

Figura 51 – Porta do Lago, no alto da serra da Fazenda do Incaibro



Fonte: Kesting (2007, p. 264)

³⁵⁷ BATSSÉ, 1771, p. 168, nº 817.

Figura 52 – Pannel de pintura rupestre no Sítio Roça do Álvaro



Fonte: Kesterling (2007, p. 124)

Figura 53 – Pannel de pintura rupestre no Sítio Roça do Corte

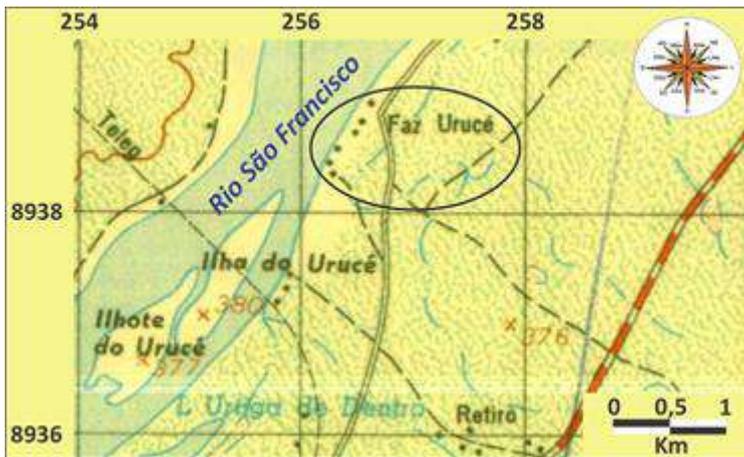


Fonte: Kesterling (2007, p. 76)

4.1.9 Fazenda do Urucé

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 15 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Urucé da qual se originou o povoado homônimo, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 54).

Figura 54 – Povoado de Urucé na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1756 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Soares³⁵⁸, Leonardo de Sousa³⁵⁹; Antônio Cardoso³⁶⁰, Florência Gomes³⁶¹; Bernardo Pereira³⁶²; Feliciano de Sousa e Joana Ferreira³⁶³.

³⁵⁸ BATSSÉ, 1762, p. 72, nº 382.

³⁵⁹ BATSSÉ, 1761, p. 51, nº 310; 1769, p. 130, nº 614.

³⁶⁰ BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614.

³⁶¹ BATSSÉ, 1764, p. 85-86, nº 431.

³⁶² BATSSÉ, 1776, p. 220, nº 1096.

³⁶³ BATSSÉ, 1770, p. 145, nº 677.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Manoel da Silva**, escravo de Antônio Cardoso³⁶⁴; **Maria**³⁶⁵ e **Mariana**³⁶⁶, escravas de José Soares; **Leonor Maria**, mulher de Leonardo de Sousa, e **Dionísia Maria**, mulher de Bernardo Pereira³⁶⁷.

*Aos nove dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente **Antônia**, filha legítima de Manoel, escravo de Antônio Cardoso, e de sua mulher Inácia de Matos, crioula forra, assistentes na Fazenda do Urucé, desta Freguesia (grifo nosso). Foram padrinhos: Jerônimo Pereira, pardo forro, morador na Fazenda do Curralinho, da Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado, e Leonor Maria, casada com Leonardo de Souza, morador na sobredita Fazenda do Urucé, nesta freguesia, do que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614).*

Era de origem africana a **crioula forra Inácia Pereira de Matos**, mulher do indígena Manoel da Silva³⁶⁸, de etnia incógnita.

*Também no mesmo dia e ano [vinte de janeiro de mil setecentos e cinquenta e seis] batizou e pôs os santos óleos o Reverendo Pereira, coadjutor na Capella Belo da (...) à inocente **Rosa**, filha de Manoel da Silva, escravo da Fazenda Urucé e de sua mulher Ignácia Pereira de Matos, crioula forra. (grifo nosso). Foram padrinhos Teodoro Nunes da Silva e sua mulher Maurícia Teixeira da Costa, todos moradores nesta freguesia de São*

³⁶⁴ BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614.

³⁶⁵ BATSSÉ, 1760, p. 41-42, nº 276.

³⁶⁶ BATSSÉ, 1762, p. 72, nº 382.

³⁶⁷ BATSSÉ, 1776, p. 220, nº 1096.

³⁶⁸ BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614.

José da Barra de Sento Sé, de que mandei fazer este assento que, por verdade assineí. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1756, p. 25, nº 207).

4.1.9.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda do Urucé havia um sítio arqueológico a céu aberto que Calderón *et al.* (1977) cadastraram como Barrinha do Urucé. Em área de 55 m x 25 m, eles coletaram 105 fragmentos de cerâmica, que jaziam na superfície do terreno, com os quais propuseram presença humana remota e recente.

[Efetuaram-se] dois) cortes que apresentaram refugos em vários níveis, embora em pouca quantidade. [O] corte 1 apresentou refugos nos níveis: 2 (10 cacos) e 3 (2 cacos) e um fragmento de pedra utilizada. [O] corte 2 apresentou refugos nos níveis: 1 (18 cacos); 2 (estéril); 3 (21 cacos); 4 (35 cacos e um fragmento de pedra utilizada); 5 (seis cacos e ossos fragmentados); 6 (nove cacos). Os cortes 1 (nível 3) e 2 (níveis 3, 4, 5 e 6) apresentaram amostras de carvão. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 25).

4.1.10 Sítio da Gameleira

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sul, a 15 km de distância, 184 metros à esquerda do Riacho do Mulungu e 1,2 km a leste da Grota de Antônio Francisco, localizava-se a sede do Sítio da Gameleira. Dela se originou o núcleo da atual fazenda homônima. (Fig. 55 e 56).

Em 1769, nela morava a família de Antônio Rodrigues e Arcângela Poderoso³⁶⁹, de origem portuguesa.

³⁶⁹ BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 653.

Figura 55 – Sede da Fazenda Gameleira nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 56 – Grota de Antônio Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.10.1 Artefatos Arqueológicos

Na Grota de Antônio Francisco há uma fonte de água potável permanente e um sítio arqueológico com vários painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 57).

Figura 57 – Pannel rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.11 Brejo Grande

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sul, a 23 km de distância, localizava-se o Brejo Grande que hoje se conhece como Brejo da Martinha. (Fig. 58).

Figura 58 – Brejo da Martinha nos dias atuais



Fonte: Brejo da Martinha (2020), adaptada pelo autor

De 1768 a 1777, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Pereira³⁷⁰; Vitorino Alves Correia³⁷¹; Josefa Maria de Matos³⁷²; Bonifácio Pereira³⁷³ e Maria Pereira³⁷⁴.

Ao grupo nativo vinculavam-se: **Antônia Maria**, mulher de Gonçalo Pereira³⁷⁵; **Ana Marcelina**, mulher de Vitorino Alves Correia³⁷⁶; **Rosa**, escrava de Josefa Maria de Matos³⁷⁷ e **Francisco**³⁷⁸, escravo do Padre Domingos Álvares de Sousa.

4.1.11.1 Artefatos Arqueológicos

Junto ao povoado de Brejo da Martinha há uma fonte de água potável permanente e um boqueirão com vários painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 59 e 60).

Figura 59 – Vista parcial do Boqueirão do Brejo da Martinha



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2014)

³⁷⁰ BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 588; 1777, p. 241, nº 1193.

³⁷¹ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 867.

³⁷² BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1165.

³⁷³ BATSSÉ, 1777, p. 241, nº 1193.

³⁷⁴ BATSSÉ, 1777, p. 241, nº 1193.

³⁷⁵ BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 588; 1777, p. 241, nº 1193.

³⁷⁶ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 867.

³⁷⁷ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1165.

³⁷⁸ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1165.

Figura 60 – Painel rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.12 Sítio de São Pedro

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudeste, a 33 km de distância, localizava-se a sede do Sítio de São Pedro, da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 61).

Figura 61 – Povoado de São Pedro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1769, nele morava a **Índia Maria**, de etnia incógnita.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Padre Manoel do Rosário, coadjutor oficial nesta freguesia, à inocente Simoa, filha natural de (...) Maria, índia, moradora no Sítio de São Pedro, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Francisco da Rocha Cunha e sua mulher (...), todos moradores na povoação desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário-Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 666).

4.1.12.1 Artefatos Arqueológicos

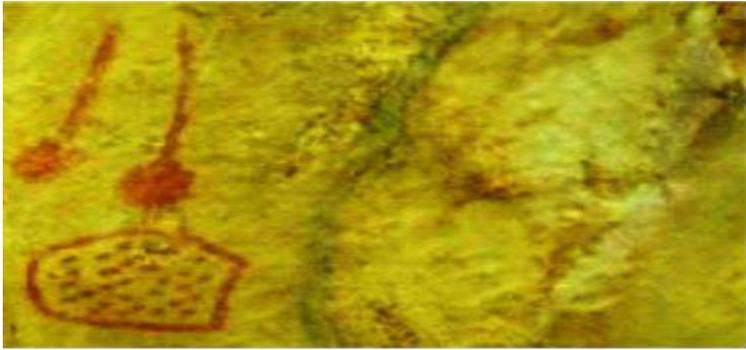
Junto ao povoado de São Pedro há uma fonte de água potável permanente, à montante de um boqueirão com vários painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 62 e 63).

Figura 62 – Vista parcial do Boqueirão do Riacho de São Pedro



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2014)

Figura 63 – Paineis rupestres da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.13 Fazenda das Almas

Da matriz de São José da Barra do Riacho Mulungu, em linha reta e direção sul, a 68 km de distância, chegava-se à sede da Fazenda das Almas, junto à serra homônima que se vincula ao distrito de Minas do Mimoso. (Fig. 64).

Figura 64 – Centro do Distrito Minas do Mimoso, em Sento Sé



Fonte: Fotos de Minas do Mimoso (2024), adaptada pelo autor

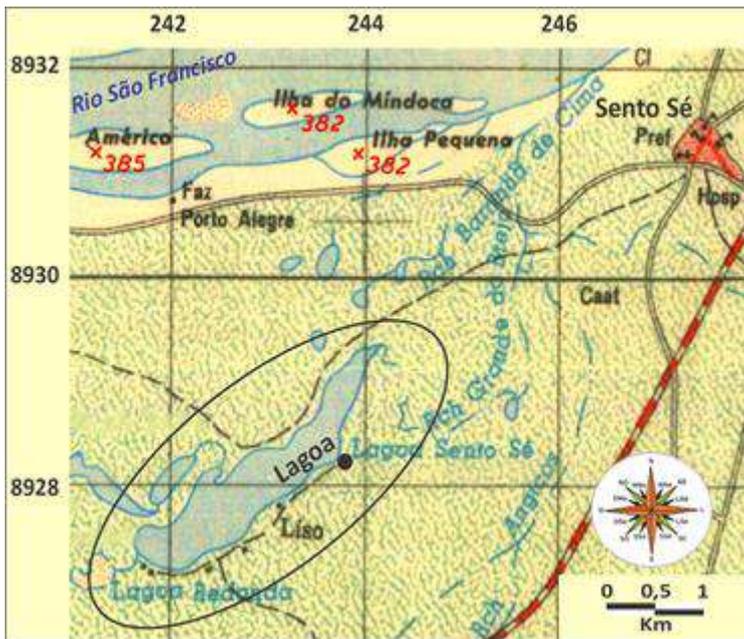
Em 1772, nele morava a família de Antônio Simões de Barros e Ana Maria de Sena do Espírito Santo³⁷⁹, de origem portuguesa.

³⁷⁹ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 986.

4.1.14 Fazenda da Lagoa

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 5 km de distância, 3,5 km ao sul do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Lagoa da qual se originou o povoado homônimo, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 65).

Figura 65 – Fazenda da Lagoa, 5 km a sudoeste de Sento Sé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1762 a 1778, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel de Jesus Setúbal e Ana Rodrigues de Brito³⁸⁰; Miguel Ferreira Ribeiro e Antônia Maria de Jesus³⁸¹;

³⁸⁰ BATSSÉ, 1762, p. 70, nº 376.

³⁸¹ BATSSÉ, 1762, p. 71, nº 380; 1764, p. 85, nº 430.

Antônio da Silva e Maria França³⁸²; Antônio (...) Fernandes³⁸³; Rosa Maria da Purificação³⁸⁴; Miguel Tavares de Sousa³⁸⁵; Gonçalo Carvalho³⁸⁶; Ângela da (...) ³⁸⁷; José Nunes, Antônio Nunes e Anastácia Nunes³⁸⁸; Manoel José Felisbel³⁸⁹; José Pereira da Silva e Ana Rodrigues de Brito³⁹⁰ e José de Sousa³⁹¹.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio e Maria**, escravos de Manoel de Jesus Setúbal³⁹²; **Antônio e Mariana**, escravos de Ana Rodrigues de Brito; **Ambrósia**, escrava de Rosa Maria da Purificação³⁹³; **Gonçalo**³⁹⁴, **Rita**³⁹⁵, **Maria**³⁹⁶, **Rosa**³⁹⁷ e **Francisco**³⁹⁸, escravos de Miguel Tavares de Sousa; **Francisca**, escrava de Manoel José Felisbel³⁹⁹, e **Ângela Prado**⁴⁰⁰.

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e quatro anos, nesta matriz batizei, solenemente, e pus os santos óleos ao inocente Domingos, filho de Antônio e Mariana, sua mulher, escravos da viúva Anna Rodrigues de Brito, moradora no lugar da Lagoa (grifo nosso). Foi madrinha: Leonor de Oliveira, escrava

³⁸² BATSSÉ, 1764, p. 95, nº 473; 1756, p. 23, nº 201; 1773, p. 204, nº 1010 e 112.

³⁸³ BATSSÉ, 1764, p. 101, nº 498.

³⁸⁴ BATSSÉ, 1767, p. 114, nº 540.

³⁸⁵ BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669; 1772, p. 189, nº 914; BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1281.

³⁸⁶ BATSSÉ, 1773, p. 195, nº 947.

³⁸⁷ BATSSÉ, 1773, p. 195, nº 947.

³⁸⁸ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 951.

³⁸⁹ BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1090.

³⁹⁰ BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1090.

³⁹¹ BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1281.

³⁹² BATSSÉ, 1761, p. 56, nº 331.

³⁹³ BATSSÉ, 1767, p. 114, nº 540.

³⁹⁴ BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669.

³⁹⁵ BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669.

³⁹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 189, nº 914.

³⁹⁷ BATSSÉ, 1773, p. 195, nº 947.

³⁹⁸ BATSSÉ, 1778, p. 263, nº 1308.

³⁹⁹ BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1281.

⁴⁰⁰ BATSSÉ, 1778, p. 263, nº 1308.

do Reverendo Vigário, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário-Sousa. (BATSSÉ, 1764, p. 86, nº 433).

Na Lagoa, na época da pescaria, não só moravam as famílias da Vila; outras famílias dos povoados ribeirinhos do município também integravam o grande acampamento pesqueiro artesanal. A Lagoa se transformava numa verdadeira cidade, ultrapassando o número de habitantes da sede. Além dos pescadores/agricultores também se instalavam, na beira da lagoa, comerciantes em geral e compradores de peixes específicos, principalmente vindos de Alagoas. O movimento era intenso e neste espaço circulava a moeda (dinheiro). Era com a renda da pesca que as famílias camponesas aproveitavam para comprar tecidos para confecção de roupas novas e outros utensílios de primeira necessidade e, às vezes, mais sofisticados como rádio de pilha, máquina de costura (Singer ou Vigorelli), alguns móveis confeccionados pelos marceneiros locais e outros vindos de Minas, como as tradicionais “cadeiras de Januária”. Com esta renda dava até mesmo para comprar alguns cabritos e cabeças de gado. (BARROS, 2007, p. 13-14).

4.1.15 Sítio do Porto Alegre

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 5 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se o Sítio do Porto Alegre, do qual se originou a sede da fazenda homônima, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 66).

De 1767 a 1769, nele morava Maria das Neves Soares⁴⁰¹, de origem portuguesa e **Ana Mestiça**, escrava indígena de etnia incógnita.

⁴⁰¹ BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 536.

Figura 66 – Fazenda Porto Alegre na década de 1770



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

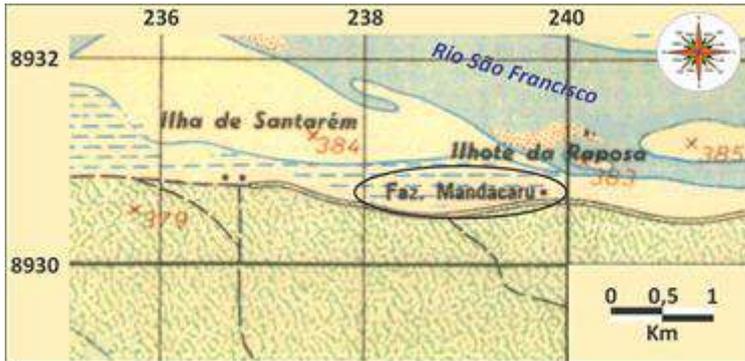
Aos dezoito dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual desta Freguesia, ao inocente Ponciano, filho natural de Anna Mestiça, escrava de Dona Maria das Neves, moradora no Sítio do Porto Alegre, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: José Cardoso de Oliveira, filho legítimo de José Inácio e de Maria Florência, escrava de Maria de Jesus Setúbal, filha legítima de Manoel de Jesus Setúbal, já defunto, e de Anna Rodrigues de Brito, moradores na Malhada dos Cavalos, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 665).

4.1.16 Fazenda Mandacaru

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 7 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se a sede da Fazenda Mandacaru da

qual se originou o povoado homônimo, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 67).

Figura 67 – Fazenda Mandacaru representada na década de 1770



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1764 a 1773, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Pereira de Assunção e Antônia Maria das Brotas⁴⁰²; Antônia Maria de Jesus, Estêvão Caetano e Bernardina de Sena⁴⁰³. Ao grupo indígena vinculava-se **Ana**, escrava de Antônia Maria de Jesus⁴⁰⁴.

4.1.17 Fazenda Estreito

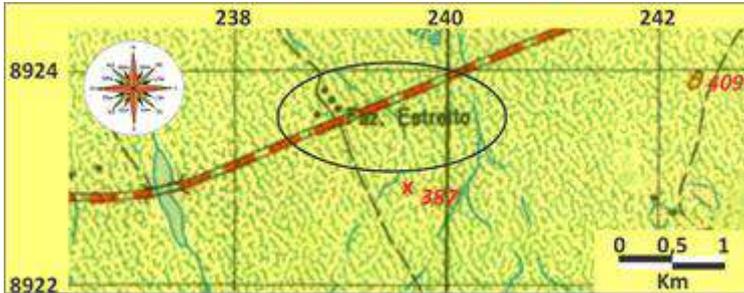
Da matriz da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 10 km de distância, 7 km ao sul do Rio São Francisco, na margem esquerda de um afluente do Riacho Jacaré, localizava-se a sede da Fazenda Estreito, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 68).

⁴⁰² BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 465; 1766, p. 98, nº 486.

⁴⁰³ BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1005.

⁴⁰⁴ BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1005.

Figura 68 – Fazenda Estreito, 10 km a sudoeste de Sento Sé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

De 1746 a 1774, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Matias Barbosa Vasconcelos e Florência Pereira⁴⁰⁵; Rosa da Costa⁴⁰⁶; Manoel Ferreira (...) ⁴⁰⁷; (...) José da Silva e Ana Maria de Jesus⁴⁰⁸; Lourenço de Prado e Antônia Pereira⁴⁰⁹; Ana de Barros⁴¹⁰; Rita Rodrigues⁴¹¹; Estêvão dos Santos⁴¹².

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Domingas Georgina**, mulher de Estêvão dos Santos⁴¹³ e **Ana**⁴¹⁴.

4.1.18 Fazenda da Malhada

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 14 km de distância, junto ao Rio São Francisco,

⁴⁰⁵ BATSSÉ, 1746, p. 134-135, nº 633.

⁴⁰⁶ BATSSÉ, 1757, p. 30, nº 239.

⁴⁰⁷ BATSSÉ, 1757, p. 30, nº 241.

⁴⁰⁸ BATSSÉ, 1761, p. 56, nº 332.

⁴⁰⁹ BATSSÉ, 1761, p. 57, nº 334.

⁴¹⁰ BATSSÉ, 1761, p. 60, nº 344.

⁴¹¹ BATSSÉ, 1763, p. 76, nº 395.

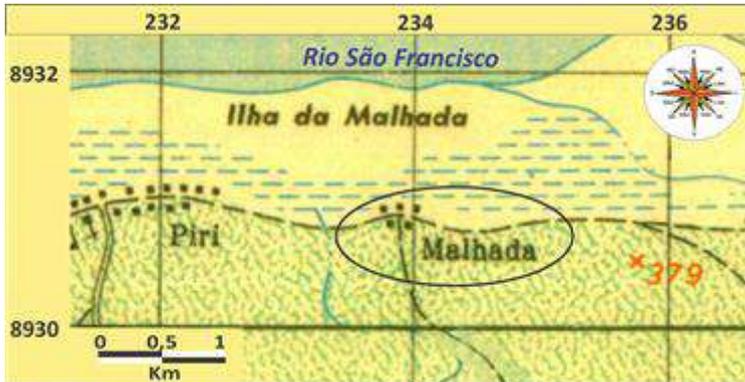
⁴¹² BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1060.

⁴¹³ BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1060.

⁴¹⁴ BATSSÉ, 1757, p. 30, nº 238.

localizava-se a sede da Fazenda Malhada. Dela se originou o povoado homônimo, hoje submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 69).

Figura 69 – Povoado de Malhada na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército (Sento Sé, 1973), adaptada pelo autor

De 1752 a 1777, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco Gomes Ferreira⁴¹⁵, Francisco de Barros⁴¹⁶, Martinho de Barros⁴¹⁷; Martinho de Barros Rego e Francisca Pereira Soares⁴¹⁸; Manoel (...) ⁴¹⁹ e Ana Rosa Soares⁴²⁰; Salvador Pereira de Barros⁴²¹; Ana de Sousa⁴²²; José Inácio de Barros⁴²³ e Maria Florência⁴²⁴; Antônio Cardoso de

⁴¹⁵ BATSSÉ, 1760, p. 42, nº 277.

⁴¹⁶ BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 117.

⁴¹⁷ BATSSÉ, 1756, p. 23, nº 201.

⁴¹⁸ BATSSÉ, 1762, p. 67-68, nº 369; 1764, p. 84, nº 426.

⁴¹⁹ BATSSÉ, 1777, p. 245, nº 1209.

⁴²⁰ BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 387; 1777, p. 245, nº 1209.

⁴²¹ BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 412.

⁴²² BATSSÉ, 1764, p. 85, nº 429.

⁴²³ BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7; 1764, p. 84, nº 425; 1766, p. 103, nº 503; 1767, p. 104, nº 507; 1769, p. 129, nº 610; 1769, p. 140, nº 658; 1769, p. 142, nº 665.

⁴²⁴ BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7; 1764, p. 84, nº 425; 1766, p. 103, nº 503; 1767, p. 104, nº 507; 1769, p. 129, nº 610; 1769, p. 140, nº 658; 1769, p. 142, nº 665; 1776, p. 239, nº 1183; 1776, p. 248, nº 1223.

Oliveira⁴²⁵; Estêvão de Vargas Serne e Francisca de Borges⁴²⁶; Caetano Pereira e Valéria Soares⁴²⁷; Gonçalo de Barros e Ana Rodrigues de Brito⁴²⁸; José Cardoso de Oliveira⁴²⁹ e Maria de Jesus Setúbal⁴³⁰; Antônio Nunes⁴³¹; Albina Pereira⁴³²; Antônia Maria Ferreira⁴³³; Bernarda Ferreira⁴³⁴; Antônio da Costa Neves e Antônia Maria de Jesus⁴³⁵; Vitória de Brito⁴³⁶; Francisco de Vargas Serne⁴³⁷; Manoel de Vargas⁴³⁸; Martinha da Rocha⁴³⁹; Francisco Carvalho da Cunha⁴⁴⁰; José (...) Cardoso⁴⁴¹; Joana Cardoso⁴⁴².

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio** e **Domingas**, escravos de Francisco Gomes Ferreira; **Rosa Maria**, mulher de Francisco de Barros⁴⁴³; **Clemência**, escrava de Martinho de Barros Rego⁴⁴⁴; **Inácia**⁴⁴⁵ e **Tomásia**⁴⁴⁶, escravas, e **Maria**

⁴²⁵ BATSSÉ, 1768, p. 124, nº 581; 1769, p. 141, nº 660; 1773, p. 203, nº 1006; 1773, p. 204, nº 1010; 1777, p. 245, nº 1209.

⁴²⁶ BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 587.

⁴²⁷ BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 598.

⁴²⁸ BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 603; 1769, p. 142, nº 665; 1770, p. 163, nº 801; 1773, p. 203, nº 1003; 1776, p. 218, nº 1087.

⁴²⁹ BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 665; 1776, p. 248, nº 1223.

⁴³⁰ BATSSÉ, 1769, p. 142, nº 665.

⁴³¹ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 935.

⁴³² BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 935.

⁴³³ BATSSÉ, 1773, p. 204, nº 1010.

⁴³⁴ BATSSÉ, 1773, p. 204, nº 1010.

⁴³⁵ BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1090.

⁴³⁶ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182 e 183; 1776, p. 248, nº 1223.

⁴³⁷ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.

⁴³⁸ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.

⁴³⁹ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.

⁴⁴⁰ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.

⁴⁴¹ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1183.

⁴⁴² BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1209.

⁴⁴³ BATSSÉ, 1754, p. 22, nº 117.

⁴⁴⁴ BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 426.

⁴⁴⁵ BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 507; 1769, p. 129, nº 610; 1770, p. 149, nº 692; 1772, p. 189, nº 916; 1776, p. 219, nº 1091; 1780, p. 326, nº 1628.

⁴⁴⁶ BATSSÉ, 1769, p. 141, nº 661; 1771, p. 168, nº 818; 1775, p. 272, nº 1350; 1783, p. 364, nº 1839.

Florência⁴⁴⁷, mulher de José Inácio de Barros; **Teresa**, escrava de Salvador Pereira de Barros⁴⁴⁸; **Ambrósia**⁴⁴⁹, escrava de Rosa Maria⁴⁵⁰; **Ana**⁴⁵¹ e **Simplicio**⁴⁵², escravos, e **Teresa Angélica**, mulher⁴⁵³ de Antônio Cardoso de Oliveira; **Úrsula**⁴⁵⁴ e **Josefa**⁴⁵⁵, escravas de Vitória de Brito; **Francisca**, escravas de Maria Florência⁴⁵⁶, e **João Forro**⁴⁵⁷.

Aos oito dias do mês de janeiro de mil setecentos e setenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente e pôs os santos óleos, o vigário Domingos Alves de Sousa à inocente Maria, filha legítima de Antônio e de sua mulher Domingas, ambos escravos de Francisco Gomes Ferreira. Foram padrinhos: Antônio Barros, solteiro, filho de José Inácio de Barros e Albina Pereira, solteira, filha de Salvador Pereira de Barros, todos moradores no lugar da Malhada e fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 935).

Eram de origem africana: **Gonçalo Ferreira, Crioulo Forro**⁴⁵⁸ e **Maria Crioula**⁴⁵⁹, escravos de José Inácio de Barros, e **Bonifácio Crioulo**, escravo de Antônio Cardoso de Oliveira⁴⁶⁰.

⁴⁴⁷ BATSSÉ, 1776, p. 239, nº 1183.

⁴⁴⁸ BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 412.

⁴⁴⁹ BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 470.

⁴⁵⁰ BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 669.

⁴⁵¹ BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1091.

⁴⁵² BATSSÉ, 1780, p. 326, nº 1628.

⁴⁵³ BATSSÉ, 1768, p. 124, nº 581; 1773, p. 203, nº 1006.

⁴⁵⁴ BATSSÉ, 1776, p. 238, nº 1182.

⁴⁵⁵ BATSSÉ, 1776, p. 239, nº 1183.

⁴⁵⁶ BATSSÉ, 1783, p. 361, nº 1810.

⁴⁵⁷ BATSSÉ, 1778, p. 263, nº 1308.

⁴⁵⁸ BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 426.

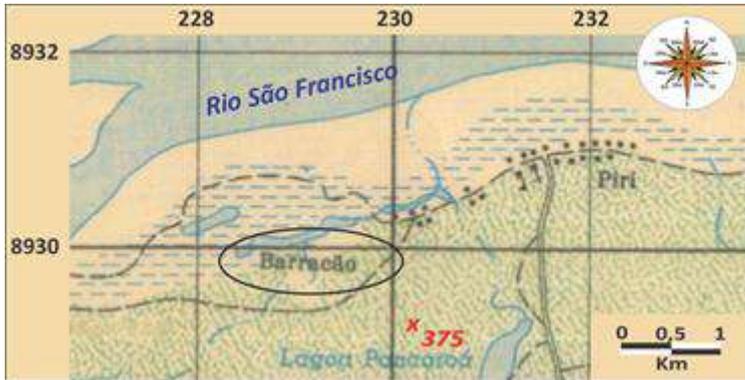
⁴⁵⁹ BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 426.

⁴⁶⁰ BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1091.

4.1.18.1 Artefatos Arqueológicos

Nas proximidades da Fazenda da Malhada havia dois sítios arqueológicos a céu aberto que se resgataram em 1977. Um deles, o **Sítio do Barracão** localizava-se junto ao povoado homônimo. Em área de 56 m x 22 m coletaram-se 176 fragmentos de cerâmica e dois artefatos líticos que jaziam na superfície do terreno. (Fig. 70).

Figura 70 – Sítio Arqueológico do Barracão



Fonte: Ministério do Exército (Sento Sé, 1973), adaptada pelo autor

Os moradores afirmavam que aquele local fora aldeia indígena. Como não houvesse pistas concretas fizeram-se prospecções em alguns lugares indicados. Localizaram-se cacos superficiais com características de antigos. Fizeram-se dois cortes experimentais que nada apresentaram. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 26).

O outro, **Sítio de Crinquirim** localizava-se na fazenda homônima, vinculada ao distrito de Piri. Tratava-se de um sítio arqueológico sobre rochas, com 20 m x 23 m. (Fig. 71). Nele se coletaram 26 fragmentos de cerâmica e cinco artefatos líticos (três batedores, dois moedores e uma lasca). “Numa área ainda inexplorada, às margens do riacho temporário do

Crinquirim, encontraram-se 25 (vinte e cinco) pilões em pedras...”. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 24).

Figura 71 – Sítio Arqueológico do Crinquirim



Fonte: Ministério do Exército (Sento Sé, 1973), adaptada pelo autor

4.1.19 Fazenda do Bazuá

Do núcleo da Freguesia de São José da Barra, em linha reta e direção oeste, a 23 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Bazuá, atualmente submersa no Lago de Sobradinho.

De 1762 a 1777, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Izidoro Gomes e Romana Pereira⁴⁶¹; Padre Manoel de Barros Ferreira⁴⁶²; João Carvalho, Caetano Pereira da Silva e Ângela da Cruz⁴⁶³.

Habitavam-na também, **Maria Madalena**, indígena de etnia incógnita, e **Francisco Crioulo**, ambos escravos do Padre Manoel de Barros Ferreira⁴⁶⁴.

⁴⁶¹ BATSSÉ, 1762, p. 70, nº 377.

⁴⁶² BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 537.

⁴⁶³ BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 537.

⁴⁶⁴ BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 537.

*Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e sete, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente o Reverendo vigário (...) à inocente **Maria, filha legítima de Francisco e de sua mulher Madalena, ambos escravos do Reverendo Padre Manoel de Barros Ferreira**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: José Moniz Barbosa e sua mulher Maria da Encarnação e Sousa, fregueses da Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado e a inocente e seus pais, fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. (BATSSÉ, 1777, p. 258, nº 1280).*

*Aos quinze dias do mês de outubro do ano de [mil setecentos e] sessenta e sete, nesta Freguesia, batizou o Reverendo Coadjutor Manoel do Rosário, solenemente, e pôs os santos óleos ao inocente **Thomás, filho de Francisco, crioulo, e de sua mulher Maria Magdalena, ambos escravos do Reverendo Padre Manoel de Barros Ferreira** (grifo nosso). Foram padrinhos: José Carvalho, solteiro, filho de Caetano Pereira da Silva e Ângela da Cruz, solteira, de maior, **todos moradores na Fazenda do Bazuá**, desta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, de que fiz este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1767, p. 112, nº 537).*

4.1.19.1 Artefatos Arqueológicos

Nas proximidades da Fazenda do Bazuá havia dois sítios arqueológicos a céu aberto que se resgataram em 1977. Um deles, o **Sítio do Calumbi** localizava-se junto a um sítio homônimo. Tratava-se de uma superfície rochosa, de 800 m x

500 m de extensão, com painel de gravuras rupestres de 27 m de comprimento por 1 m de largura. “São inscrições com formas antropomórficas circulares e simples traços”. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 28). Nesse sítio coletaram-se 17 artefatos líticos com sinais de uso.

O outro, **Sítio de Américo Alves** localizava-se junto ao povoado homônimo. Tratava-se de uma área de 50 m x 20 m em cuja superfície coletaram-se 184 fragmentos de cerâmica e 15 artefatos líticos.

Segundo informações, um morador desenterrou um aribé contendo cinzas. No local foi encontrado o aribé superficial (desenterrado tempos antes) e, procedendo às escavações, descobriu-se outro aribé contendo cinzas e fragmentos de ossos além de algumas peças líticas.

Realizaram-se 6 (seis) cortes; no segundo corte, nível 9 (+/- 90 cm de profundidade) existia o aribé com cinzas mencionado. O 3º corte, nível 9, continha dois [artefatos] líticos com forma de machado. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 29).

4.1.20 Sítio das Traíras

Da igreja de São José da Barra, em linha reta e direção oeste, a 27 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede do Sítio das Traíras, atualmente submersa no Lago de Sobradinho.

De 1774 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João Pereira e Natália da Cruz⁴⁶⁵; Félix Pinto⁴⁶⁶; José Pinto de Resende⁴⁶⁷; Maria de Resende⁴⁶⁸; Bibiana de Sá⁴⁶⁹; José da Cunha Soares e Francisca Pinto de Resende⁴⁷⁰.

⁴⁶⁵ BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.

⁴⁶⁶ BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.

⁴⁶⁷ BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.

⁴⁶⁸ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1067.

⁴⁶⁹ BATSSÉ, 1774, p. 213, nº 1066.

⁴⁷⁰ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1067; 1776, p. 248, nº 1224.

Ao grupo indígena vinculava-se **Inácia**, escrava de Maria de Resende⁴⁷¹.

4.1.21 Fazenda do Tamarindo

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em direção sudoeste e linha reta, a 34 km de distância, localizava-se a sede da Fazenda que hoje se conhece como Baixa do Tamarindo. (Fig. 72).

Figura 72 – Baixa do Tamarindo nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1759, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco Gabino, Ângela da Costa, Manoel Gonçalves da Costa, Maria Ferreira e Domingos de Brito (...) ⁴⁷².

4.1.21.1 Artefatos Arqueológicos

Da Baixa do Tamarindo, em linha reta e direção leste, a 1700 m de distância, encontra-se o Boqueirão dos Caldeirões dos Brejinhos onde se conservam painéis de pintura rupestre da

⁴⁷¹ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1067.

⁴⁷² BATSSÉ, 1759, p. 39, nº 267.

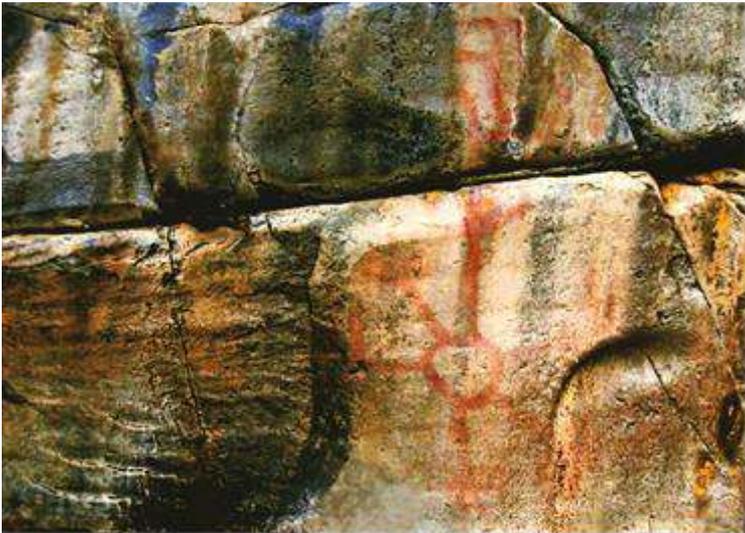
Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Tombador. (Fig. 73 e 74).

Figura 73 – Boqueirão dos Caldeirões dos Brejinhos



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 74 – Paineis rupestres da Tradição São Francisco



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.22 Fazenda do Mari

Da igreja de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 60 km de distância, na margem esquerda do Riacho do Mari, também conhecido como Vereda, localizava-se a sede da Fazenda do Mari. (Fig. 57).

De 1763 a 1773, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Félix Pinto de Matos⁴⁷³; José da Silva⁴⁷⁴ João Pereira e Natália Maria da Cruz⁴⁷⁵.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Josefa**⁴⁷⁶ e **Inácia**⁴⁷⁷, escravas de Félix Pinto de Matos, e **Antônia Maria**, mulher de José da Silva⁴⁷⁸.

4.1.22.1 Artefatos Arqueológicos

No entorno da Fazenda do Mari encontram-se 17 feições de relevo onde se conservam painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco, realizados em suportes de rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, Formação Morro do Chapéu. São eles os boqueirões do Caldeirão da Onça; do Batedor; do Caboclo; do Riacho do Jatobá; dos Prazeres; da Descoberta; da Catuaba; da Mulata; da Candeia; do Cícero Macambira, do Quirino; do Riacho da Bananeira e do Moxotó. Citam-se, também, os serrotes da Toca Preta; dos Caboclos; do Pau D'Arco e das Tocas de Caçador. (Fig. 75 a 88).

⁴⁷³ BATSSÉ, 1763, p. 74, nº 390; 1769, p. 126-127, nº 595.

⁴⁷⁴ BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1006.

⁴⁷⁵ BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 873.

⁴⁷⁶ BATSSÉ, 1763, p. 74, nº 390; 1769, p. 126-127, nº 595; 1772, p. 195, nº 951.

⁴⁷⁷ BATSSÉ, 1771, p. 170-171, nº 827.

⁴⁷⁸ BATSSÉ, 1773, p. 203, nº 1006.

Figura 75 – Vista parcial do Boqueirão do Batedor



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 76 – Pannel de pintura no Boqueirão do Riacho do Jatobá



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 77 - Ocupação histórica do Boqueirão do Caldeirão da Onça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 78 – Ocupação histórica do Boqueirão da Descoberta



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 79 – Restos de casa de farinha no Boqueirão da Descoberta



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 80 – Vestígio de ocupação histórica no Boqueirão da Catuaba



Fonte: Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 81 – Ocupação histórica do Boqueirão do Cícero Macambira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 82 – Restos da casa de farinha no Boqueirão do Cícero Macambira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 83 – Ocupação histórica do Boqueirão do Quirino



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 84 – Engenhoca para moagem de cana no Boqueirão do Quirino



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 85 – Restos de casa de farinha no Boqueirão do Riacho da Bananeira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 86 – Moendas de madeira no Boqueirão do Riacho da Bananeira



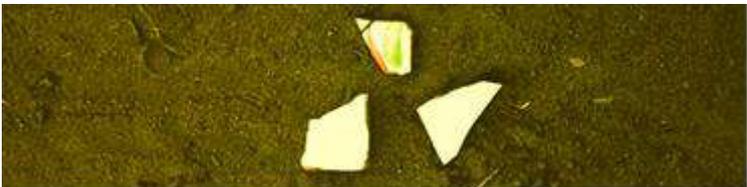
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 87 - Restos do antigo cemitério no Boqueirão do Riacho da Bananeira



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 88 – Fragmentos de louça no Boqueirão do Riacho da Bananeira

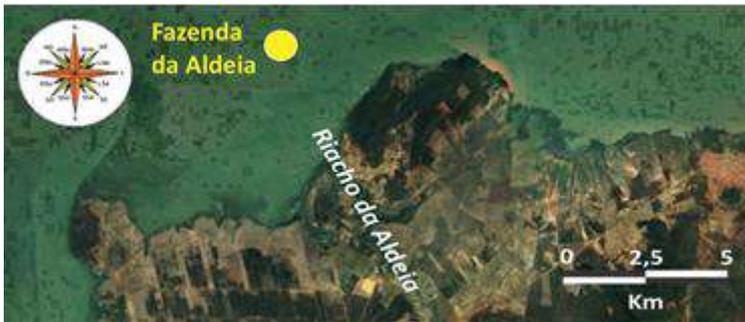


Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.1.23 Fazenda da Aldeia

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção oeste, a 81 km de distância, junto ao encontro do Riacho da Aldeia com o Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Aldeia, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 89).

Figura 89 – Localização da Fazenda da Aldeia



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Domingos da Rocha e José Carvalho⁴⁷⁹; Francisco Xavier de Prado e Maria Pereira⁴⁸⁰; Florêncio de Almeida Nunes e Maria Rodrigues⁴⁸¹ e Ana Maria da Conceição⁴⁸².

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Luciana Pestana**, mulher de Domingos da Rocha⁴⁸³ e **Ana Maria**, mulher de José Carvalho⁴⁸⁴.

⁴⁷⁹ BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 81.

⁴⁸⁰ BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 401.

⁴⁸¹ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 985.

⁴⁸² BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 985.

⁴⁸³ BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 400.

⁴⁸⁴ BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 81.

4.1.24 Fazenda do Boqueirãozinho

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 100 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Boqueirãozinho, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 90).

Figura 90 – Localização da Fazenda do Boqueirãozinho



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1764 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio da Rocha e Maria Pereira⁴⁸⁵; Antônio José de Sousa e Teodora Gomes⁴⁸⁶; Antônio Pereira⁴⁸⁷; Antônio de Freitas e Brígida Rodrigues de Brito⁴⁸⁸; José de Barros⁴⁸⁹; José de Barros Filho⁴⁹⁰ e Teodora da Silva⁴⁹¹.

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria Madalena**, mulher de Antônio Pereira⁴⁹².

⁴⁸⁵ BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 461.

⁴⁸⁶ BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 875.

⁴⁸⁷ BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1089.

⁴⁸⁸ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.

⁴⁸⁹ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.

⁴⁹⁰ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.

⁴⁹¹ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1139.

⁴⁹² BATSSÉ, 1776, p. 219, nº 1089.

Em 1843, a Fazenda do Boqueirãozinho pertencia à família do comerciante português Bernardo José Guerreiro que habitava a povoação de Santo Antônio de Pilão Arcado. No dia 19 de setembro daquele ano, nela se iniciou a histórica e brava luta de Francisco José, Antônio e Bernardo José Júnior, filhos do velho comerciante lusitano, contra 200 jagunços que Militão Plácido de França Antunes, proprietário do vizinho sítio pernambucano de Caroá, com o intuito matá-los, comandava.

Depois de uma heroica resistência, de três dias e três noites, a um inimigo vinte vezes superior em número, os três irmãos Guerreiro conseguem furar o cerco e fugir. Daí, sempre perseguidos pelas aguerridas brigadas de Militão, vão entrincheirar-se em João Dias, outra fazenda que possuíam a três léguas do Boqueirãozinho. Em João Dias, nova luta é travada. A escolta policial que os guardava era composta de vinte homens, sob o comando do sargento da Guarda Nacional, Joaquim Casemiro de Macedo, mas estava reduzida a doze soldados. Ao romper da aurora do dia 27 de setembro, os Guerreiro iniciaram nova fuga através do mato cheio de inimigos. Dia alto, novo combate é travado. Quinze homens bravos lutam como loucos contra duas centenas, no mato ralo da caatinga seca. Mais uma vez os perseguidos rompem o cerco, deixando morto, estendido no campo da honra, o tenente-coronel Francisco José. (...) Morto o valente [Guerreiro], a perseguição prosseguiu aos dois outros furtivos, até que Bernardo e Antônio, feridos e com a escolta reduzida a cinco soldados, entraram na Vila Imperial de Sento Sé. Oitenta homens perdeu Militão, na caçada aos valentes filhos de Bernardo Guerreiro, mas ainda não foi aí que terminou a luta. Ao contrário, aí é que teve o seu começo heroico. Nas vazantes do Sento Sé Velho, com o sangue de Francisco José e dos oito soldados mortos nos vários embates daquela semana, fora escrito apenas o primeiro capítulo da rude saga jagunça. Para vingar a Francisco José, morto por cabras do Caroá, os seus irmãos - excetuando o mais moço, Joaquim, que foi para a Barra - haveriam de morrer de arma na mão. O último a tombar foi Antônio. (LINS, 1959, p. 50-52).

4.1.25 Fazenda do Boqueirão Grande

Da igreja matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 111 km de distância, junto à junção do Rio Jacaré com o São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Boqueirão Grande. atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 91).

Figura 91 – Referência ao Boqueirão Grande no Século XVIII



Fonte: Silvares (Século XVIII), adaptado pelo autor

De 1754 a 1779, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Narciso Soares e Elena Ester Soares⁴⁹³; José Júlio da Silva, Antônia Ferreira dos Santos e Francisco Ferreira dos Santos⁴⁹⁴; Rodrigo de Farias Campos⁴⁹⁵; Manoel Pereira da Silva e Ana de Freitas⁴⁹⁶; Antônio Gonçalves⁴⁹⁷; Cipriano da Fonseca e Rosa Gomes⁴⁹⁸; Estêvão de Oliveira e Rita Gomes⁴⁹⁹; Nazário Domingues da Conceição⁵⁰⁰; Francisco de Brito⁵⁰¹;

⁴⁹³ BATSSÉ, 1754, p. 16, nº 83.

⁴⁹⁴ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435.

⁴⁹⁵ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435; 1766, p. 102-103, nº 502.

⁴⁹⁶ BATSSÉ, 1764, p. 92, nº 457.

⁴⁹⁷ BATSSÉ, 1766, p. 102-103, nº 502.

⁴⁹⁸ BATSSÉ, 1767, p. 117, nº 550.

⁴⁹⁹ BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 928.

⁵⁰⁰ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 952.

⁵⁰¹ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.

Antônio de Brito⁵⁰²; Porcina Teodora de Miranda⁵⁰³; Luís Pereira e Antônia da Rocha⁵⁰⁴; Luís Ferreira de Melo⁵⁰⁵; Maria Rodrigues⁵⁰⁶; José Rodrigues de Sousa e Ana Rodrigues⁵⁰⁷.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Josefa**, escrava de Rodrigo de Farias Campos⁵⁰⁸; **Páscoa Maria**, mulher de Antônio Gonçalves⁵⁰⁹; **Quitéria**, escrava de Manoel Pereira da Silva⁵¹⁰; **Maria Euzébia**, mulher de Nazário Domingues da Conceição⁵¹¹; **Quitéria**, escrava de Francisco de Brito⁵¹², e **Josefa**, escrava de José Júlio da Silva⁵¹³.

4.1.25.1 Artefatos Arqueológicos

Calderón *et al.* (1977) referiram-se a painéis de pintura rupestre que disseram haver no Sítio da Serra do Tabuleiro, próximo ao povoado de Cajuí. Kesting (2014) constatou que, a 5 km de distância, a leste do Boqueirão Grande, existem painéis rupestres da Tradição São Francisco. (Fig. 92 e 93).

No alto da Serra do Tabuleiro Alto, foram localizados em escarpas dois conjuntos de desenhos e alguns isolados. São pictografias muito sugestivas onde predomina a cor vermelha, embora umas poucas tragam cor amarela. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 31).

⁵⁰² BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.

⁵⁰³ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.

⁵⁰⁴ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1140.

⁵⁰⁵ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1140.

⁵⁰⁶ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1140.

⁵⁰⁷ BATSSÉ, 1778, p. 288, nº 1422.

⁵⁰⁸ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 435.

⁵⁰⁹ BATSSÉ, 1766, p. 102-103, nº 502.

⁵¹⁰ BATSSÉ, 1767, p. 116, nº 549.

⁵¹¹ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 952.

⁵¹² BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1071.

⁵¹³ BATSSÉ, 1779, p. 303, nº 1488.

Figura 92 – Boqueirão da Serra do Tabuleiro Alto



Fonte: Kesting (2014, p. 722)

Figura 93 – Pannel de pintura rupestre da Tradição São Francisco



Fonte: Kesting (2014, p. 722)

4.1.26 Sítio do Alagadiço

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 131 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede do Sítio do Alagadiço, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 94).

De 1745 a 1770, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Ferreira de Resende⁵¹⁴; Manoel de A.

⁵¹⁴ BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883.

Fonseca, Antônio Soares e Teodora Ferreira⁵¹⁵; Ana de Sousa⁵¹⁶; Francisco Dias da Silva⁵¹⁷; Rosa Maria da Conceição⁵¹⁸; Manoel Antônio Peixoto⁵¹⁹ Rosa e Joana de Matos⁵²⁰; Gonçalo Pereira de Assunção e Antônia Maria das Brotas⁵²¹; Carlos Vidal e Joana Fernandes⁵²²; Manoel Barros Rego⁵²³; Félix Ferreira de Brito e Raimunda Ferreira de Albuquerque⁵²⁴; Manoel Soares⁵²⁵.

Figura 94 – Localização do Sítio do Alagadiço



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria Leonor**, mulher de Manoel de Barros Rego⁵²⁶; **Eugênia Maria**, mulher de Manoel Soares⁵²⁷; **Antônio José e Maria**⁵²⁸.

⁵¹⁵ BATSSÉ, 1760, p 189, nº 918.

⁵¹⁶ BATSSÉ, 1761, p. 53, nº 319.

⁵¹⁷ BATSSÉ, 1760, p 189, nº 918; 1761, p. 58, nº 338; 1765, p. 189, nº 917; 1767, p. 116, nº 548.

⁵¹⁸ BATSSÉ, 1760, p 189, nº 918; 1765, p. 189, nº 917.

⁵¹⁹ BATSSÉ, 1745, p. 182-183, nº 883; 1749, p. 77, nº 397; 1763, p. 76-77, nº 396.

⁵²⁰ BATSSÉ, 1749, p. 77, nº 397; 1763, p. 76-77, nº 396.

⁵²¹ BATSSÉ, 1762, p. 67, nº 368.

⁵²² BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 402.

⁵²³ BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 425; 1764, p. 93, nº 464.

⁵²⁴ BATSSÉ, 1765, p. 189, nº 917.

⁵²⁵ BATSSÉ, 1767, p. 117, nº 551; 1769, p. 143, nº 670.

⁵²⁶ BATSSÉ, 1764, p. 84, nº 425; 1764, p. 93, nº 464.

⁵²⁷ BATSSÉ, 1767, p. 117, nº 551; 1769, p. 143, nº 670.

⁵²⁸ BATSSÉ, 1770, p. 154-155, nº 716.

4.1.27 Porto das Pedras

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 133 km de distância, encontrava-se o Porto das Pedras. Situava-se ele em frente à antiga sede de Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado, à jusante do encontro do Rio Verde com o São Francisco. (Fig. 95).

Figura 95 – Localização do Porto das Pedras



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Miguel (...) ⁵²⁹ José Carvalho de Sousa e Francisca Ferreira de Sousa ⁵³⁰; Tomás da Silva ⁵³¹; José da Cunha e Quitéria Ferreira ⁵³²; Ana Maria da Silva ⁵³³; Manoel Tavares Cabral e Leandra da Silva ⁵³⁴; Francisca Pereira ⁵³⁵; Ana da Costa ⁵³⁶ e Quitéria da Costa ⁵³⁷; Manoel Rodrigues Abrantes

⁵²⁹ BATSSÉ, 1761, p. 46, nº 291.

⁵³⁰ BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 632.

⁵³¹ BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 398; 1769, p. 135-136, nº 636; 1770, p. 144, nº 674; 1771, p. 181, nº 878.

⁵³² BATSSÉ, 1768, p. 119, nº 561.

⁵³³ BATSSÉ, 1769, p. 135-136, nº 636; 1770, p. 144, nº 674; 1771, p. 181, nº 878; 1772, p. 191, nº 927; 1777, p. 249, nº 1230.

⁵³⁴ BATSSÉ, 1770, p. 144, nº 674; 1773, p. 212, nº 1056; 1776, p. 238, nº 1181.

⁵³⁵ BATSSÉ, 1770, p. 145, nº 676; 1776, p. 238, nº 1181.

⁵³⁶ BATSSÉ, 1771, p. 165, nº 806.

⁵³⁷ BATSSÉ, 1771, p. 191, nº 878.

Broco e Maria Fernandes de Sousa⁵³⁸; Manoel Ferreira e Valência Ferreira⁵³⁹; João Damasceno Linhares⁵⁴⁰; Francisco Dias de Oliveira e Quitéria Ferreira⁵⁴¹; Maria da Encarnação⁵⁴²; Frei Antônio José (...) ⁵⁴³; Teresa Maria de Jesus⁵⁴⁴; Afonso Peixoto⁵⁴⁵; Joana Peixoto⁵⁴⁶; Úrsula Pimenta⁵⁴⁷; Antônio Ferreira de Fraga⁵⁴⁸; Nivalda Rodrigues⁵⁴⁹; Manoel de Brito da Silva e Maria Poliana de Matos⁵⁵⁰; José da Silva Ferreira e Joana Peixoto⁵⁵¹.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Custódia**⁵⁵² e **Maria da Silva** (mestiça forra); **Ágata**, escrava de João Damasceno Linhares⁵⁵³, e **Teresa Cristina**⁵⁵⁴.

Aos dois dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e três, no Porto das Pedras, casa de Tomás da Silva, batizou o Reverendo visitante Antônio Moreira, solenemente, e pôs os santos óleos à inocente Joanna, filha de Maria da Silva, mestiça forra. (grifo nosso). Foram padrinhos: Inácio Lopes Tavares e sua mulher Francisca Vieira do Prado, todos desta freguesia, de que fiz

⁵³⁸ BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 922; 1775, p. 222, nº 1103.

⁵³⁹ BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 923.

⁵⁴⁰ BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 925 e 927; 1774, p. 215-216, nº 1077.

⁵⁴¹ BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 925.

⁵⁴² BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 926.

⁵⁴³ BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 926.

⁵⁴⁴ BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 926.

⁵⁴⁵ BATSSÉ, 1774, p. 215-216, nº 1077.

⁵⁴⁶ BATSSÉ, 1774, p. 215-216, nº 1077.

⁵⁴⁷ BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1103.

⁵⁴⁸ BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1104.

⁵⁴⁹ BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1104.

⁵⁵⁰ BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1230.

⁵⁵¹ BATSSÉ, 1779, p. 296, nº 1456.

⁵⁵² BATSSÉ, 1754, p. 16, nº 84.

⁵⁵³ BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 925; 1774, p. 215-216, nº 1077.

⁵⁵⁴ BATSSÉ, 1772, p. 191, nº 927; 1775, p. 222, nº 1104.

este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1763, p. 78, nº 398).

4.2 Fazenda Morro do Pará

Da Matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 300 km de distância, na confluência do Rio Paramirim com o São Francisco, às coordenadas UTM23L 687478, UTMN 8721348, a 414 metros de altitude, localizava-se a sede da Fazenda Morro do Pará. Dela se originou a atual cidade de Morpará. (Fig. 96 a 98).

Figura 96 – Localização da Fazenda Morro do Pará



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 97 - Morpará nos dias de hoje



Fonte: Del Feliz (2024), adaptada pelo autor

Figura 98 – Ilha Grande, na junção do Paramirim com o São Francisco



Fonte: Del Feliz (2024), adaptada pelo autor

Muito embora, na intimidade se diga que a história de Morpará ou Morro do Paramirim tenha começado em 1812, sabe-se hoje que, no período de 1754 a 1783, ela já estava em franco processo de efetiva ocupação colonizadora. Nela moravam pessoas de origem portuguesa e indígena.

Os primeiros habitantes de Morpará foram os índios. Foi descoberta em 1812 por um vaqueiro da Fazenda Picada, que andava à procura de gado. Encontrou vários ranchos dos índios que pescavam no Rio São Francisco. (DONATO, 2013).

Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Manoel Farias Barbosa⁵⁵⁵; João Batista, Ana de Abreu e Miguel Ferreira⁵⁵⁶; Luís Bernardes e Doroteia da Rocha⁵⁵⁷; Francisco Cardoso Delgado⁵⁵⁸ e Domingas Gomes⁵⁵⁹; Manoel Gomes

⁵⁵⁵ BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 323.

⁵⁵⁶ BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 95.

⁵⁵⁷ BATSSÉ, 1761, p. 51-52, nº 313.

⁵⁵⁸ BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 324; 1764, p. 91, nº 452.

⁵⁵⁹ BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 324; 1764, p. 91, nº 452; 1777, p. 252, nº 1246.

Botelho, Florência Nunes da Rocha, João Ferreira de Abreu e Ana das Neves⁵⁶⁰; João Marques de Brito, Florência Gonçalves, José Nunes da Costa e Maria de Sousa⁵⁶¹; Sebastião Paiva e Paula de Sousa⁵⁶²; Lázaro de Farias Prata e Maria Nunes da Rocha⁵⁶³; Felipe Barbosa e Doroteia da Silva⁵⁶⁴; João Francisco Xavier⁵⁶⁵ e Aniceta Ferreira⁵⁶⁶; Antônio Coelho⁵⁶⁷; Antônio Nunes e Custódia de Farias⁵⁶⁸; Clara de Sousa⁵⁶⁹; Joaquim Pereira da Silva⁵⁷⁰; Vitória de Sousa⁵⁷¹; Pedro de Oliveira Lima⁵⁷²; Maria de Sousa, Veríssimo de Farias e Sebastião de Farias⁵⁷³; Maria Pinto⁵⁷⁴; Antônio de Sousa Siqueira⁵⁷⁵; José de Sousa⁵⁷⁶; Bernardo da Rocha Serafim⁵⁷⁷ e Maria da Silva⁵⁷⁸; Inácia Geralda de (...) ⁵⁷⁹; José da Rocha e Caetana da Rocha⁵⁸⁰; Francisco Moreira Lima ⁵⁸¹; Francisco José da Rocha ⁵⁸²; Bonifácia da Rocha⁵⁸³.

⁵⁶⁰ BATSSÉ, 1762, p. 65, n. 363.

⁵⁶¹ BATSSÉ, 1762, p. 66, n. 364.

⁵⁶² BATSSÉ, 1765, p. 97, n. 479.

⁵⁶³ BATSSÉ, 1762, p. 65, nº 362; 1769, p. 136, nº 638.

⁵⁶⁴ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844 e 1846.

⁵⁶⁵ BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 856; 1776, p. 232, nº 1151.

⁵⁶⁶ BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1151.

⁵⁶⁷ BATSSÉ, 1771, p. 177-178, nº 858.

⁵⁶⁸ BATSSÉ, 1775, p. 226, nº. 1127.

⁵⁶⁹ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1845.

⁵⁷⁰ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1846.

⁵⁷¹ BATSSÉ, 1771, p. 177-178, nº 858.

⁵⁷² BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1151.

⁵⁷³ BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1152.

⁵⁷⁴ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1246.

⁵⁷⁵ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1246.

⁵⁷⁶ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1246.

⁵⁷⁷ BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 96; 1783, p. 365, nº 1844.

⁵⁷⁸ BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 96.

⁵⁷⁹ BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 626.

⁵⁸⁰ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1845.

⁵⁸¹ BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1151.

⁵⁸² BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844.

⁵⁸³ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Aniceta Francisca**, mulher de João Francisco Xavier⁵⁸⁴; **Damiana**⁵⁸⁵ e **Inácia**⁵⁸⁶, escravas de Manoel Farias Barbosa; **Silvina**, escrava de Francisco Cardoso Delgado⁵⁸⁷; **Mariana Luísa**, mulher de Manoel de Farias⁵⁸⁸; **Teresa**, escrava de Bartolomeu Francisco; **João Francisco**, **Bartolomeu Francisco**, **Isabel Maria** e **Josefa Maria**⁵⁸⁹; **Joana**⁵⁹⁰; **Custódia**⁵⁹¹; **Ana Maria**⁵⁹² e **Francisco José**.

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de [mil setecentos e] oitenta e três, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, do Arcebispado da Bahia, batizei e pus os santos óleos ao inocente Renovato, filho legítimo de Felipe Barbosa e sua mulher Doroteia da Silva. Foram padrinhos: Francisco José, solteiro, e Bonifácia, escrava da Fazenda do Jenipapo, todos moradores no Morro do Paramirim desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). Vigário Luís Alves de Miranda. (BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844).

Em território que hoje pertence a Morpará, no Século XVIII já se havia implantado duas comunidades. (Qd. 5; Fig. 99).

Quadro 5 – Comunidades de Morpará

Nº	Localização	UTM23L	UTMN	Altitude
1	Fazenda da Varginha	732037	8713211	547 m
2	Sítio de São Vicente	733251	8712771	578 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

⁵⁸⁴ BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 856; 1776, p. 232, nº 1151.

⁵⁸⁵ BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 95.

⁵⁸⁶ BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 323.

⁵⁸⁷ BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 322.

⁵⁸⁸ BATSSÉ, 1762, p. 65, nº 362.

⁵⁸⁹ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1245.

⁵⁹⁰ BATSSÉ, 1761, p. 51-52, nº 313.

⁵⁹¹ BATSSÉ, 1770, p. 172, nº 834.

⁵⁹² BATSSÉ, 1771, p. 177-178, nº 858.

Figura 99 – Comunidades de Morpará



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.2.1 Fazenda da Varginha

De Morro do Pará, em linha reta e direção sudeste, a 45 km de distância, encontrava-se a sede da Fazenda da Varginha da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 100).

Figura 100 – Sede da Fazenda da Varginha nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1764 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José dos Passos⁵⁹³; Capitão Manoel Pereira

⁵⁹³ BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 568.

Machado⁵⁹⁴; João (...) e (...) da Conceição⁵⁹⁵. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Rosa**, escrava⁵⁹⁶, e **Maria Perpétua**⁵⁹⁷, amante do Capitão Manoel Pereira Machado⁵⁹⁸.

Era de origem africana a **Crioula Forra Antônia Rodrigues**.

Ao mesmo dia [18] do mês de setembro do ano [mil setecentos e] sessenta e quatro, na Capela de São José do Assuruhá, de licença minha, batizou o Padre José de Sousa da Costa, solenemente, e pôs os santos óleos à inocente Maria, filha de pai incógnito e de Antônia Rodrigues, crioula forra, moradora no lugar das Vargínhas (grifo nosso). Foram padrinhos: Manoel Pereira Machado e sua escrava Maria Perpétua, todos desta Freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 462).

4.2.2 Sítio de São Vicente

De Morro do Pará, em linha reta e direção sudeste, a 46 km de distância, localiza-se o Sítio de São Vicente. (Fig. 101).

De 1769 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: André Dias, Bernarda Rodrigues, Antônio Dias e Inácia da Purificação⁵⁹⁹; Antônia Fernandes⁶⁰⁰; (...) Nunes de Brito, Ana Maria da Silva e Bernarda de Farias⁶⁰¹.

⁵⁹⁴ BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 707.

⁵⁹⁵ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 961.

⁵⁹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 961.

⁵⁹⁷ BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 568; 1772, p. 196, nº 959.

⁵⁹⁸ BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 707.

⁵⁹⁹ BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 620.

⁶⁰⁰ BATSSÉ, 1769, p. 143, nº 667.

⁶⁰¹ BATSSÉ, 1772, p. 200-201, nº 988.

Figura 101 – Sede do Sítio de São Vicente nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.3 Xique-Xique

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 201 km de distância, junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 747986, UTMN 8802713, 403 metros de altitude, encontrava-se a povoação da qual se originou a atual cidade de Xique-Xique. (Fig. 102 a 104).

Figura 102 – Localização da cidade de Xique-Xique



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1768 a 1778, nela e em seu entorno, havia pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Martins e Ana Pereira⁶⁰²;

⁶⁰² BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 572.

Manoel Vale(...) e (...) Teixeira⁶⁰³; Antônio Rodrigues e Grácia Pereira⁶⁰⁴; (...) Teixeira e Jerônima da Silva⁶⁰⁵; Inácio da Silva e Vitória Freire⁶⁰⁶; Gaspar Pereira, Maria Barbosa, (...) Alexandre Pereira de Melo e Josefa Ferreira⁶⁰⁷; Manoel Furtado, Maria de Jesus e Dantoso Rodrigues⁶⁰⁸; Cipriano Pereira Soares⁶⁰⁹; Manoel Lopes da Costa e Cipriana Ferreira⁶¹⁰; Quitéria Correia, Narciso Teixeira e Narcisa Rodrigues⁶¹¹; Joaquim Ferreira e Cosma Teixeira⁶¹²; João Nunes da Silva e Antônia Pereira da Silva⁶¹³; Antônio Álvares Machado⁶¹⁴ e Maria Pereira de Bastos⁶¹⁵; José Guedes e Maria Mendes Santiago⁶¹⁶; Joaquim Pereira de Melo⁶¹⁷; Brás Ferreira⁶¹⁸; Antônia Pereira da Cruz⁶¹⁹; João Martins de Santiago⁶²⁰; Antônio José de Vasconcelos e Quitéria Pereira da Silva⁶²¹; Dom José da Fonseca Filho⁶²²; Capitão Diogo da Guerra⁶²³; Maria da Conceição⁶²⁴; Joana

⁶⁰³ BATSSÉ, 1770, p. 146-147, nº 684.

⁶⁰⁴ BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 850.

⁶⁰⁵ BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 851.

⁶⁰⁶ BATSSÉ, 1771, p. 176, nº 852; 1771, p. 185, nº 894.

⁶⁰⁷ BATSSÉ, 1772, p. 184-185, nº 890.

⁶⁰⁸ BATSSÉ, 1772, p. 185, nº 891.

⁶⁰⁹ BATSSÉ, 1771, p. 185, nº 894.

⁶¹⁰ BATSSÉ, 1771, p. 185-186, nº 895; 1772, p. 193, nº 939.

⁶¹¹ BATSSÉ, 1771, p. 186, nº 897.

⁶¹² BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 930.

⁶¹³ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 930.

⁶¹⁴ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 931; 1772, p. 200, nº 981; 1777, p. 246, nº 1213.

⁶¹⁵ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 931; 1777, p. 246, nº 1213.

⁶¹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 931.

⁶¹⁷ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 932.

⁶¹⁸ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 939.

⁶¹⁹ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 939 e 940; 1776, p. 230, nº 1142.

⁶²⁰ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 940.

⁶²¹ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 943; 1775, p. 246, nº 1216.

⁶²² BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978.

⁶²³ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978; 1775, p. 247, nº 1218.

⁶²⁴ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978; 1775, p. 247, nº 1218 e 1219.

Maria de Oliveira⁶²⁵; João Vogado⁶²⁶ e Maria dos Anjos⁶²⁷; Manoel Fonseca Coelho e Perpétua Nunes de Almeida⁶²⁸; José de Sousa Pinheiro⁶²⁹; José Coelho dos Santos e Ana Pereira Gonçalves⁶³⁰; Antônio Pereira Bastos⁶³¹; Josefa Maria de Matos⁶³².

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Gonçalo Antônio** e **Maria Angélica**⁶³³; **Antônia**, escrava de Antônio Alves Machado⁶³⁴; **Inácia Francisca**⁶³⁵; **Teresa**, escrava de Manoel Lopes da Costa⁶³⁶; **Páscoa**⁶³⁷ e **Lucas**⁶³⁸, escravos de D. José da Fonseca Filho; **Ana Maria**⁶³⁹; **Poliana**⁶⁴⁰, **Engrácia**⁶⁴¹ e **Graça Maria**⁶⁴² escravas de João Martins de Santiago.

A atual cidade teve origem na Fazenda Praia, pertencente a Theobaldo José Pires de Carvalho, nascendo em 1700 um arraial como o nome de Chique-Chique que, em 1732 era ainda aldeia de pescadores. A capela aí construída, dedicada ao Senhor do Bonfim foi elevada à categoria de Freguesia pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide. (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS *apud* CHAVES, 2009).

⁶²⁵ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978.

⁶²⁶ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 943.

⁶²⁷ BATSSÉ, 1773, p. 201, nº 995.

⁶²⁸ BATSSÉ, 1776, p. 230, nº 1142; 1775, p. 247, nº 1219.

⁶²⁹ BATSSÉ, 1776, p. 230, nº 1142.

⁶³⁰ BATSSÉ, 1775, p. 247-248, nº 1221.

⁶³¹ BATSSÉ, 1775, p. 247-248, nº 1221.

⁶³² BATSSÉ, 1775, p. 247-248, nº 1221.

⁶³³ BATSSÉ, 1771, p. 185, nº 893.

⁶³⁴ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 932.

⁶³⁵ BATSSÉ, 1772, p. 192, nº 932.

⁶³⁶ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 976; 1777, p. 265, nº 1319.

⁶³⁷ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 978.

⁶³⁸

⁶³⁹ BATSSÉ, 1773, p. 202, nº 996.

⁶⁴⁰ BATSSÉ, 1778, p. 283, nº 1400.

⁶⁴¹ BATSSÉ, 1778, p. 283, nº 1400.

⁶⁴² BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 981.

Figura 103 – Igreja do Senhor do Bonfim, construída no Século XVII



Fonte: Prefeitura de Xique-Xique (1982), adaptada pelo autor

Figura 104 – Vista parcial da cidade de Xique-Xique nos dias atuais



Fonte: Drone (2024), adaptada pelo autor

No atual território daquele município havia 14 pequenas comunidades. (Qd. 6; Fig. 105).

Quadro 6 – Comunidades de Xique-Xique

Nº	Localização dos Sítios	UTM23L	UTMN	Altitude
1	Sítio da Boa Vista	766162	8836893	399 m
2	Fazenda da Pedra Branca	759304	8818960	406 m
3	Fazenda do Gado Bravo	733658	8797500	403 m
4	Fazenda das Carnaúbas	756440	8793550	442 m
5	Fazenda da Utinga	724235	8784590	395 m
6	Ipueira Funda	712294	8781813	407 m
7	Fazenda do Saco	724304	8777063	406 m
8	Sítio de Santo Antônio	740473	8772569	404 m
9	Fazenda dos Angicos	717109	8770898	402 m
10	Fazenda do Jenipapo	703527	8765018	410 m
11	Fazenda do Juazeiro	706988	8754950	408 m
12	Sítio do Angical	698320	8753329	405 m
13	Fazenda do Umbuzeiro	696194	8744542	408 m
14	Fazenda Picada de Cima	694613	8730343	412 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 105 – Comunidades do entorno de Xique-Xique



Fonte: Google Earth (2024) adaptado pelo autor

4.3.1 Sítio da Boa Vista

Da Capela do Senhor do Bonfim, em linha reta e direção nordeste, a 36 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se o Sítio da Boa Vista do qual se originou o atual povoado de Boa Vista de Santo Antônio. (Fig. 106).

Figura 106 – Representação do Sítio da Boa Vista no Século XVIII



Fonte: Fonte: Silvares (Século XVIII), adaptado pelo autor

De 1764 a 1780, nela e em seu entorno, havia pessoas de origem portuguesa e indígena, quais eram: Antônio Garcia da Costa e Ana Pereira⁶⁴³; José Pereira de Andrade e Leonarda Correia da Conceição⁶⁴⁴; José Correia de Sousa⁶⁴⁵; José de Miranda⁶⁴⁶; Manoel Caetano (...) ⁶⁴⁷; Manoel da Silva Vieira e Maximiana Pereira⁶⁴⁸; Aleixo da Silva Mendes⁶⁴⁹; Maria

⁶⁴³ BATSSÉ, 1764, p. 87, nº 438; 1768, p. 121, nº 569.

⁶⁴⁴ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 644; 1771, p. 177, nº 854.

⁶⁴⁵ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 644.

⁶⁴⁶ BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 862.

⁶⁴⁷ BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 869.

⁶⁴⁸ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 966.

⁶⁴⁹ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 966.

Pereira⁶⁵⁰; Alberto de Miranda Neves e (...) Pereira⁶⁵¹; José Pereira Freire⁶⁵²; Maximiana Pereira⁶⁵³; Tomé Pereira⁶⁵⁴; Paulo de Aguiar e Ana Pereira⁶⁵⁵; Jacinto Álvares⁶⁵⁶; Manoel Fernandes⁶⁵⁷; Albino (...) e Lourença Pereira⁶⁵⁸.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Rosário**, escrava de Manoel Caetano (...)⁶⁵⁹; **Elena Maria**, mulher de Tomé Pereira⁶⁶⁰; **Ana Francisca**, mulher de Manoel Fernandes⁶⁶¹; **Hilária Maria**⁶⁶² e **Ana Maria**⁶⁶³.

4.3.2 Fazenda da Pedra Branca

Da Capela do Senhor do Bonfim, em linha reta e direção nordeste a 20 km de distância, 6 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Pedra Branca da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 107).

Em 1772, habitavam-na José Nunes, de origem portuguesa, e **Joana**, escrava indígena de etnia incógnita⁶⁶⁴.

⁶⁵⁰ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 966.

⁶⁵¹ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 968.

⁶⁵² BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 968.

⁶⁵³ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 968.

⁶⁵⁴ BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1017; 1775, p. 224, nº 1116.

⁶⁵⁵ BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1017.

⁶⁵⁶ BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1116.

⁶⁵⁷ BATSSÉ, 1775, p. 238, nº 1179.

⁶⁵⁸ BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.

⁶⁵⁹ BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 869.

⁶⁶⁰ BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1017; 1775, p. 224, nº 1116.

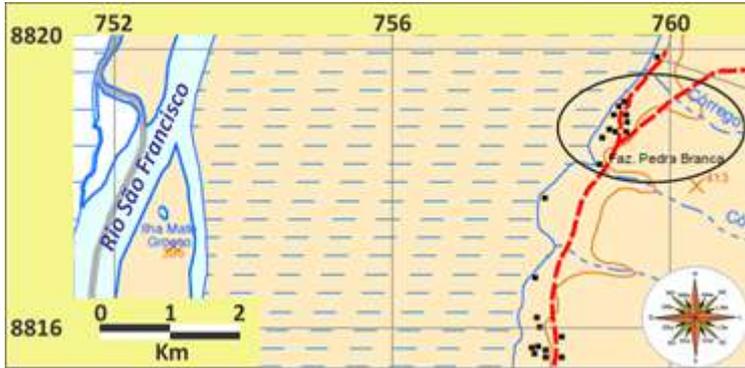
⁶⁶¹ BATSSÉ, 1775, p. 238, nº 1179.

⁶⁶² BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1116.

⁶⁶³ BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1117.

⁶⁶⁴ BATSSÉ, 1772, p. 195, nº 950.

Figura 107 – Localização da Fazenda da Pedra Branca



Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – BA (2024)

4.3.3 Fazenda do Gado Bravo

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção oeste, a 15 km de distância, encontrava-se a sede da Fazenda do Gado Bravo, da qual se originou o atual povoado de Alto do Curralinho. (Fig. 108)

Figura 108 – Alto do Curralinho nos dias atuais



Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – BA (2024)

De 1772 a 1782, nela moraram Miguel Dias da Costa⁶⁶⁵ e Vitória Gonçalves da Silva⁶⁶⁶, de origem portuguesa. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Martinha**⁶⁶⁷; **Ana**⁶⁶⁸ e **Luciana**⁶⁶⁹.

4.3.4 Fazenda das Carnaúbas

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção sudeste, a 12 km de distância, na margem direita do Riacho São João, encontrava-se a sede da Fazenda das Carnaúbas. (Fig. 109).

Figura 109 – Fazenda das Carnaúbas nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1752 a 1773, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Soares da Mota⁶⁷⁰; Antônio Ângelo da

⁶⁶⁵ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 941.

⁶⁶⁶ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 941.

⁶⁶⁷ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 941.

⁶⁶⁸ BATSSÉ, 1778, p. 279, nº 1381.

⁶⁶⁹ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 981; 1782, p. 355, nº 1776.

⁶⁷⁰ BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 563; 1773, p. 205, nº 1019.

Mota e Maria Carvalho⁶⁷¹, Francisco Soares da Mota⁶⁷²; Maria dos Anjos da Mota⁶⁷³; Quitéria das Dores⁶⁷⁴; Rosa Soares, Alberto Pires Maciel, Sipriana da Silva e Antônio Pereira⁶⁷⁵; Manoel Pires⁶⁷⁶; José de Barros⁶⁷⁷ e Maria de Sousa Bezerra⁶⁷⁸.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **João e Suzana**⁶⁷⁹, **Rosa Maria**⁶⁸⁰; **Antônia**⁶⁸¹; **Maria**⁶⁸² e **Antônia Guega**, escravos, e **Quitéria das Dores**⁶⁸³, mulher de Francisco Soares da Mota; **Feliciano**⁶⁸⁴ e **Josefa**⁶⁸⁵, escravas de Antônio Soares da Mota; **Bibiana**, escrava de Alberto Pires Maciel⁶⁸⁶.

Aos vinte e três dias do mês de julho de [mil] setecentos e sessenta e seis, de licença minha, batizou (...) Oliveira e pôs os santos óleos ao inocente Leandro, filho de pai incógnito e de Antônia, da nação Guega, escrava de Francisco Soares da Motta, morador nas Carnaúbas (grifo nosso). Foram padrinhos: Alberto Pires Maciel, casado, e Dona Maria de Sousa, viúva que ficou de José da (...) Cavalcante, todos desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1766, p. 101, nº 496).

⁶⁷¹ BATSSÉ, 1762, p. 63, nº 357; 1768, p. 120, nº 563.

⁶⁷² BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 454; 1773, p. 205, nº 1019.

⁶⁷³ BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1019,

⁶⁷⁴ BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 454.

⁶⁷⁵ BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7-8; 1753, p. 17-18, nº 90-91.

⁶⁷⁶ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 942.

⁶⁷⁷ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 53.

⁶⁷⁸ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 53; 1772, p. 194, nº 942.

⁶⁷⁹ BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 7.

⁶⁸⁰ BATSSÉ, 1752, p. 2, nº 8.

⁶⁸¹ BATSSÉ, 1753, p. 18, nº 91.

⁶⁸² BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 455; 1766, p. 101, nº 496.

⁶⁸³ BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 454.

⁶⁸⁴ BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 90.

⁶⁸⁵ BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 563.

⁶⁸⁶ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 942.

4.3.5 Fazenda da Utinga

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 30 km de distância, 6,5 km a sudeste do Rio São Francisco, localizava-se a Sede da Fazenda da Utinga da qual se originou o atual povoado homônimo. A palavra Utinga é a variação de dois vocábulos de origem Tupinambá: *Y* significa água e *tinga* se traduz como branca ou clara. (Fig. 110).

Figura 110 – Povoado de Utinga nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1783, nele moravam pessoas de linhagem portuguesa, quais eram: Francisco Pereira Botelho⁶⁸⁷; Vicente Ferreira⁶⁸⁸, Manoel de Sousa⁶⁸⁹ e Joana Pereira⁶⁹⁰; João Pinto de (...) e Maria da Conceição⁶⁹¹; Joaquim de Sousa e Maria de Vargas⁶⁹².

⁶⁸⁷ BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 93.

⁶⁸⁸ BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1022.

⁶⁸⁹ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1149.

⁶⁹⁰ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1149.

⁶⁹¹ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1234.

⁶⁹² BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1842.

Ao grupo indígena vinculavam-se **Maria Francisca e Suzana**, escravas de Francisco Pereira Botelho.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de cinquenta e quatro, nesta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Joaquim, filho de pai incógnito e de Maria Francisca, índia dispersa, [do tronco Tupinambá, talvez] moradora na Fazenda da Utíngá, desta Freguesia (grifo nosso). Foi madrinha: Susana, escrava de Francisco Botelho, nesta dita fazenda, de que fiz este assento, de minha letra e sinal que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1754, p. 18, nº 93).

4.3.6 Ipueira Funda

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 41 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a Ipueira Funda. (Fig. 111).

Figura 111 – Povoado de Ipueira Funda nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

A primeira légua [abaixo da cidade de Barra] mostrou-nos à direita um canal sem saída, a **Ipueira Funda** (grifo nosso), que durante as enchentes dá comunicação direta com Xique-xique. Um pouco adiante Cajazeira, do capitão José Vicente, há outra ipueira, que também não pode ser navegada nesta época, convergindo para sua vizinha do sul. Essas ipueiras precisam ser examinadas com cuidado. As aberturas estreitas, tornadas praticáveis para permitir a entrada de embarcações durante todo o ano, facilitariam muito a navegação para Xique-xique e livraria aquela localidade da maior dificuldade que enfrenta: a falta de uma aproximação direta. Dizem que o leito do rio poderia ser melhorado sem dificuldade. (BURTON, 1867, p. 141).

De 1769 a 1776, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João da Cunha Carvalho⁶⁹³; Isabel Teixeira⁶⁹⁴; Antônio Álvares Pereira⁶⁹⁵; Antônio Álvares Teixeira⁶⁹⁶ e José Pinto⁶⁹⁷.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Salvador Pardo**⁶⁹⁸; **Luísa**⁶⁹⁹ e **Jerônima**⁷⁰⁰, escravos de João da Cunha Carvalho.

Eram de origem africana: (...) **Crioula** escrava de João da Cunha Carvalho⁷⁰¹, e **Nicácia Teixeira, Crioula Forra**⁷⁰².

Aos seis dias do mês de maio de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Cura

⁶⁹³ BATSSÉ, 1769, p. 129, nº 612.

⁶⁹⁴ BATSSÉ, 1770, p. 145, nº 679; 1776, p. 231, nº 1147.

⁶⁹⁵ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1122.

⁶⁹⁶ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1122.

⁶⁹⁷ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1147.

⁶⁹⁸ BATSSÉ, 1769, p. 129, nº 612.

⁶⁹⁹ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1120.

⁷⁰⁰ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1121.

⁷⁰¹ BATSSÉ, 1769, p. 129, nº 612.

⁷⁰² BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1122.

Manoel Rodrigues de Almeida, ao inocente João, filho natural de Nicácia Texeira, Crioula Forra, moradora na Ipueira Funda, desta Freguesia, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Francisco Antônio Pereira, solteiro, e Fabiana Francisca dos Santos, casada, moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas, de que mandei fazer este assento que, por verdade assineí. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 154, nº 712).

4.3.7 Fazenda do Saco

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 35 km de distância, 16 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Saco, da qual se originou o povoado de Saco do Capão. (Fig. 112).

Figura 112 – Povoado de Saco do Capão nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1783, nela moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Leite Peixoto⁷⁰³ e Florência Gonçalves de

⁷⁰³ BATSSÉ, 1754, nº 104, p. 20.

Freitas⁷⁰⁴; Doutor Francisco Pereira Botelho e Alferes Mário Gonçalves⁷⁰⁵; Bonifácio Gonçalves de Queirós⁷⁰⁶; Maria Ferreira e Joana de Sousa⁷⁰⁷; José Gonçalves de Freitas⁷⁰⁸ e Brígida da Silva⁷⁰⁹; Alcaide Mor José Pires de Carvalho⁷¹⁰; José de Araújo Teixeira⁷¹¹ e Luísa Leite⁷¹²; José Mendes de Sousa⁷¹³ e Inocência Maria do Nascimento⁷¹⁴; Vitorino Leite Teixeira⁷¹⁵; Antônio de Sousa⁷¹⁶ e Joana Pereira⁷¹⁷; Ana de Sousa⁷¹⁸; Provedor Rodrigo da Costa de Almeida⁷¹⁹; Hilário Gonçalves e Joana de Oliveira⁷²⁰; Ana Machado⁷²¹; Ana Leite⁷²²; Hilário Pereira Leite⁷²³; Teodora Gonçalves de Freitas⁷²⁴; Ana Gonçalves do Nascimento⁷²⁵; Luís Gonçalves de Sousa; Bonifácio Gonçalves⁷²⁶; Feliciano Pereira⁷²⁷; Hipólita dos

⁷⁰⁴ BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 625; 1771, p. 173, nº 836; 1777, p. 251, nº 1238.

⁷⁰⁵ BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215.

⁷⁰⁶ BATSSÉ, 1762, p. 64, nº 359; 1766, p. 100, nº 493; 1773, p. 206, nº 1023; 1775, p. 224-225, nº 1118.

⁷⁰⁷ BATSSÉ, 1762, p. 64, nº 359.

⁷⁰⁸ BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 624; 1771, p. 173, nº 836; 1776, p. 230, nº 1143; 1783, p. 365, nº 1843.

⁷⁰⁹ BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 624; 1773, p. 206, nº 1024; 1776, p. 230, nº 1143.

⁷¹⁰ BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 625.

⁷¹¹ BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 627.

⁷¹² BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1024.

⁷¹³ BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 630; 1772, p. 194, nº 945.

⁷¹⁴ BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 945.

⁷¹⁵ BATSSÉ, 1771, p. 173, nº 836.

⁷¹⁶ BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 101.

⁷¹⁷ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1119.

⁷¹⁸ BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.

⁷¹⁹ BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.

⁷²⁰ BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.

⁷²¹ BATSSÉ, 1775, p. 224-225, nº 1118; 1777, p. 251, nº 1238.

⁷²² BATSSÉ, 1775, p. 224-225, nº 1118.

⁷²³ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1119.

⁷²⁴ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1119.

⁷²⁵ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.

⁷²⁶ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.

⁷²⁷ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.

Humildes⁷²⁸; Inácio de Farias⁷²⁹; Francisco Soares da Mota⁷³⁰; Maria Francisca de Sousa⁷³¹.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Marcela Maria**, casada com o Alferes Mário Gonçalves⁷³²; **Rosa Maria**⁷³³; **Firmina**, escrava do Doutor Francisco Pereira Botelho⁷³⁴; **Luísa Francisca**⁷³⁵; **Fabiana Mestiça**⁷³⁶; **Josefa Mestiça**, escrava do Sargento José Pires de Carvalho⁷³⁷; **Antônio**, escravo de Antônio de Sousa⁷³⁸; **Maximiana**, escrava de Manoel Pereira⁷³⁹; **Josefa**, escrava do Provedor Rodrigo da Costa de Almeida⁷⁴⁰; **Manoel Pereira**⁷⁴¹; **Isabel Joaquina**⁷⁴² e **Luísa Pereira**⁷⁴³.

Aos trinta dias do mês de novembro de mil setecentos e setenta, na Freguesia de São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcelos, à inocente Albina, filha natural de Josefa Mestiça, escrava do Sargento José Pires de Carvalho, moradora na Fazenda do Saco; e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foi madrinha: Brásida da Silva, casada, todos fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé,

⁷²⁸ BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.

⁷²⁹ BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1610.

⁷³⁰ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1843.

⁷³¹ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1843.

⁷³² BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215.

⁷³³ BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215.

⁷³⁴ BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 216.

⁷³⁵ BATSSÉ, 1757, p. 36, nº 259.

⁷³⁶ BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 838.

⁷³⁷ BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 625; 1771, p. 174, nº 837.

⁷³⁸ BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 101.

⁷³⁹ BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 492.

⁷⁴⁰ BATSSÉ, 1773, p. 206, nº 1023.

⁷⁴¹ BATSSÉ, 1757, p. 27, nº 215; 1766, p. 100, nº 492.

⁷⁴² BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1236.

⁷⁴³ BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1612.

de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 173, nº 837).

Era de origem africana **Maria Crioula**, escrava de José de Araújo Teixeira.

*Aos (...) dias do mês de março de mil setecentos e sessenta e nove, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, à inocente Tereza, filha natural de **Maria Crioula, escrava de José de Araújo Teixeira, morador na Fazenda do Saco**, fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Antônio Teixeira Maciel e sua mulher (...) Lemos, moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas, do que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 627).*

4.3.8 Sítio de Santo Antônio

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção sul, a 29 km de distância, localizava-se o Sítio de Santo Antônio do qual se originou atual fazenda homônima. (Fig. 113).

De 1765 a 1774, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Anacleto de Oliveira Leite e Marcelina Soares⁷⁴⁴; Félix Rodrigues, Josefa Soares e Pedro Ferreira⁷⁴⁵; João Batista, José Pacheco Ferreira e Maria Barbosa⁷⁴⁶; Marcos Rodrigues

⁷⁴⁴ BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 475.

⁷⁴⁵ BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 534.

⁷⁴⁶ BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 699.

Vicente⁷⁴⁷ e Antônia Maria da Costa⁷⁴⁸; Bernardo Pacheco e Ana Maria da Conceição⁷⁴⁹.

Figura 113 – Localização da Fazenda de Santo Antônio



Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – BA (2024)

Ao grupo indígena vinculava-se **Josefa Maria**, mulher de Pedro Ferreira⁷⁵⁰ e **Paula Maria**, mulher de José Batista⁷⁵¹.

4.3.9 Fazenda dos Angicos

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 44 km de distância, 14 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda dos Angicos da qual se originou o atual povoado de Angico, junto à Rodovia BA-160. (Fig. 114).

De 1768 a 1780, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Rodrigo da Costa⁷⁵²; Bonifácio Batista⁷⁵³; Ana do Espírito Santo⁷⁵⁴.

⁷⁴⁷ BATSSÉ, 1.771, p. 213, nº 1063; 1774, p. 212, nº 1059.

⁷⁴⁸ BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1059.

⁷⁴⁹ BATSSÉ, 1771, p. 213, nº 1062 e 1063.

⁷⁵⁰ BATSSÉ, 1767, p. 111, nº 534.

⁷⁵¹ BATSSÉ, 1770, p. 150, nº 699.

⁷⁵² BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 589.

⁷⁵³ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 957.

⁷⁵⁴ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1146.

Figura 114 – Povoado de Angico nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria Mestiça**, escrava de Rodrigo da Costa⁷⁵⁵; **Joaquim, Ana e Joana**; **Isabel Joaquina**⁷⁵⁶ e **Maria Pereira**⁷⁵⁷.

Aos dez dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e dois, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo coadjutor atual desta Freguesia, o Padre Manoel do Rosário ao inocente Leandro, filho legítimo de Joaquim e Anna, escravos na Fazenda dos Angicos, e pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Bonifácio Batista, solteiro, filho legítimo de Francisco José, e Joana, solteira, escrava do dito (...), de que mandei fazer este assento que, por verdade, assiniei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 957).

⁷⁵⁵ BATSSÉ, 1768, p. 125, nº 589.

⁷⁵⁶ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1146.

⁷⁵⁷ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1614.

Eram de origem africana: **Simão Crioulo**⁷⁵⁸ e **Lourença Crioula**.

Aos nove dias do mês de novembro de mil setecentos e setenta e dois, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou, solenemente, de licença minha, o Reverendo Vigário da dita Freguesia, (...) Manoel Rodrigues de Almeida (...), ao inocente Manoel, filho natural de Lourença Crioula, escrava na Fazenda dos Angicos, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Antônio Pereira da (...), solteiro, e Luzia de Freitas Lima, moradores na dita Freguesia de São Francisco e (...) fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1772, p. 194, nº 944).

4.3.10 Fazenda do Jenipapo

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 58 km de distância, mil metros a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Jenipapo da qual se originou o atual povoado de Sucuriú. (Fig. 115).

De 1768 a 1783, nele moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco de Castro Silva⁷⁵⁹ e Teodora Pereira da Conceição⁷⁶⁰; Manoel Machado da Silva⁷⁶¹; Miguel Correia e

⁷⁵⁸ BATSSÉ, 1770, p. 174, nº 838.

⁷⁵⁹ BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 577; 1771, p. 183, nº 885.

⁷⁶⁰ BATSSÉ, 1769, p. 133-134, nº 629; 1771, p. 183, nº 885.

⁷⁶¹ BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 578.

Felipa de Sousa⁷⁶²; Rodrigo da Costa de Almeida⁷⁶³; Eugênio Barbosa⁷⁶⁴ e Senhorinha Pereira⁷⁶⁵.

Figura 115 – Povoador de Sucuriú nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Micaela**, escrava de Manoel Machado da Silva⁷⁶⁶; **Leonor**⁷⁶⁷, **Ana Luísa**⁷⁶⁸, **Valéria**⁷⁶⁹ e **Maria**⁷⁷⁰, escravas de Rodrigo da Costa de Almeida; **Eva**⁷⁷¹; **Ana Mestiça**⁷⁷²; **Arcângela**⁷⁷³ e **Bonifácia**⁷⁷⁴.

Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro do ano de oitenta, na Freguesia de São Francisco das

⁷⁶² BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 703.

⁷⁶³ BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 840; 1776, p. 231, nº 1148; 1777, p. 251, nº 1239.

⁷⁶⁴ BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 840; 1777, p. 251, nº 1239.

⁷⁶⁵ BATSSÉ, 1775, p. 225, nº 1123; 1775, p. 226, nº 1124, 1777, p. 251, nº 1239.

⁷⁶⁶ BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 578.

⁷⁶⁷ BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 718; 1772, p. 265, nº 1321.

⁷⁶⁸ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1148.

⁷⁶⁹ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1149.

⁷⁷⁰ BATSSÉ, 1777, p. 256, nº 1268.

⁷⁷¹ BATSSÉ, 1771, p. 174, nº 840.

⁷⁷² BATSSÉ, 1775, p. 226, nº 1124; 1777, p. 251, nº 1239; 1782, p. 358-359, nº 1801.

⁷⁷³ BATSSÉ, 1776, p. 231, nº 1148; 1780, p. 324, nº 1614.

⁷⁷⁴ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1844.

*Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, de licença minha, batizou o Reverendo vigário da dita freguesia, (...) e pôs os santos óleos à inocente **Leonarda, que nasceu aos sete dias do mesmo mês e ano, filha natural de Anna Mestiça, escrava da Fazenda do Jenipapo, desta Freguesia** (grifo nosso). Foi padrinho: João Neves de Sousa, casado, morador na Freguesia do Rio Grande, de que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Luís Alves de Miranda. (BATSSÉ, 1780, p. 358-359, nº 1801).*

Eram de origem africana: **Maria Crioula**, escrava de Francisco de Castro Silva; **Maximiano Crioulo**⁷⁷⁵; **Joana Crioula**⁷⁷⁶ e **Lauriana Crioula**.

*Aos dez de outubro de mil setecentos e sessenta e oito, na Freguesia de São Francisco das Chagas da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Cura da mesma Freguesia, o Padre Manoel Rodrigues de Almeida, à inocente Caetana, filha natural de **Maria Crioula, escrava de Francisco de Castro Silva, morador na Fazenda do Jenipapo**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Antônio Afonso, preto forro, casado, e Ignes, crioula, escrava de Antônio Afonso de Oliveira, todos moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 577).*

Aos quinze dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e nove, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente,

⁷⁷⁵ BATSSÉ, 1768, p. 125-126, nº 590.

⁷⁷⁶ BATSSÉ, 1769, p. 127, nº 597.

de licença minha, o Reverendo Cura, Padre Manoel Rodrigues de Almeida, à inocente Joanna, filha natural de Lauriana, crioula, escrava da Fazenda do Jenipapo, fregueses desta Freguesia de São José do Sento Sé, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foi padrinho (...), solteiro, morador na Fazenda do Sal, todos fregueses desta freguesia, do que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Souza. (BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 630).

4.3.11 Fazenda do Juazeiro

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e direção sudoeste, a 63 km de distância, 9 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Juazeiro. (Fig. 116).

Figura 116 – Localização da Fazenda do Juazeiro



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

No período de 1757 a 1781, ela estava arrendada ao Desembargador Bernardo de Sousa Estrela que, por morar em Salvador⁷⁷⁷, para gerenciamento, entregou-a aos cuidados de

⁷⁷⁷ BATSSÉ, 1750, p. 19, nº 97; 1757, p. 34, nº 252.

pessoas de raiz lusitana, quais eram: Tomás Antônio de Campos⁷⁷⁸; Teotônio Pereira⁷⁷⁹; Ângelo da Silva Pimenta e Francisca Pereira⁷⁸⁰; Domingos Gomes⁷⁸¹; Maria Gomes⁷⁸²; Alberto Cardoso e Maria Mendes⁷⁸³; José de Magalhães e Ana Pereira⁷⁸⁴.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Bibiana**⁷⁸⁵; **Venância**⁷⁸⁶, **Geralda Mestiça**⁷⁸⁷; **Rosa Maria**⁷⁸⁸; **Antônio Álvares**⁷⁸⁹.

4.3.12 Sítio do Angical

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 70 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se o Sítio do Angical do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 117).

De 1750 a 1778, nele moraram famílias de origem portuguesa, quais eram: Luciana da Silva Ribeiro⁷⁹⁰; Pedro Rodrigues e Ana Rodrigues⁷⁹¹; Capitão Caetano Rodrigues da Rocha⁷⁹² e Florência de Sá Barreto⁷⁹³; Luciana da Silva Bezerra⁷⁹⁴;

⁷⁷⁸ BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 704; 1775, p. 226, nº 1125.

⁷⁷⁹ BATSSÉ, 1775, p. 226, nº 1125.

⁷⁸⁰ BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1240.

⁷⁸¹ BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1240.

⁷⁸² BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1240.

⁷⁸³ BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1241.

⁷⁸⁴ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1243.

⁷⁸⁵ BATSSÉ, 1762, p. 64, nº 360; 1770, p. 152, nº 704.

⁷⁸⁶ BATSSÉ, 1781, p. 359, nº 1804.

⁷⁸⁷ BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 718.

⁷⁸⁸ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1243.

⁷⁸⁹ BATSSÉ, 1778, p. 279, nº 1379.

⁷⁹⁰ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 954; 1777, p. 249, nº 1226, 1227, 1228 e 1229.

⁷⁹¹ BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 656.

⁷⁹² BATSSÉ, 1767, p. 106, nº 513; 1775, p. 224, nº 1115.

⁷⁹³ BATSSÉ, 1767, p. 106, nº 513; 1772, p. 195, nº 954; 1774, p. 214, nº 1069; 1775, p. 224, nº 1115; 1778, p. 284, nº 1407.

⁷⁹⁴ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 954; 1777, p. 249, nº 1229.

Francisco José Ferraz⁷⁹⁵; Vicente de Almeida e Renovata da Rocha⁷⁹⁶; Francisco Ferreira⁷⁹⁷; Francisca Ferreira⁷⁹⁸; Rodrigo de Sá⁷⁹⁹; Ana Matos⁸⁰⁰; Cláudio de Sousa⁸⁰¹; Catarina Correia⁸⁰²; José Correia e Ana da Rocha⁸⁰³; Antônia Ribeiro⁸⁰⁴; Joana Ferreira⁸⁰⁵; Bernardo de Matos⁸⁰⁶; Manoel Cabral⁸⁰⁷; Raimundo Rodrigues e Germana Rodrigues da Rocha⁸⁰⁸; Antônio Moreira e Marcelina Rodrigues⁸⁰⁹; Pedro Rodrigues e Ana Rodrigues⁸¹⁰; Maria da Silva e Venceslau da Silva⁸¹¹; Antônio Gomes e Maria dos Reis⁸¹²; Manoel de Resende Pimentel e Maria Ferreira⁸¹³; Ana Rosa Pimentel⁸¹⁴; José de Sá Souto Maior e Antônia Maria da Assunção⁸¹⁵; Manoel Ferreira e Maria Nunes⁸¹⁶; José Carvalho de Andrade e Alexandrina Pereira de Sousa⁸¹⁷; Jerônimo de Magalhães e Segismunda Romana da Rocha⁸¹⁸; Florêncio de Almeida e Maria

⁷⁹⁵ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 954.

⁷⁹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 955; 1778, p. 284, nº 1407 e 1408.

⁷⁹⁷ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 955; 1778, p. 284, nº 1407.

⁷⁹⁸ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 955.

⁷⁹⁹ BATSSÉ, 1773, p. 203-204, nº 1008.

⁸⁰⁰ BATSSÉ, 1773, p. 203-204, nº 1008.

⁸⁰¹ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1070.

⁸⁰² BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1112.

⁸⁰³ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1112.

⁸⁰⁴ BATSSÉ, 1775, p. 223-224, nº 1113.

⁸⁰⁵ BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1114.

⁸⁰⁶ BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1242; 1777, p. 252, nº 1243.

⁸⁰⁷ BATSSÉ, 1759, p. 140, nº 656; 1771, p. 172, nº 832.

⁸⁰⁸ BATSSÉ, 1764, p. 86, nº 434; 1768, p. 123, nº 579; 1775, p. 223, nº 1110.

⁸⁰⁹ BATSSÉ, 1768, p. 123, nº 579; 1774, p. 214, nº 1069.

⁸¹⁰ BATSSÉ, 1759, p. 140, nº 656.

⁸¹¹ BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 635.

⁸¹² BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 832; 1774, p. 215, nº 1076.

⁸¹³ BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 832.

⁸¹⁴ BATSSÉ, 1771, p. 172, nº 832.

⁸¹⁵ BATSSÉ, 1771, p. 180, nº 872; 1775, p. 224, nº 1114.

⁸¹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 191-192, nº 929.

⁸¹⁷ BATSSÉ, 1774, p. 214, nº 1070.

⁸¹⁸ BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1076.

Rodrigues⁸¹⁹; Clemente (...) ⁸²⁰; Luís Pereira e Antônia da Rocha⁸²¹; Lourenço Bezerra e Maria da Silva Santos⁸²²; Venceslau da Silva⁸²³; Raimundo Rodrigues Costa e Germana Rodrigues da Rocha⁸²⁴; Antônio Moreira⁸²⁵; Francisca Maciel⁸²⁶; Manoel Correia e Felipa de Sousa⁸²⁷; Be(...) Rodrigues⁸²⁸; Padre José de Magalhães⁸²⁹; Ana Pereira⁸³⁰; Catarina Costa⁸³¹; Josefa Rodrigues⁸³².

Figura 117 – Povoado de Angical nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024) adaptada pelo autor

⁸¹⁹ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1078.

⁸²⁰ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1078.

⁸²¹ BATSSÉ, 1769, p. 221-222, nº 1102; 1773, p. 204, nº 1009; 1775, p. 223, nº 1109; 1775, p. 224, nº 1115.

⁸²² BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 635; 1775, p. 223, nº 1110.

⁸²³ BATSSÉ, 1769, p. 135, nº 635.

⁸²⁴ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1110.

⁸²⁵ BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1228.

⁸²⁶ BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1228.

⁸²⁷ BATSSÉ, 1773, p. 194-195, nº 946; 1777, p. 251, nº 1242.

⁸²⁸ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 977.

⁸²⁹ BATSSÉ, 1750, p. 19, nº 97.

⁸³⁰ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1253.

⁸³¹ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1112.

⁸³² BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1226.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Florência**, escrava do Padre José de Magalhães⁸³³; **Marta**, escrava de Luciana da Silva Ribeiro⁸³⁴; **Maria**, escrava de Antônio Moreira⁸³⁵; **Ana Maria**, mulher de Clemente (...) ⁸³⁶; **Rosa**, escrava de Cláudio de Sousa⁸³⁷; **Manoel Barbosa**, escravo de Bernardo de Matos⁸³⁸; **Maria**, escrava de José de Sá Souto Maior⁸³⁹; **Eugênia da Mota Soares**, forra⁸⁴⁰; **Brígida Maria**⁸⁴¹; **Antônia Francisca**⁸⁴²; **Ana Maria**⁸⁴³; **Antônia Maria**⁸⁴⁴; **Francisca Maria**⁸⁴⁵; **Cláudio Antônio**⁸⁴⁶; **Maria Vitorina**⁸⁴⁷;

Era de origem africana **Antônio Rodrigues, da Nação Angola, forro.**

Aos (...) dias do mês de abril de mil setecentos e sessenta e nove, na Freguesia de São Francisco das Chagas, da Vila do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Francisco Xavier de Vasconcellos, à inocente Maria, filha legítima de Antônio Rodrigues, nação Angola, e de Eugênia da Mota Soares, ambos forros, moradores no Sítio do Angical, fregueses desta Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, e lhe

⁸³³ BATSSÉ, 1750, p. 19, nº 97.

⁸³⁴ BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 656.

⁸³⁵ BATSSÉ, 1773, p. 203-204, nº 1008.

⁸³⁶ BATSSÉ, 1774, p. 216, nº 1078.

⁸³⁷ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1109.

⁸³⁸ BATSSÉ, 1777, p. 251, nº 1242; 1777, p. 252, nº 1243.

⁸³⁹ BATSSÉ, 1778, p. 285, nº 1410.

⁸⁴⁰ BATSSÉ, 1769, p. 13, 3º nº 628.

⁸⁴¹ BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1226.

⁸⁴² BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1111; 1777, p. 249, nº 1229.

⁸⁴³ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1111.

⁸⁴⁴ BATSSÉ, 1775, p. 224, nº 1113.

⁸⁴⁵ BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1227.

⁸⁴⁶ BATSSÉ, 1776, p. 249, nº 1226; 1777, p. 249, nº 1227.

⁸⁴⁷ BATSSÉ, 1777, p. 249, nº 1228.

pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Fabrício de Souza Veloso, solteiro, e Anna Maria, casada com Cosme (...), moradores na Freguesia de São Francisco das Chagas do que, para constar, mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 133, nº 628).

4.3.13 Fazenda do Umbuzeiro

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 78 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se a sede da Fazenda do Umbuzeiro. (Fig. 118).

Figura 118 – Sede da Fazenda do Umbuzeiro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1750 a 1775, ela pertencia ao Desembargador Leonardo de Sousa Estrela que vivia em Salvador⁸⁴⁸. Nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Dr. Bernardo de Matos Albuquerque⁸⁴⁹; Antônio Coelho de Sousa e Margarida Rodrigues⁸⁵⁰; Antônio Lopes de Moraes⁸⁵¹ e Maria Pereira⁸⁵².

⁸⁴⁸ BATSSÉ, 1750, nº 97, p. 19; 1757, nº 252, p. 34.

⁸⁴⁹ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1026.

⁸⁵⁰ BATSSÉ, 1765, p. 96, nº 477.

⁸⁵¹ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1026.

⁸⁵² BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1026.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Francisco e Ana** ⁸⁵³ ; **Bernardo e Francisca** ⁸⁵⁴ ; **Gonçalo, Teresa e Ponciana** ⁸⁵⁵ ; **Pedro e Graça**, escravos de Dr. Bernardo de Sousa Estrela.

*Aos quatro dias do mês de agosto de mil setecentos e cinquenta e sete, batizou, com licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário ao inocente Fabricio, filho de **Bernardo e Francisca, escravos na Fazenda do Umbuzeiro** (grifo nosso). Foram padrinhos: Gonçalo e Teresa, escravos da mesma Fazenda, termo desta Freguesia de São José da Barra do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1757, p. 38, nº 265).*

*Aos vinte e nove dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os santos óleos, o Reverendo coadjutor atual, o Padre Manoel do Rosário, ao inocente **José, filho legítimo de Pedro e sua mulher Grácia, escravos de Doutor Bernardo de Matos Albuquerque, moradores na Fazenda do Umbuzeiro, fregueses desta freguesia** (grifo nosso). Foram padrinhos: Luís Alves, casado, e Luísa Maria, casada, fregueses da Freguesia de São Francisco das Chagas do Rio Grande do Sul, Bispado de Pernambuco, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1775, p. 226, nº 1126).*

Era de origem africana **Francisca Crioula** ⁸⁵⁶, também escrava de Dr. Bernardo de Sousa Estrela.

⁸⁵³ BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 253.

⁸⁵⁴ BATSSÉ, 1762, p. 61, nº 349.

⁸⁵⁵ BATSSÉ, 1760, p. 54, nº 325.

⁸⁵⁶ BATSSÉ, 1757, p. 38, nº 265.

4.3.14 Fazenda Picada de Cima

Da Capela do Senhor Jesus do Bonfim, em linha reta e sentido sudoeste, a 90 km de distância, 3 km a sudeste do Rio São Francisco, junto ao Riacho do Retiro, encontrava-se a sede da Fazenda Picada de Cima da qual se originou o atual povoado de Retiro da Picada. (Fig. 119).

Figura 119 – Povoado de Retiro da Picada nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1756 a 1783, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Sargento Mor Félix da Silva Ribeiro⁸⁵⁷; Marcelino da Costa Lemos e Quitéria Rodrigues Couto⁸⁵⁸; Bernardo (...) ⁸⁵⁹; Rita Leite⁸⁶⁰; Lucas (...) ⁸⁶¹ e Marcelina (...) ⁸⁶².

Ao grupo indígena vinculavam-se: (...) **Maria**, mulher de Bernardo (...) ⁸⁶³; **Joana Rodrigues, forra** ⁸⁶⁴; **Clemência**, escrava de Rita Leite ⁸⁶⁵ e **Doroteia Maria** ⁸⁶⁶.

⁸⁵⁷ BATSSÉ, 1756, p. 25, nº 209.

⁸⁵⁸ BATSSÉ, 1766, p. 96, nº 477; 1769, p. 153, nº 709; 1772, p. 152-153, nº 708.

⁸⁵⁹ BATSSÉ, 1770, p. 174, nº 839.

⁸⁶⁰ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1776.

⁸⁶¹ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1847.

⁸⁶² BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1847.

⁸⁶³ BATSSÉ, 1770, p. 174, nº 839.

⁸⁶⁴ BATSSÉ, 1771, p. 177, nº 857.

⁸⁶⁵ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1776.

⁸⁶⁶ BATSSÉ, 1783, p. 365, nº 1847.

4.4 Serras do Assuruá

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 235 km de distância, às coordenadas UTM23L 771941, UTMN 8734950, 1077 metros de altitude, localizava-se o epicentro do lugar que se conhecia como Serras do Assuruá. Situava-se na fronteira oeste da Chapada Diamantina, 82 km a leste do Rio São Francisco. Por existirem lá muitos indígenas que os missionários consideravam pagãos, associou-se a reputação deles com a fama das riquezas minerais, ao convencionar-se a cidade se chamar Gentio do Ouro. (Fig. 120).

Figura 120 – Localização das Serras do Assuruá



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Conta-se que os primitivos habitantes de Gentio do Ouro eram indígenas do tronco Tupinambá. À boca pequena se diz também que, por influência dos relatos de Belchior Dias Moreia sobre a existência de montanhas de prata, muitos exploradores migraram àquela região. Por não encontrarem, em um primeiro momento, as pretendidas riquezas minerais, dedicaram-se à criação de gado e à agricultura de subsistência. Assim se fundaram vários sítios dos quais se originaram as

atuais fazendas, povoados, distritos e a própria cidade de Gentio do Ouro. (Fig. 121).

Figura 121 – Cidade de Gentio do Ouro nos dias atuais



Fonte: Prefeitura Municipal de Gentio do Ouro (2018)

De 1753 a 1783, nas Serras do Assuruá, moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio de Miranda Neves e Rita Correia de Jesus⁸⁶⁷; Antônio Fernandes e Eugênia Lopes⁸⁶⁸; Francisco José Correia⁸⁶⁹ e Bernarda Pereira de Novais⁸⁷⁰, Vitorino Torres e Manoel Torres⁸⁷¹; Inocência Maria Correia⁸⁷²; Manoel Martins Correia⁸⁷³ e Maria Rodrigues⁸⁷⁴; Manoel Neves do Vale e Rosa Maria de Jesus⁸⁷⁵; Antônio da Silva Paiva⁸⁷⁶; Dionísia da Silva Paiva⁸⁷⁷; Antônio Correia Coelho e

⁸⁶⁷ BATSSÉ, 1753, p. 17, nº 89.

⁸⁶⁸ BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 101.

⁸⁶⁹ BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1131; 1776, p. 233, nº 1154.

⁸⁷⁰ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 102; 1773, p. 207, nº 1030.

⁸⁷¹ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.

⁸⁷² BATSSÉ, 1757, p. 38, nº 266.

⁸⁷³ BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 254; 1776, p. 233, nº 1154.

⁸⁷⁴ BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 254.

⁸⁷⁵ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 255; BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 371.

⁸⁷⁶ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 256; 1773, p. 202, nº 1000; 1775, p. 226-227, nº 1128; 1775, p. 227, nº 1129.

⁸⁷⁷ BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1129.

Teodora Pereira⁸⁷⁸; Francisco de Miranda Neves⁸⁷⁹; Manoel Martins da Vila⁸⁸⁰; Manoel Cardoso e Brites Dias da Silva⁸⁸¹; Elena Ribeiro⁸⁸²; Perpétua Ribeiro e Roberto Álvares Carneiro⁸⁸³; Manoel Pereira⁸⁸⁴ e Joana de Sousa⁸⁸⁵; Luís Marques da (...) e Inácia Maria Pereira⁸⁸⁶; Manoel Gonçalves da Piedade⁸⁸⁷ e Cipriana Ribeiro⁸⁸⁸; Inácio Gomes Lima e Maria da Conceição⁸⁸⁹; Antônio Álvares Carneiro⁸⁹⁰ e Maria Rabelo⁸⁹¹; João de Serqueira Magalhães e Felisberta Neta Meneses⁸⁹²; Capitão Manoel Pereira Machado⁸⁹³ e Ana Maria de Jesus⁸⁹⁴; Alferes Paulo Ribeiro Soares⁸⁹⁵ e Maria Gonçalves⁸⁹⁶; Gonçalves de Queirós e Ana de Queirós⁸⁹⁷; João Nunes e Ana da (...) ⁸⁹⁸; Bonifácio de Queirós⁸⁹⁹; João de Castro e Perpétua Rodrigues⁹⁰⁰; Francisco das Chagas Lima e Ana Pereira Furtado⁹⁰¹; Ana Freitas de Lima⁹⁰²; Francisco Brás da

⁸⁷⁸ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 257.

⁸⁷⁹ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 257; 1773, p. 210, nº 1046 e 1047.

⁸⁸⁰ BATSSÉ, 1761, p. 48, nº 299.

⁸⁸¹ BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 370.

⁸⁸² BATSSÉ, 1766, p. 99, nº 488.

⁸⁸³ BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 491.

⁸⁸⁴ BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 492.

⁸⁸⁵ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 964; 1766, p. 100, nº 492.

⁸⁸⁶ BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 494; 1783, p. 369, nº 1872.

⁸⁸⁷ BATSSÉ, 1767, p. 108, nº 523; 1773, p. 210, nº 1045.

⁸⁸⁸ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1045.

⁸⁸⁹ BATSSÉ, 1769, p. 154, nº 713.

⁸⁹⁰ BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 717; 1773, p. 208, nº 1033; 1777, p. 253, nº 1249.

⁸⁹¹ BATSSÉ, 1770, p. 155, nº 717; 1773, p. 208, nº 1033.

⁸⁹² BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 727; 1772, p. 197, nº 965.

⁸⁹³ BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 860; 1773, p. 208, nº 1033; 1773, p. 209, nº 1038.

⁸⁹⁴ BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 860; 1773, p. 208, nº 1036.

⁸⁹⁵ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 962.

⁸⁹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 962; 1772, p. 197, nº 963.

⁸⁹⁷ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 962.

⁸⁹⁸ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 963.

⁸⁹⁹ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 963 e 964; 1774, p. 205, nº 1016.

⁹⁰⁰ BATSSÉ, 1772, p. 197, nº 964; 1777, p. 253, nº 1251.

⁹⁰¹ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 980; 1773, p. 207, nº 1029; 1777, p. 253, nº 1249.

⁹⁰² BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 980.

Silva⁹⁰³; Perpétua de Almeida⁹⁰⁴; Mariana Gomes de Lima⁹⁰⁵
Alberto Pereira da Silva⁹⁰⁶ e Arcângela Maria de Jesus⁹⁰⁷;
Antônia de Sousa⁹⁰⁸; Antônio Correia da Silva⁹⁰⁹ e Teodora da
Silva Ramos⁹¹⁰; Florência da Silva Ramos⁹¹¹; Mariana da
Conceição⁹¹²; Francisco de Castro e Teodora Maria da
Conceição⁹¹³; Ana Maria da Conceição⁹¹⁴; Manoel Correia⁹¹⁵ e
Mariana de Jesus Pereira⁹¹⁶; Antônio de Sousa⁹¹⁷ e Joana
Cardoso⁹¹⁸; João Batista e Maria Meira⁹¹⁹; Joana de Castro⁹²⁰;
Antônio Matias Rego⁹²¹; José Neto Meneses e Maria de Sousa
Monteiro⁹²²; Severo Pereira Freire⁹²³ e Ana da Silva (...) ⁹²⁴;
Manoel Pereira Freire⁹²⁵; Florência de Sousa⁹²⁶; Manoel da

⁹⁰³ BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997 e 998; 1771, p. 202, nº 999; 1773, p. 202, nº 1000.

⁹⁰⁴ BATSSÉ, 1773, p. 202, nº 1000; 1773, p. 209, nº 1038.

⁹⁰⁵ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1029; 1777, p. 253, nº 1250; 1783, p. 366, nº 1851 e 1853.

⁹⁰⁶ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1030; 1776, p. 233, nº 1154.

⁹⁰⁷ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 255; 1762, p. 68, nº 371; 1773, p. 207, nº 1030; 1776, p. 233, nº 1154.

⁹⁰⁸ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1031.

⁹⁰⁹ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1031.

⁹¹⁰ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 257; 1773, p. 208, nº 1031

⁹¹¹ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1031; 1777, p. 252, nº 1247.

⁹¹² BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1033.

⁹¹³ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1034; 1773, p. 209, nº 1037; 1775, p. 227, nº 1131.

⁹¹⁴ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1034; 1775, p. 227, nº 1130 e 1131; 1783, p. 368, nº 1869; 1783, p. 369, nº 1875.

⁹¹⁵ BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1252.

⁹¹⁶ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1035; 1777, p. 253, nº 1252; 1783, p. 367, nº 1858.

⁹¹⁷ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1036.

⁹¹⁸ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1036; 1773, p. 210, nº 1048.

⁹¹⁹ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1037.

⁹²⁰ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1037; 1783, p. 366, nº 1854; 1783, p.367, nº 1855.

⁹²¹ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040.

⁹²² BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040; 1783, p. 368, nº 1863.

⁹²³ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042; 1773, p.110, nº 1043 e 1048.

⁹²⁴ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042.

⁹²⁵ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042.

⁹²⁶ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1042.

Silva⁹²⁷ e Maximiana Pereira do Espírito Santo⁹²⁸; Isabel da Rocha Soares⁹²⁹; João da Rocha⁹³⁰; José Pereira Freire⁹³¹; Antônio Pereira Freire⁹³²; Vitória Torres⁹³³; Alberto de Miranda e Mônica Pereira Freire⁹³⁴; Gláucio da Costa e Ana Pereira⁹³⁵; Luísa Moreira do Vale⁹³⁶, Vicente Álvares Correia e Ana Marcelina Ferreira⁹³⁷; Vicente Pereira Rosa⁹³⁸ e Isabel Maria da Conceição⁹³⁹; Maria Rodrigues Rosa⁹⁴⁰; Bernardo Machado da Silva⁹⁴¹ e Luzia Pereira da Cruz⁹⁴²; José Pereira de Andrade⁹⁴³ e Leonarda Correia da Conceição⁹⁴⁴; Manoel Ferreira e Ana Rodrigues⁹⁴⁵; José Pereira Ventura⁹⁴⁶; Jerônimo de Abreu e Lima e Clara Pacheco da Cruz⁹⁴⁷; Isabel Álvares Cardoso⁹⁴⁸; Aleixo da Silva⁹⁴⁹ e Clemência Gonçalves⁹⁵⁰; Vitória

⁹²⁷ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043; 1775, p. 227, nº 1132.

⁹²⁸ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043; 1775, p. 227, nº 1132; 1776, p. 235, nº 1163.

⁹²⁹ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043.

⁹³⁰ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1043.

⁹³¹ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044.

⁹³² BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044; 1775, p. 247, nº 1220.

⁹³³ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044.

⁹³⁴ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1045.

⁹³⁵ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1046.

⁹³⁶ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1046.

⁹³⁷ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1048; 1775, p. 222, nº 1106.

⁹³⁸ BATSSÉ, 1773, p. 210-211, nº 1049; 1777, p. 253, nº 1251; 177, p. 254, nº 1254; 1783, p. 367, nº 1858.

⁹³⁹ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1858.

⁹⁴⁰ BATSSÉ, 1773, p. 210-211, nº 1049.

⁹⁴¹ BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1106; 1777, p. 253, nº 1252; 1783, p. 368, nº 1869.

⁹⁴² BATSSÉ, 1775, p. 222, nº 1106; 1775, p. 226-227, nº 1128; 1777, p. 253, nº 1252; 1783, p. 368, nº 1869; 1783, p. 369, nº 1872.

⁹⁴³ BATSSÉ, 1755, p. 222-223, nº 1107.

⁹⁴⁴ BATSSÉ, 1755, p. 222-223, nº 1107; 1755, p. 227, nº 1132.

⁹⁴⁵ BATSSÉ, 1755, p. 222-223, nº 1107.

⁹⁴⁶ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1108.

⁹⁴⁷ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1108.

⁹⁴⁸ BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1130.

⁹⁴⁹ BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1132; 1775, p. 247, nº 1220.

⁹⁵⁰ BATSSÉ, 1775, p. 247, nº 1220.

do Nascimento⁹⁵¹; Antônio Gonçalves e Hilária Gonçalves⁹⁵²; Eusébio Francisco (...) ⁹⁵³; Maria Furtado⁹⁵⁴; José Antônio da Silveira⁹⁵⁵; Francisco das Chagas de Oliveira⁹⁵⁶; Antônio Ribeiro Álvares⁹⁵⁷; João (...) e Maria Francisca de Jesus⁹⁵⁸; Antônia Fernandes⁹⁵⁹; José Costa de Carvalho⁹⁶⁰; Francisco Rodrigues de Miranda⁹⁶¹; João Machado e Inácia Guedes de Brito⁹⁶²; Maria de Sousa⁹⁶³; Ana Guedes de Brito⁹⁶⁴; Manoel de Monteiro e Joana Maria do Nascimento⁹⁶⁵; Davi de Sousa Pereira⁹⁶⁶; José de Passos da Encarnação⁹⁶⁷; Teresa de Jesus⁹⁶⁸; Simplício de Castro e Floriana Rosa Pereira⁹⁶⁹; Pedro Pereira de Novais⁹⁷⁰; Josefa de Castro Silva⁹⁷¹; José Caetano⁹⁷²; Joana Guedes⁹⁷³; João Neto Martins⁹⁷⁴; Rita de Queirós de Abreu⁹⁷⁵;

⁹⁵¹ BATSSÉ, 1776, p. 233, nº 1154.

⁹⁵² BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1158.

⁹⁵³ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1163.

⁹⁵⁴ BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1249.

⁹⁵⁵ BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1250; 1783, p. 366, nº 1853.

⁹⁵⁶ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1852.

⁹⁵⁷ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1852.

⁹⁵⁸ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1853.

⁹⁵⁹ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1854.

⁹⁶⁰ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1855.

⁹⁶¹ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1855.

⁹⁶² BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1856.

⁹⁶³ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1856.

⁹⁶⁴ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1856 e 1857.

⁹⁶⁵ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1857.

⁹⁶⁶ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1857.

⁹⁶⁷ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1858.

⁹⁶⁸ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1858.

⁹⁶⁹ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1859.

⁹⁷⁰ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1859.

⁹⁷¹ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1860.

⁹⁷² BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1860.

⁹⁷³ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1861.

⁹⁷⁴ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1863.

⁹⁷⁵ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1863.

Roberto de Abreu e Inácia Rodrigues⁹⁷⁶; Domingos José Pereira e Maria de Jesus⁹⁷⁷; Domingos Pinto Pereira⁹⁷⁸; Baltasar dos Santos Barbosa⁹⁷⁹; João Dias⁹⁸⁰; Zacarias Dias da Costa⁹⁸¹.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio**⁹⁸² e **Maria**⁹⁸³, escravos de Manoel Martins Correia; **Maria**, escrava do Capitão Salvador Correia⁹⁸⁴; **Engrácia**, escrava de Antônio de Miranda⁹⁸⁵; **Quitéria**, escrava de Antônio da Silva Paiva⁹⁸⁶; **Rosa Maria**, mulher de Antônio Coelho⁹⁸⁷; **Maximiana**, escrava de Manoel Pereira⁹⁸⁸; **Bernarda**, escrava do Capitão Manoel Pereira Machado⁹⁸⁹; **Cipriana Maria**, mulher de Manoel Gonçalves da Piedade; **Verônica**, **Antônio** e **Tomásia**, nativos Caimbé⁹⁹⁰; **Arcângela**, **Índia forra**⁹⁹¹; **Ana Neta**, mulher de Francisco Brás da Silva⁹⁹²; **Rita**, escrava⁹⁹³, e **Ana Maria**, amante⁹⁹⁴ de Antônio Álvares Bessa; **Isabel**⁹⁹⁵ e **Maria**⁹⁹⁶, escravas de Ana Maria de Jesus; **Ana Maria**, mulher de Antônio

⁹⁷⁶ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1871.

⁹⁷⁷ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1871 e 1873.

⁹⁷⁸ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874 e 1875.

⁹⁷⁹ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1875.

⁹⁸⁰ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1877.

⁹⁸¹ BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1878.

⁹⁸² BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 100.

⁹⁸³ BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 568.

⁹⁸⁴ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.

⁹⁸⁵ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 105.

⁹⁸⁶ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 256.

⁹⁸⁷ BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 371.

⁹⁸⁸ BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 492.

⁹⁸⁹ BATSSÉ, 1767, p. 106, nº 516.

⁹⁹⁰ BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 409.

⁹⁹¹ BATSSÉ, 1770, p. 147, nº 685.

⁹⁹² BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997 e 998; 1771, p. 202, nº 999; 1773, p. 202, nº 1000.

⁹⁹³ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1035; 1777, p. 254, nº 1256; 1779, p. 309, nº 1521.

⁹⁹⁴ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040.

⁹⁹⁵ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1036.

⁹⁹⁶ BATSSÉ, 1780, p. 321, nº 1599.

Matias Rego⁹⁹⁷; **Rosa**, escrava de José Pereira Freire⁹⁹⁸; **Joaquina**, escrava de Gláucio da Costa⁹⁹⁹; **Teresa Cristina**, mulher de José Pereira Ventura¹⁰⁰⁰; **Patrício José**, marido de Florência da Silva Ramos¹⁰⁰¹; **Ana**, escrava de Francisco das Chagas de Oliveira¹⁰⁰²; **Isabel Maria**, mulher de Vicente Pereira Rosa¹⁰⁰³; **Maria**, escrava de Francisco de Castro¹⁰⁰⁴; **Apolinária**, escrava de Francisco de Miranda Neves¹⁰⁰⁵; **Elena**, escrava do Capitão Inácio Gomes Lima¹⁰⁰⁶; **Vitorino**, marido de Antônia Fernandes e escravo de Mariana Gomes de Lima¹⁰⁰⁷; **(...)** **Ferreira**, escrava de José Costa de Carvalho¹⁰⁰⁸; **Simiana**, escrava de José Caetano¹⁰⁰⁹; **Vicente**, escravo de Domingos Pinto Pereira¹⁰¹⁰; **Inácia Maria**, mulher de Baltasar dos Santos Barbosa¹⁰¹¹; **Joana Maria**, mulher de João Dias¹⁰¹²; **Maria Madalena**¹⁰¹³; **Maria Luísa**¹⁰¹⁴; **Antônio Matias**¹⁰¹⁵; **Felisberta Neta**¹⁰¹⁶; **José Neto**¹⁰¹⁷; **Francisca**¹⁰¹⁸; **Teodora Maria**¹⁰¹⁹;

⁹⁹⁷ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1040.

⁹⁹⁸ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1044.

⁹⁹⁹ BATSSÉ, 1773, p. 210, nº 1047.

¹⁰⁰⁰ BATSSÉ, 1775, p. 223, nº 1108.

¹⁰⁰¹ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1247.

¹⁰⁰² BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1250; 1783, p. 366, nº 1852.

¹⁰⁰³ BATSSÉ, 1777, p. 253, nº 1251; 1777, p. 254, nº 1254.

¹⁰⁰⁴ BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1255.

¹⁰⁰⁵ BATSSÉ, 1779, p. 311, nº 1530.

¹⁰⁰⁶ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1851.

¹⁰⁰⁷ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1854.

¹⁰⁰⁸ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1855.

¹⁰⁰⁹ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1860.

¹⁰¹⁰ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874.

¹⁰¹¹ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1875.

¹⁰¹² BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1877.

¹⁰¹³ BATSSÉ, 1757, p. 35, nº 256.

¹⁰¹⁴ BATSSÉ, 1757, p. 37, nº 262.

¹⁰¹⁵ BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997.

¹⁰¹⁶ BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997.

¹⁰¹⁷ BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 997; 1776, p. 234, nº 1158.

¹⁰¹⁸ BATSSÉ, 1773, p. 210-211, nº 1049.

¹⁰¹⁹ BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1255.

Maria Francisca¹⁰²⁰; **Ágata**¹⁰²¹; **Josefa Maria**¹⁰²²; **Justa**¹⁰²³; **Luísa**¹⁰²⁴; **João**¹⁰²⁵; **Rita Forra**¹⁰²⁶ e **Antônia Maria**¹⁰²⁷.

*Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de [mil setecentos e] sessenta e três, na Capela de São José do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente **Florência, filha de pai incógnito e de Verônica, índia da nação Caimbé, moradora no Assuruhá** (grifo nosso). Foram padrinhos: **Antônio e Tomásia, índios da mesma nação**, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 409).*

*Aos sete de janeiro de mil setecentos e setenta, nesta Freguesia, na Capella do Senhor Jesus do Bonfim, batizou solenemente, de licença minha, o Padre (...) de Santa Rosa, religioso de Nossa Senhora dos Monges do Carmo, à inocente **Felícia, filha natural de Arcângela, índia forra, moradora nas Serras do Assuruhá**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: **Antônio, escravo da Fazenda do Curral das Éguas, e Simiana forra**, todos fregueses desta Freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1770, p. 147, nº 685).*

Eram de origem Africana: **Maria Crioula**, escrava de Manoel Martins da Vila; **Joana Mulata**¹⁰²⁸ e **Francisca Mulata**¹⁰²⁹, escravas do Capitão João Álvares Bessa.

¹⁰²⁰ BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1256.

¹⁰²¹ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1870.

¹⁰²² BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1870.

¹⁰²³ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874.

¹⁰²⁴ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1874 e 1876.

¹⁰²⁵ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1876.

¹⁰²⁶ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1876.

¹⁰²⁷ BATSSÉ, 1783, p. 369, nº 1877.

¹⁰²⁸ BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 407.

¹⁰²⁹ BATSSÉ, 1764, p. 89, nº 445.

Aos vinte e nove dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e um, de licença minha, na Capela de São José do Assuruá, batizou solenemente e pôs os santos óleos o Reverendo Padre Joaquim José de Andrade, à inocente Felizarda, filha de pai incógnito e de Maria, crioula, escrava de Manoel Martins da Vila (grifo nosso). Foram padrinhos Alberto Correia, solteiro, filho de Francisco (...), e Joana Maria, solteira, filha de Bernardo (...), todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vígário-Sousa. (BATSSÉ, 1761, p. 48, nº 299).

Nas Serras do Assuruá e entorno implantaram-se 26 pequenas comunidades das quais se originaram os atuais distritos, povoados, fazendas e/ou sítios. (Qd. 7; Fig. 122).

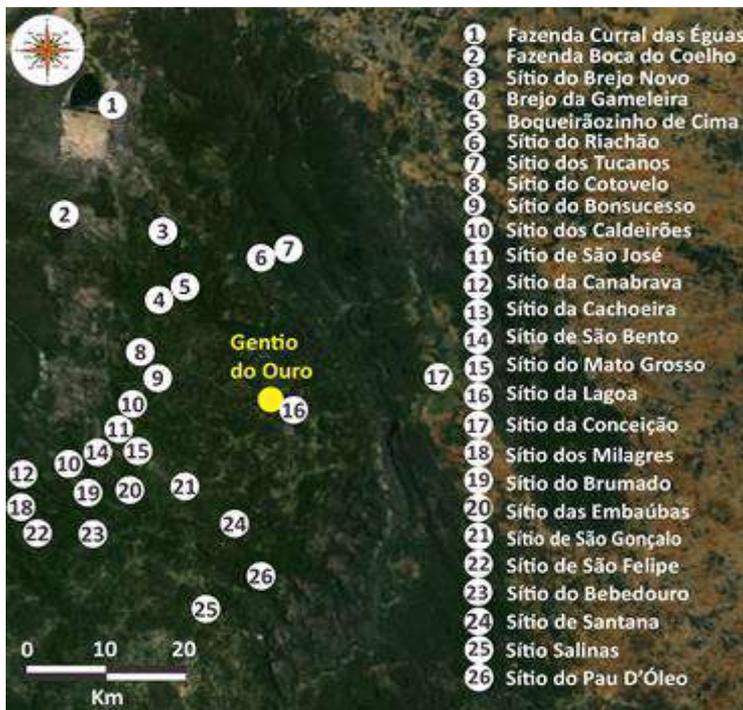
Quadro 7 – Comunidades de Gentio do Ouro

Nº	Comunidades	UTM23L	UTMN	Altitude
1	Fazenda Curral das Éguas	747439	8777846	408 m
2	Fazenda Boca do Coelho	741321	8761473	405 m
3	Sítio do Brejo Novo	755440	8759337	856 m
4	Brejo da Gameleira	755620	8749788	874 m
5	Boqueirãozinho de Cima	758492	8751056	916 m
6	Sítio do Riachão	770139	8756277	670 m
7	Sítio dos Tucanos	771958	8756676	635 m
8	Sítio do Cotovelo	752751	8741571	779 m
9	Sítio do Bonsucesso	757365	8740661	818 m
10	Sítio dos Caldeirões	754918	8738490	905 m
11	Sítio de São José	751908	8733806	899 m
12	Sítio da Canabrava	750134	8730117	889 m
13	Sítio da Cachoeira	736764	8723022	519 m
14	Sítio de São Bento	747328	8726740	797 m
15	Sítio do Mato Grosso	753102	8727039	850 m
16	Sítio da Lagoa	773918	8734320	1154 m
17	Fazenda da Conceição	795064	8739178	477 m
18	Sítio dos Milagres	733991	8718583	612 m
19	Sítio do Brumado	746072	8720768	830 m
20	Sítio das Embaúbas	751905	8721309	926 m
21	Sítio de São Gonçalo	759686	8721906	940 m

22	Sítio de São Felipe	739065	8714707	789 m
23	Sítio do Bebedouro	747018	8714173	885 m
24	Sítio de Santana	766893	8716749	1069 m
25	Sítio Salinas	763259	8704208	766 m
26	Sítio Pau D'Óleo	--	--	--

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 122 – Comunidades de Gentio do Ouro e entorno



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.4.1 Fazenda do Curral das Éguas

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 49 km de distância, junto à Lagoa de Itaparica, encontrava-se a sede

da Fazenda do Curral das Águas da qual se originou o atual Povoado de Pedra Vermelha. (Fig. 123 e 124).

Figura 123 – Localização do povoado de Pedra Vermelha



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 124 – Povoado de Pedra Vermelha nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1754 a 1779, ela pertencia ao Desembargador Leonardo de Sousa Estrela que vivia em Salvador. Nela moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de raiz lusitana: Custódio Antônio Braga¹⁰³⁰; (...) Rodrigo (...) de Almeida¹⁰³¹.

¹⁰³⁰ BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 648.

¹⁰³¹ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 976.

Ao grupo indígena vinculavam-se **Senhorinha**¹⁰³² e **Augustinha**¹⁰³³, escravas do Desembargador Bernardo de Sousa Estrela; **Felipa Pereira** e **Brites Maria**¹⁰³⁴; **Antônio Pereira**¹⁰³⁵; **Maria**, escrava de (...) Rodrigo (...) de Almeida.

*Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e nove, nesta freguesia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, coadjutor oficial nesta Freguesia, à inocente **Thereza, filha natural de Felipa Perera, índia**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Custódio Antônio Braga, solteiro, e Brites Maria, casada, moradores na **Fazenda do Curral das Éguas**, todos fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário-Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 648).*

Era de origem africana: **Antônia Crioula**, também escrava do Desembargador Bernardo de Sousa Estrela¹⁰³⁶.

4.4.2 Fazenda Boca do Coelho

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste. a 40 km de distância, 43 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda Boca do Coelho. (Fig. 125).

De 1769 a 1771, nela moravam pessoas de origem lusitana e indígena. Integravam-se ao quadro social de raiz portuguesa: Leandro de Oliveira e Grácia Alves¹⁰³⁷; (...) Antunes¹⁰³⁸.

¹⁰³² BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 106.

¹⁰³³ BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 453.

¹⁰³⁴ BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 648.

¹⁰³⁵ BATSSÉ, 1770, p. 147, nº 685; 1772, p. 199, nº 976; 1779, p. 311, nº 1535.

¹⁰³⁶ BATSSÉ, 1764, p. 91, nº 453.

¹⁰³⁷ BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 649.

¹⁰³⁸ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 865.

Figura 125 – Sede da Fazenda Boca do Coelho nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Antônio**, escravo de Brásida, e **Josefa Marquesa, forra**¹⁰³⁹; **Luciana**¹⁰⁴⁰, escrava de (...) Antunes.

4.4.3 Sítio do Brejo Novo

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 29 km de distância, localizava-se o Sítio do Brejo Novo do qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 126).

Figura 126 – Sede da Fazenda Brejo Novo nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Felipa**.

¹⁰³⁹ BATSSÉ, 1769, p. 135-136, nº 636.

¹⁰⁴⁰ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 865.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil setecentos e sessenta e quatro, na Capella de São José do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente Anna, filha de pai incógnito e de Felipa, índia da nação Caímbé moradora no Sítio do Brejo Novo (grifo nosso). Foram padrinhos: Miguel e Andreza, solteiros, filhos de Salvador Correia, todos desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário-Sousa. (BATSSÉ, 1764, p. 81, nº 411).

4.4.4 Brejo da Gameleira

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 22 km de distância, localizava-se o Brejo da Gameleira, hoje distrito de Gameleira do Assuruá. (Fig. 127 e 128). Foi desse núcleo habitacional que se originou o município de Gentio do Ouro.

Segundo a lenda, dois escravos encontraram as ruínas de um antigo engenho de cana-de-açúcar, de uma casa-de-farinha e de uma casa grande abandonada, construção de alvenaria, coberta com telhas, vários quartos, portas e janelas de madeira, que recebera o nome de Casa das Antas, devido a grande quantidade de excrementos do animal, provavelmente habitada pelos primeiros desbravadores. A vila de Gameleira foi a primeira sede do município desmembrado de Xique-Xique, em 1890, sendo seu primeiro prefeito (intendente), o coronel Reginaldo Gomes Lima; depois transferida para Santo Inácio, em 1938 e, em 1954, para Gentio do Ouro. (MAROCA, 2013).

Em 1763, no Brejo da Gameleira moravam José Álvares Barbosa¹⁰⁴¹ e Maria da Silva¹⁰⁴², de origem portuguesa, às

¹⁰⁴¹ BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 408.

¹⁰⁴² BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 410.

expensas do trabalho de **Vicência Maria, crioula forra**, de origem africana.

*Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano [mil setecentos e] sessenta e três, na Capela de São José do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente **Maria, filha de pai incógnito e de Vicência Maria, crioula forra, moradora no Brejo da Gameleira** (grifo nosso). Foi padrinho José Barbosa, casado, morador no mesmo Brejo, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 408).*

Figura 127 – Antiga Vila Gameleira do Assuruá



Fonte: Página Revista (2019), adaptada pelo autor

Figura 128 – Distrito de Gameleira do Assuruá



Fonte: Oliveira (2013), adaptado pelo autor

4.4.5 Boqueirãozinho de Cima

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e sentido noroeste, a 21 km de distância, nordeste do distrito de Gameleira do Assuruá, chegava-se à sede da Fazenda do Boqueirãozinho de Cima, da qual se originou o atual sítio do Boqueirão. (Fig. 129).

Figura 129 – Sítio do Boqueirão nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1763, nele moravam Antônio de Sousa Neves e Ana Pereira¹⁰⁴³, de origem portuguesa.

4.4.6 Sítio do Riachão

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção norte, a 21 km de distância, encontrava-se a sede do Sítio do Riachão da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 130).

De 1769 a 1772, nela moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Joaquim de Barros e Maria das Neves¹⁰⁴⁴; Inácio Pinto e Arcângela Guedes de Brito¹⁰⁴⁵; Tomé Dias¹⁰⁴⁶; Maria do

¹⁰⁴³ BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 413.

¹⁰⁴⁴ BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 646; 1772, p. 198, nº 973.

¹⁰⁴⁵ BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 646; 1772, p. 198, nº 973.

¹⁰⁴⁶ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972.

Sacramento Dias¹⁰⁴⁷; Antônio Dias e Úrsula da Conceição¹⁰⁴⁸; Domingos Pinto Pereira¹⁰⁴⁹; Antônia Maria Dias¹⁰⁵⁰.

Figura 130 – Povoadão de Riachão nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Florência**, escrava de Inácio Pinto¹⁰⁵¹, e **Luzia**, escrava de Domingos Pinto Pereira¹⁰⁵².

4.4.7 Sítio dos Tucanos

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção norte, a 21 km de distância, 2 km a leste do núcleo do Sítio do Riachão, encontrava-se a sede do Sítio dos Tucanos da qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 131).

¹⁰⁴⁷ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972.

¹⁰⁴⁸ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972; 1772, p. 198, nº 973.

¹⁰⁴⁹ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 973.

¹⁰⁵⁰ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 973.

¹⁰⁵¹ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 972.

¹⁰⁵² BATSSÉ, 1779, p. 311, nº 1535.

Figura 131 – Sede da Fazenda Tucano nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1772, nele moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Bonifácio de Barros e Isabel Fernandes¹⁰⁵³; Tomé Dias de Lima, filho de Antônio Dias que habitava o Sítio do Riachão, e Marquesa da Silva¹⁰⁵⁴.

4.4.8 Sítio do Cotovelo

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 20,5 km de distância, encontrava-se a sede do Sítio do Cotovelo da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 132).

De 1768 a 1776, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Luís Correia e Ponciana da Assunção¹⁰⁵⁵; Marcos de A. Fonseca¹⁰⁵⁶; (...) Pereira Bastos e Francisca (...)¹⁰⁵⁷; (...) Pereira e Inácia Pereira¹⁰⁵⁸.

¹⁰⁵³ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 974.

¹⁰⁵⁴ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 974.

¹⁰⁵⁵ BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 570.

¹⁰⁵⁶ BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 571.

¹⁰⁵⁷ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1164.

¹⁰⁵⁸ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1164.

Ao grupo indígena vinculava-se **Inácia Maria**, esposa de Marcos de A. Fonseca¹⁰⁵⁹.

Em 1819, João Cunha e Silva, filho de um garimpeiro oriundo de Formiga – MG, conseguiu pequena fortuna nas serras auríferas de Assuruá. Investiu-a na compra de escravos, gado e terras entre as quais constava o Sítio do Cotovelo.

Pela tradição oral se sabe que, no Século XIX chegou a Xique-Xique o aventureiro português Domingos Carvalho dos Santos. Com exploração de minério, ele ganhou muito dinheiro. Casou-se com Esméria, uma das filhas de João Cunha. No transcorrer daquela centúria, ocorreram muitas endogamias entre membros das famílias de origem portuguesa, quais eram: Bessa, Cunha, Carvalho, Rocha, Alves de Almeida, Alves Pereira, Gomes Lima, Oliveira. Houve também, importa que se registre, intercâmbios genéticos e culturais de pessoas lusitanas com nativos que habitavam as serras de Assuruá. (REGMENDES, 2021). Ainda no mesmo século, descobriu-se diamante no Sítio do Cotovelo. (FERREIRA, 2005, p. 190).

Figura 132 – Povoado de Cotovelo nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

¹⁰⁵⁹ BATSSÉ, 1768, p. 121, nº 571.

4.4.9 Sítio do Bonsucesso

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 15 km de distância, localizava-se a sede do Sítio do Bonsucesso, da qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 133).

Figura 133 – Fazenda de Bonsucesso nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1771, nele morava Sático Rodrigues, com sua mulher Ana Maria Gomes e os filhos José Faustino Rodrigues e Inácia Rodrigues¹⁰⁶⁰.

4.4.10 Sítio dos Caldeirões

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e direção noroeste, a 17 km de distância, na margem esquerda do Riacho do Caldeirão, localizava-se a sede do Sítio dos Caldeirões da qual se originou o atual distrito de Itajubaquara. (Fig. 134)

Em 1776, nele morava Mariana Torres Lima, de origem portuguesa. Para as atividades operacionais do dia a dia, ela contava com os préstimos de sua escrava **Luísa**¹⁰⁶¹, indígena de etnia desconhecida.

¹⁰⁶⁰ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 863.

¹⁰⁶¹ BATSSÉ, 1776, p. 233, nº 1155.

Figura 134 – Distrito de Itajubaquara nos dias atuais



Fonte: RegmenDES (2021), adaptada pelo autor

[Pela história oral se diz que] o distrito de Itajubaquara (Caldeirão do Ouro), no município de Gentio do Ouro, teve início quando um provável garimpeiro de nome Miguel Alves Bessa tirou a sorte grande nos garimpos de Brotas. Assim comprou, em dezembro de 1825, o Sítio Caldeirões, nas mãos dos representantes do Conde da Ponte, que eram donos de quase metade das terras da Bahia, na época. Por volta de 1810, Miguel [havia se casado] com Maria Rocha do Nascimento (irmã de Francisca Rocha, esposa de Venceslau Machado que fundou a então cidade de Uibaí), tendo vários filhos com ela que, tudo indica, era mestiça. (REGMENDES, 2021).

4.4.11 Sítio de São José

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e sentido oeste, a 20 km de distância, chegava-se à sede do Sítio de São José da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 135).

Figura 135 – Povoado de São José nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1773, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: José Pereira e Leonarda Pereira da Conceição¹⁰⁶²; José Pereira Freire¹⁰⁶³; Francisco Pereira Freire¹⁰⁶⁴ e Francisca Pereira¹⁰⁶⁵.

4.4.12 Sítio da Canabrava

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 22 km de distância, encontrava-se o Sítio da Canabrava do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 136).

De 1753 a 1765, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Francisco João Bastos¹⁰⁶⁶; Antônio da Silva Paiva¹⁰⁶⁷ e Josefa Maria Sá¹⁰⁶⁸; Salvador Correia¹⁰⁶⁹; Sipriana Correia¹⁰⁷⁰; José da Cunha e Maria de Sousa¹⁰⁷¹.

¹⁰⁶² BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.

¹⁰⁶³ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.

¹⁰⁶⁴ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.

¹⁰⁶⁵ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1041.

¹⁰⁶⁶ BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 406-407.

¹⁰⁶⁷ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 52; 1757, p. 35, nº 256; 1763, p. 80, nº 406-407.

¹⁰⁶⁸ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 52.

¹⁰⁶⁹ BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 410.

¹⁰⁷⁰ BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 440.

¹⁰⁷¹ BATSSÉ, 1764, p. 89, nº 444.

Figura 136 – Povoado da Canabrava nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Quitéria** e **Eugênia**, escravas do defunto Francisco João Bastos, em poder do tutor Antônio da Silva Paiva¹⁰⁷²; **Vitória**, escrava de Salvador Correia¹⁰⁷³; **Manoel Gonçalo**, marido de Cipriana Correia¹⁰⁷⁴.

4.4.13 Sítio da Cachoeira

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 37 km de distância, na margem esquerda do Riacho Fortaleza, encontrava-se ao Sítio da Cachoeira do qual se originou o atual povoado de Cachoeira das Palmeiras. (Fig. 137).

¹⁰⁷² BATSSÉ, 1763, p. 80, nº 406-407.

¹⁰⁷³ BATSSÉ, 1763, p. 81, nº 410.

¹⁰⁷⁴ BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 440.

Figura 137 – Povoado de Cachoeira das Palmeiras nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1767 a 1772, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel Gonçalves da (...) e Cipriana Ribeiro¹⁰⁷⁵; Jerônimo de Abreu Lima e Clara Pacheco da Cruz¹⁰⁷⁶; José de Abreu e Grácia Mayra de Abreu¹⁰⁷⁷; José dos Santos e Maria dos Santos Pereira¹⁰⁷⁸; Luís Correia e Ponciana de Jesus¹⁰⁷⁹; Francisco de Miranda¹⁰⁸⁰; José Pereira Ventura e Brígida Correia¹⁰⁸¹; Marcos Ferreira e Inácia Pereira¹⁰⁸²; Aleixo da Silva Neves¹⁰⁸³; João da Rocha Soares e Mariana da Silva¹⁰⁸⁴.

Ao grupo indígena vinculava-se **Ana Maria**¹⁰⁸⁵.

¹⁰⁷⁵ BATSSÉ, 1767, p. 108, nº 523; 1769, p. 137-138, nº 645; 1771, p. 178, nº 862.

¹⁰⁷⁶ BATSSÉ, 1762, p. 68, nº 371; 1767, p. 109, nº 524; 1771, p. 178, nº 861; 1772, p. 198, nº 970 e 971.

¹⁰⁷⁷ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 970.

¹⁰⁷⁸ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 863.

¹⁰⁷⁹ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 969.

¹⁰⁸⁰ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 969.

¹⁰⁸¹ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 970.

¹⁰⁸² BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 971.

¹⁰⁸³ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 971.

¹⁰⁸⁴ BATSSÉ, 1772, p. 198, nº 971.

¹⁰⁸⁵ BATSSÉ, 1769, p. 137-138, nº 645.

4.4.14 Sítio de São Bento

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 26 km de distância, encontrava-se o Sítio de São Bento do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 138 e 139).

Figura 138 – Povoado de São Bento



Fonte: Gentio do Ouro (2022), adaptado pelo autor

Figura 139 – Povoado de São Bento



Fonte: Gentio do Ouro (2021), adaptado pelo autor

De 1754 a 1776, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: João Álvares Bessa¹⁰⁸⁶ e Antônia Freire Pereira¹⁰⁸⁷; Francisco Pinto Pereira¹⁰⁸⁸; José (...) Ferreira¹⁰⁸⁹; Francisco Álvares Bessa e Ana Maria da Conceição¹⁰⁹⁰; Inácio Pinto Pereira e Arcângela Guedes de Brito¹⁰⁹¹; Antônio de Sousa e Maria Madalena (...) ¹⁰⁹²; João Álvares Bessa Filho¹⁰⁹³; Francisco de Castro¹⁰⁹⁴ e Joana Maria de Castro¹⁰⁹⁵.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Florência**¹⁰⁹⁶; **Maria**, escrava de José (...) Ferreira¹⁰⁹⁷; **Rita**¹⁰⁹⁸; **Marcos** e **Maria**, escravos de Inácio Pinto Pereira¹⁰⁹⁹.

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de [mil setecentos e] sessenta e seis, batizei, solenemente, e pus os santos óleos à inocente Josefa, filha de Marcos e de sua mulher Maria, ambos escravos de Inácio Pinto Pereira, morador nas Serras do Assuruhá (...) (grifo nosso). Foram padrinhos: (...) e sua mulher Maria da Silva, todos desta Freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1766, p. 101, nº 495).

¹⁰⁸⁶ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 103; 1776, p. 234, nº 1761.

¹⁰⁸⁷ BATSSÉ, 1754, p. 20, nº 103.

¹⁰⁸⁸ BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 404.

¹⁰⁸⁹ BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 419.

¹⁰⁹⁰ BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 405.

¹⁰⁹¹ BATSSÉ, 1764, p. 93, nº 463; 1766, p. 99, nº 489.

¹⁰⁹² BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1761.

¹⁰⁹³ BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1161.

¹⁰⁹⁴ BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1761.

¹⁰⁹⁵ BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1761.

¹⁰⁹⁶ BATSSÉ, 1763, p. 79, nº 404; 1767, p. 109, nº 525.

¹⁰⁹⁷ BATSSÉ, 1763, p. 83, nº 419.

¹⁰⁹⁸ BATSSÉ, 1766, p. 99, nº 489;

¹⁰⁹⁹ BATSSÉ, 1754, p. 19, nº 100.

4.4.15 Sítio do Mato Grosso

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 20 km de distância, encontrava-se o Sítio do Mato Grosso do qual se originou o povoado homônimo. (Fig. 140).

Figura 140 – Povoado de Mato Grosso nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1769 a 1783, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Capitão João Álvares Bessa¹¹⁰⁰ e Antônia Ferreira¹¹⁰¹; João Ferreira de Abreu¹¹⁰²; Francisco Brás¹¹⁰³; Martinho Gonçalves¹¹⁰⁴; João Álvares Bessa Filho¹¹⁰⁵; Antônio Álvares Bessa¹¹⁰⁶, Isabel Álvares Cardoso¹¹⁰⁷; Antônio da Silva

¹¹⁰⁰ BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 724; 1771, p. 202, nº 999; 1772, p. 197, nº 965; 1773, p. 208, nº 1034; 1773, p. 208, nº 1035; 1977, p. 253, nº 1253.

¹¹⁰¹ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 50; 1773, p. 208, nº 1035.

¹¹⁰² BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 643.

¹¹⁰³ BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 652.

¹¹⁰⁴ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1864.

¹¹⁰⁵ BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1130; 1777, p. 253, nº 1253; 1777, p. 254, nº 1256; 1783, p. 368, nº 1864 e 1869; 1783, p. 369, nº 1872.

¹¹⁰⁶ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1035.

¹¹⁰⁷ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1864.

Paiva¹¹⁰⁸; Maria Gonçalves de Sousa¹¹⁰⁹; Manoel Gonçalves¹¹¹⁰; Rita Maria da Conceição¹¹¹¹; Miguel Álvares Bessa¹¹¹²; Francisco Machado¹¹¹³; Domingos José Martins¹¹¹⁴.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Ana Maria**, mulher de Martinho Gonçalves¹¹¹⁵; **Ana Neta**, mulher de Francisco Brás¹¹¹⁶; **Antônia**, escrava de Antônio da Silva Paiva¹¹¹⁷; **Margarida**¹¹¹⁸, **Maria**¹¹¹⁹, **Joana**¹¹²⁰, **Francisca**¹¹²¹, **Antônio**¹¹²² e **Augustinha**¹¹²³, escravos do Capitão João Álvares Bessa; **Maria**, escrava de Domingos José Martins¹¹²⁴; e **José Matias**¹¹²⁵.

Era de origem africana **Francisca Mulata**, escrava do Capitão João Álvares Bessa.

*Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano mil setecentos e sessenta e quatro, na Capela do Assuruhá, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente **Marçal**, filho de pai incógnito e de **Francisca Mulata**, escrava do Capitão João*

¹¹⁰⁸ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.

¹¹⁰⁹ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.

¹¹¹⁰ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.

¹¹¹¹ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1866 e 1867.

¹¹¹² BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1866.

¹¹¹³ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1867 e 1868.

¹¹¹⁴ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1868.

¹¹¹⁵ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 643; 1783, p. 368, nº 1864.

¹¹¹⁶ BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 652.

¹¹¹⁷ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1865.

¹¹¹⁸ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 51.

¹¹¹⁹ BATSSÉ, 1753, p. 9, nº 52.

¹¹²⁰ BATSSÉ, 1770, p. 157, nº 725; 1783, p. 368, nº 1866 e 1867.

¹¹²¹ BATSSÉ, 1773, p. 209, nº 1038; 1775, p. 226-227, nº 1128.

¹¹²² BATSSÉ, 1777, p. 254, nº 1255.

¹¹²³ BATSSÉ, 1775, p. 227, nº 1129; 1977, p. 254, nº 1254; 1780, p. 322, nº 1602; 1783, p. 368, nº 1868.

¹¹²⁴ BATSSÉ, 1783, p. 368, nº 1868.

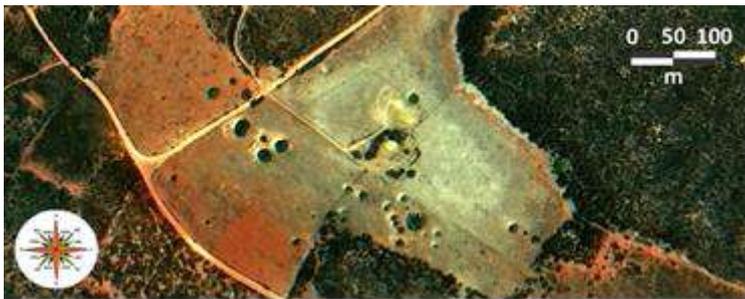
¹¹²⁵ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 643.

Álvares Bessa (grifo nosso). *Foi padrinho o Padre Antônio Luís da Conceição, todos desta freguesia, de que fiz este assento que, por verdade assinei. Vigário Sousa.* (BATSSÉ, 1764, p. 89, nº 445).

4.4.16 Sítio da Lagoa

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudeste, a apenas 2 km de distância, encontrava-se a sede do Sítio da Lagoa da qual se originou a atual fazenda homônima. (Fig. 141).

Figura 141 – Sede da Fazenda da Lagoa nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1769 a 1783, nele moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: José Pereira Lopes Torrão e Domingas de Amorim Meireles¹¹²⁶; Elena Gomes¹¹²⁷; Teresa de Jesus¹¹²⁸; João Félix Garcia¹¹²⁹; Damásio Rodrigues de Assunção¹¹³⁰; Domingos Porto¹¹³¹ e Ana

¹¹²⁶ BATSSÉ, 1769, p. 139, nº 651; 1771, p. 179, nº 868; 1776, p. 236, nº 1172; 1776, p. 237, nº 1175; 1779, p. 312, nº 1539.

¹¹²⁷ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937; 1776, p. 236, nº 1173.

¹¹²⁸ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937.

¹¹²⁹ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 979.

¹¹³⁰ BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 998.

¹¹³¹ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.

Maria da Conceição¹¹³²; Manoel Lopes¹¹³³; Inácio Pinto¹¹³⁴; João Mendes de Almeida¹¹³⁵; Jacinta Nunes¹¹³⁶; Leandro Soares¹¹³⁷; Manoel Rodrigues e Ana Correia¹¹³⁸; Manoel Álvares e Maria de Moura¹¹³⁹; Aleixo da Rocha e Florência Moreira¹¹⁴⁰; Manoel da (...) e Ana Maria de Jesus¹¹⁴¹; João Coelho e Maurícia Rodrigues¹¹⁴²; Luís Francisco Álvares¹¹⁴³; Diogo Coelho¹¹⁴⁴; Inocência Coelho¹¹⁴⁵; Francisco Antunes¹¹⁴⁶; Manoel Álvares e Cipriana Ferreira¹¹⁴⁷; Francisco Ribeiro Mega e Florência (...) ¹¹⁴⁸; José Correia¹¹⁴⁹; Gregório Vieira (...) Moreira¹¹⁵⁰; Antônio Vieira¹¹⁵¹; Pascoal Francisco Ramos¹¹⁵²; Antônia Pereira de Matos¹¹⁵³; Antônia Maria de Jesus¹¹⁵⁴; Manoel da Silva Rodrigues¹¹⁵⁵; Maria Cardoso¹¹⁵⁶ e Inácio da Silva¹¹⁵⁷.

¹¹³² BATSSÉ, 1769, p. 202, nº 998; 1771, p. 202, nº 999; 1772, p. 197, nº 965; 1776, p. 235, nº 1167.

¹¹³³ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1166.

¹¹³⁴ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1166.

¹¹³⁵ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.

¹¹³⁶ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.

¹¹³⁷ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1167.

¹¹³⁸ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1168.

¹¹³⁹ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1168.

¹¹⁴⁰ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1169.

¹¹⁴¹ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1169.

¹¹⁴² BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.

¹¹⁴³ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.

¹¹⁴⁴ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.

¹¹⁴⁵ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1170.

¹¹⁴⁶ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1171.

¹¹⁴⁷ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1171.

¹¹⁴⁸ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1172.

¹¹⁴⁹ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174; 1777, p. 256, nº 1265; 1783, p. 362, nº 1821.

¹¹⁵⁰ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174.

¹¹⁵¹ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174.

¹¹⁵² BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1175; 1779, p. 312, nº 1539.

¹¹⁵³ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1175

¹¹⁵⁴ BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1175

¹¹⁵⁵ BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.

¹¹⁵⁶ BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.

¹¹⁵⁷ BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Francisco Xavier**, forro, e **Maria da Conceição**, escrava de Teresa de Jesus¹¹⁵⁸; **Antônia Maria**, mulher de João Félix Garcia¹¹⁵⁹; **Sula**, escrava de Manoel Lopes¹¹⁶⁰; **Francisca Maria**, mulher de Francisco Antunes¹¹⁶¹; **Joana**¹¹⁶² e **Teresa**¹¹⁶³, escravas de José Correia, e **Rosa**¹¹⁶⁴.

4.4.17 Fazenda da Conceição

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e direção leste, a 23 km de distância, na margem direita do Rio Verde, 103 km a leste do Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Conceição, hoje vinculada ao município de Ibipeba. (Fig. 142).

Figura 142 – Sede da Fazenda da Conceição nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

¹¹⁵⁸ BATSSÉ, 1772, p. 193, nº 937.

¹¹⁵⁹ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 979.

¹¹⁶⁰ BATSSÉ, 1776, p. 235, nº 1166.

¹¹⁶¹ BATSSÉ, 1776, p. 236, nº 1171.

¹¹⁶² BATSSÉ, 1776, p. 237, nº 1174.

¹¹⁶³ BATSSÉ, 1777, p. 256, nº 1265.

¹¹⁶⁴ BATSSÉ, 1783, p. 370, nº 1879.

De 1762 a 1774, nela morava gente de linhagem portuguesa e indígenas de etnias incógnitas. Integravam-se ao corpo social de raiz lusitana: Anacleto de Oliveira e Marcelina Soares¹¹⁶⁵; Gertrudes Rabelo de Sepúlveda¹¹⁶⁶; Manoel de Sousa e Maria Ribeiro¹¹⁶⁷.

Ao grupo indígena vinculava-se **Romana**, escrava de Gertrudes Rabelo de Sepúlveda¹¹⁶⁸.

4.4.18 Sítio dos Milagres

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste a 41 km de distância, localizava-se o Sítio dos Milagres do qual se originou a atual fazenda homônima.

Em 1783, nele moravam dois casais de origem portuguesa, quais eram: Luís Pinto e Teresa de Jesus¹¹⁶⁹; Antônio Dias do Vale e Luísa Moreira¹¹⁷⁰.

4.4.19 Sítio do Brumado

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 30 km de distância, localizava-se o Sítio do Brumado do qual se originou o atual distrito de Ibitunane. (Fig. 143 e 144).

Diz-se que o Sr. Bernado da Silva Machado, português de Açores ou do norte de Portugal foi quem fundou Brumado no

¹¹⁶⁵ BATSSÉ, 1762, p. 71, nº 379.

¹¹⁶⁶ BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 417.

¹¹⁶⁷ BATSSÉ, 1769, p. 144, nº 671; 1771, p. 184, nº 888; 1774, p. 217-218, nº 1085.

¹¹⁶⁸ BATSSÉ, 1763, p. 82, nº 417.

¹¹⁶⁹ BATSSÉ, 1783, p. 366. nº 1848.

¹¹⁷⁰ BATSSÉ, 1783, p. 366. nº 1848.

Século XVIII ou início de XIX. (JUNIOR, 2024). Sabe-se hoje, porém, que na segunda metade do Século XVIII, especificamente de 1762 a 1768, nele morava gente de origem portuguesa, indígena e africana.

Figura 143 – Distrito de Ibitunane



Fonte: Queiroz (2022), adaptado pelo autor

Figura 144 - Distrito de Ibitunane



Fonte: Conexão Gêntio (2012), adaptado pelo autor

Integravam-se ao corpo social de raiz lusitana: Leonarda Batista¹¹⁷¹; João Nunes Freitas e Ana Gonçalves de Freitas¹¹⁷²;

¹¹⁷¹ BATSSÉ, 1762, nº 366, p. 66.

¹¹⁷² BATSSÉ, 1763, nº 403, p. 79.

Félix Nunes¹¹⁷³; Francisco José Correia, Bernarda Pereira de Novais¹¹⁷⁴ e Inocência Maria Correia¹¹⁷⁵; Antônio Alves Bessa e Maria Ribeiro, Vicente da Rocha Pereira, Paulo Vicente Simões, Antônia Rodrigues Caldas (defunta), Maria Gonçalves de Freitas, Paulo Ribeiro e Maria Gonçalves¹¹⁷⁶. Ao grupo indígena vinculava-se **Ana Maria**¹¹⁷⁷, mulher de Félix Nunes.

4.4.20 Sítio das Embaúbas

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 24 km de distância, localizava-se o Sítio das Embaúbas. (Fig. 145).

Figura 145 – Sítio das Embaúbas nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1766 a 1769, nele moravam Ana de Queirós¹¹⁷⁸; Paulo Ribeiro Simões e Maria Gonçalves de Freitas¹¹⁷⁹, todos de origem portuguesa.

¹¹⁷³ BATSSÉ, 1764, nº 447, p. 89.

¹¹⁷⁴ BATSSÉ, 1764, nº 449, p. 90; BATSSÉ, 1766, nº 490, p. 99.

¹¹⁷⁵ BATSSÉ, 1757, nº 266, p. 38.

¹¹⁷⁶ BATSSÉ, 1768, nº 567, p. 120-121.

¹¹⁷⁷ BATSSÉ, 1764, nº 447, p. 89.

¹¹⁷⁸ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 642.

¹¹⁷⁹ BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 493; 1767, p. 108, nº 521; 1769, p. 137, nº 642.

4.4.21 Sítio de São Gonçalo

Da cidade de Gentio do Ouro, em linha reta e sentido sudoeste, a 18 km de distância, chegava-se à sede do Sítio de São Gonçalo. Dela se originou o núcleo residencial da atual fazenda homônima. (Fig. 146).

Figura 146 – Núcleo residencial da Fazenda São Gonçalo hoje



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1764, nela morava Arcênio Coelho ¹¹⁸⁰, de origem portuguesa, e sua mulher **Rosa Maria**, indígena de etnia desconhecida¹¹⁸¹.

4.4.22 Sítio de São Felipe

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 39 km de distância, encontrava-se o Sítio de São Felipe do qual se originou o povoado homônimo. (Fig. 147).

¹¹⁸⁰ BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 439.

¹¹⁸¹ BATSSÉ, 1764, p. 88, nº 439.

Figura 147 – Povoado de São Felipe



Fonte: Paiva (2024), adaptada pelo autor

De 1761 a 1783, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Manoel Martins do Vale e Ana Maria de Jesus¹¹⁸²; Vitória Maria de Jesus¹¹⁸³; Francisco Gomes, Elena Gomes, Teodora Pereira, José Correia e Florência Correia¹¹⁸⁴; Timóteo Gomes¹¹⁸⁵; Andreza da Silva¹¹⁸⁶; Joaquim Pereira e Vitorina Ferreira¹¹⁸⁷; Antônio Correia de Sousa¹¹⁸⁸; Josefa Vieira¹¹⁸⁹; André Dias dos Santos e Bernarda da Silva Romão¹¹⁹⁰; Francisco Alves¹¹⁹¹; Alberto Pereira de Novais e Arcângela Maria de Jesus¹¹⁹²; Francisco Antunes¹¹⁹³; Capitão Manoel Pereira

¹¹⁸² BATSSÉ, 1764, p. 90, nº 448; 1773, p. 208, nº 1032.

¹¹⁸³ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1032.

¹¹⁸⁴ BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 640.

¹¹⁸⁵ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 641; 1772, p. 196, nº 958.

¹¹⁸⁶ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 641; 1771, p. 178, nº 859; 1772, p. 196, nº 958.

¹¹⁸⁷ BATSSÉ, 1769, p. 137, nº 641.

¹¹⁸⁸ BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 640.

¹¹⁸⁹ BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 706.

¹¹⁹⁰ BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 859; 1773, p. 208, nº 1032.

¹¹⁹¹ BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 859.

¹¹⁹² BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 860; 1783, p. 366, nº 1849 e 1850.

¹¹⁹³ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 958.

Machado¹¹⁹⁴; José Álvares¹¹⁹⁵ e Vitória do Nascimento de Jesus¹¹⁹⁶; Antônio Martins de Andrade¹¹⁹⁷.

Ao grupo indígena vinculava-se **Ana Maria**¹¹⁹⁸. Era de origem africana **Maria Crioula**, escrava de Manoel Martins do Vale¹¹⁹⁹.

4.4.23 Sítio do Bebedouro

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 32 km de distância, chegava-se ao Sítio do Bebedouro do qual se originou o atual povoado de Bebedor. (Fig. 148).

Figura 148 – Povoado de Bebedor nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

¹¹⁹⁴ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1032.

¹¹⁹⁵ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1849.

¹¹⁹⁶ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1849 e 1850.

¹¹⁹⁷ BATSSÉ, 1783, p. 366, nº 1850.

¹¹⁹⁸ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 958.

¹¹⁹⁹ BATSSÉ, 1761, p. 48, nº 299.

De 1771 a 1779, nele morava a família de Inácio Pinto Pereira¹²⁰⁰ e Arcângela Guedes de Brito¹²⁰¹, de origem portuguesa.

Para os afazeres cotidianos, aquele núcleo familiar contava com os préstimos de **Juliana**¹²⁰² e **Valentim**¹²⁰³, escravos indígenas, e **Geraldo Crioulo**¹²⁰⁴, de raiz africana.

4.4.24 Sítio de Santana

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 19 km de distância, chegava-se ao Sítio de Santana do qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 149).

Figura 149 – Povoado de Santana nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1771, nele se explorava o trabalho escravo da indígena **Ana Maria**, de etnia desconhecida, e **Justa Crioula**, de origem e africana.

¹²⁰⁰ BATSSÉ, 1772, p. 199, nº 975; 1772, p. 199, nº 980; 1773, p. 208, nº 1033; 1776, p. 234, nº 1159.

¹²⁰¹ BATSSÉ, 1773, p. 208, nº 1033.

¹²⁰² BATSSÉ, 1776, p. 234, nº 1159; 1779, p. 309, nº 1520; 1783, p. 367, nº 1861.

¹²⁰³ BATSSÉ, 1783, p. 367, nº 1861.

¹²⁰⁴ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 864.

*Aos dez dias do mês de setembro de mil setecentos e setenta e um, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, batizou solenemente, de licença minha, o Reverendo Padre Manoel do Rosário, coadjutor atual nesta mesma Freguesia, ao inocente Vicente, filho natural de **Justa Crioula, escrava de Anna Maria, moradora no Sítio da Senhora Santana, Serra do Assuruhá**, e lhe pôs os santos óleos (grifo nosso). Foram padrinhos: Geraldo Crioulo, solteiro, escravo de Ignácio Pinto, e Maria, casada, de que mandei fazer este termo que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 864).*

4.4.25 Sítio Salinas

De Gentio do Ouro, em linha reta e direção sudoeste, a 32 km de distância, localizava-se o Sítio Salinas do qual se originou a sede da atual fazenda homônima. (Fig. 150).

Figura 150 –Sede da atual Fazenda Salinas



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1770 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Alves¹²⁰⁵, Luís Mendes e Antônia Maria

¹²⁰⁵ BATSSÉ, 1770, p. 159, nº 735.

Leal¹²⁰⁶; Joana Vieira¹²⁰⁷; Capitão Diogo da Guerra¹²⁰⁸; Domingas de Amorim¹²⁰⁹; Cipriano Soares¹²¹⁰; Francisco Xavier¹²¹¹; Antônia Maria Leal¹²¹².

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Vitorina Maria**, mulher de Antônio Alves¹²¹³; **Luísa**, escrava de Cipriano Soares¹²¹⁴ e **Francisca**, escrava do Capitão Diogo da Guerra¹²¹⁵.

4.4.26 Sítio do Pau D'Óleo

Nas Serras do Assuruá havia também o Sítio do Pau D'óleo. A respeito dele não se obteve informação sobre sua localização, com as respectivas coordenadas.

De 1766 a 1770, nele moravam pessoas de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Antônio Álvares Carneiro, Maria Ribeiro e José Nunes¹²¹⁶; Gonçalo de (...), Perpétua Ribeiro, Grácia Gomes de Lima e Roberto Álvares Carneiro¹²¹⁷; Antônio de Sousa e Bernarda Pereira¹²¹⁸.

Ao grupo indígena vinculavam-se **José Antônio** e **Luísa**¹²¹⁹.

¹²⁰⁶ BATSSÉ, 1771, p. 179, nº 865.

¹²⁰⁷ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1050.

¹²⁰⁸ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1050.

¹²⁰⁹ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1050.

¹²¹⁰ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.

¹²¹¹ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.

¹²¹² BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.

¹²¹³ BATSSÉ, 1770, p. 159, nº 735.

¹²¹⁴ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1051.

¹²¹⁵ BATSSÉ, 1779, p. 310, nº 1523.

¹²¹⁶ BATSSÉ, 1766, p. 99, nº 488.

¹²¹⁷ BATSSÉ, 1766, p. 100, nº 491.

¹²¹⁸ BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 566.

¹²¹⁹ BATSSÉ, 1770, p. 152, nº 705.

4.5 Fazenda da Picada, no Município de Jussara

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, a 122 km de distância, em linha reta e direção sudoeste, na margem esquerda do Rio Jacaré, às coordenadas UTM24L 199144, UTMN 8817180, 428 metros de altitude, localizava-se a sede da Fazenda Picada. Dela se originou o atual povoado homônimo, vinculado ao município de Jussara. (Fig. 151 e 152).

Figura 151 – Fazenda da Picada em relação à Velha Sento Sé



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 152 – Povoado de Picada nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1756 a 1777, nela morava gente de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de origem lusitana: Ângelo Apolinário¹²²⁰ e Bernarda da Silva¹²²¹; José da Costa e Maria de Jesus¹²²²; Francisca Cavalcante¹²²³; João da Silva¹²²⁴ e Francisca Apolinário¹²²⁵; Paulo de Sousa e Antônia Barbosa¹²²⁶; Marcelino da Costa e Quitéria Rodrigues¹²²⁷; Rita Leite Peixoto¹²²⁸; João Coelho¹²²⁹; Antônio Coelho e Margarida Rodrigues¹²³⁰; Bernardo da Rocha¹²³¹; Maria Teodora Apolinário¹²³²; Inácio Gonçalves e Rita Pereira¹²³³; (...) Pereira¹²³⁴; Francisca Pereira¹²³⁵; Antônio Pedro Apolinário¹²³⁶; João Pedro (...) Médici e Ana de Jesus¹²³⁷; Maria Leite Peixoto¹²³⁸; Maria de Castro¹²³⁹.

Ao grupo indígena vinculava-se: **Timótea**, escrava de Ângelo Apolinário¹²⁴⁰; **Clemência**, escrava de Rita Leite Peixoto¹²⁴¹;

¹²²⁰ BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 252; 1769, p. 131, nº 621; 1769, p. 136, nº 639; 1773, p. 207, nº 1028; 1776, p. 232-233, nº 1153; 1777, p. 252, nº 1247.

¹²²¹ BATSSÉ, 1757, p. 34, nº 252.

¹²²² BATSSÉ, 1764, p. 90, nº 451.

¹²²³ BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 621.

¹²²⁴ BATSSÉ, 1776, p. 232-233, nº 1153.

¹²²⁵ BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 638; 1769, p. 136, nº 639; 1776, p. 232-233, nº 1153; 1777, p. 252, nº 1247.

¹²²⁶ BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 639.

¹²²⁷ BATSSÉ, 1772, p. 196, nº 959.

¹²²⁸ BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1018.

¹²²⁹ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1027.

¹²³⁰ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1027.

¹²³¹ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1028; 1777, p. 252, nº 1244.

¹²³² BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1028.

¹²³³ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1052.

¹²³⁴ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1052.

¹²³⁵ BATSSÉ, 1773, p. 211, nº 1052.

¹²³⁶ BATSSÉ, 1776, p. 232, nº 1153; 1777, p. 252, nº 1247.

¹²³⁷ BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1215.

¹²³⁸ BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1215.

¹²³⁹ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1244.

¹²⁴⁰ BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 621.

¹²⁴¹ BATSSÉ, 1773, p. 205, nº 1018.

Maura Maria, mulher de João Coelho¹²⁴²; **Joana**¹²⁴³; **Isabel Maria**¹²⁴⁴.

4.6 Fazenda Tatauí

Da Igreja Matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 59,2 km de distância, junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM24L 300965, UTMN 8955542, 374 metros de altitude, localizava-se a sede da Fazenda Tatauí da qual se originou a atual cidade de Sobradinho – BA. (Fig. 153 e 154).

Figura 153 – Sede da Fazenda Tatauí em relação à Velha Sento Sé



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1764 a 1774, nela morava gente de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de raiz lusitana: Estêvão Pereira e Catarina da Fonseca¹²⁴⁵; Inácio Alves, Ana

¹²⁴² BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1027.

¹²⁴³ BATSSÉ, 1773, p. 207, nº 1028

¹²⁴⁴ BATSSÉ, 1777, p. 252, nº 1244.

¹²⁴⁵ BATSSÉ, 1764, p. 94, nº 467; 1774, p. 212, nº 1057.

Rodrigues, Eugênio de Aguiar Alves¹²⁴⁶, Joana de Aguiar Alves¹²⁴⁷; Inácio de Aguiar Alves e Damiana da Silva¹²⁴⁸; Francisco de Aguiar Alves¹²⁴⁹; Pedro Ferreira do Espírito Santo e Ana Maria do Rosário¹²⁵⁰; Basílio Pereira¹²⁵¹; Josefa Pereira¹²⁵²; Paulo (...) e Ana da Assunção¹²⁵³; Catarina Ferreira¹²⁵⁴.

Figura 154 – Sede da Fazenda Tatauí na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973), adaptada pelo autor

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria**, escrava de Francisco de Aguiar Alves¹²⁵⁵; **Germana**, escrava de Inácio de Aguiar Alves¹²⁵⁶ e **Clemência**¹²⁵⁷.

¹²⁴⁶ BATSSÉ, 1769, p. 140-141, nº 659.

¹²⁴⁷ BATSSÉ, 1767, p. 105, nº 510.

¹²⁴⁸ BATSSÉ, 1769, p. 128, nº 605.

¹²⁴⁹ BATSSÉ, 1767, p. 105, nº 511; 1769, p. 140-141, nº 659.

¹²⁵⁰ BATSSÉ, 1769, p. 140-141, nº 659.

¹²⁵¹ BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1057.

¹²⁵² BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1057.

¹²⁵³ BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1058.

¹²⁵⁴ BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1058.

¹²⁵⁵ BATSSÉ, 1767, p. 105, nº 511.

¹²⁵⁶ BATSSÉ, 1782, p. 357, nº 1791.

¹²⁵⁷ BATSSÉ, 1774, p. 212, nº 1057.

4.6.1 Sítio do Saco do Meio

Da sede da Fazenda Tatauí, em linha reta e direção oeste, a 6 km de distância, junto ao Rio São Francisco, 2 km à montante do eixo da Barragem de Sobradinho, às coordenadas UTM24L 296000, UTMN 8958500, 365 m de altitude, localizava-se o Sítio do Saco do Meio ou Juacema, atualmente submerso no Lago de Sobradinho. (Fig. 155).

Figura 155 – Povoadado de Saco do Meio na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973), adaptada pelo autor

De 1754 a 1777, nele moraram pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Pereira e Lucinda Carvalho¹²⁵⁸; Paulo de Sousa e Ana de Sousa¹²⁵⁹; Francisco de Sousa¹²⁶⁰; José dos Santos¹²⁶¹; Maria de Sousa¹²⁶²; Damiana da Silva¹²⁶³; Antônio dos Santos e Josefa Vieira de Aguiar¹²⁶⁴.

¹²⁵⁸ BATSSÉ, 1754, p. 11, nº 65.

¹²⁵⁹ BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.

¹²⁶⁰ BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.

¹²⁶¹ BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.

¹²⁶² BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1135.

¹²⁶³ BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1202.

¹²⁶⁴ BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1202.

4.6.1.1 Artefatos Arqueológicos

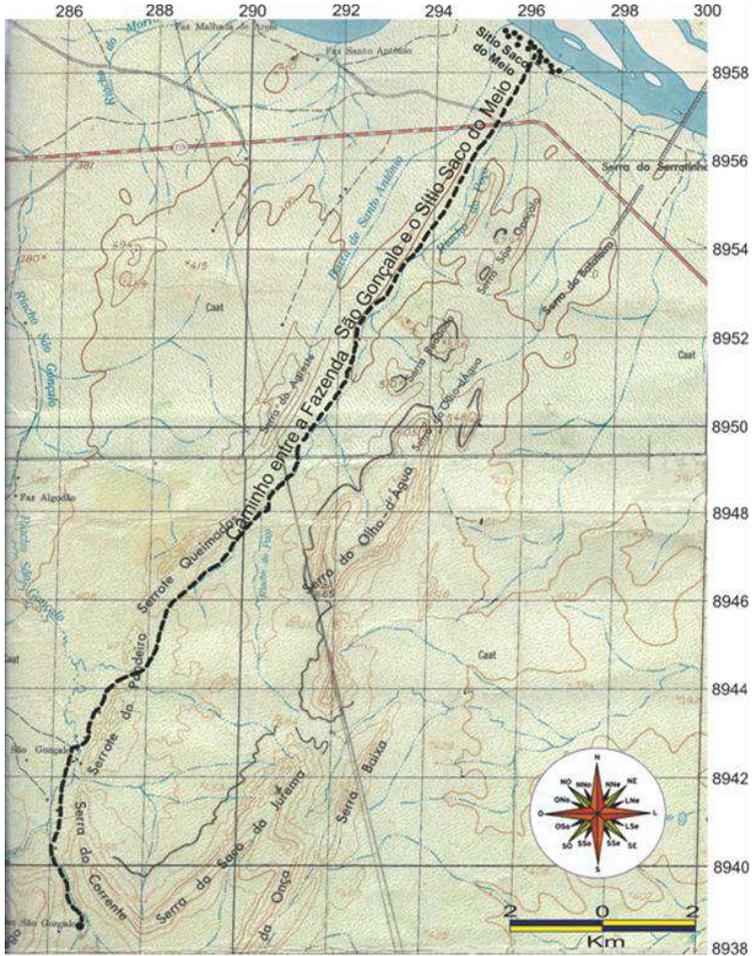
Um velho caminho entre os sítios Saco do Meio e São Gonçalo da Serra evidencia ligação atávica dos moradores daquele povoado ribeirinho a uma fonte perene de água doce, à montante de um grande boqueirão esculpido por dissecação fluvial entre as serras do Corrente e Saco do Morcego. Tratava-se de um brejo que, pela abundância perene de animais silvestres no entorno e portentosa fertilidade dos solos adjacentes, era pródigo celeiro de alimentos de grupos ribeirinhos, desde períodos remotos da pré-história regional. Quando as condições lhes eram favoráveis, eles viviam da pesca e cultivaram os solos aluviais junto ao Rio São Francisco. Desfavoráveis as circunstâncias ribeirinhas, eles migravam temporariamente para aquele brejo onde caçavam e cultivavam pequenas caiçaras, à jusante do olho d'água. (Fig. 156).

O termo designa somente aqueles terrenos nos quais os rios se conservam mais ou menos permanentes e onde, por isso, a agricultura se desenvolve mais cedo. Os brejos se assemelham a uma espécie de "oásis", lugares favoráveis à fixação do homem em terras áridas e agrestes, assim como sucedeu, em 1697, no brejo localizado entre as fazendas São Francisco Xavier e Barra da futura capitania do Piauí. Ali, o capitão-mor dos paulistas, Francisco Dias de Siqueira, erigiu uma povoação de índios que tirava sua subsistência do cultivo da mandioca, arroz, milho, feijão, bananas e batatas. Tudo se dava com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra. (LÖFGREN, 1923, p. 26; ENNES, 1938, p. 379 *apud* ARRAES, 2017, p. 68).

Esse tradicional padrão comportamental, essencialmente nativo, estendeu-se ao longo dos tempos, desde a pré-história até o ocaso da década de 1970, quando se concluiu a

edificação da Barragem de Sobradinho e exigiu-se a relocação das famílias ribeirinhas à borda do lago homônimo.

Figura 156 – Traçado do caminho entre Saco do Meio e São Gonçalo



Fonte: Ministério do Exército (1977 *apud* Kesting, 2019b)

Calderón *et al.* (1977) referiram-se a painéis de pintura rupestre que disseram haver em abundância no Boqueirão do Riacho São Gonçalo. Caracterizaram, por isso, àquela feição de

relevo como Sítio Arqueológico São Gonçalo (BASF-122). Kesting (2001 e 2007) constatou que os referidos painéis, distribuíam-se em 32 sítios. Nas pesquisas arqueológicas que se realizaram no boqueirão e em suas adjacências, encontraram-se evidências a corroborarem a tradição oral e rechearem o modelo explicativo das razões do estreito vínculo afetivo da população atual com o patrimônio edificado por indígenas, entre os quais destacam-se os ancestrais do povo Tamoquim. (Fig. 157).

Figura 157 – Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Kesting (2001, p. 58)

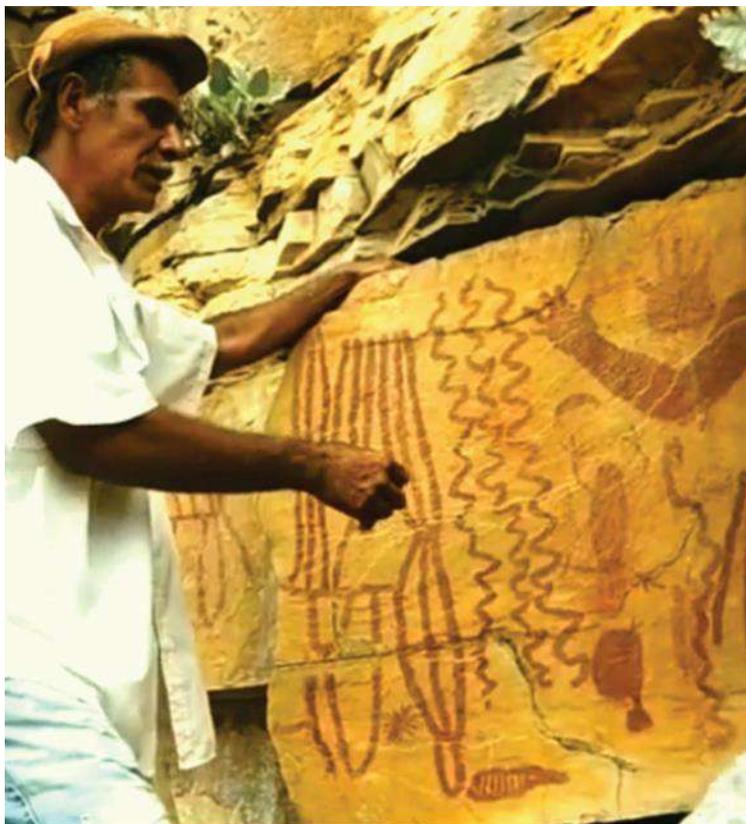
Constatou-se, é verdade, haver vários painéis de pintura rupestre, realizados em períodos remotos da pré-história, por grupos ainda não conhecidos, de tronco cultural que já se sabe ser a Tradição São Francisco. (Fig. 122). Próximo a eles, contudo, verificou-se haver outros, executados em épocas históricas relativamente recentes. Destacam-se os painéis que, segundo a tradição oral, realizaram-se no entardecer do Século XVIII, por ordem do Alferes Joaquim José Ribeiro Felisbel, um dos filhos do Capitão Mor Veríssimo Caetano Felisbel, então morador na sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé. (Fig. 158 a 160).

Figura 158 – Pintura realizada em período remoto da pré-história



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 159 – Painel realizado a mando do Alferes José Ribeiro Felisbel

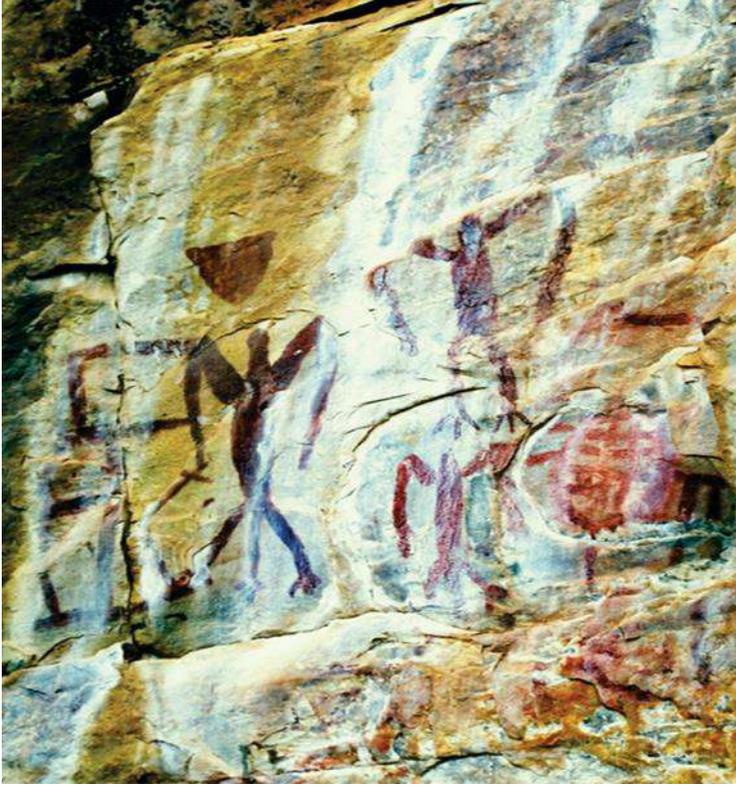


Este braço era de uma pessoa por nome José Ribeiro que, anos depois de falecer achou que deveria incorporar em alguém que contasse mais ou menos sua história.

Ele é uma das pessoas que muitas pessoas não acreditam, mas existe. Ele incorporava em uma tia minha. Quando se incorporava, ele falava as histórias dele. Ele dizia que este braço era dele. Este braço é dele. (CARVALHO, 2021).

Fonte: Escolas do Campo (2022, p. 122)

Figura 160 – Painel realizado a mando do Alferes José Ribeiro Felisbel



Fonte: Escolas do Campo (2022, p. 130)

Em sondagem no sítio que se conhece como São Gonçalo 33 ou Aldeia do Buia, à jusante do boqueirão, próximo à sepultura de ancestrais do povo Tamoquim, acharam-se evidências da presença humana contínua, de nove mil anos até os dias atuais. (Fig. 161 e 162).

Com essas constatações, cientificamente comprovadas, fortaleceu-se a autoestima da comunidade local. Aguçou-se nela o sentimento de pertença, a sustentar o argumento de ser ela possuidora do direito legal e detentora do dever cívico de

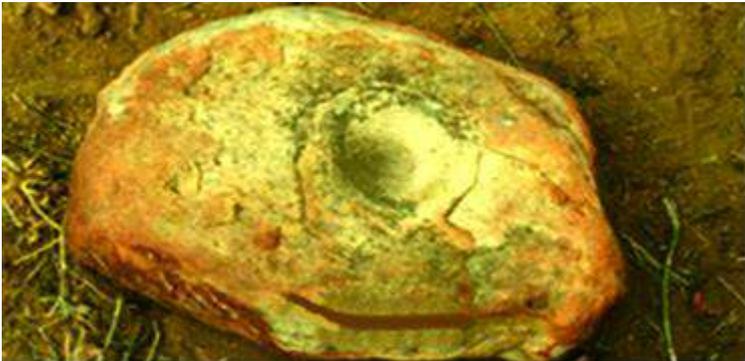
zelar pela preservação do patrimônio que se conserva nas paredes e alcantis daquelas antigas e sagradas rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, formação Tombador.

Figura 161 – Sítio São Gonçalo 33 ou Aldeia do Buia



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 162 – Almofariz em matacão na superfície da Aldeia do Buia



Fonte: Kesting (2007, p. 61)

4.7 Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro

Da igreja da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção nordeste, a 93 km de distância, junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM24L 324076, UTMN 8928376, 368 metros de altitude, encontrava-se a Passagem do Juazeiro. Atualmente é uma cidade de porte médio, com 235.816 habitantes (IBGE, 2022 *apud* REDEGN, 2023). (Fig. 163 e 164).

Figura 163 – Passagem do Juazeiro, 93 km a nordeste de Sento Sé



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 164 – Juazeiro – BA nos dias atuais



Fonte: Redegn (2023)

De 1761 a 1767, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Marcos Rodrigues Viana e Antônia da Costa¹²⁶⁵; Francisco Gomes da Cruz e Josefa Maria da Conceição¹²⁶⁶. Ao grupo indígena vinculava-se **Natália**¹²⁶⁷, de etnia incógnita.

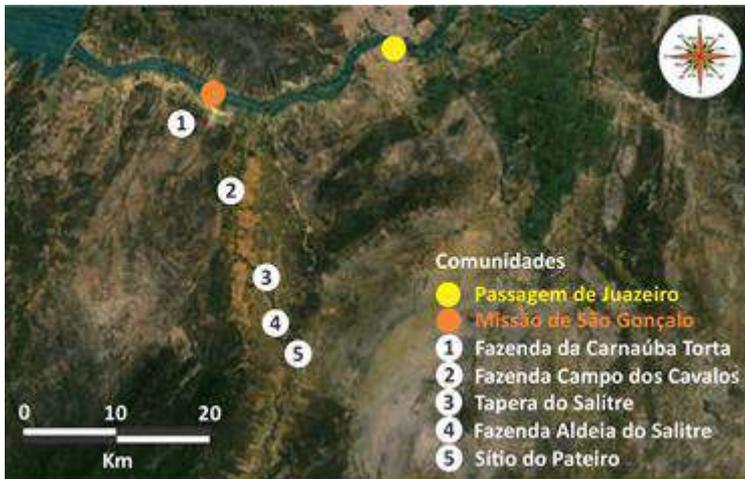
No atual território de Juazeiro havia cinco pequenas comunidades. (Qd. 8; Fig. 165).

Quadro 8 – Comunidades de Juazeiro - BA

Nº	Localização dos Sítios	UTM24L	UTMN	Altitude
1	Fazenda da Carnaúba Torta	312500	8949500	382 m
2	Fazenda Campo dos Cavalos	318321	8942639	377 m
3	Sítio Tapera do Salitre	322709	8933415	396 m
4	Fazenda Aldeia do Salitre	324076	8928376	398 m
5	Sítio do Pateiro	326746	8925080	429 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 165 – Comunidades de Juazeiro



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

¹²⁶⁵ BATSSÉ, 1761, nº 318, p. 53.

¹²⁶⁶ BATSSÉ, 1767, nº 539, p. 113.

¹²⁶⁷ BATSSÉ, 1761, nº 297, p. 47.

4.7.1 Fazenda da Carnaíba Torta

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 25 km de distância, 5 km a sudoeste da Missão de São Gonçalo do Salitre, encontrava-se a sede da Fazenda da Carnaíba Torta. (Fig. 166).

Figura 166 – Fazenda da Carnaíba Torta nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1776, nela morava João da Silva de Almeida, de origem lusitana. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Manoel e Joana**, escravos de João da Silva de Almeida, e **Manoel Francisco**.

Aos cinco dias do mês de março de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, Arcebispado da Bahia, de licença minha, batizou solenemente e pôs os santos óleos, o Reverendo coadjutor atual, o Padre Manoel do Rosário, à inocente Maria, filha legítima de Manoel e Joana, escravos de João da Silva de Almeida (grifo nosso). Foi padrinho: Manoel Francisco, solteiro, todos moradores na Fazenda da Carnaíba Torta, fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1776, p. 228, nº 1134).

4.7.2 Fazenda Campo dos Cavalos

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 24 km de distância, na margem esquerda do Rio Salitre, 11 km ao sul da Missão de São Gonçalo, localizava-se a sede da Fazenda Campo dos Cavalos da qual se originou o povoado homônimo. (Fig. 167).

Figura 167 – Povoado de Campo dos Cavalos nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1771, nela morava a família de Francisco de Sousa Barbosa e Antônia Ferreira¹²⁶⁸, de origem portuguesa.

4.7.2.1 Artefatos Arqueológicos

Da sede da Fazenda Campo dos Cavalos, em linha reta e direção sudeste, às coordenadas UTM24L 319311, UTMN 8940856, 378 m de altitude, encontra-se o povoado de Ocrem.

¹²⁶⁸ BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 876.

Diz-se que originalmente esse território era habitado por indígenas do povo Massacará. (Fig. 168).

Figura 168 – Povoados de Ocrem



Fonte: Ministério do Exército – Petrolina (1973), adaptada

Nas caatingas do Rio Salitre, Martius encontrou restos dos Massacará (...). Convém observar que os documentos históricos, ao falarem das guerras sustentadas pela Casa da Torre, e pelos paulistas contra os índios do Rio Salitre, jamais usam o nome de Massacará e sim o de Galache [e/ou] Ocrem. Mas essa discordância talvez encontre explicação na afirmativa de Martius, de ter sido o nome Massacará uma alcunha dada pelos Tupi, que significava galo. (OTT, 1958, p. 24-25).

Os indígenas Ocrem utilizavam vasos de cerâmica para sepultamento secundário de seus mortos. Enterravam-nos primeiramente em fossas onde os deixavam durante quatro anos. Passado esse tempo, exumavam-nos para, em rituais festivos, enterrá-los em igaçabas, conforme *in situ* se observou.

Os Galache [e/ou] Ocrem que habitavam esta zona, conservaram, ao menos essencialmente, o princípio antigo de isolamento entre o cadáver e a terra solta, pois circundaram o corpo com lajes de 30-50 mm de grossura, fechando as

fendas com barro cinzento amassado que se empregava na fabricação de vasos, formando assim uma espécie de muro em redor do corpo, resguardo que ainda estava bem conservado. Dos pedaços de barro amassado que estavam junto da cova, e das partes ainda intactas, em cima das lajes, de um diâmetro de 50 mm (na coleção arqueológica da Faculdade de Filosofia da Bahia existem alguns fragmentos aí recolhidos por mim), foi possível fazer a reconstrução de uma espécie de abóboda de barro amassado, com que os selvagens tinham coberto a cabeça do morto. De ossos não se observava nenhum vestígio. (OTT, 1958, p. 100-101).

4.7.3 Sítio Tapera do Salitre

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 29 km de distância, 21 km ao sul da Missão de São Gonçalo, localizava-se a sede do Sítio Tapera do Salitre da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 169).

Figura 169 – Povoado de Tapera do Salitre nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1771 a 1777, nela moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gaspar de Fraga e Maria do Rosário¹²⁶⁹; José de

¹²⁶⁹ BATSSÉ, 1771, p. 166, nº 809.

Carvalho e Francisca Pereira¹²⁷⁰; José Ferreira e Maria Ferreira¹²⁷¹; José Espíndola da Costa¹²⁷² e Maria dos Reis¹²⁷³.

4.7.4 Fazenda Aldeia do Salitre

Da Missão de Nossa Senhoras das Grotas, em linha reta e direção sudoeste, a 33 km de distância, 26 km ao sul da Missão de São Gonçalo, na margem esquerda do Rio Salitre, localizava-se a sede da Fazenda Aldeia da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 170).

Figura 170 – Sede do povoado Aldeia do Salitre nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1754, nela morava Inácia de Araújo Pereira¹²⁷⁴, de origem portuguesa. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria da Conceição**¹²⁷⁵ e **Maria**, escrava de Inácia de Araújo Pereira¹²⁷⁶.

¹²⁷⁰ BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1199.

¹²⁷¹ BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1200.

¹²⁷² BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1200.

¹²⁷³ BATSSÉ, 1777, p. 243, nº 1200.

¹²⁷⁴ BATSSÉ, 1762, p. 68-69, nº 372.

¹²⁷⁵ BATSSÉ, 1754, p. 11, nº 64.

¹²⁷⁶ BATSSÉ, 1762, p. 68-69, nº 372.

4.7.4.1 Artefatos Arqueológicos

Da sede da Fazenda Aldeia do Salitre, em linha reta e direção sudoeste, a 13 km de distância, em rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, às coordenadas UTM24L 313642, UTMN 8920460, 626 m de altitude, encontra-se o Boqueirão das Laranjeiras onde se conservam painéis de pintura rupestre da Tradição São Francisco. (Fig. 171 e 172). Trata-se de um brejo onde se conservam também vestígios do período colonial. Destaca-se um curral de pedra que, com base na tradição oral, foi edificado por indígenas escravizados. (Fig. 173).

Figura 171 – Vista parcial do Boqueirão das Laranjeiras



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 172 – Painel de Pintura rupestre



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2014)

Figura 173 – Curral de pedra edificado por indígenas escravizados



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

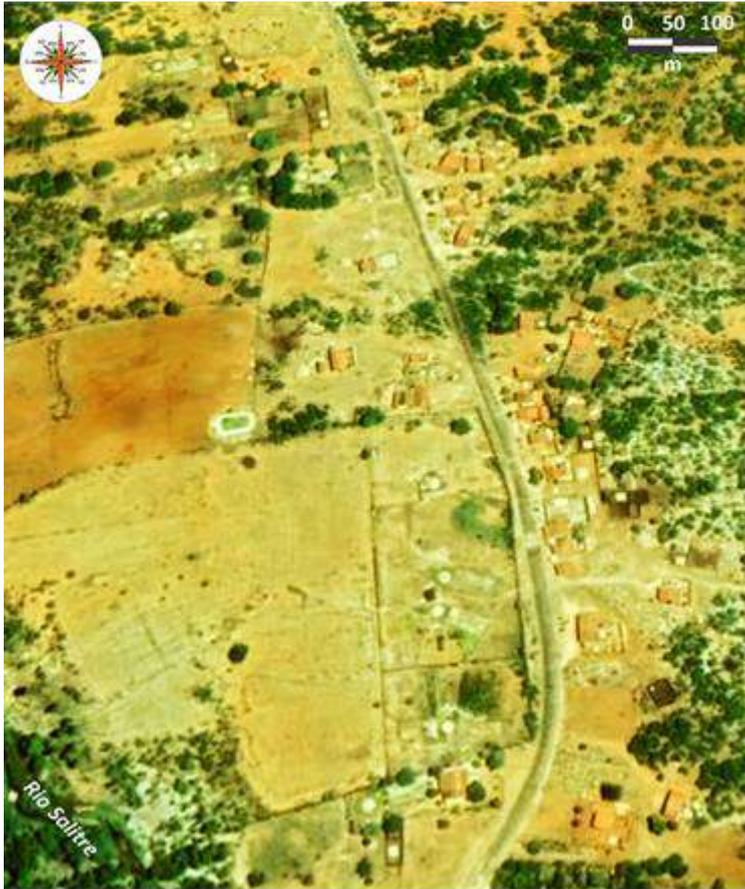
Nas caatingas e brejos interiores, o próprio camponês anônimo e sem linhagem guarda os traços fisionômicos da gente antiga que povoou o vale. Nas cidades ribeirinhas ainda podem ser encontrados alguns negros. Nas aldeias do interior dos municípios, porém, o elemento negro é praticamente nulo. O camponês das caatingas distantes e dos brejos remotos é (...) acaboclado. [Tem] olhos oblíquos, lábios grossos, cabelos lisos, exibindo em tudo a predominância do sangue indígena. (LINS, 1959, p. 24).

4.7.5 Sítio do Pateiro

Da Missão de Nossa Senhora das Grotas, em linha reta e direção sul, a 35 km de distância, 30 km ao sul da Missão de São Gonçalo, na margem direita do Rio Salitre, localizava-se a

sede do Sítio do Pateiro da qual se originou o atual povoado homônimo. (Fig. 174).

Figura 174 – Povoado de Pateiro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1771, nela moravam Josefa Fernandes, Maximiano Dias e Tomásia Nunes¹²⁷⁷, de origem portuguesa.

¹²⁷⁷ BATSSÉ, 1771, p. 166, nº 811.

4.8 Vila do Rio Grande do Sul

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 255 km de distância, na margem esquerda do Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 702775, UTMN 8773157, 410 metros de altitude, localizava-se a Vila do Rio Grande do Sul, vinculada a Pernambuco. Dela se originou a atual cidade de Barra, hoje pertencente ao estado da Bahia. (Fig. 175 a 177).

Figura 175 – Localização da Vila do Rio Grande do Sul



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

[Em 1670], surge a Fazenda da Barra do Rio Grande do Sul (do Rio Grande do Sul, para evitar confusão com o Rio Grande do Norte). Junto aos sertanistas vieram os padres, para catequisar os índios dessas terras. Construiu-se então uma capela. A capela de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul. A fazenda cresceu e virou arraial.

Em 1698, o arraial passou a povoação. Isso, por determinação de Dom José I, rei de Portugal. A Carta Régia foi assinada pelo então governador geral do Brasil, Dom João de Lencastro. Depois disso, o local ficou oficialmente conhecido como povoação de São Francisco das Chagas, da Barra do Rio Grande do Sul. Novos moradores chegavam de outras partes

do país e até do exterior. A povoação cresceu e, em 1752, transformou-se em vila [e freguesia] de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul; porém o novo status só foi efetivado no ano seguinte, em 1753. (IBGE, 2024).

Figura 176 – Igreja de São Francisco das Chagas, na cidade da Barra



Fonte: Cidades do Mundo (2021)

Figura 177 – Cidade de Barra nos dias atuais



Fonte: Kel Dourado (2021 *apud* Carvalho 2021)

De 1770 a 1777, nela moravam o Padre Manoel Rodrigues de Almeida¹²⁷⁸ e o Capitão José Guedes¹²⁷⁹, ambos de origem portuguesa. Ao grupo indígena vinculavam-se **Arcângela Maria**¹²⁸⁰ e **Rita Maria**¹²⁸¹.

4.9 Santo Antônio de Pilão Arcado

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudoeste, a 134 km de distância, na margem esquerda do Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 782360, UTMN 8876859, 390 metros de altitude, encontrava-se a igreja matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado. (Fig. 178 e 179).

Figura 178 – Localização da velha cidade de Pilão Arcado



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

De 1766 a 1779, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Vitória Maria Leal¹²⁸²; Ana (...) Nunes¹²⁸³; Maria da

¹²⁷⁸ BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 701; 1772, p. 183, nº 884.

¹²⁷⁹ BATSSÉ, 1777, p. 246, nº 1213.

¹²⁸⁰ BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 703.

¹²⁸¹ BATSSÉ, 1772, p. 183, nº 884.

¹²⁸² BATSSÉ, 1766, p. 102-103, nº 502.

¹²⁸³ BATSSÉ, 1769, p. 134, nº 632.

Conceição, Manoel Tavares e Teresa de Jesus¹²⁸⁴; Manoel Fernandes de Sá, Joaquim Pereira e Maria de Jesus¹²⁸⁵; Ana Francisca Ferreira¹²⁸⁶; Antônio Rodrigues Pamplona¹²⁸⁷; (...) Correia e (...)sinta Soares¹²⁸⁸; Antônio Pereira da Silva¹²⁸⁹; Manoel da Silva Braga¹²⁹⁰; Bento José Pamplona¹²⁹¹; Ludovina Maria da Rocha¹²⁹².

Figura 179 – Restos da velha cidade de Pilão Arcado nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Na Freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado cujo território desmembrou-se da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Rodelas e se vinculava ao Bispado de Pernambuco, além da

¹²⁸⁴ BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 694.

¹²⁸⁵ BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 695.

¹²⁸⁶ BATSSÉ, 1770, p. 149, nº 695; 1772, p. 190, nº 921.

¹²⁸⁷ BATSSÉ, 1772, p. 190, nº 921.

¹²⁸⁸ BATSSÉ, 1772, p. 190-191, nº 924.

¹²⁸⁹ BATSSÉ, 1773, p. 212, nº 1056.

¹²⁹⁰ BATSSÉ, 1779, p. 296, nº 1456.

¹²⁹¹ BATSSÉ, 1779, p. 296-297, nº 1458.

¹²⁹² BATSSÉ, 1779, p. 296-297, nº 1458.

povoação onde se localizava sua sede, havia oito comunidades vinculadas à Igreja Católica. (Qd. 9; Fig. 180).

Quadro 9 – Comunidades de Santo Antônio de Pilão Arcado

Nº	Localização dos Sítios	UTM	UTMN	Altitude
1	Ilha do Tamanduá	24L273000	8960000	379 m
2	Casa Nova	24L265500	8958000	375 m
3	Fazenda do Curralinho	24L245900	8933200	400 m
4	Fazenda de Pau a Pique	24L215074	8925850	--
5	Sítio do Caroá	23L799689	8904371	--
6	Fazenda da Praia	23L786121	8890659	--
7	Sítio da Carnaúba Torta	23L782138	8870369	396 m
8	Ilha do Miradouro	23L748632	8807042	402 m

Fonte: BATSSÉ (1752-1783)

Figura 180 – Comunidades de Santo Antônio de Pilão Arcado



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

4.9.1 Ilha do Tamanduá

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 171 km de distância, no meio do Rio São Francisco, encontrava-se a Ilha do Tamanduá, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 181).

Figura 181 – Ilha do Tamanduá na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

De 1762 a 1777, nela e em seu entorno morava gente de origem portuguesa e indígena. Integravam-se ao corpo social de raiz lusitana: José Fernandes Braga e Ana Rodrigues da Silva¹²⁹³; Teresa Gonçalves de Jesus¹²⁹⁴; Teresa de Sousa¹²⁹⁵; Antônia de Sousa¹²⁹⁶; José Pacheco Ferreira¹²⁹⁷ e Maria Barbosa¹²⁹⁸; Josefa da Rocha¹²⁹⁹; Teodora Gomes¹³⁰⁰; Gaspar

¹²⁹³ BATSSÉ, 1769, p. 127-128, nº 601; 1771, p. 167, nº 814; 1777, p. 244, nº 1206.

¹²⁹⁴ BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 385; 1763, p. 84, nº 424; 1776, p. 218, nº 1086.

¹²⁹⁵ BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 386; 1772, p. 201, nº 991.

¹²⁹⁶ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 991.

¹²⁹⁷ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 990; 1775, p. 221, nº 1098.

¹²⁹⁸ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 990; 1775, p. 221, nº 1098; 1776, p. 239, nº 1186.

¹²⁹⁹ BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1101.

¹³⁰⁰ BATSSÉ, 1767, p. 104, nº 507.

dos Reis Bittencourt¹³⁰¹; Maria Ferreira¹³⁰²; Cosme Ferreira da Silva¹³⁰³; Bernardo Pacheco¹³⁰⁴ e Ana Maria da Conceição¹³⁰⁵; João Pereira Porto e Eugênia Maria Barbosa¹³⁰⁶; Roberto José de Matos¹³⁰⁷; Manoel da Rocha e Maria das Neves¹³⁰⁸; Antônia Alves dos Passos¹³⁰⁹; Sargento Mor Manoel Teixeira de Carvalho¹³¹⁰; Luís Ferreira¹³¹¹; Félix Ferreira da Silva¹³¹² e Teodora Ferreira da Silva¹³¹³; Marcos Rodrigues Vicente¹³¹⁴ e Antônia da Costa Neves¹³¹⁵; Manoel Ferreira da Guerra¹³¹⁶ e Antônia Barbosa¹³¹⁷; Luísa Pinto¹³¹⁸; Ana dos Santos¹³¹⁹; Manoel (...) e Maria da Conceição¹³²⁰; Rosa Maria Rodrigues Vicente¹³²¹; Felipe Delgado e Ana de Sousa¹³²²; João de Sousa e Antônia Pereira¹³²³; Manoel Rodrigues Vicente¹³²⁴; Feliciano de Sousa e Joana Ferreira¹³²⁵; Lourenço Delgado e Benta

¹³⁰¹ BATSSÉ, 1769, p. 131-132, nº 622.

¹³⁰² BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 748.

¹³⁰³ BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 748; 1771, p. 171, nº 830; 1776, p. 218, nº 1086.

¹³⁰⁴ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 990; 1771, p. 211, nº 1054.

¹³⁰⁵ BATSSÉ, 1770, p. 163, nº 748; 1771, p. 171, nº 830; 1771, p. 211, nº 1054.

¹³⁰⁶ BATSSÉ, 1771, p. 166-167, nº 812; 1772, p. 201, nº 990.

¹³⁰⁷ BATSSÉ, 1771, p. 169-170, nº 823.

¹³⁰⁸ BATSSÉ, 1771, p. 170, nº 825; 1772, p. 201, nº 991; 1775, p. 222, nº 1105.

¹³⁰⁹ BATSSÉ, 1771, p. 170, nº 825.

¹³¹⁰ BATSSÉ, 1771, p. 181, nº 876.

¹³¹¹ BATSSÉ, 1772, p. 201, nº 991.

¹³¹² BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1084.

¹³¹³ BATSSÉ, 1769, p. 140, nº 657; 1774, p. 217, nº 1084;

¹³¹⁴ 1774, p. 217, nº 1084; 1776, p. 239, nº 1186; 1777, p. 244, nº 1206.

¹³¹⁵ BATSSÉ, 1774, p. 217, nº 1084; 1776, p. 239, nº 1186.

¹³¹⁶ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1138; 1777, p. 244, nº 1205.

¹³¹⁷ BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1205.

¹³¹⁸ BATSSÉ, 1776, p. 218, nº 1086.

¹³¹⁹ BATSSÉ, 1776, p. 218, nº 1086; 1777, p. 244, nº 1206.

¹³²⁰ BATSSÉ, 1775, p. 220-221, nº 1097.

¹³²¹ BATSSÉ, 1775, p. 220-221, nº 1097.

¹³²² BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1098.

¹³²³ BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1099.

¹³²⁴ BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1099; 1777, p. 244, nº 1206.

¹³²⁵ BATSSÉ, 1776, p. 228-229, nº 1137.

Pereira¹³²⁶; Domingos Barbosa¹³²⁷; Maria Barbosa¹³²⁸; José Rodrigues Barbosa¹³²⁹; João Rodrigues e Ana da Silva¹³³⁰; Manoel da Silva e Quitéria Rodrigues¹³³¹.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Micaela**, escrava de José Fernandes Braga¹³³²; **Margarida**¹³³³ e **Marcelo**¹³³⁴, escravos de Teresa Gonçalves de Jesus; **Antônio e Bibiana**¹³³⁵, escravos de Roberto José de Matos; **Antônio, Josefa da Rocha, forra**, e **Manoel Pacheco**, escravos de José Pacheco Ferreira; **Rosa Maria**¹³³⁶.

No mesmo dia, mês e ano, nesta mesma freguesia, de licença minha, batizou e pôs os santos óleos, o Reverendo coadjutor atual, o Padre Manoel do Rosário, à inocente Antônia, filha legítima de Antônio, escravo de José Pacheco Ferreira, e de sua mulher Josefa da Rocha, forra. Foi padrinho: Manoel Pacheco, escravo de José Pacheco, solteiro, todos moradores no Sítio do Tamanduá e fregueses desta freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). Vigário-Souza. (BATSSÉ, 1775, p. 221, nº 1101).

4.9.2 Casa Nova

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 163 km de distância, junto ao Rio São

¹³²⁶ BATSSÉ, 1776, p. 229, nº 1138.

¹³²⁷ BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1205.

¹³²⁸ BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1205.

¹³²⁹ BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1206.

¹³³⁰ BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1207.

¹³³¹ BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1207.

¹³³² BATSSÉ, 1762, p. 73, nº 385.

¹³³³ BATSSÉ, 1764, p. 85, nº 427 e 428.

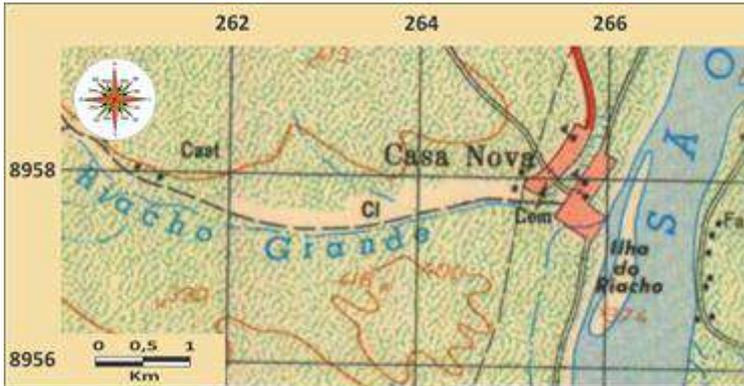
¹³³⁴ BATSSÉ, 1776, p. 228-229, nº 1137.

¹³³⁵ BATSSÉ, 1771, p. 169-170, nº 823.

¹³³⁶ BATSSÉ, 1777, p. 244, nº 1207.

Francisco, encontrava-se a velha Casa Nova, atualmente submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 182).

Figura 182 – Casa Nova na década de 1970



Fonte: Ministério do Exército – Casa Nova (1973), adaptada pelo autor

Em 1777, nela morava Manoel de Castro¹³³⁷, de raiz lusitana.

4.9.3 Fazenda do Curralinho

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 134 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda do Curralinho, hoje submersa no Lago de Sobradinho. (Fig. 183).

De 1746 a 1780, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Felipe de Santiago e Antônia de Brito¹³³⁸; Leandro de Brito¹³³⁹; João Moreira Leite¹³⁴⁰. Ao grupo indígena vinculavam-se: **José e Isabel**, escravos de Leandro de Brito e **Jerônimo Pereira, pardo forro**.

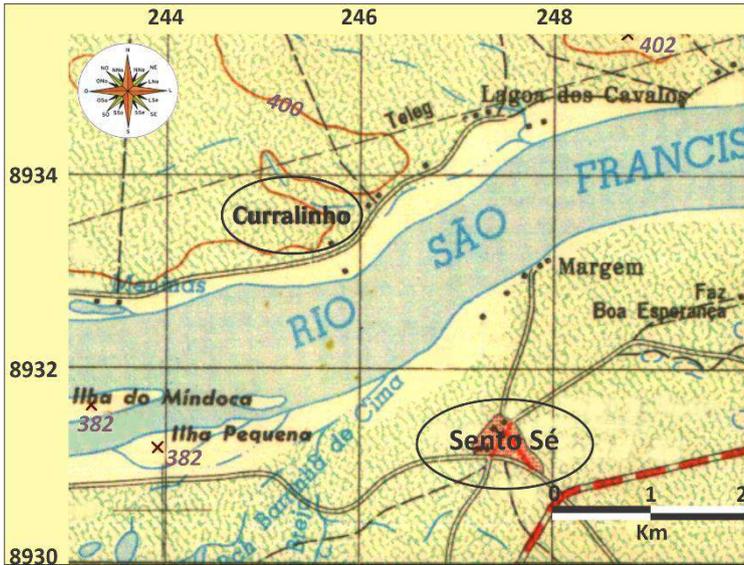
¹³³⁷ BATSSÉ, 1777, p. 260, nº 1289.

¹³³⁸ BATSSÉ, 1746, p. 134-135, nº 633.

¹³³⁹ BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 388.

¹³⁴⁰ BATSSÉ, 1780, p. 324, nº 1615.

Figura 183 – Fazenda do Curralinho, 4 km a noroeste de Sento Sé



Fonte: Ministério do Exército – Sento Sé (1973), adaptada pelo autor

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil setecentos e sessenta e dois anos, nesta matriz batizei, solenemente, e pus os santos óleos ao inocente Florêncio, filho de José e Isabel, escravos de Leandro de Brito, morador na Fazenda do Curralinho, Freguesia do Santo Antônio de Pilão Arcado, Bispado de Pernambuco (grifo nosso). Foram padrinhos: Leonardo de Sousa e sua mulher Leonor Maria, todos da mesma freguesia, de que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1762, p. 74, nº 388,).

Aos nove dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e nove, nesta Freguesia, batizei solenemente e pus os santos óleos à inocente Antônia, filha legítima de Manoel, escravo de

Antônio Cardoso, e de sua mulher Inácia de Matos, crioula forra, assistentes na Fazenda do Urucé, desta Freguesia (grifo nosso). Foram padrinhos: Jerônimo Pereira, pardo forro, morador na Fazenda do Curralinho, da Freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado, e (...) Maria, casada com Leonardo de Sousa, morador na sobredita Fazenda do Urucé, nesta freguesia, do que fiz este assento que, por verdade, assinei. Vigário Sousa. (BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 614).

4.9.3.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda do Curralinho havia um sítio arqueológico a céu aberto que se resgatou em 1977. Ocupava uma área de 120 m x 65 m. Nele se coletaram 201 fragmentos de cerâmica, um seixo utilizado e um batedor-moedor que jaziam na superfície do terreno.

Após o povoado do mesmo nome, entre pequenos morros, informaram os moradores locais que foram encontradas painéis contendo cinzas. Realizadas as prospecções no local só foram encontrados cacos cerâmicos. O sítio foi demarcado e feitos 3 (três) cortes que se apresentaram estéreis. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 24-25).

4.9.4 Fazenda de Pau a Pique

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 103 km de distância, junto ao Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda de Pau a Pique, hoje submersa no Lago de Sobradinho.

Entre 1754 e 1769, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Nicolau da Rocha e Catarina de Prado¹³⁴¹; Francisco Martins Pereira e Nicácio Pereira¹³⁴²; Ângelo Apolinário¹³⁴³.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Maria**¹³⁴⁴; **Inês, Francisco, Ângela**¹³⁴⁵ e **Ana Maria** (mulher de Nicolau)¹³⁴⁶, escravos de Catarina de Prado; **Ana Maria**, mulher de Nicácio Pereira e escrava de Francisco Martins Pereira¹³⁴⁷.

4.9.5 Sítio do Caroá

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção nordeste, a 33 km de distância, junto ao Rio São Francisco, encontrava-se o Sítio do Caroá do qual se originou o povoado homônimo, atualmente submerso no Lago de Sobradinho.

De 1757 a 1776, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Capitão Antônio Antunes Freiria¹³⁴⁸ e Leonarda da Rocha¹³⁴⁹; Manoel Ferreira Nogueira e Ana Moreira¹³⁵⁰;

Ao grupo indígena vinculava-se **Isabel**, escrava do Capitão Antônio Antunes Freiria¹³⁵¹.

¹³⁴¹ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.

¹³⁴² BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 617.

¹³⁴³ BATSSÉ, 1769, p. 131, nº 621.

¹³⁴⁴ BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 78.

¹³⁴⁵ BATSSÉ, 1754, p. 15, nº 79.

¹³⁴⁶ BATSSÉ, 1763, p. 75, nº 393.

¹³⁴⁷ BATSSÉ, 1769, p. 130, nº 617.

¹³⁴⁸ BATSSÉ, 1757, p. 48, nº 300; 1769, p. 154, nº 715.

¹³⁴⁹ BATSSÉ, 1769, p. 154, nº 715

¹³⁵⁰ BATSSÉ, 1769, p. 154, nº 715

¹³⁵¹ BATSSÉ, 1774, p. 215, nº 1073.

A exemplo do que ocorreu em muitos lugares do nordeste do Brasil, no Sítio do Caroá preservou-se o espírito guerreiro dos ancestrais indígenas¹³⁵². De 1820 a 1844, habitava-o o Comendador Militão Plácido de França Antunes, considerado o homem de maior poder político no Vale do São Francisco. Mandava e desmandava em Pilão Arcado, Xique-Xique e Sento Sé. Com um exército de 200 homens entre os quais havia parentes, amigos e escravos ou jagunços, comandou o assassinato de três dos quatro filhos do comerciante português Bernardo Guerreiro que, na povoação de Santo Antônio de Pilão Arcado granjeavam amigos, armazenavam prestígio e faziam fortuna¹³⁵³.

Militão, o gênio bárbaro, triunfou sobre os esqueletos de seus inimigos, implantando a tiros de bacamarte e patas de cavalo a sua ditadura rural, onde a ausência da autoridade do Estado era o principal fator de todas as desordens. Mas Militão não representa apenas uma família que quis impor-se como senhora da terra de ninguém. Antes de tudo, ele foi uma consequência de um estado de espírito oriundo do isolamento do homem no deserto dominador. Por isto, ao invés de um bandido, ele foi um herói, e os crimes que praticou o foram

¹³⁵² Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes propiciou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados, apenas consoante às novas exigências da vida. (EUCLIDES DA CUNHA, 1897, p. 99-100 *apud* LINS, 1959, p. 25).

¹³⁵³ Desde sua fundação, no período colonial, a região, [Norte da Bahia] e Sudeste do Piauí, foi palco de intensos e intermináveis conflitos, resultantes, principalmente, da ocupação das sesmarias em territórios de grupos indígenas tradicionais. A implantação e manutenção de latifúndios exigia, não poucas vezes, o uso de armas de fogo. Pelo aparato militar, formado normalmente de nativos capturados (negros da terra) e negros de origem africana, os sesmeiros mantinham o poder pessoal, a coragem e o espírito de liderança, definidores da estrutura hierárquica catingueira. Criou-se, assim, uma sociedade de guerreiros, organizada a partir da usurpação das terras dos povos nativos, para implantação das fazendas de gado. (DIAS, 2002, p. 73 *apud* KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 81).

em nome da ambiência moral em que a sua mentalidade foi formada. Na sua amoralidade inocente, ele se absolvía de todos os crimes: (...) o extermínio dos Guerreiros foi em nome do sentimento bairrista, agravado pelo espírito da "revolução mata-maroto", que é como no vale, até hoje, se conhece a guerra da Independência. (LINS, 1959, p. 53).

No início do Século XX, o Sítio do Caroá pertencia ao Coronel Francisco Leobas de França Antunes, neto herdeiro do velho Comendador Militão. Embora enfraquecido o prestígio dos França Antunes, teve ele participação ativa em conflitos regionais como na Guerra da Telha, ocorrida em São Lourenço do Piauí, no período de 1927 a 1930. Aos litigantes do Sudeste do Piauí, ele fornecia, rifles, munições e jagunços dispostos a fazer no campo de batalha tudo que deles se solicitasse¹³⁵⁴.

4.9.5.1 Artefatos Arqueológicos

Na Fazenda do Caroá, próximo à casa que pertenceu ao Coronel Francisco Leobas, havia um sítio arqueológico a céu aberto que, em 1977 se resgatou. Nele se coletaram 209 fragmentos de cerâmica, que jaziam na superfície do terreno, e 148, que estavam em subsuperfície. Encontraram-se, também, lentes de carvão, no nível dois, e 14 fragmentos de ossos, no nível cinco. (CALDERÓN *et al.* 1977, p. 32).

¹³⁵⁴ [Para compreender a Guerra da Telha], precisa-se fazer uma visitação histórica à transferência da capital federal de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. A partir daí é que começou a haver essas questões de seca que, na verdade, não se resumia à ausência de chuva, mas à presença do mandachuva, o coronel rural, que fazia acentuar os problemas sociais. Junto com isso, foram-se criando quatro estilos obrigatórios para o nordestino: o primeiro era ser um retirante; o segundo era se resignar ao coronel e servir-lhe como jagunço; o terceiro era ser um cangaceiro e o quarto era seguir um beato e buscar a bem-aventurança, ir em busca do sagrado, já que lhe faltava tudo aqui na terra. (DAMASCENO, 2015 *apud* KESTERING; BEZERRA; NEGREIROS, 2023, p. 81).

4.9.6 Fazenda da Praia

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção norte, a 14 km de distância, junto ao encontro do Riacho do Sarango com o Rio São Francisco, localizava-se a sede da Fazenda da Praia, hoje submersa no Lago de Sobradinho.

Em 1778, nela moravam João de Oliveira Neves e Maria Neves¹³⁵⁵, ambos solteiros, de origem portuguesa.

4.9.7 Sítio da Carnaúba Torta

Da Igreja Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção sudoeste, a 6 km de distância, na margem esquerda do Rio São Francisco localizava-se ao Sítio da Carnaíba ou Carnaúba Torta.

De 1768 a 1780, nele moravam pessoas de origem portuguesa, quais eram: Antônio Pires e Maria Ribeiro¹³⁵⁶; Antônio Ribeiro de Carvalho e Maria Ferreira da Conceição¹³⁵⁷. Ao grupo indígena vinculavam-se: **Felipe de Sousa e Bibiana de Sousa**.

Aos trinta dias do mês de agosto de oitenta, nesta Freguesia de São José do Sento Sé, batizei solenemente e pus os santos óleos ao inocente Antônio, filho legítimo de Felipe de Sousa e de sua mulher Bibiana de Sousa, índios, [prováveis Acoroá,] moradores na Carnaúba Torta, do Pilão Arcado, de quem foram padrinhos Antônio dos Reis e sua mulher Teodora Ribeiro, todos desta

¹³⁵⁵ BATSSÉ, 1778, p. 288, nº 1422.

¹³⁵⁶ BATSSÉ, 1768, p. 122, nº 575; 1771, p. 165, nº 807; 1772, p. 188, nº 911.

¹³⁵⁷ BATSSÉ, 1769, p. 132, nº 623; 1772, p. 190, nº 919.

freguesia, de que mandei fazer este assento que, por verdade, assinei (grifo nosso). (BATSSÉ, 1780, p. 323, nº 1608).

Pela tradição oral, sabe-se hoje que aquele território era predominantemente habitado por indígenas Acoroá, Acroá ou Kraô, muitas vezes citados em documentos primários como gentios do corso ou tapuias. O nome dessa etnia deriva-se do costume que seus membros tinham, de usar uma faixa abaixo do joelho, de sua destreza como arqueiros e do hábito de, nas guerras, envenenarem a ponta de suas flechas. Diz-se que uma de suas aldeias situava-se junto ao Morro da Cândida, 48 km a sudoeste da atual cidade de Pilão Arcado e 29 km, também a sudoeste, de Carnaíba Torta.

Esse povo nativo manifestava preferência por viver no território ocidental do sertão baiano, compreendido entre o Rio Carinhanha, ao sul; a Serra do Gurgueia, ao norte; o Rio São Francisco a leste e a fronteira de Goiás, a oeste. (MARTIUS *apud* OTT, 1958, p. 27-28). No entardecer do Século XVII, quando o português de Mafra, Domingos Afonso Sertão, atravessou o Rio São Francisco e o Pernambuco, para implantar suas fazendas de gado, entre os rios Piauí e Canindé, eles ocupavam, também, áreas do Submédio São Francisco e o Sudeste do Piauí.¹³⁵⁸ (Fig. 184).

A referência de 1738 é importante por ter sido aquela data o momento de uma célebre reunião da 'Junta de Missões', ocorrida em São Luís, no palácio do governador do Maranhão, para deliberar, pela primeira vez, a favor de uma 'guerra defensiva' contra os povos nativos do Piauí, notadamente as nações indígenas Gilbué, Guegué, **Acoroá** (grifo nosso), Paracati e Timbira, todos disseminados pelo vasto sertão que abrange **desde a margem esquerda do Rio São Francisco até**

¹³⁵⁸ Encontravam-se indígenas Acoroá dispersos, na Missão de Rodelas, bem como nas margens e ilhas do Submédio São Francisco. (OTT, 1958, p. 28).

a **direita do Parnaíba** (grifo nosso) (...) Esses gentios perambulavam pelo território piauiense desde o século XVII, nos vales dos Rios Pajeú e Salitre, afluentes do São Francisco. (...) Sobre os Acoroá (...) há referências de sua presença na Lagoa do Parnaguá, no Rio Grande e Rio Preto em relatório do ano de 1697 (...) Por essas notícias (...) e por outras informações contidas nos ‘autos de Devassa da Junta de Missões do Maranhão (1738), bem como em cartas do ouvidor da Vila da Mocha (1747), ficamos sabendo que, desde o século XVII, com intensificação no século XVIII, os índios Guegué e **Acoroá** (grifo nosso) se afrontavam constantemente em solo piauiense com os criadores de gado procedentes da Bahia e de Pernambuco, que instalavam fazendas, em grandes sesmarias, à montante do rio São Francisco (CARVALHO, 2008, p, 59-60, 66-67 e 69 *apud* KESTERING, 2015, p. 359-360).

Figura 184 - Distribuição espacial dos índios do Piauí, no século XVIII



Fonte: Piauí (2015 *apud* Kesting, 2015, p. 361), adaptado pelo autor

4.9.7.1 Artefatos Arqueológicos

Aos indígenas Acoroá (visíveis e/ou invisíveis), atribui-se, em nível preliminar e hipotético, a confecção e/ou utilização de grande parte dos artefatos arqueológicos identificados na superfície das Dunas Fósseis do Médio São Francisco e em três sítios resgatados pela equipe de Calderón (1977): Taquari de Cima (BA-SF-124); Morro da Cândida (BA-SF-125) e Morro da Aldeia (BASF-126).

O Sítio de Taquari de Cima (2), a céu aberto, localizava-se próximo ao povoado homônimo, junto à estrada, no sopé dos morros de areia da Fazenda Taquari cuja sede se situa junto ao Rio São Francisco, às coordenadas UTM23L 779715, UTMN 8862769, 397 metros de altitude. Nele, coletaram-se 108 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno. (CALDERÓN *et al*, 1977, p. 32 *apud* KESTERING, 2019a, p. 169).

O Sítio Morro da Cândida (3), a céu aberto, localizava-se próximo ao povoado de Queimadas, na fazenda homônima, situada junto ao Rio São Francisco. Em área de 20 m x 50 m, encontrou-se e coletaram-se 50 fragmentos de cerâmica que jaziam na superfície do terreno. Os moradores disseram que, há muito tempo, naquele local havia uma aldeia indígena. São se realizou escavação porque a areia era muito fina e solta. (CALDERÓN *et al*, 1977, p. 32-33 *apud* KESTERING, 2019a, p. 169-170).

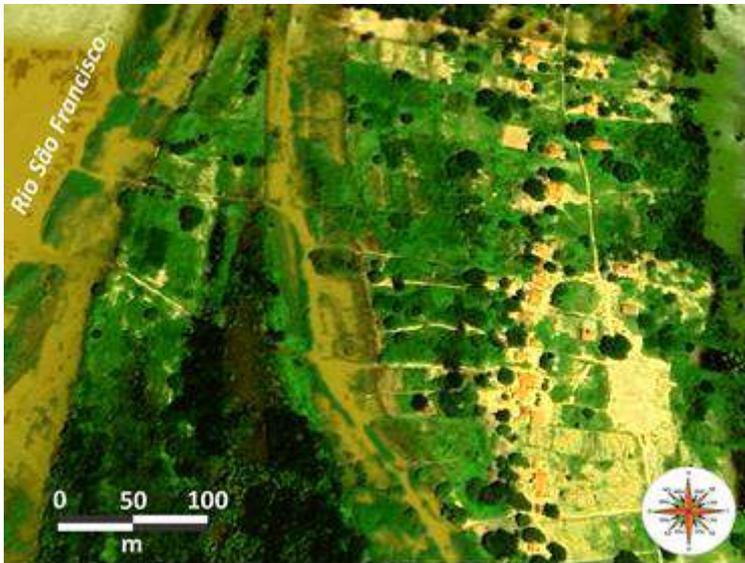
O Sítio Morro da Aldeia (4), a céu aberto, localizava-se na Fazenda Manga, próximo ao povoado de Saldanha, seis quilômetros ao norte do Rio São Francisco. A sede da Fazenda Manga situa-se às coordenadas UTM23L 772108, UTMN 8847948, 407 metros de altitude e o povoado de Saldanha, às coordenadas UTM23L 765795, UTMN 8846557, 407 metros de altitude. Nesse sítio coletaram-se 855 fragmentos de cerâmica, um fragmento de moedor e três lascas que jaziam na superfície

do terreno. (CALDERÓN *et al*, 1977, p. 33 *apud* KESTERING, 2019a, p. 170).

4.9.8 Ilha do Miradouro

Da Matriz de Santo Antônio de Pilão Arcado, em linha reta e direção sudoeste, a 3 km de distância, 4 km antes de se chegar na Povoação de Xique-Xique, encontrava-se o povoado da Ilha do Miradouro. (Fig. 185).

Figura 185 – Fronte da Ilha do Miradouro nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Conta, pois a história/lenda, aceita e aprovada pelos xiquexiquenses, que no Século XVII junto com os famosos bandeirantes que, naquela época adentravam os sertões brasileiros a procura de riquezas (pedras preciosas e ouro), também chegou, para se acampar na Ilha do Miradouro, um mascate que sempre acompanhava o grupo de exploradores,

para vender seus muitos e variados produtos transportados em uma tropa de dezenas de burros. Era um dos famosos tropeiros que cortavam o interior do País, mascateando como meio de sobrevivência e vendendo suas mercadorias que supriam as diversas necessidades dos bandeirantes desde gêneros alimentícios não perecíveis, passando por produtos de uso pessoal e também mercadorias de caráter religioso que tinham grande aceitação entre aqueles homens rudes e esperançosos. (CHAVES, 2009).

No entardecer do Século XVII, edificou-se nela a Capela de Nossa Senhora de Santana onde, no Século XVIII, ministrava-se o sacramento do batismo aos filhos dos garimpeiros, agricultores e escravos de Xique-Xique e das Serras do Assuruá, território do atual município de Gentio do Ouro. (Fig. 186).

Figura 186 – Capela de Nossa Senhora de Santana



Fonte: Xiquesampa (2020)

De 1768 a 1778, nela e em seu entorno havia pessoas de origem portuguesa, quais eram: Gonçalo Soares dos Santos¹³⁵⁹ e Caturnília Soares¹³⁶⁰; Clemente da Silva Vieira; Lourença Pires

¹³⁵⁹ BATSSÉ, 1768, p. 120, nº 563; 1770, p. 151, nº 701.

¹³⁶⁰ BATSSÉ, 1770, p. 151, nº 701.

Poderosa e João Mendes de Santiago¹³⁶¹; José Felizardo¹³⁶²; Antônio de Miranda e Rita Correia de Jesus¹³⁶³; João Félix (...) Aragão¹³⁶⁴; Josefa de Sousa Tavares¹³⁶⁵; Inácio da Silva¹³⁶⁶; Luís (...) ¹³⁶⁷; Antônio Rodrigues¹³⁶⁸; Antônio Pereira Bastos¹³⁶⁹; João Pereira Bastos¹³⁷⁰ e Quitéria Coelho da Costa¹³⁷¹.

Ao grupo indígena vinculavam-se: **Luísa**, escrava de Inácio da Silva¹³⁷²; **José**, escravo de Luís (...); **Felícia**, escrava de Antônio Rodrigues ¹³⁷³; **Maximiana**, escrava de Antônio Pereira Bastos¹³⁷⁴; **Ana Maria**¹³⁷⁵; **Isidora**, escrava de Quitéria Coelho da Costa¹³⁷⁶.

[No Século XIX], O porto do Miradouro era um lugar forçado e costumeiro da passagem geral dos viajantes pela via fluvial, ponto de parada bem conhecida dos barqueiros e remeiros, homens que puxavam à força de vara as barcas e canoas na carreira do rio, levando mercadorias, pessoas e mantendo atualizados os ribeirinhos sobre as últimas novidades ocorridas acima e abaixo no curso do São Francisco. (FERREIRA, 2005, p. 189).

¹³⁶¹ BATSSÉ, 1769, p. 136, nº 637.

¹³⁶² BATSSÉ, 1769, p. 138, nº 649.

¹³⁶³ BATSSÉ, 1771, p. 178, nº 861.

¹³⁶⁴ BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1216.

¹³⁶⁵ BATSSÉ, 1775, p. 246, nº 1216.

¹³⁶⁶ BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.

¹³⁶⁷ BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.

¹³⁶⁸ BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.

¹³⁶⁹ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.

¹³⁷⁰ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.

¹³⁷¹ BATSSÉ, 1778, p. 292, nº 1442.

¹³⁷² BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.

¹³⁷³ BATSSÉ, 1775, p. 246-247, nº 1217.

¹³⁷⁴ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.

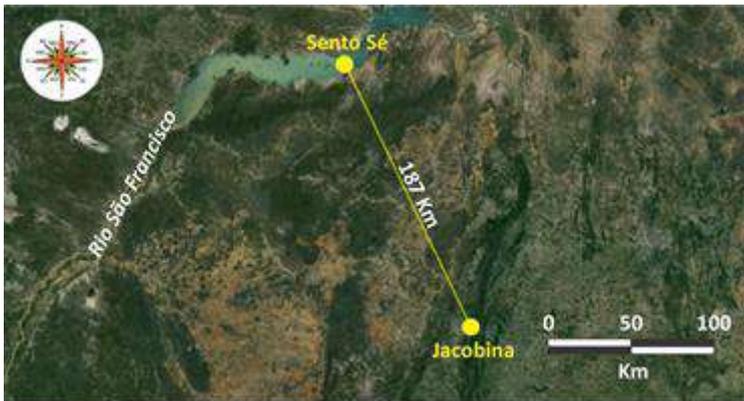
¹³⁷⁵ BATSSÉ, 1777, p. 250, nº 1233.

¹³⁷⁶ BATSSÉ, 1778, p. 292, nº 1442.

4.10 Santo Antônio da Jacobina

Da sede da Freguesia de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção sudeste a 187 km de distância, junto ao Rio Itapicuru, às coordenadas UTM24L 334639, UTMN 8763603, 489 metros de altitude, encontrava-se a Igreja Matriz de Santo Antônio de Jacobina. (Fig. 187).

Figura 187 – Localização da cidade de Jacobina



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Em 1779, na Vila de Santo Antônio de Jacobina morava Domingos dos Reis¹³⁷⁷, de origem portuguesa.

4.10.1 Fazenda do Baeta

Da matriz de Santo Antônio, em linha reta e direção noroeste, a 127 km de distância, às coordenadas UTM24L 245239, UTMN 8851812, 1014 m de altitude, encontrava-se a sede da Fazenda

¹³⁷⁷ BATSSÉ, 1779, p. 297, nº 1460.

do Baeta, hoje o povoado da Baixa do Licuri do Gonzaga, vinculado ao município de Umburanas. (Fig. 188 a 194).

Em 1772, nela morava a família de Antônio Francisco da Cunha e Albina Soares¹³⁷⁸, de origem portuguesa

Figura 188 – Localização da sede da Fazenda do Baeta



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

Figura 189 – Baixa do Licuri do Gonzaga nos dias atuais



Fonte: Google Earth (2024), adaptada pelo autor

¹³⁷⁸ BATSSÉ, 1772, p. 200, nº 986.

Figura 190 – Capela edificada pelos pioneiros moradores da fazenda



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 191 – Interior da velha capela



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 192 – Restos das fundações da residência dos pioneiros



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 193 – Antigo cemitério da fazenda



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

Figura 194 – Jazigo dos pioneiros



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2014)

4.11 Cidade de Oeiras

Da matriz de São José da Barra de Sento Sé, em linha reta e direção norte, a 308 km de distância, às coordenadas UTM23M 8174550, UTMN 9223315, 172 m de altitude, chegava-se à cidade de Oeiras. (Fig. 195 e 196)

De 1776 a 1778, da cidade de Oeiras migraram à Freguesia de Sento Sé: Gabriel Ribeiro Soares e Quitéria de Brito Pereira¹³⁷⁹, de origem portuguesa.

Ao grupo indígena vinculava-se **Maria Madalena**, indígena de nação desconhecida, oriunda daquela cidade. Na Freguesia de São José da Barra de Sento Sé batizou seu filho Joaquim.

Figura 195 – Praça de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras



Fonte: Museu de Arte Religiosa – Oeiras (2024), adaptada pelo autor

Figura 196 – Centro histórico de Oeiras



Fonte: Moura (2022), adaptada pelo autor

¹³⁷⁹ BATSSÉ, 1778, p. 280, nº 1387 e 1389.

5 VESTÍGIOS DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA

Pela estratégia da negação de sua etnicidade, substituição de atributos culturais periféricos e apropriação do sistema de comunicação dos europeus, muitos grupos indígenas da região Nordeste do Brasil, mormente do Vale do Rio São Francisco, sobreviveram física e culturalmente. Os dados que se obtiveram na pesquisa, corroboram a proposição de que as comunidades nativas da antiga Freguesia de São José da Barra de Sento Sé não foram massivamente assassinadas como sugerem o senso comum e a historiografia oficial. Elas se apropriaram do sistema de comunicação e de outros elementos da cultura dos neopovoadores, da mesma forma que, em recuados tempos pré-coloniais, acontecera entre os grupos das tradições Nordeste e São Francisco.

Fundamentados em princípios econômicos, políticos, míticos, religiosos e legais, os colonizadores e seu séquito menestrel setecentista encastelaram-se em sectarismos absolutistas de onde não viram os outros e muito menos reconheceram seus direitos e respectivos sonhos libertários.

Quarenta e quatro anos já se passaram desde que, no Século XX se fecharam as comportas da Barragem de Sobradinho e a qualidade de vida das populações ribeirinhas, relocadas traumáticamente em nome do progresso, modificou-se substancialmente para pior. Naquela ocasião, em tempos idos na década de 1970, implantou-se o Lago de Sobradinho. Considerou-se a população autóctone das margens e ilhas do Rio São Francisco como estorvo ao desenvolvimento. Em nome do progresso que exigia supremo impacto social e ambiental, realocou-se a ela, sem lenço, documento, eira e beira, para terraços fluviais antigos ou altiplanos da fronteira setentrional da Chapada Diamantina.

Nas serras e planuras que a elas circundam, considera-se hoje a mesma população nativa, como empecilho à implantação do Parque Nacional Boqueirão da Onça. Em nome da preservação do ambiente que, ao longo da história, o sistema colonizador degradou, diz-se que ela novamente precisa ser relocada, para onde ainda não se sabe. A verdade é que se diz necessária a assepsia humana, para que se protejam animais e plantas ameaçadas de extinção.

Esta pesquisa apenas confirmou o saber autóctone do povo Sentocé. Desde antigas datas, os boqueirões, grotas e serrotes residuais que orlam os brejos foram e são ocupados por grupos familiares resilientes, em atávica ligação afetiva e cultural com a terra, o ambiente e o patrimônio arqueológico. Conforta-lhes o modo autóctone de ser, viver, fazer, criar e coletar pródigas safras nas pequenas caiçaras que, ao próprio sustento, cultivam.

A preservação e/ou restauração de atributos da identidade de gerações pretéritas adequa-se ao contexto dessas comunidades tradicionais da região, ameaçadas pelo vandalismo destruidor, extrativista e depredatório dos projetos que as empresas de mineração e geração de energia elétrica estão a impor. Diante dos impactos, a destruírem o patrimônio material (serras, rios e terraços) e a cultura imaterial (saberes, língua, espiritualidade, cultura e tradições) dos grupos tradicionais, propõe-se preservar e/ou restaurar os atributos da identidade autóctone, mormente o anseio à utópica Terra sem Males, com a participação efetiva das comunidades que a ela se sintam ou despertem-se vinculadas.

Alguns frutos já se está a colher. Membros das comunidades de origem indígena que, antes das iniciativas de conscientização, com timidez e/ou às ocultas realizavam práticas ritualísticas vinculadas a sua tradição, como a dança do Toré e a crença nos encantados, hoje as praticam e/ou a elas se referem com orgulho e manifesta autoestima elevada.

Vários grupos conseguiram registrar áreas de uso coletivo que restavam de compulsivas vendas efetuadas na última década do século passado. Caracterizam-se a elas como fundo de pasto de comunidades tradicionais. Nelas, seus membros continuam hoje a criar animais domésticos, em áreas abertas, e praticar a agricultura de subsistência, em pequenas glebas de terra, de forma semelhante à que sempre fizeram seus antepassados, antes, durante e depois da construção da Barragem de Sobradinho.

Nas pesquisas arqueológicas que se realizaram nos boqueirões, grotas, serrotes e adjacências, encontraram-se evidências a corroborarem a tradição oral e rechearem o modelo explicativo das razões do estreito vínculo afetivo da população atual com o patrimônio edificado por indígenas pré-históricos e históricos. Constatou-se, é verdade, haver vários painéis de pintura rupestre, realizados em períodos remotos da pré-história, por grupos ainda não conhecidos, de tronco cultural que já se sabe pertencer à Tradição São Francisco. Próximo a eles, contudo, verificou-se haver outros painéis e artefatos diversos, realizados e/ou utilizados em épocas históricas relativamente recentes. (Fig. 197 a 192).

Figura 197 – Pintura de carro no Boqueirão do Olho d’Água do Tonheira



Fonte: Kesting (2014, p. 702)

Figura 198 – Igreja de São José da Barra de Sento Sé, na Toca de Nosso Senhor



Fonte: Kesting (2014, p. 760)

Figura 199 – Mandioca no Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Kesting (2007, p. 148)

Figura 200 – Restos de casa de farinha no Boqueirão do Mocambo



Fonte: Kesting (2014, p. 378)

Figura 201 – Restos da prensa no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Kesting (2014, p. 152)

Figura 202 – Restos do forno no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Kesting (2014, p. 151)

Figura 203 – Restos de Casa de Farinha no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Paes; Kesting (2014, p. 190)

Figura 204 – Restos de prensa na Grota de São José



Fonte: Kesting (2014, p. 119)

Figura 205 – Almofariz em rocha no Boqueirão do Niso



Fonte: Silva; Kesting (2015, p. 184)

Figura 206 – Almofariz em rocha no Boqueirão do Niso



Fonte: Silva; Kesting (2015, p. 184)

Figura 207 – Almofariz em matacão na Fazenda São Romão



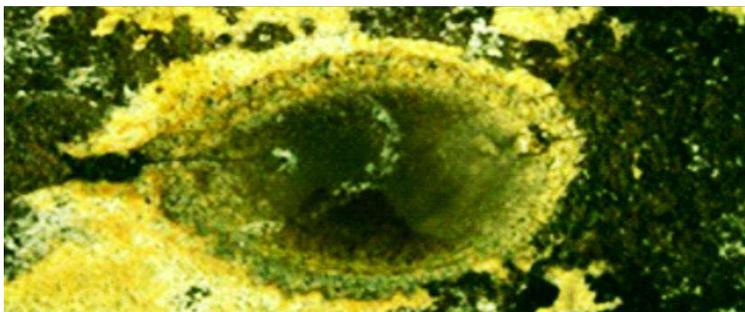
Fonte: Paes; Kesting (2014, p. 195)

Figura 208 – Almofariz em matacão na Fazenda São Romão



Fonte: Iguatemy; Iguatemy; Kesting (2015, p. 146)

Figura 209 – Almofariz em rocha no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Kesting (2014, p. 151)

Figura 210 – Almofariz em matacão no Serrote da Gameleirinha



Fonte: Paes; Kesting (2014, p. 188)

Figura 211 – Almofarizes em rocha no Serrote da Gameleirinha



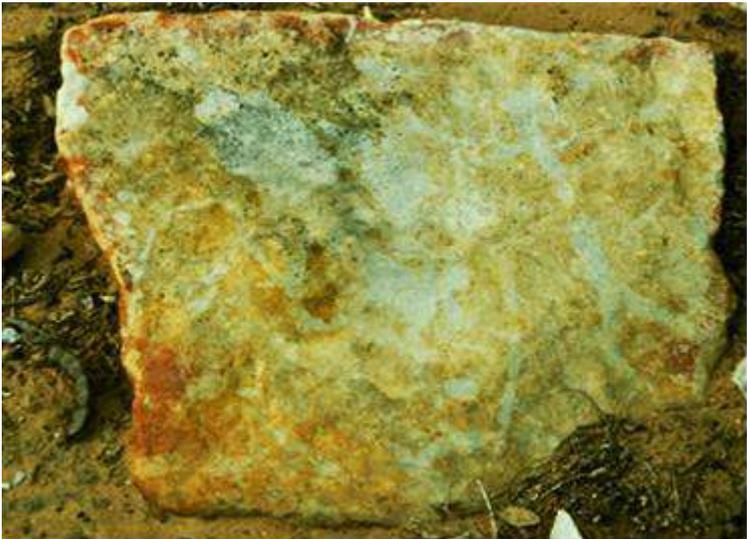
Fonte: Paes; Kesting (2014, p. 191)

Figura 212 – Almofariz em matação na Grota do Cachorro Queimado



Fonte: Kesting (2016, p. 71)

Figura 213 – Almofariz em rocha na Grota do Portão, junto ao Piri



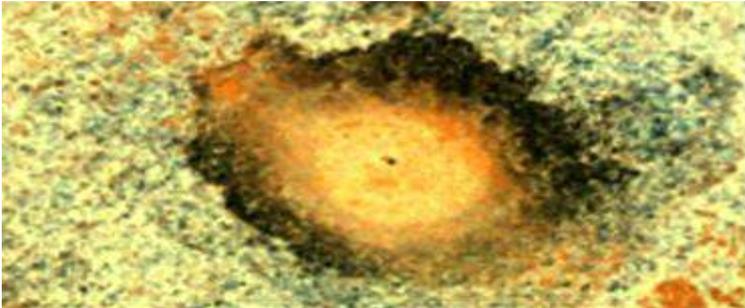
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2023)

Figura 214 – Almofariz em rocha na Grotta do Portão



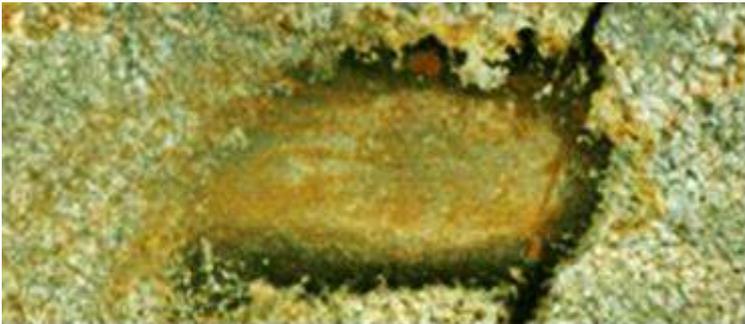
Fonte: Kesting (2014, p. 218)

Figura 215 – Almofariz em rocha no Serrote de São João, em Sobradinho



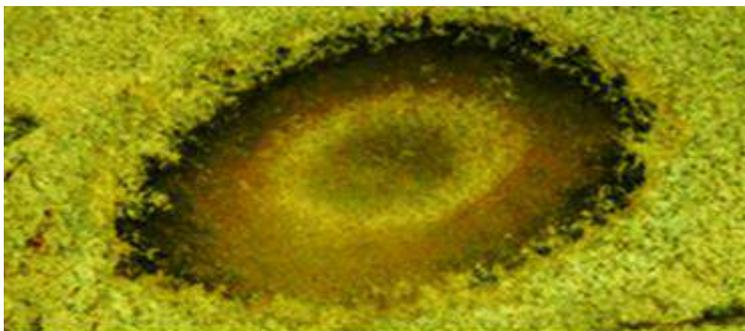
Fonte: Kesting (2014, p. 48)

Figura 216 – Almofariz em rocha no Serrote de São João, em Sobradinho



Fonte: Kesting (2012, p. 175)

Figura 217 – Almojariz em rocha no Serrote de São João, Sobradinho



Fonte: Kesting (2012, p. 175)

Figura 218 – Almojariz em matacão no Serrote do Caldeirão da Tiririca



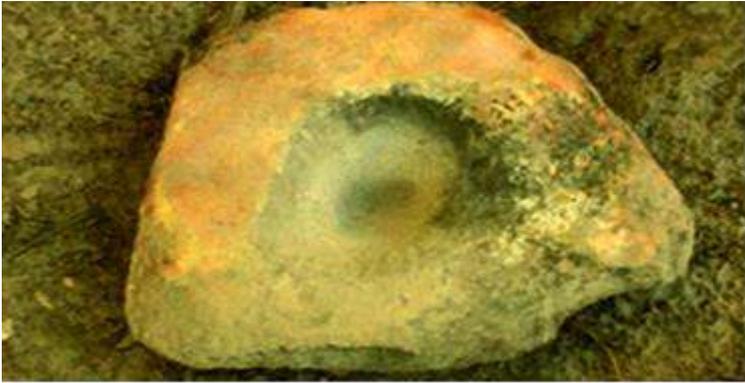
Fonte: Kesting (2014, p. 62)

Figura 219 – Almojariz em rocha no Boqueirão do Sítio do Padre



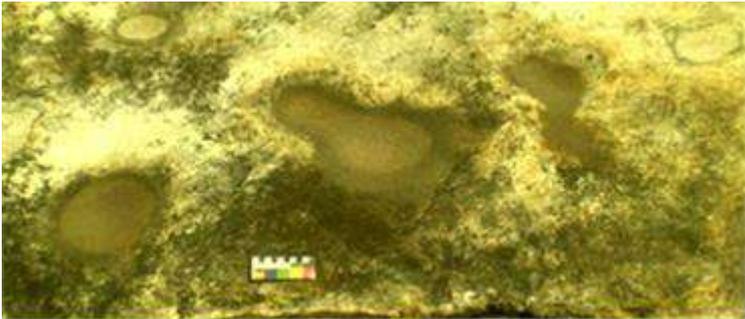
Fonte: Kesting (2014, p. 728)

Figura 220 – Almofariz em matacão na Grota do Brejinho de Baixo



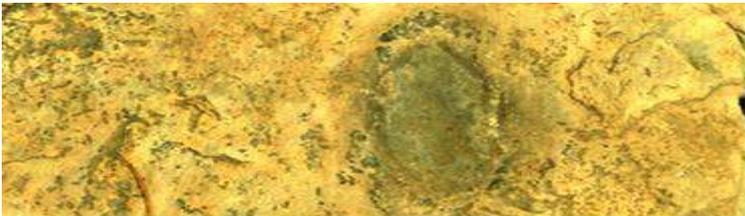
Fonte: Kesting (2014, p. 208)

Figura 221 – Almofarizes em rocha no Boqueirão de José Antônio



Fonte: Kesting (2014, p. 354)

Figura 222 – Almofariz em rocha na Grota de São José



Fonte: Kesting (2012, p. 105)

Figura 223 – Almofarizes em rocha no Boqueirão do Riacho do Bonsucesso



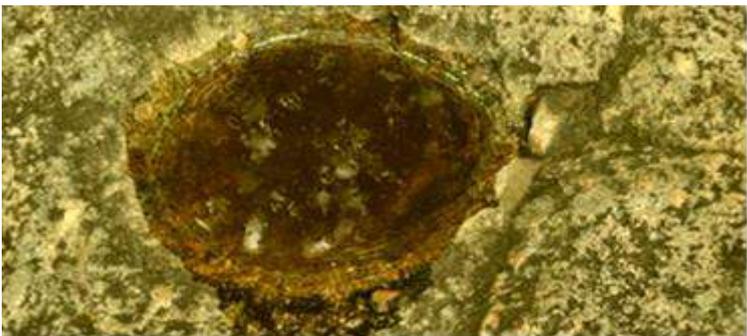
Fonte: Kesting (2012, p. 156)

Figura 224 – Almofarizes em rocha no Boqueirão do Riacho do Bonsucesso



Fonte: Kesting (2012, p. 156)

Figura 225 – Almofariz em rocha no Boqueirão da Serra da Caixa



Fonte: Kesting (2012, p. 181)

Figura 226 – Resto da moenda de madeira no Boqueirão da Imbaúba



Fonte: Kesting (2014, p. 606)

Figura 227 – Moenda de madeira na Grota do Brejo dos Paes, em Sento Sé



Fonte: Kesting (2014, p. 738)

Figura 228 – Restos do forno de engenho de rapadura no Brejo dos Paes



Fonte: Kesting (2014, p. 738)

Figura 229 – Restos do forno de engenho de açúcar no Boqueirão da Imbaúba



Fonte: Kesting (2014, p. 605)

Com essas e muitas outras constatações, cientificamente comprovadas, fortalece-se a autoestima das comunidades locais. Aguça-se nela o sentimento de pertença, a sustentar o argumento de ser possuidora do direito legal e dever cívico de zelar pela preservação do patrimônio arqueológico que se conserva nas paredes e alcantis daquelas sagradas rochas metassedimentares da Chapada Diamantina, no extremo Norte da Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por oportuno lembra-se que, para coroar a implantação da Terra sem Males nos fundos de pasto das comunidades tradicionais, falta restabelecer o original equilíbrio ambiental das feições de relevo, altamente significativas para o Médio e Submédio São Francisco. Destaca-se que nelas resistem espécies representativas da fauna e da flora, outrora abundantes na região, quando o clima era tropical úmido. Hoje elas são endêmicas apenas na Mata Atlântica e na Floresta Amazônica. Nos nichos ambientais que se sugere restaurar, elas reencontrarão as condições favoráveis ao usufruto pleno da vida. Para tornar factível esse plano, entende-se necessária a implantação de reservatórios à montante daquelas respeitáveis geoformas. Para se preservarem as memórias e recepcionarem-se os turistas a visitarem aqueles idílicos paraísos terrestres, há muito e reiteradamente se propõe a implantação de memoriais das comunidades tradicionais.

Com as pesquisas realizadas e o trabalho educativo que já se faz nas escolas, desperta-se a comunidade à viabilidade econômica da restauração das condições ambientais. Feita sua recomposição, assegurar-se-á a sustentabilidade das comunidades autóctones e garantir-se-á a preservação dos painéis de pintura rupestre. Viabilizar-se-á a implantação e manutenção dos memoriais, com estruturas para recepcionar visitantes e turistas, interessados em conhecer aqueles nichos ambientais e culturais, na forma como os grupos pré-históricos o conheciam e por ele se encantavam.

Para isso, pensa-se imprescindível a edificação de barragens em gabião, à montante deles, com **soleiras permeáveis**, a permitirem o fluxo natural de pequenas quantidades de água, que perenizem os riachos. Assim, no seio dos boqueirões e grotas assegurar-se-á a infiltração de água no solo e subsolo,

com a consequente recarga dos aquíferos que alimentam seus olhos d'água; reduzir-se-á o carreamento de sólidos que promovem o assoreamento do Lago de Sobradinho; sustar-se-á, também, o escoamento superficial extremo, durante as chuvas sazonais, e restabelecer-se-á a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade compatíveis com os múltiplos usos das comunidades locais. A permeabilidade que se deseja sustenta-se nas condições geológicas e geomorfológicas dos locais onde se sugere implantar as barragens.

As condições geotécnicas dos diversos eixos estudados em vários pontos dos riachos que são caracterizados por um alto grau de fraturamento e diaclasamento das rochas tipo "quartzito", intercomunicáveis ao longo dos boqueirões, viabilizam as condições de permeabilidade dos lagos a serem formados (grifo nosso). (ALENCAR, 1994 *apud* RIBEIRO, 1994).

Nas visitas que regularmente as escolas promovem às feições de relevo onde se conservam artefatos arqueológicos, é contagiante o sentimento de pertença que se evidencia, quando se apresentam as rochas metassedimentares da Chapada Diamantina e o acervo de pintura rupestre que nelas as famílias locais preservam. O que se constata, em nível interno, por certo, ver-se-á quando houver estrutura para atrair e recepcionar, com dignidade, os turistas. Efetivar-se-á, certamente, a convergência dos ideais indígenas com o sonho dos visitantes, em busca de se preservar e/ou restaurar o patrimônio ambiental e cultural de todos.

A preservação patrimonial é muito importante para nós Tamoquim. Somos gratos a todos que realizam pesquisas e com elas reforçam nossa luta pela preservação cultural e ambiental. Somos gratos também aos professores que, pela educação, integram os estudantes em nossa luta. Não custa nada unirem-se todos, de mãos juntas e passos seguros, na luta pela preservação de nosso patrimônio. Não adiantará nossa luta se não for solidária, se nosso patrimônio não for reconhecido e respeitado nacionalmente. (CARVALHO, 2021,

apud KESTERING: OLIVEIRA; KESTERING (Org.). In: HERDEIROS TATAUÍ, 2022, p. 17).

A resiliência dos povos originários conta com a solidariedade da dos indígenas Truká e Atikum. Movidos pelo nativo sentimento altruísta, solidarizam-se esses grupos autóctones na luta pela consolidação de reservas ecológicas e arqueológicas, sem expurgo da população humana Sentocé. Não titubearam eles, em estender as mãos companheiras e os ombros amigos a seus irmãos autóctones. Foram ao Campo do Toré, no seio do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, onde celebraram seu ritual guerreiro. (Fig. 230 a 232). Com esse nobre gesto, incentivaram seus irmãos à resiliência contra o mesquinho sentimento individual colonialista que, desde o século XVII, ameaça expurgá-los da terra a que atavicamente se amarram porque nela residem os espíritos de seus ancestrais encantados e se preserva valioso patrimônio arqueológico.

Figura 230 – Resilia Truká no Boqueirão do Riacho São Gonçalo



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2016)

As informações a respeito dos indígenas da região são vestigiais e por isso, ainda limitadas. Espera-se que possam, mesmo assim, contribuir nas pesquisas que visem identificar,

na relação filogenética (antecessor – sucessor), a ligação genética (genomas) e cultural (mitos e ritos) das populações atuais com as tribos ou as nações das quais se têm registros históricos e/ou vestígios arqueológicos. Os dados corroboram a proposição de ter sido apenas no campo ideológico o genocídio étnico fomentado, pelos colonizadores e por quem interessa locupletar-se pela apropriação do que, por herança e direito lhes pertence.

Figura 231 – Resilia Truká



Fonte: Acervo Fotográfico do autor (2016)

Figura 232 – Resilia Tamoquim



Fonte: Escola Municipal Maria Ribeiro (2022, p. 46)

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adzamara Rejane Palha. **As Memórias de Sento Sé**. 2019. Disponível em: <https://meussertoes.com.br>. Acesso: 02 fev 2024.

AMARAL, Adzamara Rejane Palha; SANTOS, Juracy Marques dos. **A Velha Sento Sé e o Patrimônio Material e Imaterial Submersos pelas Águas da Barragem de Sobradinho**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.13, n.25, Jul/Dez 2021 – ISSN-2177-4129. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br. Acesso: 04 jan 2024.

APOLINÁRIO, J. R. **Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão “necessária, urgente e inadiável**. São Paulo: Anpuh, 2011.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 18 nov 2023.

_____. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**.

Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.21. n.2. p. 47-77. jul.- dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso: 01 jan 2024.

_____. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c.1666-1820**. 2017. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

da Universidade de São Paulo. Disponível em:
<https://www.academia.edu>. Acesso: 31 jan 2023.

_____. **Narrativas da Urbanização dos Sertões do Norte.** Fortaleza: Mercator, v. 17, e 17007, 2018. Disponível em:
<https://www.academia.edu>. Acesso: 20 out 2023.

BARROS, Edonilce da Rocha. **O que ficou sob as águas: Ensaio etnográfico de uma população relocada.** 2007. Disponível em: <http://www.ecsb2007.ufba.br>. Acesso: 28 jan 2024.

BLOG AMBIENTAL CAMPO FORMOSO. **O Processo de Povoamento e “Civilização” do Município de Campo Formoso.** 2013. Disponível em:
<https://ambientalcampoformoso.blogspot.com>. Acesso: 09 nov 2023.

BOA SORTE, Matheus. **Utinga/BA.** Dendê na Mochila. Episódio 070. YouTube, Ser-tão do Mundo. 2017. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 28 jan 2024.

BORGES, Juliana Sento Sé. **Origem do nome Sento Sé.** 2017. Disponível em: <http://jusementose.com.br>. Acesso: 21 nov 2023.

_____. **Conheça Sento Sé. 2017.** Disponível em:
<https://jusementose.com.br>. Acesso: 04 jan 2024.

BREJO DA MARTINHA. **Brejo da Martinha.** 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com>. Acesso: 29 mai 2024.

BURTON, Richard Francis. **Viagens aos Planaltos do Brasil: O Rio São Francisco – Tomo III.** 1867. Tradução de Américo Jacobina Lacombe, 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

CALDERÓN, Valentin; JÁCOME, Yara Dulce Bandeira de Ataíde; SOARES, Ivan Dórea Câncio. **Relatório das Atividades de Campo Realizadas pelo Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico**. Recife: CHESF, 1977.

CÂMARA, Fernando. **A Arquidiocese de São Salvador da Bahia e seus Bispos**. Revista do Instituto do Ceará. 2010. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br>. Acesso: 23 nov 2023.

CAMPOS, Sérgio. **A Arte da Serra da Capivara**. Disponível em: <https://br.pinterest.com>. Acesso: 14 jan 2022.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. 2012. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA: UFBA, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 15 abr 2020.

CARVALHO, Mariana. **Do Rio Grande até a Torneira de Casa: o sistema de abastecimento da cidade de Barra – BA**. 2021. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br>. Acesso: 07 abr 2024.

CAVALCANTE, Amanda Nunes; KESTERING, Celito. Miscigenação Física e Cultural na Freguesia de Sento Sé – BA, Durante a Segunda Metade Do Século XVIII. *In*: KESTERING, Celito (Org.). **Anais da III Exposição – II Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 30-35, 2014.

CAVIGNAC, Julie Antoinette. **A etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte**. Mneme: Revista de Humanidades do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. V. 4 - N. 8, 2003. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso: 09 out 2019.

CHAVES, Juarez Morais. **História: Origem de Xiquexique**. 2009. Disponível em: <https://xiquexiquense.blogspot.com>. Acesso: 14 mar 2024.

CIDADES DO MUNDO. **Barra, Bahia**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 04 jan 2024.

CONEXÃO GENTIO. **Distritos e Povoados**. 2012. Disponível em: <https://conexaogentiodoouro.blogspot.com>. Acesso: 15 mar 2024.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **Interações sociais e mobilidade indígena no cotidiano dos aldeamentos coloniais**. *Rev. Hist. UEG - Porangatu*, v.7, n.1, p. 252-277, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 18 set 2023.

DEL FELIZ. **Morpará**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 18 fev 2024.

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Abreu. 2023. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br>. Acesso: 25 nov 2023.

DONATO, Mário. **Resumo da História de Morpará – BA**. 2013. Departamento de Cultura da Prefeitura de Morpará. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 01 jun 2024.

DRONE, Thiago. **Xique-Xique – Bahia: imagens aéreas**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 27 mar 2024.

ESCOLAS DO CAMPO. Pinturas Rupestres. *In*: KESTERING, Celito; OLIVEIRA, Maria Socorro Aquino; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Herdeiros Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, p. 117-136, 2022.

ESCOLA MUNICIPAL MARIA RIBEIRO. Patrimônio Imaterial. *In*: KESTERING, Celito; OLIVEIRA, Maria Socorro Aquino; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Herdeiros Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, p. 27-46, 2022.

FAUSTINO, Rodrigo. **O que é Verdadeiro e Sombrio?** 2024. Disponível em: <https://pt.quora.com>. Acesso: 08 jan 2024.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco**. Afro-Ásia, nº. 32, pp. 185-218. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso: 07 jun 2024.

FERREIRA, Laísa Monique dos Santos. **Catedral Santuário Nossa Senhora das Grotas**. Pedagogos em Ação. Juazeiro – BA: UNEB, 2016. Disponível em: <https://monumentoshistoricosdejuazeirobahia.blogspot.com>. Acesso: 12 nov 2023.

FIABANI, Adelmir. **A Escravidão no Brasil Vista Pelos Estrangeiros: Daniel Parish Kidder, Luís Agassiz, Elizabeth Cary Agassiz e Oscar Canstatt**. Contra Relatos desde el Sur, p. 23-37, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User>. Acesso: 09 nov 2023.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador – BA: Edições Gráficas, 1996.

FOTOS DE MINAS DO MIMOSO. **As mais lindas fotos**. 2024. Disponível em: <https://www.ferias.tur.br>. Acesso: 29 mai 2024.

FREITAS, Edith Alves da A.; SILVA, José Freitas da. **História da Freguesia Velha de Santo Antônio: Campo Formoso**. Salvador – BA: Secretaria da Cultura e Turismo, 1996. Disponível em: <https://parlim.blogspot.com>. Acesso: 30 out 2023.

GARCIA, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. Dossiê. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso: 27 nov 2023.

GENTIO DO OURO. **Povoado do São Bento, em Gentio do Ouro – Bahia**. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com>. Acesso: 29 fev 2024.

_____. **Gameleira do Assuruá, em Gentio do Ouro – Bahia**. 2021. Disponível em: <https://www.gentiodoouro.ba.gov.br>. Acesso: 01 mar 2024.

GOOGLE EARTH. Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO, Image Landsat / Copernicus. Image U.S. Geological Survey, 2023.

_____. Image U.S. Geological Survey, 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Belém do São Francisco**. 2023. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso: 09 nov 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Angolanos**. 2024. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso: 26 mai 2024.

GUEDES, Sabrina. **Mulher Nordestina: força, resiliência e inspiração nas festas juninas e além**. 2023. Disponível em: <https://www.revistanegra.net.br>. Acesso: 23 mai 2024.

HOHENTHAL JR, William D. **As Tribos Indígenas do Médio e Baixo São Francisco**. Revista do Museu Paulista. Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Coleção Nicolai, 1960. Disponível em: <https://etnolingustica.wdfiles.com>. Acesso: 16 jan 2024.

IGUATEMY, Vanessa Cosma da Silva Mello; IGUATEMY, Mateus Maurício de Mello; KESTERING, Celito. Gravuras Rupestres no Contexto Arqueológico e Histórico a Fazenda São Romão, no Submédio São Francisco. *In*: KESTERING, Celito (Org.). **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 131-147, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, Adaptado do Mapa de Curt Nimuendaju**. Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, 1944. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 24 jan 2024.

_____. **Município de Barra**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 04 jan 2024.

JUNIOR, Romeu. **Distritos e Povoados de Gentio do Ouro**. 2024. Disponível em: <https://gentioonline.wordpress.com>. Acesso: 28 fev 2024.

KERN, Arno Alvarez. *Fronteiras Transculturais: missionários, jesuítas e guerreiros guaranis*. In: GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; MICELI, Paulo Celso (Org.). **História e Fronteira**. Cáceres – MT: UNEMAT, p. 28-41, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 mar 2020.

KESTERING, Celito. **Registros Rupestres da Área Arqueológica de Sobradinho – BA**. 2001. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco. Recife: UFPE, 2001.

_____. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA**. 2007. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Pernambuco. Recife: UFPE, 2007.

_____. **Índios da Área Arqueológica de Sobradinho – BA**. www.historiaehistoria.com.br (ISSN 1807-1783). 2012. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 07 jan 2024.

_____. **Prospecção e Escavação de Sítios Arqueológicos na Região Norte do Estado da Bahia**. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2012.

_____. **Patrimônio Arqueológico de Sento Sé – BA**. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2014.

_____. Distribuição Espacial dos Índios do Piauí no Século XVIII. In: KESTERING, Celito. **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial. São Raimundo Nonato – PI: UNIVASF, p. 358-361, 2015

_____. Contexto dos Artefatos Arqueológicos Expostos no Projeto Caatinga. *In*: KESTERING, Celito (Org.). **Anais do Projeto Caatinga 2016**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p. 69-109, 2016.

_____. **Reencontro Vida**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019a.

_____. **Cidadãos Tatauí**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019b.

_____. **Encanto Bugre-Tapuia**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020a.

_____. **Patrimônio Amoipirá Tupinambá**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021a.

_____. **Baianos Tatauí: warum nicht?** São Carlos: Pedro e João Editores, 2023a.

KESTERING, Celito; RIBEIRO, Morgana Cavalcante. **Contexto Geoambiental do Serrote do Morrinho, em Sento Sé – BA, Brasil**. Rupestreweb. 2013. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 26 out 2023.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandyr Dantas; NEGREIROS, Rafael Barreto Ruben Siqueira. **Adjunto às Lagoas de Meu Piauí**. São Carlos: Pedro E João Editores, 2023.

LIMA, Ana Lúcia Sales de. **A Companhia de Jesus e o Desafio da Catequização do Gêntio: uma dupla batalha contra os costumes indígenas e a exploração imposta pelos colonizadores portugueses**. Congresso Internacional de História, p. 2221-2232. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011>. Acesso: 26 jan 2024.

LIMA FILHO, Sebastião Lacerda; KESTERING, Celito. **Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho das Traíras, no Município de Sento Sé – BA.** *Evolvere Scientia*, Universidade Federal do Vale do São Francisco, V. 1, N. 1, 2013. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 26 out 2023.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Notas e Comentários.** In: Relação de uma Missão no Rio São Francisco, 1706. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros.** Salvador – BA: Livraria Progresso, 1959. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br>. Acesso: 06 jun 2024.

MAROCA, Luiz de. **Gameleira do Assuruá.** 2013. Disponível em: <https://luizdemaroca.blogspot.com>. Acesso: 03 jun 2024.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Sento Sé.** Diretoria de Serviço Geográfico. Região Nordeste do Brasil. Folha SC.24-V-C-V. Escala 1/100.000, 1973.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos da história indígena e do indigenismo.** 2001. (Tese de doutorado). Departamento de Antropologia de IFCH-UNICAMP. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 29 ago 2021.

_____. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: FAUSTO, Carlos; MONTEIRO, John (Org.). **Tempos Índios: histórias e narrativas do Novo Mundo.** Museu Nacional de Etnologia Assírio e Alvim. p. 25-65, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 06 nov 2023.

MOURA, Fabíola. **Centro histórico de Oeiras, a primeira capital do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://familiaqueviajajunto.com.br>. Acesso: 09 jun 2024.

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA. **Foto de: Praça da Vitória**. 2024. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br>. Acesso: 09 jun 2024.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. 1706. Tradução e comentários de LIMA SOBRINHO, Barbosa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: <http://etnolingustica.wdfiles.com>. Acesso: 08 set 2023.

NOSSO NORDESTE. **A mulher nordestina é forte, valente e destemida. Do tipo que fala oxente e não chora por qualquer ferida...** 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com>. Acesso: 26 mai 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico**. Anuário Antropológico, v. 35 n. 1, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org>. Acesso: 23 jan 2024.

OLIVEIRA, Jasson. **Conhecendo Campo Formoso**. 2012. Disponível em: <https://professorjassonoliveira.blogspot.com>. Acesso: 30 out 2023.

OLIVEIRA, Jéssica Rafaella de. **Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano: uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco – Orocó**. 2016. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras: UFSE, 2016.

OLIVEIRA, Markileide. **Gameleira do Assuruá**. 2013. Disponível em: <https://dezoitoevintetres.wordpress.com>. Acesso: 03 jun 2024.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de; OLIVEIRA, Antônio José Alves de. **Capitalismo e Natureza no Brasil Colonial: a pecuária bovina no Ceará e a continentalidade do *jogo das trocas* (ca. 1680-1750)**. Dossiê a História Ambiental do Capitalismo no Mundo Colonial, séc. XV a XIX, p. 198-2019, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 dez 2023.

ORTIZ, Helen Scorsatto. Apropriação da Terra no Brasil: da Lei de Sesmarias à Lei de Terras (1532-1850). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p. 108-146, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 24 jan 2021.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Coleção de Estudos Brasileiros; Série Marajoara. Nº. 24. Aguiar e Souza Ltda. Livraria Progresso. Salvador: Imprensa Vitória. 1958.

PAES, Leylianny Mara Oliveira; KESTERING, Celito. Indicativos da Sobrevivência Física e Cultural da Nação Sento Sé no Serrote Da Gameleirinha, Fazenda São Romão. In: KESTERING, Celito (Org). **Anais da III Exposição – II Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos 100 Anos**. Programa de Educação Tutorial de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 180-196, 2014.

PÁGINA REVISTA. **Gameleira do Assuruá, Muribeca e Ilha do Miradouro**. 2019. Disponível em: <https://www.paginarevista.com.br>. Acesso: 01 mar 2024.

PAIVA, Eduardo França. Poblaciones del Brasil - Siglos XVI-XIX. In: ALBERT, Salvador Bernabéu. (Org.) **Poblar la inmensidad: sociedades, conflictividad y representación en los márgenes del Imperio Hispánico (siglos XV-XIX)**. 1 ed. Rubí-Madrid: Ediciones Rubeo-CSIC, v. 1, p. 407-434, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 24 jan 2024.

PAIVA, Luan Souza. **Sítio de São Felipe de Gentio do Ouro – BA**. 2024. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 01 mar 2024.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Transcrição para eBook, eBooks Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 24 jan 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENTIO DO OURO. **Gentio do Ouro: investimentos de mais de 2 milhões de reais**. 2018. Disponível em: <https://www.gentiodoouro.ba.gov.br/portal>. Acesso: 29 fev 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE-XIQUE. **Igreja Matriz do Senhor do Bonfim**. 1982. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 27 mar 2024.

QUEIROZ, Eliomar. **Ibitunane, Bahia**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 29 fev 2024

REDEGN. **Censo 2022: Juazeiro está entre as cidades mais populosas da Bahia, diz Censo do IBGE**. 2023. Disponível em: <https://www.redegn.com.br>. Acesso: 10 mar 2024.

REGISTROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE SENTO SÉ. (BATSSÉ; 1752-1783). Cúria da Diocese de Juazeiro. 2023.

REGMENDES, Celito. **Gentio do Ouro: Itajubaquara na História**. 2021. Disponível em: <https://xiquesampa.blogspot.com>. Acesso: 03 jun 2024.

REIS, Reuber Henrique de Lima; KESTERING, Celito. **Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Serrote do Caldeirão da Tiririca, no Município de Sento Sé – BA**. *Evolvere Scientia*, Universidade Federal do Vale do São Francisco, V. 1, N. 1, p. 19-32, 2013. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 26 out 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 24 jan 2024.

SANTOS, Carlos Alberto Batista dos. **Padrões de Caça, Pesca e Uso de Animais Silvestres pela Etnia Truká, no Semiárido Brasileiro**. Programa de Pós Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza da Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2016. (Tese de Doutorado). Recife: UFRPE, 2016. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br>. Acesso: 01 jan 2024.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. **O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília- DF: UNB, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 24 jan 2024.

SANTOS, Douglas Corrêa de Paulo. 2017. **Os Amaral Gurgel: família, poder e violência na América portuguesa (c. 1600 – c. 1725)**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de História da

Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <https://mail.google.com>. Acesso: 22 set 2022.

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da Catequese à Civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas – BA: UFRB, 2014.

SCHOMMER, Aurélio. **História do Brasil Vira-Lata: as razões históricas da tradição autodepreciativa brasileira**. Anajé – BA: Casarão do Verbo, 2012.
Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 08 nov 2023.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – BA. **Mapa de Xique-Xique, com descritivo atual**. 2024. Disponível em: <https://ftp.sei.ba.gov.br>. Acesso: 02 jun 2024.

SILVA, Vanessa Cosma da; KESTERING, Celito. Gravuras Rupestres do Boqueirão do Niso, na Fazenda São Romão, Sento Sé – BA. *In*: KESTERING, Celito (Org). **Anais do II Seminário de Arqueologia de Sobradinho - BA**. Sobradinho – BA: Fundação SOS São Francisco, p.173-185, 2015.

SILVARES, José Ribeiro da Fonseca. **Extrato do mapa Província do Piauhý**. Século XVIII. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso: 13 abr 2024.

SOUSA, Ferdinando de. **Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado**. 2017. Disponível em: <https://ferdinandodesousa.com>. Acesso: 28 jan 2024.

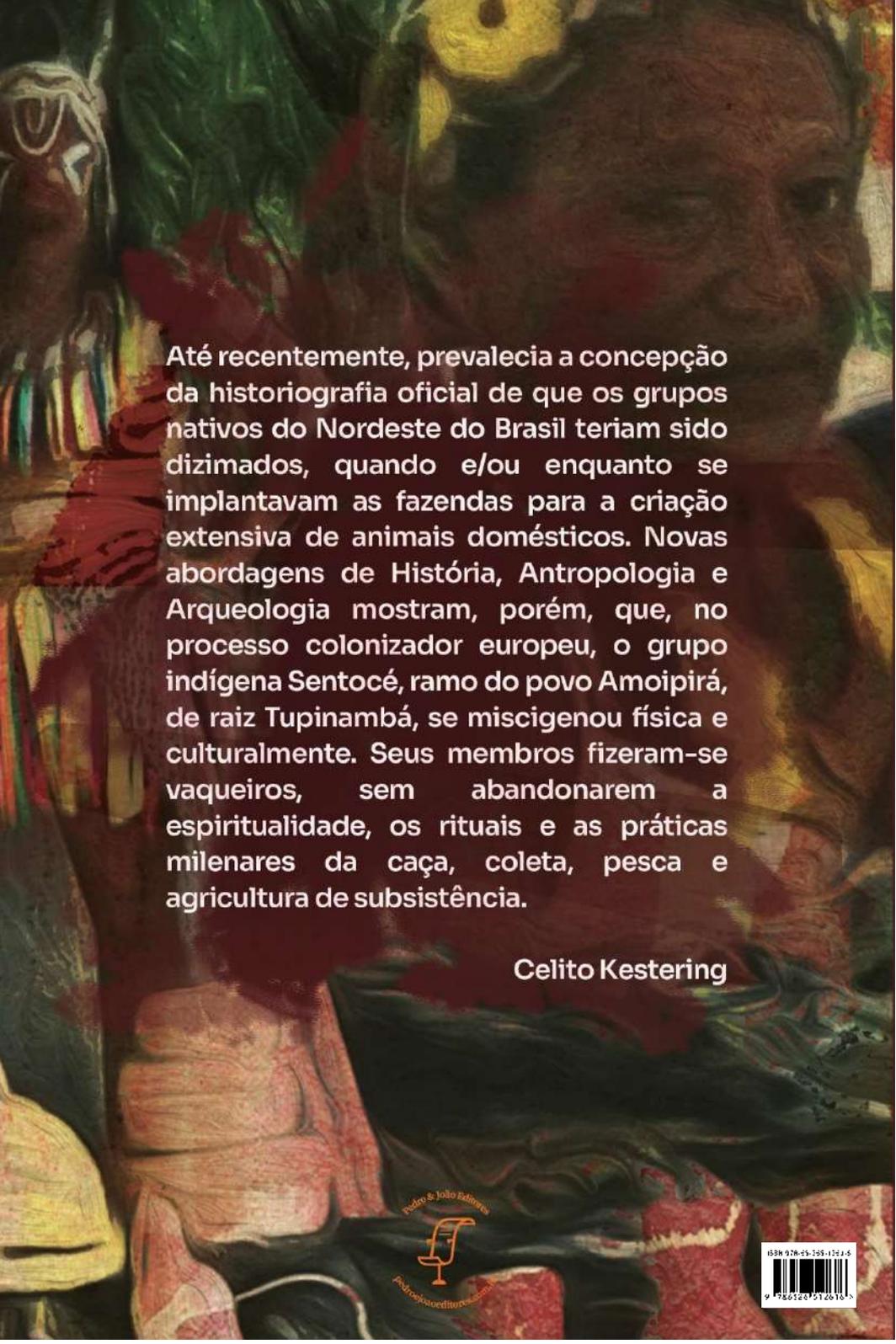
SOUZA, Evandro André de; SAYÃO, Thiago Juliano. **História do Brasil Colonial**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 18 mar 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Poligonal do Município de Gentio do Ouro**. 2015. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 28 fev 2024.

TV CAATINGA. **Imagem de Nossa Senhora das Grotas**. Memória Sertão. Petrolina – PE: UNIVASF, 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br>. Acesso: 12 nov 2023.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os Negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX**. 2006. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2006. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br>. Acesso: 02 jan 2024.

XIQUESAMPA. **Ilha do Miradouro: Primeiras Povoações do Município de Xique-Xique – Bahia**. 2020. Disponível em: <https://xiquesampa.blogspot.com>. Acesso: 14 mar 2024.



Até recentemente, prevalecia a concepção da historiografia oficial de que os grupos nativos do Nordeste do Brasil teriam sido dizimados, quando e/ou enquanto se implantavam as fazendas para a criação extensiva de animais domésticos. Novas abordagens de História, Antropologia e Arqueologia mostram, porém, que, no processo colonizador europeu, o grupo indígena Sentocé, ramo do povo Amoipirá, de raiz Tupinambá, se miscigenou física e culturalmente. Seus membros fizeram-se vaqueiros, sem abandonarem a espiritualidade, os rituais e as práticas milenares da caça, coleta, pesca e agricultura de subsistência.

Celito Kesting